

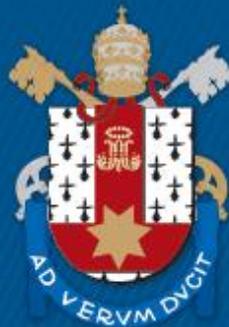
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

CIDADES DE PAPEL: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS *FAVELAS* NA IMPRENSA
CARIOCA DURANTE O SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

CIDADES DE PAPEL: as representações sobre as *favelas* na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins

Porto Alegre
2018

Ficha Catalográfica

K92c Krilow, Leticia Sabina Wemeier

Cidades de Papel : As representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954) / Leticia Sabina Wemeier Krilow . – 2018.

220.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

1. Imprensa. 2. Favelas. 3. Industrialização. 4. Urbanização. 5. Segundo Governo Vargas. I. Martins, Luis Carlos dos Passos. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

LETÍCIA SABINA WERMEIER KRILOW

CIDADES DE PAPEL: as representações sobre as *favelas* na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial e último para a obtenção do título de Mestre em História na área de concentração de História das Sociedades Ibéricas e Americanas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Aprovada em 06 de março de 2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS (orientador)

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira - PUCRS

Prof. Dr. André Ricardo Salata – PUCRS

Porto Alegre
2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão aos professores da Escola de Humanidades da PUCRS, em especial aos professores Helder Silveira, Luciano Abreu, Luciana Murari, Maria Cristina dos Santos e Tatyana Maia.

A equipe de funcionários das secretarias de Graduação e Pós-Graduação em História, especialmente à Henriet Shinohara, aos funcionários do laboratório de informática.

Agradeço a comissão de bolsas PUCRS por ter acreditado nesta pesquisa e concedido o benefício da bolsa. Assim como, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio financeiro sem o qual não teria sido possível realizar este trabalho.

Presto agradecimento especial ao meu orientador professor Dr. Luis Carlos dos Passos Martins pelo profissionalismo e todas sugestões fundamentais para a concretização desta dissertação.

Obrigada a todos e todas colegas que de alguma forma auxiliaram nessa caminhada, em especial ao Eduardo Freitas e Rafael Ganster que foram importantes exemplos, principalmente, na complicada fase inicial de pesquisa. À Walkyria Leão Krause que, além de ótima colega e amiga, por vezes fez o papel de uma verdadeira mãe.

Por fim, agradeço a minha mãezinha Ivone Wermeier pelo apoio, mensagens e pensamentos positivos. À minha irmã Angélica Krilow e ao meu irmão Maicon Krilow, pelo carinho e compreensão pelas minhas constantes ausências. Amo vocês.

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar a forma como a grande imprensa carioca (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*) representou as áreas habitacionais chamadas *favelas* durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954). A relevância do trabalho se encontra ao considerarmos que, no pós 1945, o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização e urbanização. Entretanto, tais processos não ocorreram espontaneamente, mas foram conduzidos por forte intervencionismo estatal, o que trouxe intensas transformações políticas, sociais e econômicas, além de muitas consequências, nem todas positivas, o que gerou sérios questionamentos. O Segundo Governo Vargas foi um período chave, pois é quando o projeto industrialista passa a ser efetivamente adotado pelo governo brasileiro e o fenômeno da urbanização se acentua. Quando consideramos que um dos fenômenos mais impactantes desse período foi o grande aumento das áreas habitacionais chamadas de *favelas*, se torna relevante analisar a forma como este espaço urbano foi representado nos jornais. Primeiro, porque foi nesse período em que essas áreas sofreram o seu maior crescimento proporcional até então e, ademais, tornaram-se foco de interesse e discussão pelo poder público, intelectuais, acadêmicos, partidos políticos e os grandes jornais. Segundo, pois o tema é controverso: discute-se desde sua origem, seu incremento e até como conceituar esse espaço. Estando assim inserido no que Bourdieu chama de *luta simbólica* e Chartier de *lutas de representação*. Terceiro, porque a imprensa, é o lugar por excelência onde essas tomadas de posição são criadas/difundidas. Assim, através das representações feitas pelos jornais, podemos estudar os posicionamentos destes periódicos sobre: as mudanças sócio-políticas-econômicas vinculadas ao período; o processo de industrialização-urbanização em andamento; as políticas públicas a serem adotadas. Levando-se em conta o grande poder de legitimação/deslegitimação de ideias que os meios de comunicação possuem, notamos como a forma pela qual a *favela* é representada pode interferir ou legitimar tomadas de decisões políticas, o que possibilita vislumbrar que sociedade está se querendo formar. Para tal proposta, a metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo.

Palavras-chave: Imprensa. Favelas. Industrialização. Urbanização. Segundo Governo Vargas

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to analyse how the major *carioca* press (*Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* and *Última Hora*) portrayed the housing areas called *favelas* (slums) during Getulio Vargas' second government (1951-1954). This work considers that, after 1945, Brazil went through an accelerated process of industrialization and urbanization. However, these processes did not occur spontaneously, but rather were conducted by a strong governmental interventionism. This interventionism brought intense changes into politic, social and economic fields, besides its consequences, not always good ones, which brought up serious questionings. Getúlio Vargas' second government was an important period because it was when the industrialist project was effectively adopted by the brazilian government and the urbanization phenomena grew stronger. When we consider that one of the most important phenomena of this time was the large increasement of the housing areas called *favelas*, it becomes relevant to analyse how this space formation was portrayed in the press. First, it was in this period that these areas had their larger growth up to that moment, and, moreover, they became the focus of important discussions in different fields of brazilian society (academy, political parties, the press, among others). Second, because the theme itself is controversial: it discusses from its origen, its development, and even how to conceptualize the space. Then, this theme is inserted in what Bourdieu calls *symbolic struggle* and Chartier calls *struggle over representation*. Third, because the press is the place where the positions (political ones, for example) are created and spread. Therefore, through the press representations, we are able to study the positioning of these newspapers about: the political, social, and economical changes in this period; the process of industrialization and urbanization in progress; and the public policies to be adopted. Considering that the press has the power of legitimize (or not) ideas, it is possible to notice that the way the *favelas* are represented can interfere or legitimize political decisions making. This allows to glimpse that the society is trying to constitute itself. For this purpose, the chosen methodology is Content Analysis.

Key-words: Press. *Favela*. Industrialization. Urbanization. Varga's second government.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1: Aumento da população urbana em relação à rural	15
GRÁFICO 2: Produção sobre <i>favelas</i> nos diferentes entre 1945 e 1955	70
IMAGEM 1: Distribuição agente/instituição – tomada de posição políticas públicas e visão sobre <i>favela/favelado</i>	78
IMAGEM 2 - Distribuição agente/instituição – tomada de posição políticas públicas e visão sobre <i>favela/favelado</i> – posições jornais	171

LISTA DE SIGLAS

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CDI - Comissão de Desenvolvimento Industrial

CEIMA - Comissão Executiva do Material Automobilístico

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CFCE - Conselho Federal de Comércio Exterior

CM – Correio da Manhã

CME - Comissão de Mobilização Econômica

CNBS - Comissão Nacional de Bem-Estar-Social

CNPIC - Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPI – Campo de Produção Ideológica

DASP - Departamento Administrativo do Serviço Público

DHBB – Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro

FLXIII- Fundação Leão XIII

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

JB – Jornal do Brasil

ONU - Organização das Nações Unidas

PC – Partido Comunista

PDF – Prefeitura do Distrito Federal

UH – Última Hora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
2. HISTÓRIA, IMPRENSA E POLÍTICA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: A BUSCA POR UMA ABORDAGEM TEÓRICA	37
2.1 “FECHANDO O CERCO” OU ABRINDO AS DISCUSSÕES?	37
2.2 <i>CAMPO DE PRODUÇÃO IDEOLÓGICA (CPI): UMA POSSIBILIDADE ANALÍTICA</i>	50
2.2.1 <i>Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Última Hora: entre tradição e renovação</i>	56
2.2.2 <i>Campo de Produção Ideológica e o debate sobre as favelas</i>	64
2.2.3 <i>A favela em debate: esboço do CPI</i>	69
3. FAVELA REPRESENTADA: AS ÁREAS HABITACIONAIS CHAMADAS FAVELAS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CARIOCAS (CM, JB, UH)	82
3.1 <i>FAVELA COMO O “OUTRO”</i>	82
3.2 <i>RELAÇÃO FAVELA E “CIVILIZAÇÃO”</i>	91
3.3 <i>FAVELA LUGAR DA CARÊNCIA</i>	97
3.4 <i>FAVELA E SEUS MORADORES</i>	105
3.5 <i>FAVELA COMO UM PERIGO</i>	110
4. FAVELA: QUAIS FATORES QUE AS CAUSAM E O QUE FAZER COM ELAS, segundo o <i>Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Última Hora?</i>	123
4.1 FATORES CAUSADORES DAS ÁREAS HABITACIONAIS CHAMADAS FAVELAS	123
4.1.1 <i>Causas das favelas ligadas a fatores internos à cidade</i>	124
4.1.2 <i>Causas das favelas ligadas a fatores externos</i>	134
4.2 “SOLUÇÃO”? - O QUE FAZER EM RELAÇÃO ÀS FAVELAS?	144
4.2.1 <i>Consensos</i>	145
4.2.2 <i>Questões: êxodo rural e industrialização</i>	147
4.2.3 <i>“Extinção” ou “saneamento” das chamadas favelas?</i>	153
4.2.4 <i>Combate ao déficit habitacional: programa de ampliação da construção de habitações populares</i> ...	160
4.2.5 <i>“Favela única”</i>	164
4.2.6 <i>Síntese do capítulo</i>	169

CONCLUSÃO	174
FONTES	184
REFERÊNCIAS	185
ANEXOS	191

INTRODUÇÃO

Com esta dissertação procura-se analisar a forma como a grande imprensa carioca - através dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* - representou as áreas habitacionais chamadas *favelas*¹, durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954).

A partir desse tema e objetivo geral, buscamos compreender como esses periódicos perceberam o processo de incremento das áreas habitacionais denominadas *favelas*, uma vez que este processo implicou na ampliação da população pobre, negra, mestiça e de origem rural na Capital Federal, em detrimento da população de origem europeia e predominantemente urbana. O que envolve diversas questões, desde o processo de industrialização acelerado e urbanização “desordenado” do período, até o fenômeno do êxodo rural, muito associado ao esvaziamento do campo em favor do aumento demográfico da cidade.

Assim, com base na forma como os referidos jornais representaram as áreas chamadas *favelas*, buscaremos identificar que tipo de concepções acerca da população economicamente desfavorecida foram mobilizados discursivamente para caracterizar o morador destas zonas de habitação, classificado pela imprensa da época como “o favelado”. Da mesma maneira, interessa-nos compreender a percepção destes impressos sobre a possibilidade de incorporação econômica, social e política dos habitantes das chamadas *favelas*, no contexto de industrialização acelerada e de ampliação do eleitorado em andamento no período.

Elementos que podem permitir que se chegue a questões centrais como, apreender “visões de mundo” e concepções de sociedade presentes nos diários, assim como, as possíveis linhas político-doutrinárias de cada jornal estudado, especialmente sobre o tema da industrialização acelerada e “planejada”, em andamento neste período. Por fim, ainda possibilita identificar quais políticas públicas foram defendidas e/ou legitimadas em relação às chamadas *favelas* e, a partir daí possíveis modelos de organização do espaço urbano.

Em síntese, nosso objetivo último é, a partir das representações sobre as *favelas*, compreender como os periódicos estudados estavam concebendo a democracia vigente no período e o processo de industrialização acelerada e “planejada” em curso naquele momento, com ênfase no segundo ponto. Isso, a partir de uma perspectiva teórica – *Campo de Produção*

¹ Como essa pesquisa não tem por objetivo fazer do termo *favela* um conceito, e sim analisar as diversas representações sobre tal palavra, nos mais distintos discursos, optei por continuar utilizando o termo *favela* ao invés de incorporar o termo politicamente correto de “comunidade” ao texto. Pois como veremos, a própria palavra *favela* é complexa, repleta de dubiedades, idas e vindas. Assim, utilizar o termo “comunidade” além de ser anacrônico, ainda descaracteriza e desconsidera o próprio conceito de representação. Neste sentido manterei as palavras *favela(s)* e *favelado(s)*, mas sempre grifado em itálico quando as palavras forem minhas, já, quando são citações, tanto de autores da bibliografia quanto dos jornais e/ou outros documentos analisados, o termo ficará entre aspas.

Ideológica – que permite identificar a imprensa não como subordinada aos interesses de outros grupos – políticos, econômicos -, mas como uma instituição singular, detentora de **lógicas próprias** de funcionamento, de apreensão da “realidade” e de inserção no debate público, o que lhe gera uma grande capacidade de intervenção na sociedade. Perspectiva que também tentará ser comprovada ao longo da dissertação.

Dessa forma, iniciamos a apresentação da relevância do tema proposto fazendo referência a duas questões da atual conjuntura. A primeira diz respeito ao aspecto político, no qual a “grande mídia” brasileira tem adquirido o papel de protagonista, conseguindo mobilizar diversos setores e grupos da sociedade, assim, ampliando sua eficácia na intervenção social, elemento que legitima e autoriza estudos sobre a imprensa no Brasil.

O segundo se refere à recente intervenção federal no estado do Rio de Janeiro para “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”². Mesmo que tal medida seja prevista na Constituição, quais elementos, ou melhor quais representações justificariam e legitimariam não apenas o decreto, mas o amplo apoio da sociedade a esta medida? Questão que traz a atualidade do tema aqui estudado e a relevância do estudo das representações sociais, uma vez que estas são utilizadas para (des)legitimar políticas públicas.

De qualquer forma, a compreensão da relevância do tema proposto passa também pela compreendermos do contexto histórico em que ele emerge. Vamos a isto, então.

O Brasil, na década de 1950, está em meio a um processo de grande transformação, tanto em nível econômico, como social e político. Em aproximadamente quarenta anos (1930-1970), o país passa de agroexportador e rural para exportador de manufaturados e relativamente urbanizado. Em decorrência do seu ritmo acelerado, tal processo de industrialização e urbanização foi classificado por Thomas Merrick (1986, p.31) como o mais rápido vivido por uma sociedade ocidental moderna. Entretanto, esse fenômeno não ocorreu espontaneamente, mas partiu e se consolidou com o forte intervencionismo estatal, o que gerou a acentuação de alguns elementos próprios ao processo de industrialização, mas que nem sempre são positivos.

O modelo de industrialização brasileiro foi fundado em forte intervencionismo estatal, com a criação de empresas públicas, novos tributos, ampliação da burocracia e novas agências responsáveis por planejar as principais ações do Estado (LEOPOLDI, 2000, p. 222-223)³. Nesse

² Inciso três do artigo 34 do capítulo VI da Constituição. A intervenção federal é prevista pela Constituição, mas nunca havia sido utilizada. No dia 16 de fevereiro, Michel Temer, então presidente da República, decretou a intervenção federal no Rio de Janeiro, decreto que foi aprovado pelo Congresso nacional no dia 20 de fevereiro.

³ Formando um verdadeiro arcabouço de agências reguladoras: Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP, 1938), o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE, 1934), a Comissão de Mobilização Econômica (CME, 1942), o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC, 1944).

sentido, o projeto industrializante de Vargas foi fundamental, pois, fundava-se, como afirma Leopoldi, em “uma campanha que propunha continuar os esforços de criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento econômico” baseado na indústria (LEOPOLDI, 2000, p.31). Embora muitas mudanças tenham se consolidado durante a Presidência de Juscelino Kubistchek (1956-1960), foi no Segundo Governo Vargas que tivemos a implementação de diversas medidas que visaram mudar a face do Estado brasileiro, ampliando seu grau de intervenção econômico e, a partir daí, consolidar as bases estruturais de uma industrialização acelerada: fontes de investimento de longo prazo (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE), produção de insumos industriais e potencial energético para além da demanda (Petrobrás, Eletrobrás) e, por fim, a criação de agências planejadoras (Comissão de Desenvolvimento Industrial - CDI; Comissão Executiva do Material Automobilístico - CEIMA) (LEOPOLDI, 2000, p.223)⁴.

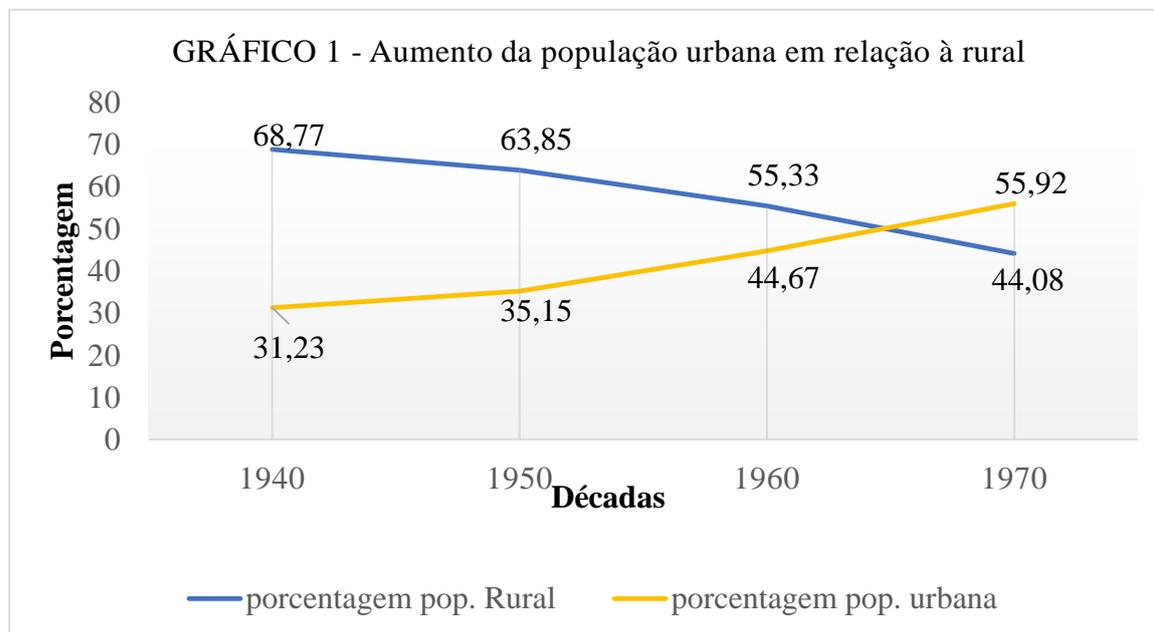
Desta maneira, entre os anos de 1950 e 1964 a economia nacional apresentou um significativo crescimento geral, chegando perto de 6% ao ano, com a indústria sendo o polo motivador⁵. Neste período então, consolidou-se a industrialização do país, com a passagem do sistema agroexportador para o industrial (BAER, 1996, p.55)⁶. Neste sentido, considerando a lógica de desenvolvimento da indústria moderna, o meio urbano e, preferencialmente, as cidades com uma estruturação mais complexa são os locais escolhidos para a instalação industrial (SINGER, 1973, p.32). Mas, após iniciado o processo, tais cidades tendem a atrair populações de outras regiões, assim, atrelada à industrialização tem-se a urbanização. Entretanto, no caso brasileiro, ambos os processos, como já citado, ocorreram de modo acelerado, o que gerou intensas mudanças no cenário nacional.

⁴ Sem esquecer da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953).

⁵ Enquanto a agricultura alcançou a média anual de 4,6%, a indústria apresentou resultados mais significativos (9,1% a.a.), o que a tornou “o setor dinâmico da economia” brasileira. (BAER, 1966, p. 73, nota 3).

⁶ Empregamos, aqui, a diferenciação utilizada por BAER entre *crescimento industrial* e *industrialização*: no primeiro caso, ocorrido até os anos 20, “o crescimento da indústria dependia principalmente das exportações agrícolas” e “não foi acompanhado por mudanças estruturais da economia. A industrialização, por outro lado, está presente quando a indústria se torna o principal setor de crescimento da economia e gera mudanças estruturais pronunciadas” (BAER, 1996, p. 55).

Para termos uma ideia da transformação que se processou na distribuição populacional na cidade e no campo, em nível nacional, entre as décadas de 1940 e 1960, elaborou-se o GRAF.1, onde tal movimento fica mais claro.



Fonte: KRILOW (2018)⁷.

Neste gráfico, pode-se observar que no Brasil, a partir de 1940, as diferenças entre as porcentagens de população rural e de população urbana começam a diminuir, até que, já em meados de 1960 ocorre, efetivamente a transição. Além desse processo ter se realizado em um período muito curto de tempo, esteve associado a um grande incremento na população, assim, se em 1940, o país possuía um contingente populacional de 41.236.315 habitantes, em 1960 esse número é elevado para 70.070.457, o que significa um incremento de aproximadamente 70% em duas décadas⁸.

Esse incremento populacional no meio urbano foi muito impactante, principalmente nas grandes cidades, especificamente no Rio de Janeiro. Os dados a seguir, também retirados do IBGE, demonstram os números desse aumento: em 1940, a população total do Rio de Janeiro era de 1.764.141 habitantes e, dez anos depois, já estava em 2.377.451, atingindo a marca de 3.307.163 moradores, no ano de 1960. Em outras palavras, em 20 anos, o incremento foi de 87%, isto é, superior à marca nacional.

De modo geral, o aumento da população e a urbanização acelerada foram decorrentes da diminuição da taxa de mortalidade e da manutenção de altas taxas de fecundidade (CANO,

⁷ Gráfico elaborado a partir dos dados do IBGE relativo aos censos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

⁸ Dados também extraídos do IBGE relativo aos Recenseamento Geral do Brasil de 1940 e 1960.

1989), mas, principalmente, fruto da migração campo-cidade, que chegou, no período compreendido entre 1950-1960, a “ser responsável por 17,4% do crescimento populacional das cidades” (ALVES; SOUZA; RENNER, 2001, p.81)⁹. Mas, como nos alerta Celso Furtado, diferentemente dos países ditos desenvolvidos, onde a população que migra do campo para a *urbes* consegue ser absorvida, em sua grande maioria, pela indústria, nos países chamados subdesenvolvidos, essa capacidade de absorção é diminuta, em decorrência da própria dimensão reduzida da indústria (FURTADO, 2003, p.12).

Ainda mais, a migração campo-cidade geralmente traz uma mão de obra inadequada ao trabalho industrial, formada por pessoas sem renda, sem instrução, sem condições de arcar com o valor do transporte em regiões mais distantes do centro urbano, onde poderiam encontrar habitações a custos módicos. Dessa forma, acabavam por se instalar no centro da cidade e nas áreas habitacionais chamadas *favelas*, em sua grande maioria posicionadas próximo aos locais de trabalho (ABREU, 1987, p.106), ocupando empregos nos setores de serviço ou mesmo nos setores informais da economia o que geraria a “hipertrofia do setor terciário” (SINGER, 1973), sem contar os que ficam desempregados.

Como consequência de transformações tão impactantes, surgiram diversos pontos de impasse, como o estrangulamento da infraestrutura urbana - colapso no fornecimento de energia, água, rede de esgoto, crise nos transportes e carências no abastecimento de alimentos das grandes cidades - decorrentes do incremento populacional sem um planejamento adequado (MORAES, 2011, p.160). Decorre daí a classificação do processo como uma “urbanização desordenada” por Milton Santos (SANTOS, 1996).

Entretanto, um dos fatores mais impactantes desse aumento não planejado da população urbana foi a “explosão” das áreas habitacionais de moradias precárias. No caso do Rio de Janeiro, possuímos um agravante, tendo em vista que este apresentou um crescimento industrial inferior ao da capital paulista e, com isso, o índice de absorção de mão de obra migrante no setor produtivo da economia era baixo. Neste contexto, o destino mais comum para essa população acabou sendo as áreas denominadas *favelas*. Assim, a população chamada *favelada*, passou de 169.305 em 1950 para 335.063 em 1960, o que significa um crescimento de 98%. Isso sinaliza um aumento proporcionalmente superior das áreas de habitação precária em detrimento das demais zonas habitacionais do Distrito Federal (ABREU, 1987, p.125-126). Por isso, Valladares pontua que a década de 1950 é tradicionalmente classificada pela historiografia

⁹ Ver também: AYDOS, Mariana Recena. Migrações Internas no Brasil Contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008. E, PATARRA, N.L. Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços.

como o período de “expansão descontrolada das favelas” (VALLADARES, 2005, p.23). Embora deva-se lembrar o argumento de Mike Davis, no livro “Planeta Favela”, segundo o qual esse aumento das áreas classificadas como *favelas* neste período foi um fenômeno mundial e, não apenas brasileiro (DAVIS, 2006, p.32). Como caráter ilustrativo ver anexo A, onde encontra-se um mapa retirado do Censo das Favelas realizado pela prefeitura do Distrito Federal, neste mapa, estão marcadas as chamadas *favelas* identificadas pelos recenseadores da prefeitura, entre o final de 1947 e início de 1948.

Diante de uma transformação tão acentuada e que gerou tantos problemas, não faltaram críticas e discussões sobre o processo. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, debatia-se sobre qual a melhor forma de desenvolver o país. De um lado, possuímos a forte tradição de pensamento liberal, que foi hegemônico durante muito tempo no meio acadêmico e entre os homens públicos. Essa corrente de pensamento econômico era contrária à industrialização orientada pela intervenção do Estado, defendendo a especialização agrária do Brasil, com base na lei das vantagens comparativas, segundo a qual o país teria que se especializar naquilo que produzisse de melhor e com menor custo – produção primária – e importar o que não produzia ou produzia com baixa qualidade e alto custo – manufaturados (MARTINS, 2016, p.119). Esta corrente se reforçou após a Segunda Guerra Mundial, sofrendo alterações em relação ao liberalismo clássico - com o chamado neoliberalismo - por aceitar a existência de imperfeições no mercado (monopólios, ciclos econômicos, etc.) e admitir um limitado grau de intervencionismo estatal corretivo, entretanto a resistência ao processo industrializante com intervencionismo se manteve (MARTINS, 2016, p.136-137).

Já os defensores da industrialização acelerada do país com presença ativa do Estado afirmavam que esta era não só possível como imprescindível para o seu desenvolvimento. No pós-guerra, o grande trunfo encontrado pelo *movimento industrialista*¹⁰ foi o que a bibliografia classificou como desenvolvimentismo, que ofereceu o aporte teórico para a ideia da industrialização do Brasil, que germinava desde o século XIX. O pensamento desenvolvimentista emergiu ainda na década de 1930, mas foi após a Segunda Guerra Mundial, com os trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, especialmente pelas ideias de Raul Prebisch, que ganhou força e se legitimou gradualmente, tornando-se política de Estado em vários países da América Latina como o Brasil. Para Prebisch, a solução não estaria em aprofundar a especialização e sim que as melhorias na produção primária fossem acompanhadas de investimentos também no setor industrial ou

¹⁰ Em relação ao uso do conceito *movimento industrialista* e a composição deste grupo consultar LEOPOLDI, (2000, p. 61) e LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização* (1978, p. 15).

transferidos diretamente para ele, reforçando o mercado interno. Assim, agricultura e indústria não eram excludentes, mas complementares. E um dos papéis do Estado seria proteger a indústria emergente, pois sua baixa produtividade diante do centro não lhe permitiria concorrer em um sistema de livre mercado (MARTINS, 2016, p.157-159).

Neste “conflito entre projetos de desenvolvimento” a questão das *favelas* assume uma posição central, pois, conforme for significada como um “problema”, “um mal a ser evitado”, “um mal inevitável”, “um sintoma do crescimento econômico”, etc., sua abordagem pelas linhas vistas acima pode ser usada para legitimar ou deslegitimar o processo de industrialização em curso.

O tema *favela* é muito instigante e controverso, sendo esse fenômeno urbano representado e, com isso, significado de diferentes maneiras. Inicialmente, na historiografia especializada, não há um consenso sobre a forma como as áreas chamadas *favelas*¹¹ teriam se originado. Andreilino Campos, no livro *Do Quilombo à Favela* (2012), retoma três possíveis origens da favela, todas ainda no século XIX.

A primeira explicação toma a data de 1870 como o ano de origem destas zonas de habitação chamadas de *favela* e as relaciona com a Guerra do Paraguai (1865-1870). Com o fim do combate, os negros que haviam sido arrematados em diversas províncias não tinham para onde voltar, pois o governo imperial havia prometido a alforria aos escravos que fossem combater. Ocorrendo uma desterritorialização, esses negros montaram acampamento nas proximidades do Ministério da Guerra, ocupando cortiços e as encostas da área central (CAMPOS, 2012, p.55-56). A segunda explicação está relacionada com a destruição de diversos cortiços, entre os anos 1893-94, sendo a mais emblemática a derrubada do “Cabeça de Porco”, pois apenas neste havia cerca de quatro mil pessoas. Dessa forma, seus antigos moradores se deslocaram para a encostas dos morros – o que permitia que ainda continuassem próximos do trabalho -, muitas vezes utilizando as madeiras dos cortiços destruídos para a autoconstrução das casas (CAMPOS, 2012, p.60-61)

A terceira versão, e a mais difundida e defendida por Mauricio Abreu (1987) e Licia Valladares (2005), está relacionada à Guerra de Canudos (1897). Ao retornarem do combate na Bahia, os soldados vieram ao Ministério da Guerra, localizado na então Capital Federal, para

¹¹ A primeira definição de *favela*, ou melhor, “slum”, palavra inglesa que significa “favela”, foi publicado em 1812, no *Vocabulário de linguagem vulgar*, do escritor James Hardy Vaux. Era sinônimo de racket, “estelionato” ou “comércio perigoso”. Porém, já entre as décadas de 1930-40, os pobres não praticavam mais os “slum” e sim moravam neles, passando a se referir a cômodos onde se faziam transações vis (DAVIS, 2006, p.32). Mas no Brasil ainda, a palavra “favela” pode se referir a uma planta endêmica do país, *Cnidoscolus quercifolius*, encontrada com frequência na Bahia.

reivindicar os seus salários, porém, como o governo não tinha como arcar com estes custos, os praças se instalaram no Morro da Providência e no Morro Santo Antônio, até receberem o pagamento (CAMPOS, 2012, p.57-58). Na sequência, a denominação de Morro da Providência foi alterada para “Morro da Favela” (FRIDMAN e HAESBAERT, 2014, p.438).

As interpretações sobre essa troca de nomenclatura consideram que houve uma associação entre os aspectos físicos e morais dessas construções do Morro da Providência com as moradias dos sertões nordestinos. Mas como até hoje, não se tem certeza se essa instalação foi permitida pelo governo ou não, Almeida e Najar (2012), apontam duas explicações para essa nova denominação dada ao Morro da Providência,

A primeira é a existência neste morro da mesma vegetação que cobria o morro da Favella no Município de Monte Santo, na Bahia. A segunda relaciona o papel de resistência representado na Guerra de Canudos pelo morro da Favella de Monte Santo, que retardou o avanço final do exército da República sobre o Arraial (ALMEIDA & NAJAR, 2012, p. 124).

Nessa perspectiva, percebe-se que a própria expressão já nasceria plena de dubiedades e de contradições, pois, de um lado, podia significar moradias precárias que foram construídas sobre o Morro da Providência, mas, por outro lado, a resistência à ação do Estado sobre parte da população pobre.

Logo, porém, esse termo foi se generalizando, pois após os soldados terem recebido seu pagamento, alguns abandonaram o lugar, deixando ou vendendo as construções, que passaram a ser ocupadas por indivíduos de grupos mais pobres da sociedade. A partir de então, essa forma de habitar passou a aumentar progressivamente, assim, argumenta Valladares,

O Morro da Favella, pouco a pouco passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçados de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. [...] surge, assim, uma categoria nova para designar um habitat pobre, de ocupação irregular, sem respeito às normas e geralmente sobre as encostas (VALLADARES, 2005, p.26)

Se observarmos a grafia da palavra “Favella” que era escrita com “F” maiúsculo e dois “l” - o que indica ser o nome próprio de um lugar, ou seja, o Morro da Providência -, perceberemos que, a partir do estabelecimento em diversos pontos da cidade dessas áreas de habitação, “o nome próprio logo passou a ser usado como comum. E, assim, disseminaram-se as favelas” (SILVA, 2013, p.39).

A bibliografia especializada (ABREU, 1987; CONNIFF, 2006; VALLADARES, 2005; BOTEGA, 2008) aponta diversos elementos como desencadeadores da ampliação das áreas habitacionais chamadas *favelas*. Afora a questão do poder atrativo que a industrialização poderia exercer sobre a população rural brasileira e mesmo a que habitava outras regiões do

país menos desenvolvidas economicamente¹², ainda são apontados: as políticas urbanas adotadas pelo Estado¹³, que, desde o início da República, privilegiaram o embelezamento das grandes cidades, o que era “extremamente incompatível com as necessidades das classes populares, gerando uma sociedade urbana excludente e uma estrutura de cidade fortemente segregada” (BOTEGA, 2008, p.13). Isso reforça a perspectiva da *favela* como um lugar de resistência à ação do Estado sobre parte da população pobre, uma vez que as políticas públicas pretendiam retirar as classes populares do centro das cidades, mas estas permaneceram nas imediações fazendo dos morros o seu lugar de moradia. Além disso, ainda são listados: a condição de proximidade do lugar de trabalho; o déficit habitacional geral, mas especialmente a escassez de moradias acessíveis às camadas populares; a deficiência no transporte coletivo, o que impedia a residência dos trabalhadores em locais distantes, onde havia habitações com infraestruturas adequadas a preços acessíveis; a ação dos proprietários de áreas urbanas, que faziam o loteamento dos terrenos de forma imprópria; por fim, a atuação dos especuladores imobiliários, ou promotores imobiliários, que encareciam o custo dos terrenos nas áreas urbanas. Assim, segundo Abreu, “esta forma de ocupação dos morros logo se revelou a solução ideal para o problema da habitação popular do Rio de Janeiro. De local de moradia provisória, esses morros da área central logo foram transformados em opção de residência permanente” (ABREU, 1992, p.90).

Esta não era, porém, a percepção preponderante até o final da década de 1930 nos poderes públicos e no “pensamento erudito” do período. Valladares argumenta que a primeira representação sobre a *favela* estava atrelada à imagem do povoado de Canudos descrito por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Assim a *favela* pertenceria “ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização” (VALLADARES, 2005, p.36).

¹² Elemento bem ilustrado pelo Recenseamento das Favelas de 1950, realizado pelo IBGE, quando apenas 38,6% da população favelada era do Distrito Federal, enquanto 27,5% era proveniente do estado do Rio de Janeiro; 16,5% de Minas Gerais; 7,1% do Espírito Santo; 8,4% dos 9 estados do Nordeste. Dados retirados dos documentos censitários do IBGE – “As Favelas do Distrito Federal e o Censo demográfico de 1950”, publicado em 1953.

¹³ Botega, em sua análise histórica da realidade urbana brasileira, observada do ponto de vista das políticas urbanas adotadas, demonstra que, desde a adoção da política do encilhamento, a lógica de subordinar a política urbana e habitacional aos interesses da reprodução das relações capitalistas de produção tem orientado a ação do Estado (BOTEGA, 2008, p.13). Um dos exemplos mais emblemáticos foi a “reforma Pereira Passos (1902-1906). Segundo Rezende, “As administrações de Rodrigues Alves, presidente da República, e de Francisco Pereira Passos, prefeito da cidade, realizam assim, em um curto espaço de tempo, um conjunto de obras”. Obras “de vulto do governo federal cujo ponto central é o porto do Rio de Janeiro. As principais intervenções são as ligações entre a Zona Portuária e o Centro, e entre o Centro e os bairros vizinhos da Zona Norte Sul. Outra grande obra a cargo do governo federal é a abertura da avenida Central, atual avenida Rio Branco, que rasga a cidade, a exemplo das obras do prefeito Haussmann em Paris e da avenida Mayo em Buenos Aires” (REZENDE, 2002, p.258-259). Posteriormente, teve-se o início do “arrasamento” do Morro do Castelo, sob a administração do prefeito Carlos Sampaio (1920-1922), remodelação cujo mote central era o “embelezamento” para as comemorações do Centenário da Independência e a organização da Exposição Universal (OLIVEIRA, 2014, p.46).

Posteriormente, entre o período das Reformas Pereira Passos até o final dos anos 1920, ocorre a “transformação da favela em **problema social** e urbanístico”, com o predomínio dos discursos de médicos, higienistas e engenheiros, que consideravam as favelas como “doenças, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (VALLADARES, 2005, p.40). Dessa forma, dentro de um movimento da elite dirigente preocupada em transformar a Capital Federal no exemplo da civilidade brasileira, na tentativa de se afastar das heranças coloniais e atrair o olhar dos europeus e norte-americanos, as *favelas* não poderiam ser toleradas e, assim, deveriam ser destruídas. Não por acaso foi nesse período que o Distrito Federal passou a ter o cognome de “Cidade Maravilhosa”, bem como os moradores do Rio de Janeiro passaram a ser chamados de “cariocas”, para se diferenciar dos fluminenses que eram habitantes da província rural (CONNIFF, 2006, p.41).

Já a partir das décadas de 1920-30, demonstra Valladares (2005), há uma progressiva complexificação das reflexões e representações sobre as áreas classificadas como *favela*, em decorrência de dois elementos básicos, isto é, a significativa ampliação dessas áreas habitacionais e a importância que esses territórios vinham adquirindo na lógica da cidade urbano-industrial capitalista. O Plano Agache (1930)¹⁴, mesmo não tendo sido implementado, auxiliou consideravelmente nessa reflexão, apontando como soluções não apenas a destruição das *favelas*, mas abriu uma nova perspectiva defendendo a construção de moradias populares e sugerindo a possibilidade da formação de uma mobilidade urbana dentro dessas áreas habitacionais (VALLADARES, 2005, p.48).

Partilhando da mesma visão de Valladares, Costa (2015) afirma que ocorreu um progressivo acúmulo de perspectivas que passaram a tratar a *favela* enquanto um *problema social*. No momento em que as áreas de habitação populares adquirem este *status*, elas são reconhecidas pelo Estado o que implica em uma reorganização das medidas da União para com essas formas de habitação, ou seja, o problema das moradias populares passa a ser um problema do Estado, pois, ao reconhecê-las como *questão social*, acaba as colocando sob sua tutela (COSTA, 2015, p.23).

Reginaldo Costa associa esse novo *status* da *favela* ao fato de, no Primeiro Governo Vargas, ter ocorrido o reconhecimento social do trabalhador e isso desencadearia “uma agenda de políticas públicas voltadas para os favelados nas áreas de habitação, infraestrutura urbana, assistência social, saúde e educação” (COSTA, 2015, p.23). Pois, a *favela* tornou-se o lugar de

¹⁴ O urbanista Alfred Agache, foi contratado pelo prefeito Antônio Prado Junior, para criar o primeiro planejamento geral para o Rio. De 1927 a 1934, Agache coordenou equipes de funcionários públicos na obra, que ia desde redes de esgoto até códigos arquitetônicos (CONNIFF, 2006, p.54).

residência de uma importante parcela da classe trabalhadora, trabalhadores de setores formais e informais, formando o local de parte, nos termos de Karl Marx, do exército de mão de obra, não apenas reserva, mas também ativo, que não para de crescer, ganhando importância na dinâmica social. O que fez com que as áreas denominadas *favelas* passassem a ser representadas como “uma perfeita síntese da classe trabalhadora brasileira, com samba, mistura racial de todo o tipo e uma amostragem do folclore das regiões interioranas” (CONNIFF, 2006, p.147), ou seja, simbolizavam “o povo” e o seu reconhecimento como “sujeito político” servia como legitimador da administração de quem assim o fazia diante dos demais setores sociais.

Em virtude disto, dentro do contexto da “Era Vargas”, pela primeira vez, houve o reconhecimento da *favela* como um tipo de espaço urbano presente no território do Distrito Federal, o que possibilitou a elaboração de políticas públicas que visassem “melhorar as condições de vida dos favelados, contrariando a solução única de sua destruição anteriormente proposta” (VALLADARES, 2005, p.52). Tal reconhecimento ocorreu no Código de 1937 que permaneceu vigente até 1971, onde se introduziu o capítulo – XV “Extinção das Habitações Anti-Higiênicas”, com uma parte intitulada “Favelas”, do qual cito o artigo 349: “A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida”. (OLIVEIRA, 2014, p.49).

A partir desse artigo identifica-se a primeira definição jurídica sobre a *favela*, que a concebe a partir de um conceito negativo, isto é, como aquilo que se encontrava fora de uma ordem urbana. Mas, mesmo assim, ocorre a certificação da *favela* como uma *questão social*, o que amplia a responsabilidade dos poderes público em relação aos “mais pobres”. Dessa maneira, o parágrafo nove deste artigo previa a “extinção das favelas e a formação, para substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo” (OLIVEIRA, 2014, p.50), o que resultou na formação da política dos parques proletários do Estado Novo entre 1941-1945, implementadas pelo Prefeito Henrique Dodsworth, que, em termos práticos, significou a construção de quatro parques - que realojaram de 7 mil a 8 mil pessoas.

Considerando a “capacidade de institucionalizar uma classificação, os códigos urbanos definem formas e estratégias de governo e dominação sociopolítica. Ao nomear uma estrutura social, a legislação traduz o mundo social, mas também produz uma forma de poder” (OLIVEIRA, 2014, p.43). Assim, poder-se-ia dizer que a maior contribuição da formulação desse artigo ocorreu em termos simbólicos, pois “representaram uma nova etapa na concepção de ação pública com respeito às favelas” (Burgos *apud* VALLADARES, 2005, p.61). Desta maneira, não seria mais “sustentável incendiar as zonas urbanas ocupadas irregularmente ou

simplesmente expulsar os pobres”, pois, “a ordem no universo doméstico reforçava e complementava a produtividade da indústria, elemento central na modernização projetada durante o governo de Getúlio Vargas” (OLIVEIRA, 2014, p.66).

Tendo em vista esta nova percepção, outro elemento foi essencial: a necessidade de se “conhecer” as *favelas* a partir de dados quantitativos, para então se definir as políticas públicas adequadas. Neste processo, é que são encontradas as primeiras produções acadêmicas¹⁵ e os primeiros dados oficiais sobre as *favelas* (*Censo das Favelas* realizado pela Prefeitura do Distrito Federal entre o final de 1947 e início de 1948 e o Recenseamento Geral das Favelas elaborado pelo IBGE, em 1950, documentos que serão analisados no próximo capítulo). Publicações que trazem um “novo olhar” sobre as áreas habitacionais chamadas *favelas* e os seus moradores, designados como *favelados*.

Com a queda de Vargas, em 1945, e o retorno à democracia, tornou-se significativa uma nova constatação: o aumento numérico das *favelas* iria ter que necessariamente lidar com a abertura da participação política e a mobilização partidária revigoradas no período. Percebe-se um novo olhar sobre as *favelas*, na medida em que cada vez mais grupos populares seriam integrados no sistema político-eleitoral, a partir da Lei Agamenon de 1945¹⁶. Assim, diante da perspectiva de que os grupos populares formariam a base do eleitorado brasileiro, tornava-se patente a preocupação, nos grupos políticos e econômicos dirigentes, que as tensões sociais desencadeadas nas *favelas* poderiam interferir na vida política. Fazendo-se necessário, por isso, que houvesse algum meio para desencadear a mobilização ou desmobilização política de seus habitantes. Nesse sentido, diversas frentes passaram a olhar para essas zonas de habitação precárias - Partido Comunista (PC)¹⁷ e a Fundação Leão XIII¹⁸ - como áreas de cooptação política e de mobilização eleitoral.

¹⁵ Os textos que marcam o início desse novo período são o Trabalho de Conclusão de Curso de assistente social realizado por Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em 1942, com o título de *Impressões de uma assistente sobre o trabalho na favela*. E o relatório do médico Victor Tavares de Moura, do ano de 1943, com o título *Favelas do Distrito Federal*, realizado a pedido do Secretário-Geral de saúde e Assistência do Rio de Janeiro, Dr. Jesuíno Carlos de Albuquerque (VALLADARES, 2005, p.56-63).

¹⁶ A partir do novo Código Eleitoral, também conhecido como Lei Agamenon, o voto passou a ser obrigatório, adulto e universal (homens e mulheres), secreto e alfabetizado. Assim, mesmo com a manutenção do critério da necessidade de alfabetização para a condição de eleitor (SOUSA, 1976, p.114), ocorreu uma considerável e crescente ampliação numérica da população com direito ao voto. Essa ampliação foi gradual, sendo que de um contingente de 1.466.700 eleitores em 1934, o Brasil passa a ter em 1960, 15.543.332 de votantes. Em termos brutos, isso equivale a uma ampliação em mais de 10 vezes o número de eleitores.

¹⁷ Voltando à legalidade no início do pós-guerra, o Partido Comunista do Brasil passa a desenvolver ações nas favelas, como a criação de Comitês Democráticos Populares. Posteriormente, mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista conseguiu organizar, em 1952 a Associação dos Favelados do Morro do Borel e em 1954 a União dos Trabalhadores Favelados (ROBAINA, 2012, p.4; VALLADARES, 2005, p.76).

¹⁸ A atuação dessa fundação será analisada detalhadamente no Capítulo II.

Ainda mais, com a reabertura política do pós-45, a discussão sobre quais medidas deveriam ser adotadas em relação às áreas habitacionais camadas *favelas*, foram revigoradas, ao ponto de em 1948 Carlos Lacerda, promover uma campanha chamada “Batalha do Rio”. Nesta campanha, Lacerda, utilizando as páginas do jornal *Correio da Manhã*, conclamava “a sociedade para combater a expansão das favelas”, defendendo políticas remocionistas e não a urbanização das mesmas (COSTA, 2015, p.156). A empresa do político e jornalista teve repercussão em outros periódicos e acabou gerando como resposta a formação do “Plano Geral para a Solução das Favelas” do Distrito Federal. Entretanto, mesmo que o plano municipal não dialogasse com todos os aspectos levantados na campanha jornalística, “aproveitou o mote da ‘batalha’ para operar com a ideia de uma rápida intervenção militar que eliminasse as favelas no período de um ano” (OLIVEIRA, 2014, p.72)¹⁹. Assim, segundo Valladares, o objetivo da Prefeitura do Rio ao realizar o recenseamento de 1947-48 era “justificar o retorno a uma política prioritariamente de erradicação para as favelas” (VALLADARES, 2005, p.66).

Neste contexto, a década de 1950 tornou-se singular para a formação de representações sobre áreas nomeadas *favelas*, uma vez que ao longo dessa década, a percepção de que as zonas chamadas *favelas* poderiam não constituir apenas um elemento transitório foi ganhando espaço no Estado e no pensamento da elite econômica e política. Nessa perspectiva, medidas como a remoção – mesmo que ainda fossem cogitadas e postas em prática – não dariam conta de resolver essa questão social das habitações precárias, o que levou a mudança de estratégia por parte do Estado.

Nesse período, mais especificamente no Segundo Governo Vargas, a *favela* ganha nova assistência e o Estado passa a desenvolver políticas públicas mais concretas, no sentido de auxílio e não de extinção. Essas áreas habitacionais não deixaram de ser um “problema”, mas passaram a ser inseridas mais efetivamente na agenda do Estado (VALLADARES, 2005). Isso pode ser percebido na criação da Comissão de Favelas pelo prefeito do Rio de Janeiro João Carlos Vital (1951-1952), em 1952. Tal Comissão possuía o objetivo de centralizar as várias secretarias, serviços e departamentos que tratavam da questão no município e, ao médico Guilherme Romano, primeiro presidente da Comissão, foi dada a “função de executar o estudo

¹⁹ Tal Plano foi elaborado pelos Poderes Públicos federais e municipais, no período em que o General Dutra era presidente da república e como prefeito do rio o Marechal Ângelo Mendes de Moraes. Segundo Samuel Oliveira “o plano era dividido em três fases: na primeira, realizar-se-ia o estudo estatístico da “Fase Preparatória” para conhecer as favelas; na segunda, far-se-ia uma “Apreciação dos ‘meios’”; na terceira, a municipalidade desencadearia uma ação final, O “Dia D”, que se prolongaria por um ano. (...) Seguindo um vocabulário e uma lógica de ação de guerra, o plano realizaria vários “expurgos”, num plano de interdição da vida nas favelas e seleção dos moradores através de várias categorias de exceção e acusatórias” (OLIVEIRA, 2014, p.72). Entretanto, o “Plano Geral para a Solução das Favelas” ficou restrito ao levantamento de dados.

e a coordenação dos diversos serviços no âmbito municipal que tinham atuação nas favelas”, para assim promover “a solução de seus problemas ligados à engenharia sanitária, à assistência médica e social” (OLIVEIRA, 2014, p.70).

Segundo Samuel Oliveira a proposta de Guilherme Romano tinha como foco a “urbanização” dessas áreas, mas enfatiza o autor, “o termo não significava a generalização de bens e serviços para favelas, mas a promoção de uma ideologia urbana e de um projeto de civilidade e de educação para os moradores de favelas”, com a respectiva “‘recuperação’ dos cidadãos para a sociedade urbano-industrial”, assim, “o médico destacava o intento de cumprir o desejo do Presidente Vargas, de ‘dar aos favelados melhores condições de vida’” (OLIVEIRA, 2014, p.73-74).

A Comissão de Favelas se enquadrava no projeto da Comissão Nacional de Bem-estar Social (CNBS). A CNBS foi criada no Segundo Governo de Getúlio Vargas e era vinculada ao Ministério do Trabalho, visando racionalizar as políticas públicas voltadas ao trabalhador nacional²⁰. Mas não se pode perder de vista que a criação da CNBS estava inserida em um contexto internacional que, a partir do *Welfare State* buscava articular o “progresso” econômico com o bem-estar social. Nesse sentido, “a CNBS sintonizou-se com esse cenário e procurou estender a proteção social ao trabalhador, em colaboração com a Organização das Nações Unidas (ONU)”, o que gerou o estabelecimento de projetos de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, para Educação, Ciências e Cultura (Unicef) e do Fundo Internacional de Socorro à Infância (OLIVEIRA, 2014, p.152).

Neste contexto, uma das subcomissões da CNBS era a Subcomissão de Habitação e Favela, criada em 1952²¹. O pano de fundo dos planos de habitação popular, segundo Oliveira, previa “uma conjugação entre o controle social, por meio do Serviço Social, para formar o *ethos* do ‘trabalhador ordeiro’, e a conquista da casa própria como sinal de ascensão social dentro do

²⁰ A Comissão Nacional de Bem-estar Social reuniu os representantes de várias instituições governamentais das áreas da saúde, colonização, habitação, previdência e serviço social, privilegiando um caráter mais “técnico”. “Arelada à comissão, o governo criou as subcomissões de Seguro Social, Serviço Social, Habitação e Favela, Saúde, Indústrias Domésticas e Artesanato, Colonização e Bem-Estar Rural, Recreação e Cultura, e Assistência Técnica” (OLIVEIRA, 2014, p.149).

²¹ Entre seus principais objetivos estavam: “realizar os estudos e pesquisas sobre as ‘condições de vida das populações brasileiras, no tocante ao problema da habitação’; planejar genericamente a conjugação de esforços de todos os órgãos e serviços oficiais, paraestatais e particulares para enfrentar o problema da habitação”. Bem como, “os trabalhos da subcomissão indicavam duas estratégias para institucionalização da política de habitação e assistência social aos pobres: uma nacional e federalizada, reforçando a posição da Fundação da Casa Popular; e outra que seria descentralizada, interiorizando a ação estatal a partir dos municípios e estados” (OLIVEIRA, 2014, p.156).

projeto de desenvolvimento urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2014, p.157). Nesse sentido, a Fundação da Casa Popular²² teria nacionalmente um papel fundamental.

Dessa forma, percebe-se que projetos e políticas são formuladas levando em consideração o cenário internacional, englobado em grande movimento que busca equacionar o “progresso” econômico e o bem-estar social. E, principalmente, o cenário nacional, isto é, a questão da moradia do trabalhador, desconstruindo a visão dos moradores das áreas chamadas *favelas* como apenas “malandros”.

Como é perceptível, são diversos discursos sobre a *favela*, evidenciando não apenas diferentes formas de “vê-la”, mas especialmente diferentes maneiras de se projetar as ações de intervenção pública nesses locais. Mas um elemento que não pode ser negligenciado é que, mesmo havendo ainda espaço e respaldo para ações em prol da extinção dessas áreas, a *favela* passa gradualmente a ser reconhecida por possuir diversas “funcionalidades” e, por isso, não é tão simples extingui-la. Pois nos locais chamados *favelas* existe uma grande quantidade mão de obra barata, ou seja, parte considerável dos trabalhadores urbanos e mesmo atividades lucrativas como a especulação, venda e loteamento de terrenos (ABREU, 1987; COSTA, 2015). Em segundo lugar, deve-se considerar que a alocação dos moradores de mais baixa renda em diversos morros diminui a capacidade “explosiva da cidade” como um todo, pois, antes, a população pobre estava concentrada no centro, sendo mais fácil sua organização. Mas com a sua expulsão para áreas mais distantes e isoladas entre si, essa capacidade de mobilização diminuiria (ABREU apud FRIDMAN e HAESBAERT, 2014, p.407). A *favela* serve, nessa perspectiva, como uma forma de controle e, geralmente, o discurso que parte desse viés deseja o saneamento e não a extinção dessas áreas habitacionais.

Como podemos perceber o tema é controverso, especialmente porque, como vimos, a *favela* pode ser representada, nomeada, de diversas maneiras, sendo que essa representação implica na percepção que se tem do fenômeno, especialmente na formulação e/ou legitimação de políticas públicas – que podem oferecer soluções distintas e até opostas, como o saneamento ou a extinção. Políticas estas que dificilmente são concebidas isoladamente, sem estar associadas à defesa de projetos, principalmente, econômicos distintos. Nesta lógica, pode-se dizer que, por trás da expressão *favela*, temos não apenas um fenômeno relacionado à precarização das habitações urbanas derivado de fatores socioeconômicos, mas uma verdadeira *luta simbólica*, nos termos de Pierre Bourdieu, ou seja: uma luta pela definição mais legítima de uma palavra ou símbolo que é, ao mesmo tempo, uma luta pela significação social que estas

²² Órgão para política habitacional, criada em 1º de maio de 1946, ela era vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinha como foco a expansão dos direitos e a proteção social do trabalhador.

palavras e/ou símbolos podem atribuir a grupos humanos, espaços geográficos e formas de existência.

Daí a importância de estudar a imprensa como objeto e fonte de pesquisa sobre este tópico. Especialmente, se pensarmos os grandes jornais não só como difusores de informação ou de pensamentos externos a seu universo de produção, mas atores da cena política no Segundo Governo Vargas. Como já comentado, as transformações pelas quais o Brasil passou em pouco tempo foram muito marcantes, assim como, o fenômeno *favela*, em grau tão expressivo, foi novo e impactante. Mas ele não é passível de ser observado de imediato pelos indivíduos, sendo que a sua apreensão/significação passa pelas formas como tal fenômeno foi representado socialmente. E a grande imprensa tem um papel fundamental neste processo de representação dos espaços, especialmente os que apresentam rápidas transformações e, por isto, podem gerar “estranhamento”. Desta maneira, entender como os jornais cariocas representaram esse espaço urbano mostra-se fundamental, pois, ao trabalharmos na perspectiva chartiniana de que as representações são uma forma de hierarquização e valorização do mundo - e, com isso, construtoras deste mundo -, percebemos o potencial (des)legitimador que o discurso midiático tem sobre zonas de habitação precárias como as *favelas*, podendo justificar as mais diversas políticas públicas, desde a remoção, até o saneamento, além de, igualmente, permitir compreender o pensamento social que circulava nos grandes jornais.

Neste sentido, a escolha dos periódicos elencados para esta pesquisa - *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* - não ocorreu de forma aleatória, mas por uma série de critérios. Primeiramente, a opção por jornais cariocas se deu pelo fato de o processo de “favelização”, termo encontrado no jornal *Correio da Manhã*, ser mais impactante no Rio de Janeiro, do que no restante do país, durante o Segundo Governo Vargas. Outro elemento importante na escolha dos jornais foi o fato destes serem tratados na bibliografia como defensores de doutrinas econômicas e políticas distintas, o que poderia implicar perspectivas diferentes nas tomadas de posição frente ao processo aqui estudado e todos os elementos e ele ligados, principalmente na mudança socioeconômica do país. Sendo um dos objetivos da pesquisa confirmar ou não essa perspectiva.

Além disso, conforme a bibliografia especializada, esses periódicos possuem posicionamentos e formas distintas de “fazer jornalismo” dentro do *campo jornalístico*. O jornal de Wainer já nasceu nos moldes de um jornalismo chamado “moderno” que se consolidou na segunda metade da década de 1950. Buscou sua inserção no debate público a partir de um discurso que o colocava não apenas como o um “o jornal do povo”, mas como o jornal que daria

“voz” ao “povo”²³. Por seu turno, o *Jornal do Brasil*, cuja proprietária, a partir de 1953, já via a necessidades de implementar reformulações no periódico, construía-se no debate público como um jornal liberal, católico e conservador (DHBB, 2001, 2869)²⁴, isto, pelo menos até o início das reformas em 1956. Por fim, o *Correio da Manhã*, resistente, não aderiu a este movimento de “transformação”, possivelmente pelo modelo de jornalismo, progressivamente incorporado na década de 1950, ser pautado nos ideais de neutralidade e objetividade jornalístico, posicionamento criticado pelo *Correio*, que se autoconstruiu como um “jornal de opinião” que defendia as “causas do povo”, não podendo por isto ser “neutro [...]”; há de ser forçosamente um jornal de opinião”²⁵. Todos esses fatores interferem nas formas de apreensão e representação do mundo e influenciaram na escolha dos periódicos.

Para desenvolver a pesquisa, como citado, utilizou-se os conceitos de *campo de produção ideológica*, *campo jornalístico* e *lutas simbólicas* de Pierre Bourdieu, assim como nos conceitos de *representações sociais* e *lutas de representação* de Roger Chartier²⁶.

Como metodologia, aplicou-se a Análise de Conteúdo, tal qual formulada por Laurence Bardin (2011) e Roque Morais (1998), sendo esta considera a mais adequada para séries longas. Pois permite, através de um conjunto de procedimentos, encontrar sentidos ocultos à superfície discursiva, além de não estabelecer limites quanto ao referencial teórico a ser usado na construção do objeto e na interpretação final dos elementos textuais selecionados. Mesmo sendo uma metodologia flexível, a Análise de Conteúdo requer uma série de etapas, mais especificamente, cinco etapas, segundo Roque Morais (1998) e Laurence Bardin (2011).

A primeira etapa se refere a preparação das informações, geralmente possui três funções: “a *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final” (BARDIN, 2011, p.95), não existindo necessariamente uma sucessão cronológica entre essas funções. Assim, nesta etapa ocorre a escolha dos documentos, que pode ser determinado *a priori* ou *a posteriori*. A partir desse universo delimitado é necessário formar um *corpus documental*, que se refere aos documentos representativos e pertinentes aos objetivos da pesquisa.

Após este corpus estar delimitado efetua-se uma “leitura flutuante” que “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir

²³ “Banca do Leitor”, *Última Hora*, 12 de junho de 1951, p.2. 1ª seção, seção “Banca do Leitor”.

²⁴ Esta abreviação refere-se ao Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930, coordenado por Alzira Abreu e publicado pelo CPDOC/FGV em 2001.

²⁵ “Correio da Manhã”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951, p.1, 1º caderno. Retomada do editorial de Edmund Bittencourt, publicado em 1902 em comemoração ao segundo aniversário do Correio.

²⁶ O que será melhor explicado no próximo capítulo.

por impressões e orientações”, aos poucos essa leitura vai tornando-se mais precisa em função das hipóteses emergentes (BARDIN, 2011, p.96).

Com o *corpus documental* formado, entra-se na segunda etapa da análise de conteúdo, chamada “unitarização” ou como se refere Bardin “codificação”, processo pelo qual “os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI *apud* BARDIN, 2011, p.103-104). Em termos práticos requer uma nova leitura dos materiais, com a finalidade de definir *unidades de análise* que posteriormente serão submetidas à categorização. Essas unidades são definidas pelo pesquisador e podem ser documentos ou mensagens em sua forma integral ou divididas em unidades menores (MORAIS, 1998, p.16). Após efetuar essa releitura e estabelecer as unidades, cada grupo recebe códigos de identificação, que especifica a unidade da amostra da qual provém. Após formadas as unidades de análise, estas precisam ser isoladas, para então se chegar na terceira etapa da análise de conteúdo: a categorização.

A categorização que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero” (BARDIN, 2011, p.117), o que dá origem às categorias. As categorias “são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (BARDIN, 2011, p.117). Esta categorização pode ser definida a priori ou podem emergir dos dados.

Após definida as categorias e identificado o material integrante de cada uma delas, chega-se a quarta etapa, que consiste em comunicar o resultado do trabalho. Essa tarefa inicia pela descrição, no caso da abordagem qualitativa – nosso caso – ocorre a partir da construção de um texto-síntese para cada uma das categorias criadas (MORAIS, 1998, p.23). Posteriormente ou concomitantemente à descrição chega-se a quinta etapa da análise de conteúdo, que diz respeito à interpretação que “liga-se ao movimento de procura de compreensão” (MORAIS, 1998, p.24). Neste esforço de interpretação busca-se não apenas compreender e expor os conteúdos manifestos pelos autores, mas também os conteúdos latentes.

Isso posto, passaremos a descrição da utilização prática da Análise de conteúdo nesta pesquisa.

Primeiro ocorreu a escolha e delimitação do *corpus* de pesquisa. Essa escolha ocorreu *a priori*, em função do tema de pesquisa, assim optou-se pelos jornais cariocas *Correio da Manhã* (CM), *Jornal do Brasil* (JB) e *Última Hora* (UH) no período relativo ao Segundo Governo Vargas (1951-1954). Entretanto, o início do recorte temporal foi a partir do segundo semestre de 1951, isso porque o jornal *Última Hora* entrou em circulação apenas em junho de 1951 e,

dessa forma, caso a pesquisa tivesse iniciado em fevereiro de 1951, o *corpus* documental ficaria desequilibrado.

Após a escolha e delimitação, passou-se para a formação do *corpus* de pesquisa, que ocorreu a partir do critério qualitativo, através de uma ferramenta recentemente disponibilizada pela Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional - permite o manuseio on-line de diversos periódicos – e que possibilita a busca por palavra (s) e/ou conjuntos de palavras nos jornais selecionados.

Para esta pesquisa, inseri no campo “busca por palavras” os seguintes termos: *favela; favelas; favelado; favelados; favelada; faveladas*. Com este procedimento, pude identificar que os mesmos aparecem nas mais variadas seções dos jornais. Assim, efetuei a mencionada “leitura flutuante”, que me permitiu selecionar o material encontrado, com isso, retive apenas as publicações de tipo editorial, colunas (assinadas e não assinadas), artigos e reportagens, o que gerou um *corpus documental* de 160 textos. Destes, são: 58 editoriais (dos quais: 9 editoriais principais, 49 editoriais menores – como veremos, o editorial principal possui uma centimetragem maior e posição de destaque em relação aos demais textos não assinados)., 17 Colunas não assinadas, 7 Colunas Assinadas, 31 artigos, 47 Reportagens. Para melhor visualizar a composição do corpus documental ver o anexo B.

A seleção ocorreu a partir da proposta da investigação que é buscar apreender as representações sobre a *favela* que permeiam os jornais selecionados e não apenas o que cada empresa jornalística difundia como sendo a sua opinião institucional. Neste sentido, a incorporação de textos com diferentes tipos de produção discursiva faz-se extremamente relevante. Entretanto, em função do grande volume de material que se formou, tive que optar entre as diversas seções, elegendo, preferencialmente, os textos de cunho opinativo mais explícito em relação aos demais.

Após a finalização dessa primeira etapa, com a formação do *corpus documental*, pude iniciar a segunda etapa: a unitarização. Efetuei uma releitura e, com isso pude identificar as *unidades de análise*, que são centralmente três: 1) a **caracterização** da *favela*; 2) os fatores que **causariam** as *favelas*; e, 3) as **soluções** apontadas, por cada periódico. Para visualizar de modo amplo o número de textos por *unidade de análise* em cada jornal no geral e por tipos de publicação, vem anexo C.

Após a unitarização, pude entrar na terceira etapa da Análise de Conteúdo, a categorização, onde criei diferentes categorias de análise, que podem ser verificadas no anexo D. Por fim, passei para a comunicação do resultado do trabalho, articulando descrição e interpretação, o que gerou um metatexto, que forma o Capítulo III e o Capítulo IV.

Compreendo o *editorial* como o espaço privilegiado, mas não único, de expressão do que deveria ser considerado o ponto de vista oficial do jornal e/ou da redação, é um texto analítico que não possui assinatura. As *colunas*, em particular as que não são assinadas, que geralmente tratam de temas ligados à editoria ou às seções onde são diagramadas, apresentam uma aproximação muito forte com as opiniões emitidas nos editoriais (AGUIAR, 2016, s/p)²⁷. Além disso, um elemento que vale ser destacado é que, em muitos casos, uma coluna pode acumular um grande capital de prestígio, a ponto de tornar-se uma referência do jornal, como foi o caso das colunas *Fala o Povo na Última Hora*, *O Dia do Presidente* e *Coluna da Cidade* do jornal *Última Hora*. Desta forma, devem não podem ser esquecidas quando se trata de investigar as ideias que um determinado periódico difunde sobre um tema.

Já os *artigos* são textos opinativos que podem ou não expressar opiniões diferentes das do editorial do periódico, pois, o conteúdo e opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva do autor (AGUIAR, 2016, s/p). Neste ponto, é extremamente relevante buscarmos a periodicidade com que um determinado articulista publica em um jornal ou mesmo se seus textos são exclusivos a um diário. Pois, em muitos casos, alguns articulistas se tornam referência do impresso e o público leitor passa a buscar esta opinião quando procura um diário específico. Não devemos esquecer, também, que os articulistas mais antigos de um impresso e que fazem parte da equipe editorial do mesmo participam da elaboração e redação dos editoriais. Outra especificidade dos textos assinados é a questão do uso de pseudônimos. Nestes casos, muitas vezes pode ser uma estratégia utilizada por um jornalista, pelo editor-chefe e mesmo pelo dono do jornal para expor uma opinião sem se comprometer diretamente, uma vez que o texto está assinado.

Por fim, as *reportagens* são matérias que possuem grande centimetragem em uma página. Diferentemente da notícia, que se constitui como a informação cotidiana que é dada pelos jornais de maneira mais compulsória, as reportagens são uma iniciativa da redação, possuem uma pauta prévia, que é elaborada a partir de “reuniões de pauta”, onde o editor-chefe e os repórteres sugerem temas para que, então as matérias sejam produzidas (AGUIAR, 2016, s/p). Assim, as reportagens são extremamente relevantes, pois indicam o esforço de mobilização do jornal para difundir algum assunto sob uma forma determinada pela pauta, transparecendo mais do que a notícia o seu enfoque sobre o referido tema.

Diante de um corpus tão diversificado, tanto numericamente quanto quantitativamente, pode-se questionar se isto não representaria um problema e/ou um limite para a pesquisa? Na

²⁷Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões, elaborado por Rafe AGUIAR.

perspectiva adotada neste trabalho, defendo o oposto, pois, a diversidade deve ser compreendida como uma riqueza documental, especialmente para quem está interessado em investigar as representações sociais produzidas sobre as áreas denominadas *favelas*, representações cuja apreensão não deve se limitar apenas um autor ou uma seção do jornal.

Já em relação à disparidade quantitativa entre as publicações de cada periódico, uma vez que o *Correio* possui 64 ocorrências, 20 a mais do que *Última Hora*, e o *JB* fica no meio termo, com 52 textos, pode-se indagar se essa desproporção não compromete a pesquisa? Como veremos, esta disparidade, ao invés de prejudicar a análise, é um elemento a mais para ser estudado, porque indica muito da opinião de periódico, em virtude dos temas específicos que são ressaltados ou negligenciados por cada um.

No que diz respeito à diversidade qualitativa dos textos, visto que utilizo cinco tipos de gêneros textuais distintos, cada qual com suas especificidades de produção discursiva, apoio-me no texto de Robert Darnton, “Jornalismo: toda a Notícia que couber a gente pública” (2010) para indicar que, mesmo um jornal não podendo ser compreendido como uma unidade, não se pode desconsiderar que existe uma certa *unidade ideológica* que permeia esta produção, garantida pelo processo interno de seleção, adaptação e promoção dos jornalistas e seus textos.

Elemento que torna imperativo não apenas um estudo sobre a história institucional dos diários, mas também, uma pesquisa sobre os autores e o espaço das publicações que compõem o *corpus* documental do trabalho. Ao efetuar tal pesquisa, pude fazer uma série de constatações que serviram de guia para avaliar a pertinência de cada texto analisado na distinção das opiniões/posições que podem ser atribuídas a um periódico daquelas que ele, por algum motivo, apenas difunde. Vamos a elas:

1) **Os artigos** foram escritos pelo que chamei de *colaboradores assíduos* e *colaboradores esporádicos* dos jornais. No primeiro caso, entram os autores com pelo menos uma publicação semanal, durante no mínimo um ano; geralmente esses autores são integrantes da equipe dos jornais, os textos deste tipo de colaborador são maioria. No segundo, os artigos dos autores que não se enquadram no critério de assiduidade acima.

2) **As colunas assinadas** foram redigidas tanto por *colaboradores assíduos* como *colaboradores esporádicos*. Mas o elemento mais presente são as assinaturas por pseudônimos e/ou abreviações, o que não possibilitou que os autores fossem identificados. No geral, considere estes textos, por constituírem espaços criados pelas editorias, como indícios do que os jornais difundiam como sendo o que deveria ser compreendido como tomadas de posição das empresas.

3) **Colunas Não Assinadas** são na maioria dos casos colunas “marcas” dos jornais, que possuem grande prestígio entre os leitores e entre os pares, tomadas em muitos casos como referências dos jornais. São redigidas por membros da equipe fixa dos jornais e assim podem ser tidas como expressando uma posição que a instituição difunde como sendo sua opinião.

4) **As reportagens** foram produzidas pela equipe profissional fixa de cada periódico e indicam, no mínimo, a tentativa do jornal em aprofundar ou destacar um tema ou um aspecto específico de um assunto que é posto sob investigação.

5) **Os editoriais** são espaços já consolidados nos periódicos, o que indica seu prestígio positivo dentro do jornal e entre o público leitor. Estes representam o que cada jornal difundia como sendo a “opinião oficial” da empresa jornalística, assim, buscamos relacionar as posições assumidas nestes espaços com as argumentações encontradas nos demais itens acima.

Como, nesta pesquisa, os editoriais têm forte privilégio na análise do que deveria ser considerada a opinião de um impresso, é importante identificar a especificidade da produção jornalística do período. No caso do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, ambos possuem um destaque para os chamados textos de opinião, estes ficam em sua maioria na página 4 do *CM* e na página 5 do *JB*. Nesta “página de opinião”, o editorial principal ocupa uma posição de destaque, isto é, no canto superior esquerdo, mas existem, normalmente abaixo e ao lado deste texto, outros textos menores e não assinados, cuja linguagem é idêntica à do editorial principal. Desta forma, consideramos tais escritos como editoriais menores. Essa classificação é proveniente de um critério de centimetragem e da “linha de leitura”, ou seja, formando um “X” na página²⁸. O restante da página é completado por artigos, em sua grande maioria dos colaboradores assíduos do jornal. Para apreendermos melhor as “páginas de opinião” do *JB* e do *CM* ver os anexos E e F (no anexo E encontra-se a página de opinião do *JB* e no anexo F tem-se a “página de opinião” do *CM*)

Por seu turno, o *Última Hora* não possui uma “página de opinião”, tão pouco publicava editoriais com frequência, isso porque a sua especificidade na produção jornalística está na valorização das colunas, sendo especialmente a *Fala o Povo na Última Hora* uma das marcas do jornal, seguidas da coluna *O Dia do Presidente* e *Coluna da Cidade*. Então, no caso deste jornal, quando não encontramos editoriais tratando de determinado tema, utilizou-se tais colunas como indício do que se desejava que fosse considerado como a opinião institucional do

²⁸ Segundo Rafael Silva, em decorrência da escrita ocidental da esquerda para a direita, no sentido horizontal, nossa “visão instintivamente se desloca com rapidez em diagonal para o lado inferior oposto” assim, “a rota básica da vista se projeta do lado superior esquerdo para o lado inferior direito” (SILVA, 1985, p.47-48).

jornal de Wainer²⁹. Neste caso, também sugiro ver anexos G e H (no anexo G encontra-se a página quatro da *UH* com a coluna *Fala o Povo na Última Hora* e no anexo H tem-se a página três com a coluna *O Dia do Presidente*).

Em síntese, sobre o corpus documental, podemos observar que nos artigos há uma predominância de textos produzidos por autores classificados como *assíduos*, já os textos das colunas assinadas são exclusivamente de colaboradores *assíduos*, e as reportagens são produzidas pela equipe da redação de cada periódico. Bem como os editoriais e colunas não assinadas já possuem espaço específico nos jornais o que indica o seu prestígio entre os pares e entre o público. Em outras palavras, o número de publicações de agentes que compõe a equipe de cada jornal é muito superior aos escritos de colaboradores externos ou esporádicos. Ainda mais, observarmos que, nos casos do *CM* e do *JB*, a maioria de seus colaboradores assíduos já integra a equipe dos periódicos há décadas, alguns desde os anos 1920, e, no caso da *Última Hora*, estão em sua redação desde seu lançamento, o que nos indica que esses profissionais não apenas estão imbricados na “ideologia” de cada diário, como auxiliaram na construção da mesma.

Mas identificamos também a existência de alguns textos de autores externos, elemento que não pode ser desconsiderado. A grande maioria desses textos são de agentes reconhecidos e prestigiados em outros *campos* (médicos, urbanistas, engenheiros, padres), o que poderia nos levar a afirmar que esses agentes, provenientes de *campos* distintos poderiam estar utilizando o jornal como um *meio* para difusão ao “grande público” de suas ideias. Entretanto, sem desconsiderar a pertinência dessa perspectiva, acredito que, neste caso, devemos considerar também a difusão destes escritos como uma estratégia de cada periódico para firmar a sua autorepresentação como “fórum” de discussão e, ao mesmo tempo, buscar legitimação externa para uma posição tomada nas demais seções do jornal.

Além do mais, a prerrogativa de publicar ou não algo é do editor-chefe, pessoa de confiança do dono do jornal que, acaba sendo elemento fundamental para a construção de certa ideologia do jornal. Nesse sentido, é extremamente relevante analisar comparativamente os textos, conhecendo seus autores, para identificar pontos de convergências e divergências e, assim, melhor compreender cada periódico estudado.

Ao considerarmos todos os pontos mencionados, defendo que a utilização de textos que possuem diferentes produções discursivas é a melhor forma de apreendermos de modo amplo

²⁹ O que é corroborado pelo próprio Samuel Wainer que afirma, em sua autobiografia, que não gostava de escrever editoriais e preferia que a opinião de seu jornal fosse expressada pelas colunas especializadas. Ver, quanto a isto, a autobiografia de Samuel Wainer, *Minha Razão de Viver*.

o pensamento que se constitui como predominante em cada jornal sobre um determinado assunto. Assim, mesmo que, não possamos afirmar que o “jornal tal” defende um determinado ponto de vista, podemos dizer que no “jornal tal” identificamos que a defesa de um determinado ponto perpassa ou não as diferentes publicações do periódico.

Para finalizar está longa introdução, faz-se necessário alguns apontamentos sobre a organização desta dissertação. Este trabalho está organizado em cinco partes: A presente introdução geral que contém um pequeno apanhado sobre o contexto histórico do período, assim como a descrição da metodologia utilizada e alguns apontamentos sobre o corpus documental.

O capítulo II intitulado “História, imprensa e política no Segundo Governo Vargas: a busca por uma abordagem teórica”. Este capítulo se subdivide em três partes: na primeira, é efetuada uma retomada do contexto histórico da imprensa, de forma problematizada, apontando as principais interpretações sobre a imprensa na década de 1950, seus limites e pontos positivos. Na segunda, encontra-se uma discussão teórica, onde busco mostrar a relevância da teoria bourdiana na construção do objeto de pesquisa, em especial as concepções de *campo de produção ideológica (CPI)*, *campo jornalístico* e *lutas simbólicas*, bem como a relevância de conceitos como *representações sociais* e *lutas de representação* de Roger Chartier. Por fim, na terceira parte deste capítulo, busco esboçar o debate sobre a *favela* no que poderia ser o *CPI*, com agentes provenientes de diversos *campos* - acadêmico, econômico, religioso, e administração pública - discutindo o fenômeno.

O Capítulo III intitulado “*Favela* representada: as áreas habitacionais chamadas *favelas* nas páginas dos jornais cariocas (*CM*, *JB*, *UH*)” é dedicado a identificar e analisar como o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* caracterizam a *favela*, ou melhor, o que é a *favela* para os periódicos analisados. E, a partir de tais representações, identificar quais visões de mundo que estes jornais possuem.

O Capítulo IV intitulado “*Favela*: quais fatores que as causam e o que fazer com elas, segundo o *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*”, que também foi subdividido em duas partes. Na primeira, buscamos destacar quais seriam os fatores que os diários analisados apontavam como as causas do surgimento, manutenção e aumento das zonas denominadas *favelas*. Na segunda, enfatizamos quais as possíveis medidas defendidas pelos jornais em relação às *favelas*. Buscando interpretar as tomadas de posições dos diários a partir de um complexo entrelaçamento de fatores, como: sua inserção no *campo jornalístico* e no *CPI*, suas vinculações externas, suas respectivas relações com o público leitor, formas de

financiamento, enfim, aspectos que não podem ser desconsiderados em uma pesquisa que tem jornais como objeto.

Por fim, para fechar o trabalho, algumas considerações em caráter de conclusões.

2. HISTÓRIA, IMPRENSA E POLÍTICA NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS: A BUSCA POR UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Na década de 1950, a imprensa brasileira apresenta um grande dinamismo. Nesse período, está em andamento o processo de passagem de um jornalismo mais ligado ao modelo francês, isto é, mais doutrinário ou de opinião, para uma imprensa vinculada ao modelo norte americano, ou seja, mais informativa, tendo a objetividade e neutralidade, ao menos teoricamente, como valores centrais³⁰.

A bibliografia especializada sobre o tema igualmente aponta esse período como de extrema importância para a institucionalização da imprensa brasileira, mas enfatiza a sua forte atuação política, cujo principal exemplo seria a participação dos grandes jornais no fim precoce do Segundo Governo Vargas³¹. Desta maneira, a maior parte desta historiografia compreende os periódicos da época como “arma de luta” pelo poder político, utilizada pelas camadas dominantes. São comuns, também, as abordagens que fazem uma relação direta e imediata entre imprensa e política, ou seja, mesmo não sendo partidários, os jornais seriam os porta-vozes de ideias e projetos de partidos e grupos políticos³².

No presente capítulo, pretende-se oferecer um panorama sobre a imprensa carioca na primeira metade da década de 1950 que procurará fugir desta visão, por considerá-la, no mínimo, insuficiente para compreender o objeto desta pesquisa. Vamos a isto, então.

2.1 “Fechando o cerco” ou abrindo as discussões?

Um dos trabalhos que procurou renovar o estudo da relação imprensa e política nos anos cinquenta foi a pesquisa de Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman. Tanto neste artigo que é a apresentação do livro organizado por Ângela de Castro Gomes, *Vargas e a crise dos anos 50*, quanto na obra como um todo o objetivo central da investigação era compreender o posicionamento da imprensa frente à crise que levou à queda do Segundo Governo Vargas. Mas curiosamente, apesar do número razoável de pesquisas sobre o tema, o alerta dos autores foi para o fato de a imprensa - um dos grandes atores do processo - ter sido negligenciado pela investigação histórica (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994, p.24).

³⁰ Sobre este tema, consultar ABREU; LATTMAN-WELTMAN (1996), GOLDENSTEIN (1987) e RIBEIRO (2007).

³¹ Em relação à preocupação com a ação política da imprensa no fim do Segundo Governo Vargas, podemos citar, dentre outros trabalhos: ABREU; LATTMAN-WELTMAN (1994), SILVA (1978), SODRÉ (2011) e FERREIRA (2004).

³² A ênfase na condição da imprensa como instrumento político pode ser exemplificada pelos trabalhos de GOLDENSTEIN (1987), RIBEIRO (2002) e, por fim, é a base da argumentação de LAURENZA (1998).

Ora, pode-se argumentar que essa afirmação já possui mais de duas décadas e, por isso, estaria defasada. De certa forma, houve uma ampliação quantitativa nos estudos sobre os grandes jornais brasileiros da década de 1950. Todavia, a maioria das pesquisas efetuadas não são de historiadores e sim de sociólogos ou de pesquisadores da área da comunicação social³³ ou, quando são estudos de historiadores, com raras exceções³⁴, estão ligados a perspectivas muito simplistas do processo comunicacional, bem como a uma visão muito simplificada da relação entre imprensa e política. Portanto, a afirmação acima de Abreu & Lattman-Weltman ainda permanece válida e indica um caminho que pode ser seguido pela pesquisa histórica, problematizando algumas abordagens estabelecidas.

Neste trabalho de revisão, interessa-nos particularmente dois pontos: a) a questão do momento em que os jornais brasileiros organizaram-se como empresas e b) a relação imprensa, política e as disputas de poder, nos 1950.

Iniciaremos com a abordagem de Nelson Werneck Sodré (2011), que defende que os jornais brasileiros haviam se organizado como empresa jornalística ainda no início do século XX. Nas palavras do autor:

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específicas, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função (SODRÉ, 2011, p.405)³⁵.

Por seu turno, Juarez Bahia (1990) é mais cauteloso e afirma que a fase industrial dos jornais no Brasil ocorreu somente por volta da década de 1930. Em pesquisa mais recente, Lavina Ribeiro (2004), ao analisar o que a autora chamou de institucionalização do jornalismo no Brasil, aponta que, a partir de 1880, já é perceptível a inspiração dos jornais cariocas “no modelo norte-americano de empresariamento da prática jornalística” (RIBEIRO, 2004, p.25). Segundo esta autora, a incorporação do modelo norte-americano propiciou o surgimento de novas formas de se fazer um jornal, mas que “não se desvincularam totalmente dos elementos herdados da tradição jornalística do período imperial” (RIBEIRO, 2004, p.25), ou seja, do modelo de jornalismo francês³⁶.

³³ Socióloga (GOLDENSTEIN, 1987); Jornalismo, Comunicação Social e História (RIBEIRO, 2007); e Comunicação Social e Ciências Sociais – RIBEIRO (2004).

³⁴ Neste caso podemos citar o trabalho da historiadora, que também possui graduação em Comunicação Social, Marialva Barbosa (2007); e o livro do historiador Luis Carlos dos Passos Martins (MARTINS, 2016).

³⁵ Na sequência da argumentação de Sodré, este aponta como elemento propulsor da consolidação do jornalismo como empresa as transformações mais amplas por que passa o país, como a ascensão da burguesia, o avanço das relações capitalistas, sendo o jornal daí por diante uma empresa capitalista (SODRÉ, 2011, p.406).

³⁶ CHALABY, faz uma comparação entre a evolução do jornalismo francês e do jornalismo anglo-americano entre 1830 e 1920. Defende a tese de que o jornalismo moderno é uma invenção anglo-americana, pois, foi nos EUA e em menor grau na Inglaterra que a imprensa industrializada depressa se tornou um campo autônomo de produção discursiva (CHALABY, 2003, p.30). Dessa forma, no modelo anglo-americano “o formato do relato jornalístico

Entretanto, essa forma de conceber a imprensa do início do século XX foi fortemente criticada e contestada pelo trabalho da socióloga Gisela Goldenstein (1987), pelos próprios Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman (1996) e, em um momento mais recente, pela pesquisa de Ana Ribeiro (2007).

Seguindo o aporte teórico frankfurtiano de Theodor Adorno e Max Horkheimer, Gisela Goldenstein oferece uma contribuição ao estudo do processo pelo qual parte da imprensa brasileira teria se tornado um dos ramos da chamada *indústria cultural*³⁷. Na abordagem destes autores, para que a *indústria cultural* possa assumir todas as suas características, é necessário que o modo de produção capitalista já tenha atingido certo grau de desenvolvimento. Este deve abranger tanto o processo de concentração e de centralização do capital, quanto o grau de amadurecimento tecnológico e financeiro, bem como a forma assumida pela relação entre as classes que “se caracteriza por um domínio progressivo do capital sobre o trabalho e sobre o conjunto da sociedade” (GOLDENSTEIN, 1987, p.23).

Dessa forma, para os frankfurtianos, as mensagens emitidas pela imprensa estão estruturalmente de acordo com os interesses da classe dominante, na qual se encontram os grandes anunciantes dos jornais, contribuindo para o processo de reprodução ampliada do capital e, com isso, para a reprodução da sociedade burguesa (GOLDENSTEIN, 1987, p.26). Dentro desta proposta, Goldenstein defende que apenas durante o Segundo Governo Vargas criaram-se as condições materiais que deram suporte ao desenvolvimento da *indústria cultural* brasileira. Da mesma maneira, com a industrialização que se completa no período de Juscelino Kubitschek, o capitalismo no Brasil passaria a ter uma dinâmica de acumulação tipicamente monopolista, sendo que “nesta etapa a publicidade ganharia muita relevância, e seu desenvolvimento daria base à formação e sustentação de grandes conglomerados de *mass media*”. Só, então, entraríamos na fase da *indústria cultural* e, com isso, poder-se-ia falar em jornais organizados como empresas (GOLDENSTEIN, 1987, p.149).

implicava a dissociação entre factos e opiniões”. No interior do jornal a informação e a opinião começaram a ser separadas em dois gêneros jornalísticos distintos. “Na medida em que os juízos de valor começaram a estar confinados a líderes, os factos eram reportados num formato discursivo – o relato jornalístico – destinado apenas a esse objetivo. [...] Em contraste, a tradição do jornalismo francês não estabelecia uma linha tão estrita entre factos e comentários, e muitos artigos misturavam livremente notícias e opiniões” (CHALABY, 2003, p. 29-50).

³⁷ Segundo Goldenstein, “a *indústria cultural* desenvolveu-se lentamente no capitalismo e consolida-se junto com a fase monopolista deste. Suas mensagens estão submetidas à mesma lógica de produção e distribuição das demais mercadorias nesta etapa. São elaboradas no interior de grandes complexos empresariais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital; são produzidas em escala industrial, num esquema marcado, na maioria das vezes, por um alto grau de divisão do trabalho, embora possam coexistir, em alguns casos, formas artesanais e industriais de produção; como produto, são padronizadas; sua produção e distribuição orientam-se por um critério de rentabilidade” (GOLDENSTEIN, 1987, p.22).

Lattman-Weltman, seguindo a mesma perspectiva e o mesmo aporte teórico de Goldenstein, mas com outro membro da Escola de Frankfurt, a saber, Jürgen Habermas, afirma que a década de 1950 constitui um verdadeiro marco na história de nossa imprensa. Nele ocorre a passagem do chamado “jornalismo literário”³⁸, pautado no modelo francês, para o “jornalismo empresarial”, baseado no modelo norte-americano de objetividade e neutralidade da notícia³⁹. Como se verá, isso implica não apenas em uma reformulação do fazer jornalístico mas leva a uma modificação na forma de autoconstrução dos jornais perante a sociedade. Segundo este autor, concordando com Goldenstein, somente a partir da década de 1950 é que se reuniram as condições macroestruturais ideais⁴⁰ para o “começo de uma efetiva superação do chamado ‘jornalismo literário’ e no advento da terceira fase empresarial”⁴¹ (LETTMAN-WELTMAN, 1996, p.159).

Seguindo nessa mesma linha, Ana Paula Goulart Ribeiro destaca que, apesar de as ideias de objetividade e de neutralidade não estarem totalmente ausentes antes de 1950, foi apenas nessa década que as estratégias empresariais passaram a predominar sobre as políticas na configuração dos jornais. Em consequência, para a autora, este período, principalmente no Rio de Janeiro, caracteriza-se por uma substituição do jornalismo político-literário pelo empresarial, na medida em que

a imprensa foi abandonando a tradição de polêmica, de crítica e de doutrina, substituindo-a por um jornalismo que privilegiava a informação (transmitida ‘objetiva’ e ‘imparcialmente’ na forma de notícia) e que a separava (editorial e graficamente) do comentário pessoal e da opinião (RIBEIRO, 2003, p.148).

A partir da introdução do modelo discursivo norte-americano, o jornalismo passou a ser idealmente concebido como um lugar “neutro” e “independente”, tendo como discurso autolegitimador a ideia de constituir um “espelho da realidade” (RIBEIRO, 2003, p.148).

³⁸ Também chamado de “jornalismo político-literário”.

³⁹ Embora, o autor saliente que desse o início do século alguns dos principais jornais brasileiros já estavam constituídos como autênticas empresas (LETTMAN-WELTMAN, 1996, p.158-160).

⁴⁰ Isto é, o fortalecimento da base industrial do país, com incremento da participação da indústria na formação do PIB nacional, o que propiciou um aumento nos índices de poder aquisitivo de uma camada mais ampla da população, bem como, pode-se verificar, um lento, mas gradual processo de alfabetização da população brasileira.

⁴¹ Lembrando que Lattman-Weltman segue a perspectiva habermasiana de divisão em três fases da história da imprensa: Uma fase pré-capitalista, com ênfase na recolha e distribuição de informação; uma segunda fase que seria a do “jornalismo político-literário”, onde além das notícias, a opinião política é incorporada nas publicações dos periódicos; e a terceira fase do “jornalismo empresarial”, onde “a escolha de dados é mais importante que o artigo de fundo; o tratamento e julgamento das notícias, sua revisão e diagramação, mais urgente dos que a busca literariamente efetiva de uma ‘linha’” (HABERMAS, 1984:146 apud, LATTMAN-WELTMAN, 1996, p.159). No caso brasileiro, para Lattman-Weltman as três fases se dividem da seguinte forma: 1ª) a fase pré-capitalista seria a dos primeiros anos da nossa imprensa; 2ª) a segunda fase teria iniciado logo na sequência com o surgimento das folhas oposicionistas, abolicionistas ou republicanas; 3ª) e por fim, a terceira fase teria se configurado a partir da década de 1950, quando se tornou possível a criação de um mercado razoavelmente autônomo de bens culturais (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p.160 e 161).

Entretanto, surge uma pergunta: quais razões levaram este jornalismo comercial a superar o tradicional jornalismo político-literário e/ou de opinião? Ana Ribeiro responde esta questão afirmando que o “jornal-empresa”, ao valorizar o conteúdo informativo, apresentava vantagens em relação aos jornais partidários e/ou de opinião, pois estes últimos possuíam um público limitado e específico. Para ampliar o público, a retórica da “neutralidade” e da “objetividade” tornaram-se imperativos comerciais, mesmo para os impressos que ainda pretendessem exercer intervenções políticas (RIBEIRO, 2003, p.154). A autora conclui, a partir da percepção de Pompeu De Souza, editor chefe do *Diário Carioca* no período, que as modernas técnicas de redação e estruturação dos textos “respondiam a uma demanda por rapidez, tanto na instância da produção quanto na do seu consumo”, pois o “ritmo cada vez mais acelerado da vida moderna exigia adaptações para tornar os jornais veículos dinâmicos para as notícias e para a propaganda” (RIBEIRO, 2003, p.150).

Este processo de transformação implicou a modernização gráfica, editorial, linguística e empresarial dos jornais do Rio de Janeiro nos anos 50⁴². Ocorreu um amplo processo de reformas administrativas nas publicações periódicas, introduzindo-se o planejamento e uma programação mais racional, com a contratação de profissionais especializados para cuidar da administração, bem como se alteraram os critérios de investimento e de veiculação dos classificados, as formas de distribuição, o *marketing* e as promoções (RIBEIRO, 2007, p.35), como foram os casos dos jornais *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e o *Jornal do Brasil*. Tivemos também a ampliação das instalações internas de muitos periódicos e aquisição de novos equipamentos, o que ampliou a capacidade produtiva da imprensa no geral

Neste período, ocorre também o processo de profissionalização da imprensa brasileira. Para isso, a criação do ensino superior de jornalismo⁴³ foi um elemento fundamental, pois, antes, os “jornalistas” com formação superior vinham da faculdade de Direito e os demais eram “mal preparados”, sem ter concluído nem o ensino médio. Com a instituição da profissão de jornalista, ocorreu o aumento dos salários, permitindo que a atividade deixasse de ser um “bico”. Assim, no decorrer dessa década, “os jornalistas foram adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos” (RIBEIRO, 2007, p.35).

⁴² Não se pode esquecer que no período de 1946 a 1954, foram criados vários programas de incentivo à atividade industrial no Brasil, modernização e progresso eram as palavras de ordem naquele momento.

⁴³ Vargas pelo Decreto nº 5.480, de 13 de maio de 1943, mas o primeiro curso só entrou em vigor em 1947, na Fundação Gaspar Líbero, após um novo Decreto n.º 22.245 de 6 de dezembro de 1946. Então, em foram a Universidade do Brasil, atual UFRJ, em 1948 e a PUC-Rio em 1951, as duas primeiras Universidades do RJ a fornecerem o curso de jornalismo (RIBEIRO, 2003, p.35).

As mudanças mais significativas, porém, estiveram na linguagem e na estruturação do texto (RIBEIRO, 2007, p.29). Neste sentido, a objetividade ganhou forma de técnica, observada na elaboração de um código linguístico,⁴⁴ na criação de manuais de redação,⁴⁵ na estruturação da notícia pelas técnicas do *lead*⁴⁶, na incorporação da “pirâmide invertida”,⁴⁷ na instituição do *copy-desk*⁴⁸, na nova maneira de conceber o *design*⁴⁹, bem como no surgimento do novo conceito de fotojornalismo⁵⁰. Para Ribeiro, é apenas a partir da incorporação deste modelo norte-americano – mesmo que de maneira limitada e parcial – que o jornalismo no Brasil passou a dispor de uma forma discursiva própria, podendo se separar da literatura e da política, ao menos no que se refere ao universo textual (RIBEIRO, 2003).

Entretanto, vale aqui uma ressalva. Quando a autora afirma isto ela não está defendendo a neutralidade e a objetividade dos jornais, mas que, para se tornar legítimo, o texto jornalístico que pretendesse intervir na cena pública deveria seguir, ao menos discursivamente, as regras acima apontadas (RIBEIRO, 2003; 2007). Para o historiador dedicado ao estudo dos jornais do período, é fundamental ter consciência deste processo e saber identificar se os periódicos em estudo estão adotando ou não este modelo e em que estágio se encontra esta adaptação.

⁴⁴Com o intuito de reduzir o uso de palavras, expressões e regras gramaticais. O que aumentava a comunicabilidade e facilitava a produção das mensagens.

⁴⁵Na tentativa de retirar o caráter emotivo e participante dos autores; para o ocultamento do sujeito, a escrita teria de ser direta e sem uso de metáforas e com uso obrigatório da terceira pessoa; modo verbal, preferencialmente o indicativo; adjetivos e referências subjetivas teriam de sumir, assim como as reticências e pontos de exclamação. O *Diário Carioca* foi o primeiro jornal brasileiro a adotar de forma sistemática as técnicas norte-americanas. Tanto que em março de 1950 lançou um manual de redação e estilo (RIBEIRO, 2007, p.33).

⁴⁶Sendo o *lead* o símbolo máximo do jornalismo moderno - segundo o qual no primeiro parágrafo deveriam conter, resumidamente, o relato do fato principal, respondendo a seis perguntas: quem?, fez o quê?, quando?, onde?, como? e por quê?. O *lead* substituiu o modelo “nariz de cera” que era um “texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava ambientar o leitor [...] Narração, comentário e análise se confundiam”. Ana Ribeiro, aponta Pompeu de Matos, editor-chefe do *Diário Carioca*, como um dos pioneiros na introdução do *lead* no Brasil (RIBEIRO, 2007, p.31).

⁴⁷“De acordo com essa técnica narrativa, o texto noticioso deveria ser estruturado segundo a ordem decrescente de interesse e relevância das informações, de maneira que o leitor tivesse acesso aos dados essenciais sobre o acontecimento nos parágrafos iniciais, caso não pudesse ler a matéria até o final. Os fatos não deveriam ser narrados cronologicamente, mas expostos; não ordenados pela sequência temporal, mas por sua importância (definida a partir dos interesses de um suposto “leitor-médio”). A pirâmide invertida tinha uma dupla função. Além de atender à lógica da leitura rápida, facilitava também o processo de edição, permitindo que, na hora da montagem da página, se “cortasse” o texto pelo final (ponta da pirâmide), sem lhe causar danos de sentido” (RIBEIRO, 2007, p.32).

⁴⁸O *copy-desk* seria “um grupo de redatores, cuja função era revisar e, se necessário, reescrever as matérias para dar-lhes uma unidade de estilo. Seu papel era essencialmente disciplinador: fiscalizava se os textos estavam de acordo com as normas do manual” (RIBEIRO, 2007, p.33).

⁴⁹Vale destacar que “foi nesse momento que nasceu o conceito de primeira página como vitrine, como uma espécie de “cardápio atraente” de tudo o que estava no interior do jornal. Chamadas, pequenos resumos dos principais assuntos do dia, passaram a ser impressos na capa dos periódicos. Apresentação lógica, ordenação do material na página, disposição racional, essas eram algumas máximas do jornalismo carioca, que passou a adotar, como um valor estético, o princípio da funcionalidade” (RIBEIRO, 2007, p.34).

⁵⁰Esse novo modelo de fotojornalismo é baseado na ideia do instantâneo, do flagrante. A fotografia, deixou de ser somente ilustrativa dos textos e passou a ser também informativa (RIBEIRO, 2007, p.34).

Em suma, de modo geral, os autores destacados apontam a década de 1950 como um momento impar para a imprensa carioca⁵¹ e, por extensão, para a brasileira⁵². Período dinâmico, de transição e modernização que, vale ressaltar, englobava toda a sociedade e não apenas os periódicos. Entretanto, a forma como esse processo foi interpretado pela bibliografia citada remete-nos ao segundo ponto de análise: como é compreendida a relação entre imprensa e política. Voltemos aos clássicos.

Nelson Werneck Sodré, ao referir-se   forma o dos jornais como empresas, destaca que a imprensa, mesmo apresentando uma estrutura capitalista,   “forçada a acomodar-se ao poder político” (SODRÉ, 2011, p.406). Ou seja, a constitui o como empresa jornalística não tirou do jornal a condi o de “servidor de um poder que corresponde a rela oes predominantemente pr -capitalistas”. O que se traduz em uma oposi o bem clara para o autor, ou seja, de um lado, os “jornais de virulenta oposi o” e, de outro lado, os “jornais que se subordinam ao poder” (SODRÉ, 2011, p.407). Com base nesta visão geral, Sodré interpreta a imprensa do Segundo Governo Vargas como dividida, então, entre periódicos varguistas-populistas e impressos anti-varguistas-antipopulistas, ou varguistas e udenistas. Em suma, em Sodré, a disputa pelo poder   transposta direta e imediatamente para as tomadas de posi o dos jornais (SODRÉ, 2011, p.406-407), sintetizando a no o de que, de um modo ou de outro, o universo jornalístico está a serviço e/ou   submisso ao universo político.

Ainda mais, para este autor, a moderniza o empresarial do jornalismo foi apenas mais uma forma de controle das empresas monopolistas de capital estrangeiro sobre a imprensa brasileira. Tais empresas agiam através das agências estrangeiras de publicidade que, durante o Segundo Governo Vargas, exerciam absoluto domínio sobre os jornais nacionais, que defendiam o interesse deste capital monopolista (SODRÉ, 2011, p.582-590).

Curiosamente, autoras com Gisela Goldenstein e Ana Ribeiro, ao interpretarem a moderniza o da imprensa nos anos 50, chegam a conclusões próximas às de Sodré. Gisela, referindo-se   cria o dos jornais * ltima Hora* e de *Notícias Populares*, afirma “que em sua primeira fase tiveram técnicas da indústria cultural, mas não se regeram pela lógica da indústria

⁵¹ Contudo   importante salientar, assim como o faz Marialva Barbosa (2007) que ao trazer depoimentos de Nelson Rodrigues demonstra que as transforma es não foram aceitas unanimemente ou sem resistência. Nelson Rodrigues critica a forma de organiza o introduzida pelo *copy-desk* e pelo critério da objetividade e neutralidade, pois, estas seriam “na verdade uma estratégia de poder”, elemento que tirava toda liberdade do autor (BARBOSA, 2007, p.150).

⁵² Essa afirma o não   gratuita, Lavina Ribeiro (2004), justifica a sua escolha por analisar apenas os jornais cariocas ao afirmar que “nela se desenvolveram de forma mais rica, hegemônica e sofisticada, todos os padrões predominantes na história das institui es de comunica o brasileiras” (RIBEIRO, 2004, p.19).

e sim pela lógica política” (GOLDENSTEIN, 1987, p.153). Para ela, a fundação desses periódicos ocorreu em função da luta política do período (GOLDENSTEIN, 1987, p.154), que opunha o populismo⁵³ (representado pelo *Última Hora*) e o antipopulismo liberal⁵⁴ (cujo expoente era o *Notícias Populares*).

Essa forma de conceber a criação desses jornais está de acordo com o referencial frankfurtiano da autora, segundo o qual grande parte da imprensa, por estar ligada ao desenvolvimento da burguesia, “nasce ou se torna arma de luta política no período que corresponde, em cada país, ao que se costuma chamar de revolução burguesa” (GOLDENSTEIN, 1987, p.28). Dessa forma, o *Última Hora*,

tanto no conteúdo como na forma usou de dispositivos que têm em comum com os da indústria cultural técnicas de sedução do público almejado como alvo. Mas colocou-os todos a serviço da veiculação da proposta política do populismo varguista, ou seja, a sedução retórica populista combinou-se com a sedução das técnicas da indústria cultural (GOLDENSTEIN, 1987, p.46-47).

A partir de uma abordagem distinta, Ana Ribeiro argumenta que as mudanças nos jornais pareciam “apontar para o processo de autonomização do *campo jornalístico*, sobretudo em relação às esferas políticas e literárias, que até então o dominavam” (RIBEIRO, 2007, p.13). A modernização possibilitava que os jornais se construíssem como um lugar institucional onde pudessem “enunciar ‘oficialmente’ as verdades dos acontecimentos e se construir como o registro factual por excelência”. Com base nisto, “o jornalismo se afirmou enquanto ‘fala autorizada’ em relação à semantização do real” (RIBEIRO, 2007, p.14). Ao se ancorar na objetividade e ao revestir-se de uma “aura de fidelidade aos fatos”, o discurso jornalístico adquiriu um considerável poder social, aliado a uma “eficácia simbólica”⁵⁵.

Entretanto, para a autora, esse processo não ocorreu no Brasil e a imprensa não conseguiu autonomia em relação ao político, pois o modelo norte-americano sofreu adaptações e neutralizações, sendo mais adequado falar em um “mito da objetividade”⁵⁶. Aproximando-se de Goldenstein, Ribeiro afirma que os jornais haviam se transformado em empresas capitalistas, porém, ainda serviam a poderes tradicionais. Mesmo adotando uma estrutura industrial, “continuavam atrelados aos interesses da sociedade política, que moldavam o conteúdo das suas publicações”. O que passou a ocorrer é que os posicionamentos político-

⁵³ Segundo Gisela, esse grupo “recorre ao apoio massivo das classes populares, que usa estas classes como aliados, mas não permite sua emancipação” (GOLDENSTEIN, 1987.p.38).

⁵⁴ Esse grupo “que se pretende democrático, mas está também indelevelmente marcado pelo espírito oligárquico e que, ao enfrentar o populismo, torna-se cada vez mais subversivo e antipopular” (GOLDENSTEIN, 1987, p.38).

⁵⁵ Um movimento que não pode ser desconsiderado, principalmente para quem utiliza o conceito de representações sociais.

⁵⁶ A autora que mais trabalha com a noção de mito da objetividade é Marialva Barbosa (2007).

ideológicos exigiram um pouco mais de sutileza. Assim, “o antigo jornal de opinião – que se pautava pelo alinhamento explícito a determinado postulado ideológico ou a um grupo político – foi sendo substituído por um jornal informativo, que não apresentava uma vinculação claramente assumida” (RIBEIRO, 2007, p.27).

Desta maneira, Ribeiro sustenta duas visões sobre a imprensa carioca dos anos 50 que devem ser problematizadas. A primeira é a tendência de reduzir todas as opiniões e visões de mundo dos jornais aos valores, preconceitos e “interesses” de seus proprietários. Ora, mesmo que não se pretenda negar a influência do “dono” de um periódico sobre o que é publicado em “seu jornal”, reduzir a pesquisa sobre as tomadas de posição de um órgão jornalístico aos interesses e intenções de seus “proprietários” empobrece demais a imprensa como fonte de estudo. A segunda é a ênfase na distinção recorrente na historiografia sobre a imprensa carioca do período entre o jornalismo político e o jornalismo empresarial, sendo o primeiro tomado como “arcaico” e o segundo como “moderno”. Quando muito, fala-se em uma forma híbrida: alguns periódicos eram ao mesmo tempo “arcaicos” e “modernos”, como o caso dos jornais *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* e *Jornal do Brasil* (RIBEIRO, 2007, p.42). Nesse sentido, questiona-se: será esta oposição a única forma de compreender a imprensa carioca nos anos 50?

Em suma, na interpretação de Ribeiro, a modernização do jornalismo nacional obedeceu a impulsos de ordem política e apenas em menor grau de ordem econômica. Concordando com Gisela Goldenstein, ela afirma que todos os periódicos, em graus variados, adotaram técnicas modernas para ganhar maior legitimidade e, assim, tornar-se armas mais eficazes de luta política (RIBEIRO, 2007, p.40).

Destoando desta visão, temos o trabalho da professora Lavina Ribeiro. Utilizando o modelo habermasiano de esfera pública burguesa, ao pesquisar sobre o que a autora chamou de institucionalização do jornalismo no Brasil, defende que existe uma “especificidade interna às práticas de comunicação, que as qualifica como um espaço particular” (RIBEIRO, 2004, p.10). Dessa forma, um dos avanços desta pesquisadora foi alertar para o fato de que o produto oferecido pela imprensa não poderia mais ser confundido com os de instituições e de práticas das três esferas de conhecimento: ciência, política e arte⁵⁷, pois existem especificidades institucionais da comunicação em relação às demais instâncias culturais e políticas socialmente reconhecidas.

⁵⁷ O que se aproxima do que Bourdieu chama de processo de autonomização do *campo jornalístico*.

A autora faz uma crítica, justamente, às abordagens que se “recusam a atribuir uma singularidade estrutural e institucional às práticas comunicativas, vistas, sobremaneira, como ‘meios’ ou ‘canais’ por onde as demais instituições sociais, grupos e indivíduos fazem seus jogos e tecem suas teias de poder e interação social” (RIBEIRO, 2004, p.12). Utilizando-se dos escritos de Raymond Williams, Lavina Ribeiro defende que um dos grandes problemas teórico-metodológicos das pesquisas que analisam essa fase de mudança qualitativa da estruturação empresarial, ocorrida na década de 1950, está na sobrevalorização da “dimensão material da imprensa em detrimento da sua paralela força discursiva no plano político, a qual, não pode ser interpretada como mera reprodução da lógica produtivista do capital investido em suas estruturas objetivas de produção” (RIBEIRO, 2004, p.297).

A autora recorda que uma das principais formas da imprensa carioca financiar as suas reformas foi o financiamento de instituições privadas, em especial de capital norte-americano⁵⁸, em função da renda adquirida com a crescente ampliação da propaganda impressa e dos classificados (RIBEIRO, 2004, p.313). Mas também lembra que outro forte financiador foram os órgãos governamentais, com empréstimos do Banco do Brasil e publicidade governamental. Partindo desse elemento, Lavina lança um questionamento: como compreender o fato de que o Estado, durante toda a primeira metade da década de 1950, foi um importante – se não o principal – investidor na estruturação material dos jornais (com empréstimos, isenções de taxas, facilitação na importação, subvenções etc.), mas, mesmo assim, a maioria dos diários fez uma ostensiva oposição à Vargas, então presidente da República? A resposta a esta questão, para Lavina Ribeiro, se encontra na busca por outras variáveis além da base material para explicar esse quadro, como as disputas de poder, não só entre políticos, mas deste em relação aos jornais e dos próprios jornais entre si⁵⁹.

⁵⁸Segundo Lavina Ribeiro, os recursos norte-americanos faziam-se presentes sob várias formas: subvenções, controle econômico direto, concorrência desigual, convênios, empréstimos e venda subsidiada de tecnologia” (RIBEIRO, 2004, p.314).

⁵⁹ Lavina Ribeiro foca a sua análise no caso da ferrenha oposição de Carlos Lacerda frente a Vargas. Para buscar uma interpretação do motivo que levou Lacerda a esta posição, que fugisse de uma explicação baseada em um marxismo mecanicista, a autora destaca a própria história desse jornalista. Lacerda almejava chegar a posições superiores na hierarquia ocupacional e decisória do Estado. O que se concretizou ao se tornar deputado federal pela UDN em 1954. Com um conceito particular, de “povo” que se referia apenas aos ocupantes das mais altas camadas ocupacionais do Estado e os demais da camada imediatamente inferior, Lacerda reunia um público que era atraído pela noção restritiva de democracia. Assim, somente aqueles devidamente educados e integrados produtivamente no sistema social e na luta contra fatores desestabilizadores da qualidade destas integrações e posições” (comunismo e corrupção dentro da burocracia do Estado), poderiam participar das tomadas de decisões políticas (RIBEIRO, 2004, p.332-33). Algo que ia em sentido contrário ao movimento de abertura política que estava em processo desde 1946, assim como, em direção oposta as propostas getulistas.

Percebe-se, assim, como Lavina Ribeiro compreendeu a década de 1950 de forma mais dinâmica, afirmando que, paralelamente as mudanças estruturais do fazer jornalístico, despontaram jornais com intenções discursivas desvinculadas de um explícito compromisso partidário, mas que atuaram “como agentes políticos singulares, não necessariamente instrumentalizados por partidos e grupos, com propostas textuais formal e tematicamente novas, diversificadas, definidas de uma perspectiva editorial interna à publicação” (RIBEIRO, 2004, p.358).

A partir dessa interpretação, Lavina oferece uma alternativa às explicações que insistem em separar os jornais entre “político” e “comerciais”, sendo essa alternativa o conceito de “imprensa doutrinária” ou de “tribuna”. Esse jornalismo se caracteriza por, apesar de tomar posições sobre questões políticas, não se inserir no debate público como órgão de partido, mas a partir de seu compromisso institucional com bandeiras e/ou doutrinas. Geralmente, esses periódicos legitimam a sua participação no debate público se construindo como instituição necessária à manutenção da democracia, ou seja, como os intermediários entre a sociedade e o Estado⁶⁰.

Assim, nesse movimento de legitimação da imprensa como mais uma instância organizadora e centralizadora dos conteúdos da discursividade da esfera pública, os periódicos passam a olhar para o urbano como um espaço que precisa ser nomeado e mapeado, formulando muitas representações sobre o que seria este espaço, que dificilmente são consensuais. Com isso, a imprensa

deixa de ser exclusivamente um instrumento da ação política, tornando-se uma instituição com critérios e procedimentos próprios de estruturação, funcionamento e manifestação pública. Torna-se mais um agente no cenário expressivo do meio urbano com finalidades referenciais e indenitárias próprias de uma instituição pública (RIBEIRO, 2004, p.359).

Por tudo isso, a autora alerta que “devem ser cautelosas vinculações, por exemplo, entre a modernização empresarial do jornalismo, as pressões da esfera política por jornais de maior alcance e apelo público e os interesses econômicos do capital nela investido”. Pois, todos esses conviveram simultaneamente no interior do instituto jornalístico, isto é, não podem ser compreendidos como fatores exclusivamente externos que fazem pressão para dentro dos jornais, mas sim “como novas variáveis internas específicas do desenvolvimento institucional da imprensa, sem uma necessária ordem ou hierarquia de determinação entre elas” (RIBEIRO, 2004, p.322).

⁶⁰ Uma discussão sobre este ponto, que aborda a questão da construção de um universo próprio ao jornalismo na década de 1950 no debate público sobre os principais temas ligados ao desenvolvimento econômico, pode ser encontrada em MARTINS, 2016.

Para finalizar esse ponto de análise, devemos avaliar os estudos da professora Marialva Barbosa. Sua pesquisa baseada em uma abordagem bourdiana propõe a interpretação que é inicialmente apropriada por Ana Ribeiro⁶¹, ou seja, que é possível pensar as reformas jornalísticas da década de 1950 como uma busca pela autonomização do *campo jornalístico* em relação ao literário, fundamental para a construção da legitimidade da profissão de jornalista. Em função disso, “as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco fundamental para espelhar o mundo”, ainda mais que “a mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao *campo* lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (BARBOSA, 2007, p.150).

Ao construírem-se como intérpretes supostamente isentos e objetivos do mundo social, os jornalistas também estavam idealizando a profissão e o seu papel perante a sociedade. Em função dessa autoconstrução dos jornalistas, o jornal passaria a ter o reconhecimento do público como lugar emblemático de difusão da informação, mesmo que “a carga opinativa não tenha sido alijada das publicações”. Sem descartar a ligação entre imprensa e o *campo político*, Barbosa utiliza como exemplo a campanha de 1954 que culminou no suicídio de Vargas para demonstrar o reconhecimento da imprensa “como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas” (BARBOSA, 2007, p.151). Em consequência, para ela, os jornais não são meros apêndices da política, como defendido pela Ana Ribeiro. Neste caso, não se pode afirmar que a política subordina o jornalismo, muito pelo contrário, Barbosa defende que, em muitas oportunidades, os jornais foram mais determinantes nos desfechos políticos do que as próprias instituições partidárias.

Nesse sentido, a autora avança em relação à perspectiva de Ana Ribeiro, pois defende que os jornais não pretendem apenas atuar no *campo político*, mas, sobretudo, conseguir uma maior mobilização e ampliação dos seus leitores, o que constitui a sua principal “moeda de troca” com outros agentes interessados em visibilidade pública. Nas palavras da autora, “quanto maior a sua audiência, maior o seu poder de divulgação”, e nada melhor “para conseguir audiência do que divulgar ao extremo que produzem um discurso que apenas espelha o mundo” (BARBOSA, 2007, p.153). Com isso, pode-se dizer que os jornais também estão na disputa por poder político, no sentido de ampliar a sua atuação e influência nas decisões coletivas. Assim, não podem ser considerados meras armas nas mãos dos grupos dirigentes, mas utilizaram-se do

⁶¹ Destacando que Marialva Barbosa foi orientadora de doutorado de Ana Paula Goulart Ribeiro.

discurso de neutralidade e objetividade para conseguir uma forma própria e legítima de inserção no debate público.

Neste ponto, Barbosa também avança no debate em relação à Lavina Ribeiro. Por estar preocupada em compreender a especificidade interna do jornalismo brasileiro, Lavina não abriu espaço para uma discussão sobre as relações de disputa que podem se estabelecer entre os diferentes jornais defensores de linhas editoriais distintas. Desta forma, a partir da abordagem de Barbosa, pode-se pensar os impressos também como instituições envolvidas na luta pela imposição da visão mais legítima do mundo social, muitas vezes entrando em conflito com o *campo político* ou outras esferas de saber/poder.

Em suma, vale agora retomar a afirmação de ABREU e LATTMAN-WELTMAN, reformulando-a: ainda temos a carência de estudos que consigam articular adequadamente todo o processo de transformação da imprensa carioca na primeira metade da década de 1950, com a sua participação ativa no cenário político, sem que tomem essa relação mecânica, ou de determinações simplistas. O que nos leva a questionar: como esses jornais tornaram-se agentes tão influentes a ponto de intervirem decisivamente no desfecho dos principais acontecimentos e discussões públicas, sem que suas tomadas de decisões possam ser simplesmente explicadas por ligação e/ou subordinação a partidos e grupos políticos e econômico?

Em outros termos: será que não é possível pensar esses jornais como agentes que estavam também buscando uma forma particular de inserção no debate público? Como agentes em disputa para ampliar o seu *capital simbólico* e, com isso, adquirir uma posição como o interlocutor legítimo nas disputas por poder e influência nas decisões coletivas? Buscando, assim, nas noções de objetividade e neutralidade jornalística, mesmo que apenas discursivamente, uma “nova arma” nesta *luta simbólica*?

Por isso, defende-se que é preciso um referencial teórico que traga uma abordagem onde é possível se pensar em uma relativa autonomia das produções simbólicas/culturais, nas quais encontra-se a imprensa. Bem como considere não apenas as especificidades internas da imprensa como instituição, mas que compreenda, também, como os jornais se relacionavam entre si e como respondiam às demandas internas e externas, relações que não podem ser vistas como mera subordinação.

Nesse sentido, tona-se extremamente válida a teoria dos *campos* de Pierre Bourdieu, a qual se articula adequadamente com a noção de *representações sociais* de Roger Chartier.

2.2 *Campo de Produção Ideológica (CPI): uma possibilidade analítica*

Diante de um autor tão complexo quanto Pierre Bourdieu, fazem-se necessários alguns apontamentos, embora resumidos, sobre o que poderia ser chamada de uma teoria geral dos *campos sociais*⁶².

Inicialmente, vale destacar que Bourdieu formula o espaço social em um esquema gráfico de diagrama. Nesse esquema, o espaço social é dividido e subdividido em *campos*. Estes *campos* começaram a se constituir juntamente com o processo de diferenciações sociais, que dará origem a outro processo de divisão dos saberes. A partir de então, distintos grupos sociais, indivíduos e instituições – que são chamados por Bourdieu de agentes - entram em conflito para monopolizar o conhecimento legítimo – ou seja, reconhecido e aceito pelos demais - sobre determinadas áreas de saber, produzindo assim, um saber especializado desta área. Com base neste reconhecimento, os agentes de um *campo* podem pretender alcançar o monopólio da autoridade sobre a produção legítima de determinados bens ou serviços, ditando as regras de produção e de repartição dos ganhos materiais e simbólicos que este monopólio permite – o que o autor chama de capital específico (BOURDIEU, 1996).

Esses diferentes espaços sociais, chamados de *campos*, possuem suas regras próprias, seus princípios e sua hierarquia. Assim, para ser considerado como tal, um espaço social precisa atingir certo grau relativo de autonomia diante das demais áreas de saber. Sendo que essa autonomia varia de acordo com o peso que as forças internas possuem para definir o que é legítimo ou ilegítimo no *campo*. Dessa forma, quanto menos autônomo ele for, mais estará sujeito às interferências externas dos poderes econômicos e políticos, por exemplo (BOURDIEU, 1996, p.77-78). Lembrando que, para Bourdieu, a questão da autonomia pode variar de acordo com as épocas de uma sociedade, mas também de acordo com as sociedades (BOURDIEU, 1990, p.175).

Isto é extremamente relevante para a análise da forma como a imprensa brasileira procurou inserir-se legitimamente no debate público, tendo em vista as relações de proximidade entre o que poderia ser chamado de *campo político* e *campo jornalístico* no Brasil ao longo do século XX. Desta maneira, mesmo defendendo a ideia de que, pelas transformações ocorridas nos anos 50, a imprensa brasileira procurou e até alcançou certo grau de especificidade e de autonomia frente aos “outros poderes”, é necessário admitir que esta autonomia sempre foi muito limitada. Isto decorre tanto pelo que diz Bourdieu sobre a fraca autonomia do *campo*

⁶² Uma tentativa de se montar uma teoria geral dos campos pode ser encontrada em MONTAGNER & MONTAGNER. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura (2011).

jornalístico no geral – que, para fugir da influência dos “patrocinadores”, acaba tendo que se submeter à “lei do maior número” – quanto porque, no caso do Brasil, as condições econômicas (mercado de leitores e de anunciantes) e as condições culturais (nível de escolarização, valorização da cultura letrada, etc.) sempre foram muito restritas para permitir esta “autonomia estrutural”. Voltaremos a este tema.

Além disso, cada *campo* precisa formar profissionais especializados na elaboração destes bens e serviços legítimos, no sentido apresentado acima. Precisa, ainda, “criar” um público para seus produtos, na medida em que, em se tratando de bens culturais – como a arte erudita e mesmo comentários políticos em um jornal –, o seu consumo não é uma “necessidade natural”, logo, não tem uma demanda previamente estabelecida. Por fim, deve contar com instâncias de consagração para conferir e regular a legitimidade aos bens e serviços e às instituições e agentes encarregados de sua produção e difusão (BOURDIEU, 1987, p.100). Em seu conjunto, estes elementos constituem aquilo que Bourdieu definiu como o “mercado de bens simbólicos”⁶³, condição indispensável para a emergência dos *campos de produção culturais* (BOURDIEU, 1987).

Neste sentido, pode parecer difícil falar na constituição de *campos de produção culturais* no Brasil, tendo em vista exatamente a dificuldade de se constituir um verdadeiro mercado de bens simbólicos. Renato Ortiz abordou este tema para o período aqui em estudo e argumentou que, apesar dos limites, tal “mercado” começou a emergir no país a partir de 1945, com a progressiva consolidação de um projeto de industrialização, a intensificação da urbanização e a ampliação da alfabetização (ORTIZ, 2001).

No caso dos grandes jornais, deve se considerar, como aponta Ortiz, que o Estado participou ativamente no processo de institucionalização da imprensa. Desta forma, uma total separação ou independência do universo político nunca foi possível. Entretanto, pode-se retirar de sua interpretação que os periódicos se utilizaram da própria relação com o Estado para tentar construir um mínimo de autonomia relativa. A partir do suporte material gerado pelos poderes públicos (facilidade na aquisição de empréstimos, subvenções e mesmo a publicidade), os jornais puderam se tornar empresas e utilizaram como moeda de troca o acesso ao grande público e o capital simbólico que obtinham a partir de sua atividade própria. Além disso, o aporte financeiro do Estado constituiu também alternativa para as próprias deficiências do mercado no suporte material das transformações no jornalismo. Ainda mais, a incorporação em

⁶³ No “mercado de bens simbólicos”, os bens que estão em circulação – que podem ser materiais ou não – não tem o seu valor estipulado a partir dos custos econômicos de produção, mas adquirem um valor que é simbólico no seu contexto de produção, nas relações sociais (BOURDIEU, 1987).

seu discurso dos princípios de objetividade e de neutralidade fez parte desta “negociação”, ao permitir à imprensa uma nova forma de inserção no debate público que, ao menos retoricamente, era contraposta aos “poderes estabelecidos”.

Um dos pontos-chaves da busca desta institucionalização esteve no processo de profissionalização do jornalista, elemento importante na luta pela diferenciação do profissional de imprensa em relação ao do *campo político* e do *literário*, o que permitia a formação de uma ideologia da profissão⁶⁴ e, com isso, a incorporação do que Bourdieu denomina de *habitus secundário*⁶⁵. Assim, a profissionalização do jornalismo também serviu, como vimos, para consolidar uma linguagem própria e as regras do exercício legítimo da profissão. Mas especialmente nos anos 50, o que podemos chamar de “instâncias de consagração” no jornalismo – como as revistas especializadas, os prêmios institucionais, etc. – ainda eram relativamente fracas e incipientes (RIBEIRO, 2004). Quando consideramos todos esses elementos, qualquer análise do conteúdo de um periódico torna-se mais complexa.

Continuando os apontamentos sobre os aspectos gerais dos *campos*, é necessário destacar que, no interior de cada um deles, historicamente se constrói uma estrutura, moldada a partir das lutas anteriores. Sendo que a posição ocupada por um agente ou instituição nesta estrutura que o antecede depende das propriedades que eles possuem, que, em síntese, Bourdieu chama de volume e estrutura do capital⁶⁶. Devido a esta estrutura, o *campo* é dividido, grosso modo, entre “dominantes” e “dominados”. As posições “dominantes”, conhecidas como “vanguarda consagrada”, detém o prestígio e a fala legítima dentro do *campo*. Já as posições “dominadas” são os agentes conhecidos como “pretendentes”, incluindo os “recém-chegados”. Estes últimos articulam estratégias de subversão da ordem estabelecida, para assim, quem sabe, chegar à posição dominante. Embora isto seja particularmente difícil, pois, os agentes que ocupam a posição dominante têm a prerrogativa de definir os critérios sobre o exercício das atividades no interior do *campo* (BOURDIEU, 1996, p.147-148; BOURDIEU, 1987, p.118).

⁶⁴ Entende-se por ideologia profissional um conjunto de elementos, valores (objetividade, neutralidade etc), critérios (noticiabilidade, distinção entre informação, notícia e reportagem etc) construídos pelos jornalistas para demonstrar que aquela profissão é importante para a sociedade.

⁶⁵ Concebendo os *habitus secundários* como um conjunto de disposições incorporadas no ambiente escolar, universitário ou, como no neste caso, no ambiente de trabalho.

⁶⁶ Para Bourdieu existem basicamente cinco tipos de capitais: 1) capital econômico (capacidade de gasto, renda, bens acumulados etc); 2) capital cultural (educação, instrução formalizados expressas por títulos, conhecimento cultural, habilidades culturais aprendidas fora das instituições); 3) capital social (relações que os agentes estabelecem, clientela, amigos que podem ser mobilizadas para realizar os desejos do agente); 4) capital de prestígio, simbólico ou de honra (é o reconhecimento dos demais capitais); 5) capital específico (é o capital próprio de cada *campo*, aquele que possui maior valor no interior do *campo*). Dessa forma, a estrutura do capital é estabelecida pelas diferenças entre as quantidades de capitais e o volume de capital é a soma geral dos capitais de cada agente (BOURDIEU, 1987).

Dessa forma, não fica difícil antever que os agentes que estão na posição dominante, também conhecidos como *ortodoxos*, tendam a organizar *estratégias*⁶⁷ de “conservação” e “exclusão”. Já os dominados, ou *heterodoxos*, detentores de menor volume de capital global e específico, procuram subverter a dominação, articulando *estratégias* de subversão para tentar melhorar a sua posição e chegar ao lugar de dominante e, com isso, impor as regras que lhe são mais favoráveis (BOURDIEU, 1996, p.147-148). Por isso, Bourdieu afirma que “o jogo dos recém-chegados consiste, quase sempre, em romper com certas convenções em vigor (...), mas dentro dos limites da conveniência e sem colocar em questão a regra do jogo e o próprio jogo” (BOURDIEU, 2015a, p.121). Por conseguinte, dentro de um *campo de produção*, quando uma *estratégia* é bem-sucedida, ela garante ao agente “um poder sobre o capital detido por todos os demais produtores, na medida em que, através da imposição de uma definição da prática legítima, é a regra do jogo mais favorável a seus trunfos que acaba impondo a todos” (BOURDIEU, 1989, p.173).

No caso da imprensa brasileira aqui em estudo, interpreto que o processo de transição dos jornais analisado anteriormente reflete, de forma sintomática, esta dinâmica. As mudanças estruturais pelas quais passaram os principais impressos podem ser lidas como um processo conjunto de estruturação e reestruturação do *campo*. Ou seja, na medida em que as transformações administrativas, operacionais e linguísticas davam aos periódicos que promoviam as mudanças condições para impor as suas próprias regras de produção sobre o discurso jornalístico, essas mesmas mudanças tinham o poder de transformar os critérios que definiam “dominantes” e “dominados”. É assim que devemos entender, por exemplo, a ascensão de jornais que inovaram, como *O Globo*, *Última Hora* e o *Jornal do Brasil* - este, depois de 1956 -, e a relativa queda de impressos como o *Correio da Manhã* e *O Jornal*, da rede de Chateaubriand, mais resistentes ou mesmo impermeáveis a estas transformações.

Estas mudanças de posição podem ser explicadas pelo conceito bourdiano de “trajetória”. Salientando que as trajetórias dos agentes “serão determinadas pela relação entre as forças do *campo* e sua inércia própria” (BOURDIEU, 1996, p.24). Sendo essa *inércia* nada mais do que as propriedades dos agentes que podem estar inscritas, de um lado, em estado

⁶⁷ Observando, que o termo *estratégia* é empregado por Bourdieu não no sentido de um cálculo racional, que visa atingir um fim determinado. Mas sim são ações “razoáveis sem serem o produto de um raciocínio proposital ou, com mais razão, de um cálculo racional; motivadas por um tipo de finalidade objetiva sem serem conscientemente organizadas em relação a um fim explicitamente constituído; inteligíveis e coerentes sem serem produto de uma intenção inteligente ou de uma decisão deliberada; ajustadas ao futuro sem serem o produto de um projeto ou plano” (BOURDIEU *apud*, GARCIA, 1996, p.66). Essas *estratégias* são, antes de mais nada, resultado de um “senso prático”, que é fruto do conhecimento das regras do jogo pelo agente.

incorporado, sob a forma de disposições⁶⁸ vinculadas às suas origens, e, por outro lado, em estado objetivado, por meio de bens e títulos conquistados/herdados (BOURDIEU, 2015b, p.104). Em consequência, para Bourdieu, a compreensão da estratégia de um agente/instituição nas lutas internas de um *campo* deve considerar tanto a sua *posição* (dominante x dominado; conservação x transformação) quanto a sua *trajetória* (ascendente x descendente).

Aqui se percebe porque jornais e especialmente jornalistas mais tradicionais e que ocuparam uma posição dominante através do uso das antigas técnicas da profissão têm dificuldade de adaptação ao novo “estilo”, normalmente lutando contra a mudança. Enquanto os novos podem se adaptar mais facilmente e os impressos que ocupavam posições dominadas estão mais propensos a correr o risco da inovação. Neste sentido, as pesquisas de Ana Paula Ribeiro ilustram bem esta questão, mostrando como os jornalistas do “velho estilo”, como Nelson Rodrigues, resistiram e condenaram a transição para o jornalismo informativo como sendo um empobrecimento da profissão. Da mesma maneira, foram os novos jornais, como o *Última Hora* e a *Tribuna da Imprensa*, e algumas folhas ocupando uma posição inferior ou descendente, como o *Diário Carioca* e mesmo o *Jornal do Brasil* (a partir de 1956), que capitanearam o processo e, como no caso do *UH* e do *JB*, passaram a se destacar neste novo jornalismo (RIBEIRO, 2007, p.231).

Outro ponto importante é entender como a dinâmica de disputa no interior de um *campo* se dá mediante ao que Bourdieu chama de o “último desvio”. Em suas palavras,

o campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos *actos* ou nos discursos que eles produzem, têm sentido se não relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 1989, p.179).

Em consequência, isso implica em apreender os espaços sociais a partir das distribuições de propriedades entre indivíduos, o que leva à necessidade da montagem de um “quadro dos caracteres pertinentes de um conjunto de agentes ou de instituições” que fazem parte de cada *campo* (BOURDIEU, 1989, p.29). Isto permite elucidar muitas tomadas de posição dos agentes que estão em disputa “pela dominação simbólica, ou seja, pelo poder sobre um uso particular de uma categoria particular de signos e, desse modo, sobre a visão do mundo natural e social” (BOURDIEU, 1989, p.174).

É importante destacar ainda que um agente pode fazer parte de mais de um *campo*. Entretanto, como cada *campo* possui o seu capital específico, o agente não detém a mesma notoriedade em todos os espaços, podendo ser dominante em um, mas dominado em outro. Bem

⁶⁸ As disposições são um “conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade e mesmo a beleza” (BOURDIEU, 1996, p.24).

como esse agente pode ser dominante em um *campo*, mas este ser dominado no *campo do poder*⁶⁹. Diante dessa situação, os agentes têm a opção de deslocarem-se no espaço social. E, em muitos casos, fazem transferência do capital específico adquirido em um desses espaços para o outro, com diferentes graus de rendimento em tal “inversão”.

No caso aqui em estudo, uma interessante ilustração dessa migração e conversão diz respeito justamente aos jornalistas que se tornam políticos, utilizando o seu capital simbólico adquirido na imprensa para obter votos e conseguir ingressar, muitas vezes com uma posição relativamente boa, no *campo político*. Na década de 1950, temos dois exemplos emblemáticos e bem-sucedidos dessa reconversão de capital, é o caso de Assis Chateaubriand e Carlos Lacerda, ambos jornalistas, donos de jornais que se lançaram na atividade política.

Além disso, não se pode esquecer que o conflito no interior do *campo do poder* é também pela imposição de qual o capital específico é o mais legítimo na sociedade como um todo. O que afeta as regras do jogo dos outros *campos*, na medida em que o *campo do poder* exerce certa predominância sobre os demais (BOURDIEU, 1990, p.174; BOURDIEU, 1996, p.144). Esse elemento precisa ser considerado ao se tentar compreender a imprensa brasileira no processo de transição que analisamos anteriormente. Pois, enquanto que, na França, o capital cultural foi e é reconhecido como legítimo, perdendo espaço apenas recentemente para o capital econômico, no Brasil, o capital econômico sempre foi dominante no *campo do poder* (ORTIZ, 2001).

Isto interfere na forma como os jornais constroem sua inserção no debate público, bem como sua relação com o público. Não devemos esquecer que, para Bourdieu, o *campo jornalístico* se estruturou como tal, no século XIX, a partir de uma divisão entre os jornais chamados de “reflexão” e “jornais sensacionalistas”⁷⁰. Sendo que, no caso francês, ler um “jornal de reflexão” seria, para o autor, uma forma de “manifestar que o indivíduo se sente membro do país legal, ou seja, com o direito e o dever de participar na política, de exercer verdadeiramente seus direitos de cidadão” (BOURDIEU, 2015b, p.416). Nessa lógica, os “jornais de reflexão” estariam em uma posição de maior legitimidade dentro do *campo*

⁶⁹ Segundo Bourdieu, os *campos* relacionam-se entre si, entretanto, esse relacionamento ocorre de forma assimétrica e hierárquica, ou seja, mesmo entre tais espaços existem os *dominantes* e os *dominados*. O *campo do poder* é o lugar no qual se dá o embate entre diversos poderes como o econômico, o político e o simbólico, sobretudo é um espaço social no qual se estabelecem as dominações entre os *campos*, por isso, toda autonomia é relativa, pois são dependentes das disputas do *campo do poder* (BOURDIEU, 1990, p.174; BOURDIEU, 1996, p.144).

⁷⁰ A diferença entre “imprensa sensacionalista” e “imprensa de informação”, revela a oposição entre duas formas de relação com o mundo social, ou seja, entre aqueles “que na prática ou no pensamento dominam o mundo social e a visão obscurecida, acanhada e parcial” dos dominados por este mundo. Revela a antítese do entendimento e reflexão (“imprensa de informação”) e do sentimento e sensação (“imprensa sensacionalista”)” (BOURDIEU, 2015b, 415).

jornalístico e, por consequência, maior capacidade de impor pontos de vista no debate público. Por outro lado, basear sua posição apenas na condição de ser o periódico mais vendido pode trazer, para um jornal francês, perda de legitimidade no polo do capital cultural, apesar da maior autoridade no polo comercial.⁷¹

No Brasil, de modo distinto, uma das formas de legitimação era justamente a divulgação das tiragens dos jornais, sendo que, muitas vezes, estas eram adulteradas para números superiores aos reais. Segundo Ortiz (2001), isso é decorrente do fato de que o *campo de produção de bens simbólicos* no Brasil (onde a imprensa está inserida) não ter se estruturado por uma grande divisão entre polo erudito (ligado ao capital cultural, ao polo “não comercial”) e polo popular (ligado ao capital econômico, ao polo “comercial”). Ao contrário da França, verifica-se uma mistura maior dos dois polos. O que leva a uma condição particular dos produtores de bens culturais, onde a efetiva introdução do jornalismo informativo e comercial nos anos 1950 apresentou um enorme potencial de alterar a estrutura do *campo*. Também teve o efeito de provocar, entre os seus agentes, novas formas de disputa interna, como a que opôs, por exemplo, o *Última Hora*, jornal que atinge grandes tiragens em pouco tempo de existência, e as folhas mais tradicionalmente estabelecidas. Estas viram no *UH* uma ameaça à sua posição pela ascensão do periódico de Samuel Wainer, embora este jornal tivesse uma “mensagem” prioritariamente voltado para as camadas de menor capital econômico e cultural.

De qualquer maneira, nunca devemos esquecer que, para Bourdieu, os agentes produtores de bens culturais e simbólicos (artistas, intelectuais, cientistas, jornalistas) constituem frações da classe dominante e, por fazerem parte dessa classe, possuem determinadas formas de poder e privilégios. Entretanto, mesmo fazendo parte do grupo dominante, muitas vezes, ocupam posições dominadas nas suas relações com os detentores do poder político e econômico, por isso, podem ser considerados “uma fração dominada da classe dominante” (BOURDIEU, 1990, p.174)

2.2.1 *Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Última Hora: entre tradição e renovação*

Tendo vista o exposto, como poderíamos situar os jornais elencados para esta pesquisa neste espaço maior do *campo jornalístico* em transformação no período.

⁷¹ Lembrando que para Bourdieu existe dentro dos *campos da produção de bens culturais* há uma oposição entre o polo comercial e o polo “não comercial”, ou seja, entre a produção restrita e a grande produção (o comercial), ou ainda, “entre o primado atribuído à produção e ao *campo dos produtores* ou, até mesmo, ao *subcampo dos produtores* para produtores, e o primado atribuído à difusão, ao público, à venda, ao sucesso avaliado pela tiragem” (BOURDIEU, 2015a, p.31).

Jornal do Brasil

O *Jornal do Brasil* era um periódico matutino, sendo o mais antigo entre os estudados, criado ainda em 1891. Surgiu como um jornal monarquista, mas, após três trocas de propriedade, em 1894, já havia se tornado defensor da República, agora incorporado à firma Mendes e Cia e tendo como seu redator-chefe Fernando Mendes de Almeida e como secretário de redação Cândido Mendes de Almeida.

Juntamente com essa mudança de perspectiva, o jornal passou a se construir como um periódico “popular”, “defensor dos pobres e dos oprimidos e divulgador de suas queixas e reclamações. Com isso, abandonava os inflamados debates políticos de outrora, voltando-se basicamente para os assuntos cotidianos da cidade de interesse das massas” (DHBB, 2001, 2.868). Adquirindo, assim, amplo prestígio entre as camadas populares, mas esta opção pela divulgação de informações de interesse popular gerou diversas críticas por parte dos demais órgãos da imprensa, que apelidaram o periódico de “O Popularíssimo” (DHBB, 2001, 2.868).

Em função de diversas dificuldades, após a deflagração da Primeira Guerra Mundial, em 1919, os irmãos Mendes de Almeida perderam o jornal para o Conde Ernesto Pereira Carneiro, por causa de uma hipoteca não paga. Pereira Carneiro desejava recuperar o prestígio que o jornal adquiriu na fase inicial e, para isso, criou colunas assinadas por membros da Academia Brasileira de Letras, incorporou no círculo de colaboradores figuras importantes no campo intelectual, como Benjamim Costallat e Barbosa Lima Sobrinho, entre muitos outros (DHBB, 2001, 2.869). Sendo que a manutenção e a constante incorporação de agentes reconhecidos em outros campos uma estratégia muito presente ainda na década de 1950.

Um dos cuidados de Pereira Carneiro era evitar que fossem encampadas campanhas que pudessem prejudicar o jornal. A partir dos anos 1930, adotou a estratégia de ocupar as quatro primeiras páginas com anúncios e classificados, o que possibilitou ao *JB* grande autonomia financeira – bancada pelos classificados e vendas aos leitores -, sendo o único dos grandes diários, nos anos 1950, que não dependia de publicidade para se financiar (RIBEIRO, 2007, p.155). Isto, porém, rendeu-lhe o apelido de “jornal das cozinheiras”, embora possuísse uma linguagem rebuscada, pouco uso de imagens, mesmo após as reformas iniciadas em 1956. Neste sentido, ao que tudo indica, era consumido pelas classes populares, que procuravam os classificados, e pelas classes média e alta, mais interessadas nos conteúdos discursivos propriamente ditos.

No período de Pereira Carneiro, assumiu posições políticas mais contidas, mantendo uma linha ligada ao conservadorismo católico até 1956, isto é, até antes do início de sua reformulação (DHBB, 2001, 2.868). Reformulação decorrente da perda progressiva de prestígio

do jornal, elemento verificado na queda das tiragens desde 1951: em 1952, possuía 60 mil exemplares publicados por dia, em 1953, caiu para 45 mil exemplares/dia, baixando para 40 mil exemplares/dia em 1954 (RIBEIRO, 2007, p.60).

Internamente, a década de 1950 foi cheia de desafios. Primeiro, faleceu José Pires do Rio, diretor-tesoureiro do jornal, quem reorganizou as finanças do *JB* e implementou a ideia de colocar os classificados nas primeiras páginas do periódico. Na sequência, por motivos de saúde, Pereira Carneiro foi obrigado a se afastar, falecendo em 1953. Quem assumiu a direção do jornal foi a viúva Maurina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro, sendo que, em decorrência dessas perdas, foi possível abrir espaço para uma possível mudança. Mas as primeiras alterações concretizaram-se apenas em 1956, sendo, posteriormente, reconhecido como um dos mais emblemáticos jornais “reformadores” do período.

Em síntese, podemos afirmar que o *JB* ocupava uma posição particular no *campo jornalístico* na primeira parte dos anos 50: relativamente independente financeiramente, podia se dar ao direito de não depender diretamente da tutela de grupos econômicos e políticos. Contudo, entendo que a sua condição de um jornal com fama de “popular”, mas cuja linha editorial era voltada para as elites urbanas e fortemente marcada por um viés católico-conservador dificultava que o *JB* galgasse uma posição de bom intérprete da realidade socioeconômica dinâmica dos anos 50. Decorre daí, defendo, a sua trajetória francamente descendente no período, até a reforma de 56.

Na primeira metade da década de 1950, era dividido em dois cadernos, o primeiro, dedicado ao noticiário nacional e internacional e o segundo, a assuntos do cotidiano, cultura e esportes. Na primeira página havia um espaço com chamadas de algumas matérias que estariam no interior do jornal, geralmente a manchete era ligada a assuntos internacionais, mas possuía a peculiaridade de ocupar as quatro primeiras páginas com anúncios de classificados, sendo a quinta página a “página de opinião” do jornal. Já a sexta página era geralmente dedicada a assuntos políticos nacionais e a sétima para assuntos internacionais. Sua dimensão, assim como a maioria dos diários do período, era de standard (600 x 750 mm), dividido em oito colunas. Como já mencionado, possuía uma linguagem rebuscada e pouco uso de imagens, para conferir o layout do *JB* ver anexos I e J (no anexo I temos a capa do *JB* e no anexo J a página 6 com assuntos nacionais, ambas páginas do dia 07 de fevereiro de 1953 – data escolhida aleatoriamente).

Correio da Manhã

O *Correio da Manhã* é também um periódico matutino antigo, fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt. Construiu sua imagem como sendo um “jornal de opinião”, mas sem vinculação partidária, o que lhe gerou um grande reconhecimento como um dos principais órgãos da imprensa brasileira do século XX. Desde a sua fundação, declarou-se isento de qualquer compromisso partidário, causando impacto a sua independência em relação aos governos federais da República Velha. Assim, construiu-se como “defensor ‘da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades’” (DHBB, 2001, p.1.627). Na edição comemorativa ao seu cinquentenário, o discurso de Edmundo Bittencourt é retomado e lê-se: “o *Correio da Manhã* não tem, nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre”⁷². Em suma, “um jornal que se propõe e quer deveras defender a causa do povo, não pode ser um jornal neutro; há de ser forçosamente um jornal de opinião”⁷³.

A sua fase inicial foi marcada pela aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade. Segundo o DHBB, a primeira campanha “popular” encampada pelo jornal foi o combate ao aumento do preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão, depois aderindo a campanhas contra os jogos de azar e denúncias de funcionários públicos que extorquiam dinheiro de comerciantes. Ainda dava destaque a passeatas e movimentos coletivos. Em 1904, tomou partido a favor da revolta popular contra a vacinação obrigatória.

Outro elemento marcante é o posicionamento oposicionista que parece explicar a linha “participante e combativa” que Edmundo Bittencourt imprimiria ao jornal e que teria passado à direção de seu filho Paulo Bittencourt, que assumiu o *Correio* em 1929. Deve-se salientar também um razoável compromisso “legalista”, pois, mesmo apoiando as duas candidaturas à Presidência do udenista Eduardo Gomes (1945 e 1950), defendeu a posse de Vargas quando a UDN – e outros órgãos de imprensa, como o *Estadão* – era contra. O mesmo acontecendo nos casos de Café Filho e de João Goulart.

Na década de 1950, era um dos jornais de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito texto e poucas imagens. Ao que tudo indica, seu público leitor neste período estava concentrando na “alta burguesia” e “classe média alta”, entretanto seu orçamento

⁷²“Correio da Manhã”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951, p.1, 1º caderno. Retomada do editorial de Edmundo Bittencourt, publicado em 1902 em comemoração ao segundo aniversário do Correio.

⁷³“Correio da Manhã”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951, p.1, 1º caderno. Retomada do editorial de Edmundo Bittencourt, publicado em 1902 em comemoração ao segundo aniversário do Correio.

majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas (RIBEIRO, 2007, p.65). Sua tiragem diária foi crescente na primeira metade da década de 1950: em 1951, publicava 56 mil exemplares/dia, número que se elevou para 70 mil, em 1952, e em 1953, alcançando a marca dos 72 mil exemplares/dia em 1954 (RIBEIRO, 2007, p.60).

Quanto à orientação doutrinária, é classificado pelo verbete do DHBB genericamente como “liberal”, mas sem que se explicita o sentido em que este conceito é usado. Entre os jornais estudados, foi o único que não adotou, nem parcialmente, as reformas no jornalismo que ocorreram no período.

Desta forma, pode-se interpretar o *Correio da Manhã* como um impresso ocupando as posições dominantes no *campo jornalístico* no início dos anos 50, com base em uma forma de fazer jornal tradicional, com textos e temas “elevados” e voltados para a elite política e social. Esta posição, associada a uma boa condição financeira – grande parte derivada de seu próprio prestígio como jornal de “respeito” – permitia-lhe relativa independência frente aos partidos e outros grupos de pressão. O perfil mais “conservador” adotado nos anos 50 lhe proporcionava, por sua vez, grande destaque como interlocutor das camadas médias e altas do Rio de Janeiro e uma forte convergência, mesmo sem servilismo, com partidos como a UDN. Todavia, esta mesma linha de ação o afastava das camadas com menor capital econômico e, principalmente, cultural. Da mesma maneira, sua posição dominante no *campo jornalístico* não o incentivava a promover as mudanças que estavam em curso na imprensa, o que seria fatal para o jornal nas décadas posteriores.

Também era um jornal matutino, possuía o formato Standard, mas distribuído em nove colunas em cada página. Do mesmo modo que o *JB* também era dividido em dois cadernos, mas, o primeiro, mais voltado para assuntos políticos nacionais e internacionais e o segundo, para assuntos do cotidiano, esportes, cultura e lazer. A capa do *CM* era reservada para manchetes sobre assuntos internacionais, umas das referências dos jornais considerados “sérios”, com linguagem rebuscada, apesar do pouco uso de imagens, já o fazia em maior quantidade do que *JB*. A contracapa e a terceira página eram reservadas para os assuntos nacionais, nestes locais também encontra-se artigos de intelectuais e agentes ilustres, já sua página quatro era a “página de opinião” do jornal. Para uma aprendermos melhor o layout do *CM* ver anexos K e L (no anexo K, temos a capa do *CM* e no anexo L, a página 3 com assuntos nacionais, ambas páginas do dia 07 de fevereiro de 1953).

Última Hora

O *Última Hora* começou a circular em 12 de junho de 1951, sendo fundado pelo jornalista Samuel Wainer. Entre os jornais analisados é o único com circulação vespertina.

Jornalista de grande prestígio, apesar da origem socialmente humilde, Wainer passou a trabalhar nos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, em 1947, e foi como repórter dos *Diários* que manteve os primeiros contatos com Getúlio Vargas, fazendo a cobertura da sua campanha às eleições presidenciais de 1950. Depois de eleito, Vargas e Wainer mantiveram proximidade e, foi em uma de suas conversas que o então Presidente da República pergunta para Wainer: “porque tu não fazes, um jornal?” (RIBEIRO, 2004, p.325). A partir desse momento, o jornalista se sentiu encorajado a fundar o seu próprio impresso.

Para a criação da *UH*, Wainer abriu duas empresas separadas, uma gráfica e outra editorial, projetando que a estratégia de afastar a parte industrial da parte editorial era uma forma de proteger o seu jornal contra as pressões e ataques políticos, pois, se o jornal parasse, a gráfica continuava (GOLDENSTEIN, 1987, p.41). Para isto, Wainer comprou, do *Diário Carioca*, a gráfica Érica e criou a Editora Última Hora S.A, com financiamentos diversos, que vinham desde bancos estatais até empresários, todos eles com fortes vínculos com Vargas⁷⁴.

Segundo Ana Ribeiro, o jornal de Wainer talvez tenha sido o que mais contribuiu para a renovação da imprensa brasileira, pois ele “inovou – na diagramação, no uso da cor e da fotografia, no conteúdo redacional e nas estratégias administrativas – e ressuscitou fórmulas antigas – como o folhetim, a caricatura e o colunismo -, que haviam em outras épocas garantindo o êxito de muitas publicações”. Disso resultou que o “*UH* deu início a um tipo de imprensa popular de qualidade que não existia no Brasil” (RIBEIRO, 2007, p.125)⁷⁵. Em consequência, em pouco tempo, o jornal de Wainer tornou-se um sucesso na imprensa carioca, logo competindo com *O Globo*, o vespertino de maior circulação e o primeiro lugar em tiragem

⁷⁴ As fontes de financiamento foram diversas: Parte industrial, foram 3: Walter Moreira Salles (banqueiro), Ricardo Jafet (presidente do Banco do Brasil e membro da elite industrial paulista) e Euvaldo Lodi (empresário e presidente da Confederação Nacional de Indústria). Wainer ainda conseguiu um empréstimo junto ao Banco do Brasil, além de, conseguir que este banco absorvesse da Caixa Econômica Federal a dívida da empresa Érica. Parte editorial, conseguiu recursos por intermédio de Juscelino Kubitschek, então governador de Minas. “Obteve do Banco Hipotecário de Crédito Real o desconto de três milhões em promissórias da Última Hora S.A., a serem pagos em publicidade. Conseguiu também contatos de publicidade em entidades como o Serviço Social de Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC) e a Cia. Antártica de São Paulo”. Por fim, ficou com 65% das ações do jornal e o restante distribuiu entre um grupo de pessoas que chamou para trabalhar consigo (RIBEIRO, 2007, p.122 e 123).

⁷⁵ Marialva Barbosa, porém, aponta que se forjou em torno do *Última Hora* vários discursos míticos, como a “mítica da inovação” e a “mítica da renovação”. Entretanto, Ana Ribeiro argumenta que, de fato, já haviam sido introduzidas renovações gráficas em períodos anteriores, mas que não modificaram o sistema de produção dos jornais. Sendo que somente nos anos 1950, principalmente com a criação de *UH* e com as reformas do Jornal do Brasil “que mudaram radicalmente as relações entre oficina e redações” (RIBEIRO, 2007, p.125).

da capital da República. Em seis meses de existência, o “*UH* tinha atingido uma tiragem de 50 mil exemplares e, em um ano, já vendia mais 100 mil às segundas-feiras” (RIBEIRO, 2007, p.127). Ainda mais, o crescimento das tiragens foi significativo ano após ano: em 1952, publicava 70 mil exemplares/dia, em 1953, 83 mil, chegando a 92 mil exemplares/dia em 1954 (RIBEIRO, 2007, p.60).

Para apreendemos o layout do jornal de Wainer e o comparar com os demais periódicos analisados seria interessante conferir os anexos M e N (no anexo M temos a capa do UH e no anexo N a página 2 com assuntos nacionais, ambas as páginas do dia 07 de fevereiro de 1953). Outra especificidade é a ênfase aos assuntos nacionais e locais, tanto em sua capa, como no restante do diário. Seu formato também era Standard dividido em oito colunas.

Segundo Lavina Ribeiro, algumas das inovações no texto buscavam, facilitar seu acesso a um público menos familiarizado com a prática da leitura cotidiana de periódicos. Por isso,

a política editorial era voltada para um diálogo direto com este grande público econômico e educativamente menos favorecido, denominado de ‘povo’ pelo jornal, autolegitimando-se então, como portador da vontade política do *povo* aos ‘responsáveis pelos destinos do País’ (RIBEIRO, 2004, p.325 e 326).

Embora, seu público fosse especialmente as classes populares, esse grupo não era exclusivo, pois, o *UH* possuía a capacidade de penetração policlassista. Segundo o IPOBE, o jornal tinha penetração em todas as classes sociais (RIBEIRO, 2007, p.127).

Mas Wainer não pretendia apenas chegar até os grupos populares, queria que o seu jornal fosse visto como uma espécie de “expressão do povo”. Essa ideia era amplamente difundida nas páginas do impresso, onde se exalta a iniciativa do “ULTIMA HORA de estabelecer uma correspondência diária e constante com o povo”, inaugurando uma “prática sadia e democrática”, proporcionando “maior amplitude à voz popular”⁷⁶. Na inovadora coluna *Fala o Povo na Última Hora*, podemos encontrar um resumo desta função: “os nossos leitores formarão através dessa coluna a grande assembleia da cidade”. Desta forma, procurava-se construir no público leitor a ideia de que o jornal era mais do que uma tribuna, um espaço de debate, mas constituía-se como o verdadeiro “procurador” do “povo” frente aos poderes estabelecidos:

na época atual – quando a luta pela solução dos problemas cotidianos se apresenta mais intensa, o chefe da família, a dona de casa, o estudante, o funcionário, os trabalhadores, precisam encontrar no seu jornal um **procurador** eficiente e pontual que tanto defenda os interesses nacionais e coletivos, como atenda também às suas **relações** com a administração, para solução das questões aparentemente simples, mas na realidade sufocantes⁷⁷.

⁷⁶ “Banca do Leitor”, *Última Hora*, 12 de junho de 1951, p.2, 1ª seção.

⁷⁷ Grifos meus. “Banca do Leitor”, *Última Hora*, 12 de junho de 1951, p.2, 1ª seção.

Ao se construir como “procurador” de seus leitores, o *Última Hora* atribuiu a si um papel social de extrema relevância, como uma instância de mediação entre a sociedade, especialmente a sua camada inferiorizada, e o Estado, levando as necessidades da primeira ao conhecimento do segundo, para que este as resolva da melhor forma possível.

Disso decorre o grande papel que o jornal de Wainer atribuiu às colunas as quais, segundo Ana Ribeiro, destinavam-se aos mais diversos assuntos (política, polícia, economia, esporte, turfe, restaurantes etc.). Dentre as mais expressivas estavam: “Barômetro econômico”, coluna econômica de maior repercussão, não assinada, mas geralmente escrita por Otávio Malta; *O Dia do Presidente*, coluna política de maior destaque, escrita por Luís Costa, e que “acompanhava as atividades de Getúlio Vargas” (RIBEIRO, 2007, p.240); e a coluna *Fala o Povo na Última Hora*, também não era assinada, mas Ana Ribeiro afirma que era escrita por Renato Correia de Castro, com o pseudônimo Marijô, e que foi uma das colunas mais originais do jornal, ao possibilitar uma forma de contato com as camadas mais populares até então não registrada em tais proporções na imprensa. Esta coluna, geralmente, era publicada na página 2 tanto do Primeiro Caderno, quanto do Segundo, trazia reivindicações e queixas populares. Para isto, havia um sistema de recolhimento das reivindicações: além da mesa que Renato Castro possuía na redação, na qual atendia a população e anotava as suas reclamações numa linguagem bastante extravagante, irreverente, mordaz e repleta de neologismos, havia ainda diversos postos de coletas de correspondências espalhados pelo Distrito Federal. O texto era acompanhado por ilustrações de Octávio (RIBEIRO, 2007, p.240-241).

Em linhas gerais, a historiografia considera a criação de *Última Hora* como uma forma de romper a chamada “conspiração do silêncio” da “grande imprensa” brasileira em relação ao governo Vargas (RIBEIRO, 2007, p.122; GOLDENSTEIN, 1987, p.40). Assim, o *UH* seria um veículo que daria cobertura aos atos do governo federal, tornando-se meramente uma arma de luta política (GOLDENSTEIN, 1987, p.35). Consideramos ingênuo e equivocado negar a ligação entre Vargas e a criação de *Última Hora*, uma vez que até o próprio Wainer afirma que o jornal foi concebido com o objetivo de ser a expressão do getulismo na imprensa. Mas, o *UH* como fenômeno jornalístico deve ser compreendido para muito além deste papel.

Mesmo inspirado politicamente no getulismo, o jornal de Wainer foi muito mais que apenas uma expressão dos interesses do presidente no debate público. Ao contar com um jornalista profissional de grande experiência e prestígio na área – um iniciado, no dizer de Bourdieu – que soube aproveitar muito bem a sua ligação com Vargas e as transformações socioeconômicas do período para criar o “seu próprio jornal”, a *Última Hora* se tornou um

agente “híbrido jornalístico-político”, cuja importância foi muito além do que a sua missão política determinava.

O apoio político e financeiro de Vargas ajudou a criar um jornal inovador, mas a competência e sucesso deste jornal inovador no seu próprio campo de atuação lhe dotou de uma força econômica, política e social muito maior do que o impulso original lhe fornecera. Não é por acaso que, em pouco tempo, o *Última Hora* se tornou um empreendimento superavitário, saudando seus financiamentos, e se estendendo em uma rede de sete jornais por todo o país, só superável pelo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Da mesma forma, não devemos ler apenas como mera bravata as palavras de Wainer, quando afirma que, depois da criação do jornal: “eu me tornara mais importante junto a Getúlio que qualquer ministro de Estado” (WAINER, 1993, p. 150).

Em resumo, apesar de ter na base de sua criação fortes influências políticas e nunca ter se desvinculado delas, o jornal *Última Hora* se constitui em uma novidade no *campo jornalístico*, tanto na forma do fazer profissional, quanto no público que preferencialmente mobilizou. Desta maneira, contribuiu fundamentalmente para a própria transformação do jornalismo e dos critérios de ascensão neste campo, ao mesmo tempo em que galgou uma trajetória ascendente, baseada em um jornalismo mais moderno e na extensão do seu público leitor. Isto permitiu ao jornal não apenas cumprir a sua missão política, mas ganhar capital de prestígio que lhe permitia ir além dela. Mas tudo isto, porém, dependia da capacidade da folha de Wainer em mobilizar e interpelar este público, construindo junto a ele a imagem de um impresso empenhado na defesa dos interesses populares frente aos poderes estabelecidos, dentre os quais devemos colocar a própria Presidência da República. Tarefa nem sempre tranquila, como veremos depois.

Para tentar sintetizar alguns apontamentos acima e exemplificar qual seria a posição dos jornais estudados e suas respectivas trajetórias dentro do *campo jornalístico* ver anexo O. Na página seguinte ao anexo encontra-se uma descrição das imagens criadas para ilustrar a posição e trajetória dos diários no campo jornalístico.

2.2.2 Campo de Produção Ideológica e o debate sobre as favelas

Diante desta discussão acerca da dinâmica dos jornais nos anos 50, como Bourdieu entenderia a relação entre os diferentes campos de produção simbólica no debate público em uma sociedade?

Na sua obra *A Distinção*, o autor desenvolveu um conceito específico para abarcar a dinâmica de conflito entre os diferentes campos de produção simbólica e sua capacidade de interferir no debate público: *Campo de Produção Ideológica*.

Bourdieu considera o *Campo de Produção Ideológica (CPI)* um espaço de conflito onde ocorre a disputa pelo estabelecimento e produção da visão mais legítima sobre os assuntos politicamente relevantes no debate público. Um espaço onde entram em disputa diversos agentes, provenientes de diversos campos, como o jornalístico (jornais), religioso, político (partidos políticos) etc. Nas palavras do sociólogo, o *CPI* é um

universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define o campo do pensável politicamente ou, se quisermos, a problemática legítima (BOURDIEU, 2015b, p.372).

Nesta passagem, observa-se que o *CPI* não é apenas um espaço de elaborações políticas, mas da criação da visão mais legítima sobre o mundo social. Lembrando que a imprensa, como os demais produtores de bens simbólicos e culturais, detém um poder específico, ou seja, o poder simbólico “de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir” (BOURDIEU, 1990, p.176).

Como todo o *campo*, o *CPI* também se estabelece a partir do monopólio sobre a produção legítima de determinado tipo de bem, no caso, as opiniões autorizadas sobre o mundo social. Para que isto seja possível, porém, é necessário que os seus agentes controlem os recursos suficientes e necessários para produzir visões autorizadas sobre a sociedade e sobre as formas de agir coletivamente em seu nome – em outras palavras, os projetos e os programas a se tornarem, se possível, em políticas públicas. Em outras palavras, o *CPI* também se constitui mediante a separação entre os *iniciados* – aqueles que dominam as regras de produção legítimas – e os *profanos* – incapazes de produzir representações *autorizadas* sobre mundo social e, assim, apenas destinados a consumi-las.

Entretanto, como o *CPI* envolve a disputa pública sobre uma fala que envolve o agir coletivo, ele sempre é, teoricamente, uma “fala por delegação”, ou seja, uma fala que fala por “outro”, no caso, os representados. Neste sentido, o *CPI* não se estabelece mediante um processo de representação dos grupos sociais, ou melhor, essas “representações” são sempre imposições de visões de mundo dos detentores das técnicas do discurso “político” legitimamente aceito e os “profanos” que são muito mais falados do que falam na discussão pública.

De outro lado, para Bourdieu, mesmo que os agentes do *CPI* possam satisfazer os interesses dos grupos dominantes do campo de poder, isto não ocorre diretamente. Pois, suas tomadas de posição, em primeiro lugar, seriam orientadas pelas lutas internas ao seu campo de produção, atendendo os interesses externos em um segundo plano, muitas vezes como forma de inverter nas disputas contra os pares. Devido a estas duas formas de “pressão” sobre os produtores culturais – cujo peso relativo varia histórica e *socialmente* – o autor diz que todo o bem simbólico, notadamente quando exerce um efeito *ideológico*⁷⁸, é *duplamente determinado*⁷⁹. Dessa forma, a partir do conceito de *Campo de Produção Ideológica*, tem-se uma alternativa teórica à visão que compreende a imprensa apenas como porta-voz da classe política e economicamente dominante⁸⁰.

Com base nestas considerações, vale aqui recuperar a possibilidade de análise aberta por Marialva Barbosa, que interpreta a modernização do jornalismo carioca nos anos de 1950 como a busca por uma forma distinta e legítima de a imprensa entrar no debate público a partir de um local institucional próprio. Neste sentido, a imprensa passa a oferecer como bens e serviços legítimos não apenas a notícia⁸¹, mas também a sua autoconstrução como uma instância voltada a uma função intermediária na relação sociedade - Estado. Ao agir assim, ela cria, como afirma Nelson Traquina, uma função pública, ou seja, “um meio de exprimir as queixas e injustiças individuais e como uma forma de assegurar a proteção contra a tirania insensível” (TRAQUINA, 2005, p.47), em suma, representando-se como um poder que equilibraria os outros poderes na sociedade – *Quarto Poder* (TRAQUINA, 2005, p.48)⁸². Desta

⁷⁸ Bourdieu chama de *efeito ideológico* a capacidade que determinada “forma simbólica” tem em legitimar posições sociais, mesmo que tenham sido produzidas sem a mínima intenção de o fazer (BOURDIEU, 1989, p. 11).

⁷⁹ “Ter presente que as ideologias são sempre duplamente determinadas, – que elas devem suas características mais específicas não só aos interesses de classe ou das frações de classe que elas exprimem (função de sociodiceia), mas também aos interesses específicos daqueles que a produzem e à lógica específica do campo de produção (...) – é possuir o meio de evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que eles servem (efeito de curto-circuito frequente na crítica marxista) sem cair na ilusão idealista a qual consiste em tratar as produções ideológicas como totalidades autossuficientes e autogeradas, passíveis de uma análise pura e puramente interna (semiologia)” (BOURDIEU, 1989 p. 13).

⁸⁰ Também permite contrapor ou relativizar as pesquisas que, mesmo implicitamente, trabalham apenas com a perspectiva da manipulação (como forma de modificar *conscientemente* as informações em prol de algum objetivo) para interpretar o conteúdo de um jornal. Na ótica de Bourdieu, as opiniões e tomadas de posição dos agentes são, em boa parte, resultados de seu conjunto de crenças, muitas vezes inconscientes, e que se originam na posição que este ocupa no mundo social e no seu *campo de produção* (BOURDIEU, 2015b, p.105).

⁸¹ Compreende-se a notícia como uma construção social e do social pois, é a partir de uma seleção, que não é arbitrária e sim baseada em um conjunto de pressupostos próprios do fazer jornalístico, que os jornalistas selecionam o que será e como será publicado, enfim, é o profissional que escolhe o que é ou não notícia.

⁸² Muitos trabalhos, inclusive o da professora Marialva Barbosa já desconstruíram a possibilidade de a imprensa brasileira ser o Quarto Poder. Entretanto, nosso interesse não é demonstrar a empiria ou não, tanto das noções de objetividade e neutralidade, quanto da possibilidade de os jornais cariocas serem o Quarto Poder. O que nos interessa é analisar a forma como esses periódicos institucionalmente construíram-se no debate público.

maneira, este novo papel institucional que a imprensa tenta construir deve ser entendido como uma estratégia utilizada pelos periódicos brasileiros para gerar seu próprio espaço na esfera do debate público.

É claro, para Bourdieu, ainda que semelhante às disputadas no interior de um campo de produção simbólica, as tomadas de posição no *CPI* se dão essencialmente por conflito e oposição tanto entre os agentes de um campo específico, quanto frente às distintas áreas do saber. Isto dá origem ao que o autor chama de *luta simbólica*, isto é, a luta para a imposição da visão mais legítima sobre o mundo, que, também, é um conflito pela construção e pela capacidade de intervenção neste mundo. Bourdieu fala aqui em construção não em um sentido “nominalista”, mas considerando a capacidade das representações sobre o mundo social produzidas no *CPI* de “criar o representado”, ou seja, de “contribuir para produzir o que aparentemente elas descrevem ou designam, ou seja, a realidade objetiva” (BOURDIEU, 2008, p.107).

A *luta simbólica* é fundamental, pois, segundo o autor, a mudança ou conservação da ordem social depende da mudança ou conservação dos esquemas de percepção desta ordem. Daí a importância do *CPI* e das lutas em seu interior, onde os agentes aí inseridos – a imprensa dentre eles - investem todos os seus recursos, ou melhor, todas as formas de capital⁸³ que dispõem para vencer esta luta e, assim, impor sua visão de mundo como a mais apropriada.

Nesse sentido, é de extrema relevância a utilização do conceito de *representações sociais* de Roger Chartier (2002a), historiador influenciado por Bourdieu e com grande diálogo com o sociólogo francês. Para Chartier, as representações sociais são formas de construção discursivas do social e que também funcionam como formas de valoração e, com isso, de hierarquização do mundo, com isso, contribuem para a sua existência real. Em decorrência dessa função de organização social, a elaboração das representações ocorre em uma situação de conflito, ou seja, mediante uma verdadeira disputa entre os grupos e entre os profissionais especializados na produção de bens simbólicos. Assim, segundo Chartier,

A articulação entre as propriedades sociais objetivas e sua interiorização nos indivíduos, sob forma de *habitus*⁸⁴ social que comanda pensamentos e ações, leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo sua capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade” (CHARTIER, 2002a, p.09, 10).

É isto que o autor denominou de “lutas de representação”⁸⁵, disputas pela imposição da representação mais legítima sobre o social. Nessa disputa, a representação que sai hegemônica

⁸³ Bourdieu destaca que na luta simbólica o capital com maior peso é justamente o capital simbólico.

⁸⁴ Chartier retira de Bourdieu o conceito de *habitus*.

⁸⁵ Conceito retirado da noção de luta simbólica de Bourdieu.

possui um grande potencial de moldar a realidade, pois, muitas vezes, mesmo sem uma experiência empírica sobre determinadas situações ou lugares, temos uma percepção sobre o mesmo, de como ele “deveria” ser. Além disto, as representações sociais podem ser “estruturas simbólicas” cristalizadas ao longo do tempo, na longa duração de Braudel, e que por isso praticamente não são questionadas. Mas apresentam também caráter dinâmico na medida em que são construídas e reapropriadas nas lutas sociais nas mais distintas instâncias. (BOURDIEU, 1990).

Isto é fundamental para compreendermos o papel da imprensa nas construções de representações sobre o espaço, especialmente em se tratando de realidades novas como o incremento das *favelas* no Rio de Janeiro dos anos 50. Quando pensamos nestes termos não queremos dizer que a imprensa representa estas áreas de forma aleatória ou arbitrária. O jornalista não é capaz de dizer “de qualquer jeito” a realidade à qual se reporta, mas ele “fala a cidade” sempre a partir de determinados – no sentido bourdiano da palavra – pontos de vista (sociais, ideológicos, profissionais, políticos). Nesse sentido, o jornalista, mesmo trabalhando em um jornal voltado para as camadas populares, ainda é membro da elite instruída, o qual, considerando o nosso objeto de pesquisa, possuía pouca vivência nas áreas chamadas *favelas*. Mesmo assim, ele constitui um “espectador privilegiado do social”, pois traduz em discurso o urbano, um urbano talvez mais idealizado que real, mas que assume um “efeito de real” sobre o seu público.

Interessante frisar para este trabalho que as “lutas de representação” são intensificadas em períodos de grandes e rápidas transformações socioeconômicas, ocorrendo a efervescência de novas “formas simbólicas” com o objetivo de oferecer a melhor compreensão sobre os processos e a nova realidade que está se formando. O que fica claro quando encontramos situações onde as “representações tradicionais” não conseguem explicar a nova realidade, fazendo necessária a emergência de formas alternativas de “ver o mundo”.

Por tudo isto, fica mais clara a importância de trabalharmos a representação da imprensa brasileira sobre o processo de ampliação das *favelas* no período estudado. Nessa perspectiva, a *favela* é um elemento ímpar para analisarmos as representações sociais que surgiram no Brasil nos anos 50, na medida em que a sua expansão está associada às rápidas transformações ocorridas no país e, através delas, à emergência de um ator social revigorado, “a população excluída urbana”. Neste sentido, podemos nos valer dos termos de Valladares (2005) que afirmam haver no Brasil uma verdadeira “invenção” da *favela*, a partir das lutas pela definição mais adequada a uma realidade que vinha se formando desde o início do século, como

decorrência de uma série de mudanças socioeconômicas, mas que se reforçaram na década de 1950.

Por fim, vale lembrar que este tema foi objeto de diversos debates no Brasil depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Como nos demonstra Valladares (2005), esta questão foi discutida não somente na imprensa, mas em diversos outros locais, como instituições religiosas (Fundação Leão XIII), instituições técnicas (censos do IBGE), científicas e políticas. Se pensarmos em termos de Bourdieu: agentes de diferentes campos do saber dirigiram o seu olhar para o “problema” em busca de compreendê-lo e, acima de tudo, elaborar políticas públicas para lidar com ele. Desta forma, a fala do jornalista sobre a *favela* não vai se dar em um “vazio discursivo”, devendo lidar, contrapor-se, incorporar ou aliar-se a uma série de outras produções conceituais/textuais. É a isto que iremos nos reportar agora.

2.2.3 A *favela* em debate: esboço do CPI

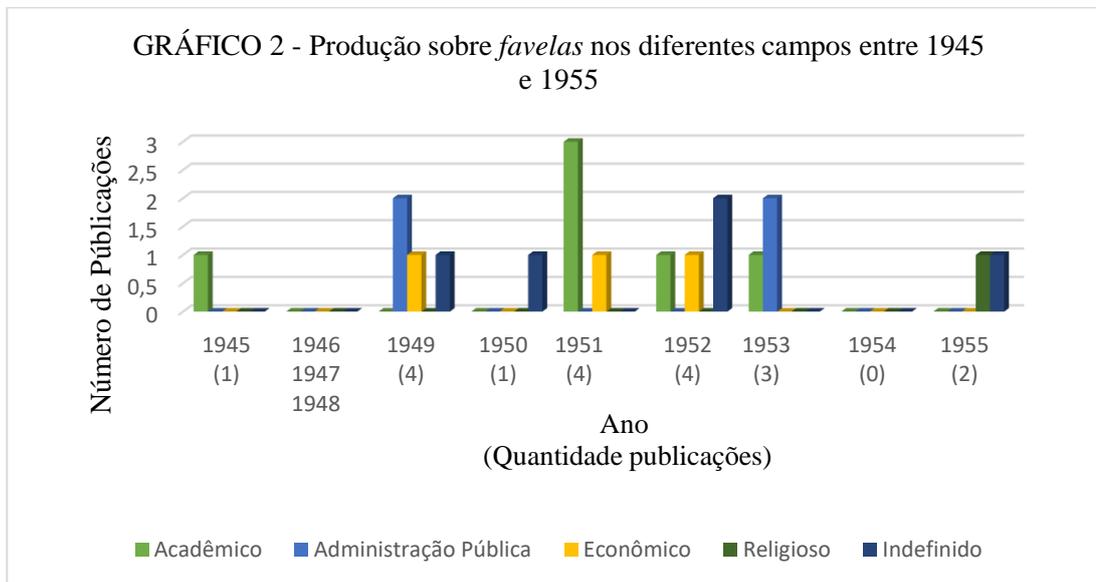
Ao procurarmos situar o tema *favelas* na discussão do *Campo de Produção Ideológica* no Brasil dos anos 50, identifica-se agentes de diferentes campos se pronunciando sobre o assunto.

Com base no levantamento feito por Valladares e Medeiros (2003)⁸⁶, pode-se identificar 19 publicações entre os anos de 1945 e 1955 que tem como tema as *favelas*. São de variados tipos: artigos (5), livros (4), monografias (3), teses (2), documentos oficiais (3), reportagens (2). Mas para nossa análise, dividiremos essas publicações em 3 campos de origem, e um grupo classificado como indefinido. Os campos são: *Acadêmico*, com 6 publicações, *Administração Pública*, com 4, *Econômico*, com 3, *Religioso*, com 1 e, o *Indefinido* com 5. Para identificar o campo de origem das obras, definimos que cada publicação deveria possuir o lugar de fala do autor (acadêmico, administrador público, religioso, etc.) e o suporte do texto (revista, livro, tese, etc.) procedentes do mesmo campo. Caso o lugar de fala seja distinto do suporte, a obra foi classificada como “indefinida”⁸⁷, mas agrupada segundo “área de conhecimento”. Para melhor identificação das publicações e suas alocações nos campos ver anexo P

⁸⁶ Livro que apresenta um catálogo com 668 títulos que possuem como tema *a favela*, essas publicações ocorrerem entre o ano de 1906 até 2000.

⁸⁷ Possuímos o caso da assistente social que trabalha para uma ordem religiosa e não está mais vinculada à academia e publica um artigo em uma revista de “Serviço Social”; um *paper* fruto da *Semana de Estudos: “Favela”* que reúne o debate entre um urbanista que também é administrado público (Armando Godoy Filho) e um representante da Fundação Leão XIII (Nelson Corrêa Monteiro); uma coletânea de artigos publicados em periódicos, reunidos por livre iniciativa de um arquiteto; um artigo de um memorialista, difundido pro uma revista que é publicada pelo Conselho Nacional de Estatística, que faz parte do IBGE, mas que se coloca como órgão oficial da Associação Brasileira dos Municípios (ABM), que é uma associação civil; por fim, um livro de um sociólogo, em que há a difusão dos estudos que este efetuou em um projeto da UNESCO.

As obras publicadas também possuem datas bem distintas e, com base nesses dados, foi possível elaborar a seguinte representação gráfica:



Fonte: Krilow (2018).

Na ausência de outros indícios, vamos usar os dados desse gráfico para tentar construir uma possível configuração dos agentes que estavam debatendo sobre as *favelas* no período. Embora não se possa afirmar que estas publicações esgotem todo o debate, elas constituem um indicador importante, que não pode ser negligenciado.

Observando o gráfico, nota-se que o ápice das publicações com diferentes agentes “falando” ao mesmo tempo sobre o tema *favela* foi entre 1951 – 1953, período muito semelhante ao desta pesquisa em relação aos jornais. Então, sem entrarmos na análise dos jornais, quais discussões sobre a *favela* estavam em andamento no *CPI*? Como essas áreas habitacionais são representadas pelos agentes de diferentes campos?

No *campo acadêmico*, encontramos predominantemente pesquisas do “subcampo” do Serviço Social, especificamente três monografias, seguido da Sociologia que possui uma tese, que foi posteriormente publicada em livro; por fim, a Arquitetura e Urbanismo com uma tese. Identifica-se que os trabalhos ligados ao Serviço Social e à Sociologia possuem muitas aproximações, em parte decorrentes das afinidades das próprias disciplinas e da própria metodologia, pois essas são frutos de trabalhos de campo, destacando que foi a partir da década de 1930 que assistentes sociais passaram a atuar nas *favelas*⁸⁸, mas as primeiras produções

⁸⁸ Foi em 1930 que pela primeira vez a Prefeitura passou a empregar assistentes sociais e para formar esses profissionais, em sua larga maioria mulheres, para tanto foi criado o Instituto Social - atual departamento de Serviço Social da Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) -, sob a organização de duas religiosas: uma francesa e uma italiana (VALLADARES, 2005, p.57).

acadêmicas datam apenas da década de 1940. Especialmente, neste caso, as afinidades e aproximações de visões de mundo, encontradas nos textos, são decorrentes do fato de que metade das publicações do *campo acadêmico* (1 monografia do Serviço Social; 1 tese e 1 livro da Sociologia) serem de autoria da mesma pessoa – Fernanda Barcelos, como pode ser melhor visualizado no, já mencionado, anexo P.

Entre as três monografias do Serviço Social e as obras provenientes da Sociologia existem elementos comuns: 1) apresentam um grande esforço em conhecer as *favelas* e os *favelados*, no que se refere à caracterização socioeconômica e traços gerais da população e/ou favelas; 2) as causas apontadas como elementos formadores e amplificadores das favelas buscam uma explicação alternativa às interpretações que tomam o êxodo rural como elemento chave⁸⁹; 3) a solução passa basicamente pela construção de parques e vilas operárias/proletárias, próximas do local do que seria a antiga *favela*; e, 4) para que a solução seja efetiva, é necessário o contínuo trabalho de assistência social nos locais, o que implica na instalação de um sistema de Serviço Social tanto nas favelas como nos novos conjuntos residenciais. Ou seja, além de uma visão alternativa, voltada para questões relativas à dinâmica urbana da época, o discurso do Serviço Social procura igualmente construir a necessidade do produto que oferecem: a assistência social a um *favelado* pobre, carente e necessitado da assistência estatal.

Mas não é raro encontrarmos nas interpretações dos dados coletados uma visão moralista, que acaba gerando uma caracterização negativa da “população quanto aos hábitos morais, condições higiênicas e sistemas de organização social, como os sindicatos, ‘por exemplo; conhecimentos da língua e da ciência” (VALLADARES e MEDEIROS, 2003, p.50). O que fica evidente quando a assistente social e socióloga Fernanda Barcelos impõem graduações de “civilização” (“mais civilizado”, “menos civilizado”) (BARCELLOS, 1951, p.14), ou mesmo de “progresso”, referindo-se ao “progresso que o contato cultural” poderia fornecer aos *favelados* (BARCELLOS, 1951, p.77). O que reforça a necessidade da atuação do assistente social nas *favelas*, único profissional capaz de trabalhar na preparação educativa de seus habitantes, isto é, na “criação de hábitos” a fim de sua posterior remoção para as vilas operárias, bem como a implantação de um órgão socializador – Centro Social -, para cristalizar

⁸⁹ Fernanda Barcelos aponta: a) “A valorização dos terrenos dos centros urbanos e sua ocupação pelas grandes construções; b) A dificuldade e o gasto de transporte, gerando no pequeno servidor e nas domésticas, a necessidade de habitar próximo ao local de trabalho; c) **A facilidade que tem o pobre de construir em propriedade do Estado ou de particulares ricos, propriedades estas de difícil acesso, a sua casa;** d) **A ignorância do pobre, que o impede muitas vezes de adquirir terreno próprio**” (BARCELLOS, 1951, p.11-12). Isaura Portugal concebe a *favela* como fruto de um “erro administrativo” que “retrataria ‘o menor cuidado para com a criatura humana da parte de quem governa” (PORTUGAL apud VALLADARES e MEDEIROS, 2003, p.291).

esses hábitos nas novas residências (BARCELLOS, 1951, p.113). Em termos bourdianos, essas tomadas de posição podem ser explicadas pelo *habitus* primário (pertença a grupos superiores) e secundário (formação acadêmica) dos assistentes sociais, além de ser uma estratégia necessária para a construção da necessidade de seu próprio produto. E, sendo assim, interpreto que a ausência de explicações mais macroestruturais – que privilegiassem o êxodo rural como fator predominante, por exemplo – pode ser entendida como uma *estratégia* de legitimação, na medida em que, potencialmente, a aceitação de elementos macroestruturais diminuiria o impacto do trabalho mais localizado do Serviço Social.

Já a publicações do “subcampo” da Arquitetura e Urbanismo, isto é a tese do arquiteto Benjamim de A. Carvalho, possui outra preocupação, a saber, a situação higiênica da *favela*, deixando claro que não irá debater nem propor soluções, “uma vez que não está na esfera da higiene a sua solução e sim nos domínios da sociologia” (CARVALHO, 1951, p.7). Este trabalho salienta os “inconvenientes higiênicos” das favelas, “inconvenientes estes de alta significação, no atentado contra à saúde do habitante da favela e contra o estado sanitário da cidade” (CARVALHO, 1951, p.7). Diferente da área do Serviço Social e da Sociologia que buscam conhecer as favelas para apontar possíveis soluções, a preocupação deste autor é apresentar “os inconvenientes” causados pelas favelas, para que outra área de conhecimento tome as providências adequadas.

Com um discurso semelhante aos “subcampos” do Serviço Social e Sociologia, encontramos o “campo religioso”, que durante o período analisado atuava nas *favelas* a partir da Fundação Leão XIII. Instituição originada em 1947, pela articulação entre o Estado (prefeitura do Distrito Federal) e a sociedade civil (hierarquia da Igreja Católica), com o objetivo central de combater a entrada e o avanço do comunismo nas *favelas* cariocas, intenção que fica explícita no *slogan*: “É necessário subir o morro antes que deles desçam os comunistas”⁹⁰. Assim, a Fundação deveria “trabalhar pela recuperação das populações das favelas do Distrito Federal”, tendo em vista ‘a extrema precariedade material e moral’ que estas atravessam” (CARVALHO & IAMAMOTO, 2004, p.283). Esse trabalho passava pela educação, pois, a partir da educação, o Serviço Social da FLXIII conseguiria “arrancar o proletariado das influências exóticas” (CARVALHO & IAMAMOTO, 2004, p.283), podendo estas ser tanto a ideologia comunista, como os políticos clientelistas.

⁹⁰ A presente frase tornou-se o slogan da Fundação, amplamente difundida após o Relatório da SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, ter sido publicado pelo jornal o *Estado de São Paulo* em 1960 (ROBAINA, 2012, p.6).

Todas essas medidas faziam parte de um projeto civilizacional de recuperação dos “pobres” (OLIVEIRA, 2014, p.67), segundo o qual o que deveria ser modificado era a *cultura* do morador das *favelas*, pois esta não se enquadrava ao modo de vida urbano, a ideia de “civilização”, de organização, isto é, no modelo da Capital Federal como símbolo da nação brasileira civilizada. Nesse sentido, a Fundação Leão XIII defenderia que a “solução” para as *favelas* seria a melhoria da vida do favelado nos aspectos referentes à educação, saúde e habitação, a partir de uma atuação intensa do Serviço Social da Instituição, o que permite perceber o caráter tutelador de sua ação. Bem como trabalha na perspectiva de que é preciso “conhecer” as *favelas*, por isso, efetuou diversos levantamentos estatísticos nas 33 *favelas* cariocas em que atuava. Desta maneira, percebe-se que, apesar de se aproximar dos subcampos do Serviço Social e da Sociologia, em termos de perspectiva, o discurso da FLXIII se separa e mesmo se opõe à sua forma de atuação. Primeiro por sua perspectiva mais política e até moralista do que a assistência social. Depois, por rivalizar com esta pela intervenção na mesma área assistencial.

No que se refere ao “campo da administração pública”, encontramos 4 publicações (Censo da Prefeitura e Censo do IBGE (2); relatório;), as quais, de modo semelhante ao *campo acadêmico*, têm como elemento central a busca por “conhecer” as *favelas*, característica típica de trabalhos censitários. Para, a partir das informações coletadas, projetar as “soluções” para o “problema”. Mas, além da enorme riqueza nos dados em si, o que mais nos interessa são as visões de mundo expostas nas interpretações de cada texto.

No Censo elaborado pela Prefeitura⁹¹, encontra-se a perspectiva de que “com a ampliação das atividades industriais e o empobrecimento de zonas rurais limítrofes à Capital da República”, as *favelas* cresceram e se proliferaram. Assim, a constatação de que 60% dos favelados não são naturais do Distrito Federal é concebida como um “instantâneo da tendência dos tempos modernos: o êxodo das zonas rurais para os centros urbanos” (PDF, 1949, p.9). Quando lemos as descrições sobre a população *favelada*, as interpretações são marcadas por tons eugenistas, pois colocam as responsabilidades de sua situação nos próprios *favelados* em função de sua “cor”. Por isso, segundo o texto do Censo, “não é de surpreender o fato de os pretos e pardos preponderarem nas favelas”, pois são “hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição, e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem, as criaturas dessa cor, em quase todos os nossos núcleos urbanos, os maiores contingentes para as baixas camadas da

⁹¹ O censo foi realizado pela Prefeitura do Distrito Federal nas últimas semanas do ano de 1947 e as primeiras do ano de 1948, mas publicado apenas em 1949. Em caráter de facilitar as citações esta obra será referenciada como (PDF, 1949)

população” (PDF, 1949, p.8). Ainda mais, “o preto, por exemplo, via de regra não soube ou não pode aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida”, enquanto “o índio prefere desaparecer a ter que suportar o trabalho organizado” (PDF, 1949, p.11).

Além de uma perspectiva eugenista, identifica-se a teoria do determinismo geográfico, quando se lê que “o vigor depende parcialmente das qualidades da raça, mas essas dependem em grande parte do meio físico, principalmente do clima, que é fator importante na determinação das necessidades”. Na sequência, é enfatizado que “o valor de um povo, todavia, não depende somente das características hereditárias”, mas também “os costumes e instituições, que geram a moral, são fatores representativos do esforço social no sentido de produzir seres humanos mais úteis” (PDF, 1949, p.11-12).

Tendo esses parâmetros como base e constatando que na *favela* as condições higiênicas são péssimas, o que gera “desasseio [...] agravado pela promiscuidade”, provocando “lamentáveis consequências de ordem moral”, chega-se à conclusão de que “a transferência gradativa que se vem processando [...] dos habitantes dos casebres para higiênicas residências” atende os aspectos de ordem estética e urbanística. Mas igualmente atende “a aspectos de ordem mais elevada como os de ordem social e moral”, para que o *favelado* possa se integrar “no organismo social, ajustando-lhe as ações e reações aos interesses da coletividade” (PDF, 1949, p.11). Assim, finaliza-se o texto com uma perspectiva organicista de sociedade.

O outro documento de 1949 foi redigido pelo, então, Diretor do Departamento de Geografia e Estatística, Durval de Magalhães Coelho. Trata-se de um relatório que apresenta alguns dados do Censo elaborado pela Prefeitura, mas seu principal objetivo é apontar três soluções mais comuns para o problema de moradia dos favelados, a saber: 1) Parque Proletário; 2) Habitação Independente para cada grupo familiar; e 3) Conjuntos Residenciais, com edifícios com vários pavimentos. Em seguida, “avalia as condições econômicas, urbanísticas e sociais de cada uma delas, constatando a existência de um número maior de vantagens na opção pelos conjuntos residenciais” (VALLADARES e MEDEIROS, 2003, p.101).

Por seu turno, o Censo de 1950, elaborado pelo IBGE⁹², órgão federal, traz algumas perspectivas bem distintas em relação ao Censo da Prefeitura. Inicialmente, compreende a formação das *favelas* como o entrelaçamento de um complexo de fatores, que poderia ser

⁹² Documento organizado sob a orientação do Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento. Compilação e redação de Alberto Passos Guimarães. Recenseamento realizado em 1950, mas publicado oficialmente em 1953.

resumido como decorrente do “desnível entre a evolução do poder aquisitivo e a valorização imobiliária (incluindo-se neste conceito o custo de construção, o valor dos terrenos, o preço dos alugueis e a dificuldade de transportes)” (GUIMARÃES, 1953, p.6).

Ainda mais, coloca a questão das favelas em outro nível, ao conceber que estas não são um fenômeno exclusivo da Capital Federal, mas “suas populações representam uma parcela, como tantas que integram a sociedade brasileira, constituída de grupos sociais de níveis econômicos inferiores, de poder aquisitivo baixo”. Assim, antes de serem encaradas como “simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social”, deve-se considerar que “as favelas são uma solução de emergência, imposta às pessoas desprovidas de recursos, para a suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho” (GUIMARÃES, 1953, p.10).

Outras duas questões levantadas no próprio texto são relevantes. A primeira: “O que deveria chamar-se favela?”. Na sequência da pergunta, estabeleceu-se uma discussão sobre esta noção, que expõe a complexidade da questão. Por fim, estabeleceu-se que favela era um “aglomerado humano” que deveria possuir, “total ou parcialmente, as seguintes características”: ser composta de “agrupamentos prediais ou residenciais formado por unidades de número geralmente superior a 50”, possuir “predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, taboas ou materiais semelhantes”, com “construções sem licenciamento e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida”, com ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada”, por fim se localizar em “área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento” (GUIMARÃES, 1953, p.18).

Nesta definição ocorre a instituição da favela como um lugar de precariedade, de ilegalidade, sem melhoramentos urbanos, não urbanizada. Entretanto, a pesar dessa perspectiva negativa o texto do Censo de 1950 acabou por institucionalizar essas áreas habitacionais dando início a um período em que as “soluções” para as *favelas*, não mais enfatizem sua erradicação, mas sim sua consolidação como local habitacional dentro do urbano (PANDOLFI e GRZYNSZPAN, 2002, p.239).

A segunda questão colocada pelo Censo é justamente a pergunta: “As favelas devem ser urbanizadas ou simplesmente removidas?” Quanto à “extinção das favelas”, para o autor, esta “ficaria circunscrita a uma exigência estética, a um motivo de embelezamento urbano, talvez não bastante forte para justificar a remoção de 170.000 pessoas”. Já urbanizar os morros não seria menos custoso, “embora parecesse mais de acordo com o sentido social e humano da

questão”. Entretanto, Guimarães indaga: “Quem asseguraria, porém, que depois de urbanizadas as favelas e os morros, neles permanecessem seus atuais moradores? (GUIMARÃES, 1953, p.12).

Por fim, quando são analisadas as características econômicas dos habitantes presentes nas 58 *favelas* levantadas, é demonstrado que

ali se encontra **uma população ativa, predominantemente trabalhadora**, ligada através de **ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal**. Não se trata, pois, de uma população composta de ‘marginais’, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social” (GUIMARÃES, 1953, p.23).⁹³

Posicionamento convergente com o Censo da Prefeitura, onde se constata que “os maiores agrupamentos declarados recaem nos trabalhadores da indústria em geral, nos serviços e no comércio” (PDF, 1949, p.13). Percepção que divergente da apresentada pela assistente social Fernanda Barcelos, quando esta afirma que “não é das favelas que sai o grosso do operário de nossas fábricas. A lavadeira e o biscateiro são as figuras econômicas características das favelas”, sendo o “biscateiro” mal visto por esta autora (BARCELOS, 1951, p.108).

Por seu turno, no “campo da economia”, encontramos duas reportagens publicadas na revista *Observador Econômico e Financeiro*⁹⁴ de propriedade do empresário e economista Valentim Bouças⁹⁵ e um artigo publicado na revista *Conjuntura Econômica*⁹⁶ editada pela Fundação Getúlio Vargas⁹⁷. Os três textos têm como preocupação fundamental divulgar os resultados dos Censos das favelas da Prefeitura e o Censo do IBGE, ou seja, de modo semelhante ao *campo acadêmico*, busca-se conhecer as *favelas* e os *favelados*.

Nesses textos, não encontramos interpretações particulares dos dados dos Censos, apenas a exposição de comentário encontrados nos próprios documentos. Elemento que o *Observador* fez questão de evidenciar no artigo de dezembro de 1951, ao afirmar que “O OBSERVADOR revela, nesta reportagem, em absoluta primeira mão, o retrato exato das favelas do Rio de Janeiro, fixado pelo Censo de 1950”, assim, “aqui não desejamos senão apresentar os contornos

⁹³ Grifos nossos.

⁹⁴ “A face dramática da cidade” de 1949 e “Estranho mundo dos Morros: Censo retrata as favelas” de 1951.

⁹⁵ Revista mensal – editada a partir de 1936 no Rio de Janeiro. Seu proprietário e diretor era o empresário e economista Valentim Bouças. O *Observador* atuou principalmente como órgão de manifestação de demandas e posições representadas através de um núcleo de técnicos de crescente destaque na esfera do planejamento. Assim, Maria Leticia Corrêa considera O *Observador* como “um partido, na acepção relativa à representação e à organização de interesses de classe a partir da sociedade civil (GRAMSCI, 2001), o debate econômico tendo como fórum privilegiado canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas, no Estado e também na sociedade civil, através dos quais se originaram práticas e discursos diferenciados sobre os temas da industrialização, do nacionalismo e do desenvolvimento econômico” (CORRÊA, 2011, p.9).

⁹⁶ “A população das Favelas Cariocas”, de 1952.

⁹⁷ Editada desde 1947, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), e se consolidou como a mais tradicional revista de economia do país.

exatos **do mundo estranho das favelas**”⁹⁸. Outra característica comum nos três textos é a constatação de comparação entre os dados percentuais encontrados nas *favelas*, sob os mais diferentes aspectos (idade, estado conjugal, alfabetização, religião), com os dados percentuais do Distrito Federal, em uma clara tentativa de evidenciar e reforçar as diferenças entre os moradores da capital federal e os moradores das *favelas*, interpretada como uma possível forma de hierarquização destes grupos e espaços urbanos. No caso da revista *Conjuntura Econômica*, é utilizado nessa comparação os termos *favelados* e *não-favelados*, sempre ressaltando o quão diferente são os primeiros do segundo.

Finalizando esse quadro temos o grupo “Indefinidos”, no qual as obras não foram classificadas quanto a campos específicos. Destas destaco um livro, “O Negro no Rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança”, de Luís Aguiar da Costa Pinto, que é o relatório final da pesquisa sobre relações de raças no Distrito Federal, integrante do programa da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)⁹⁹. No segundo capítulo dedicado à questão das *favelas*, “afirma que ali vivia uma elevada parcela da classe operária do então Distrito Federal”, constatando a “existência de uma representação importante de grupos ‘de cor’ na favela”. Mas o elemento mais relevante é a interpretação que “a presença de núcleos favelados em todas as zonas da região oriental do Rio de Janeiro influi como fator ponderável na dispersão desses grupos por toda a região, mascarando a sua segregação na estrutura da comunidade” (VALLADARES e MEDEIROS, 2003, p.108). Até o momento, não havíamos identificado nenhuma interpretação nesse sentido, considerando a situação dos *favelados* como fruto de uma sociedade segregadora, evidenciando, assim, a violência simbólica sofrida por esses grupos da população.

Embora não seja exaustiva, a análise acima permite um panorama geral dos debates sobre as favelas no *Campo de Produção Ideológica*, sendo útil fazermos uma síntese do exposto. Tal síntese também pode ser identificada na imagem 1. Nesta imagem produzimos, uma representação gráfica do que poderia ser a distribuição dos agentes no debate da *favela/favelados* no CPI, a partir de suas tomadas.

Para isso, dividimos o campo com dois eixos, um vertical e outro horizontal. O eixo vertical se refere a representação sobre os *favelados*, em sua parte inferior ficam as

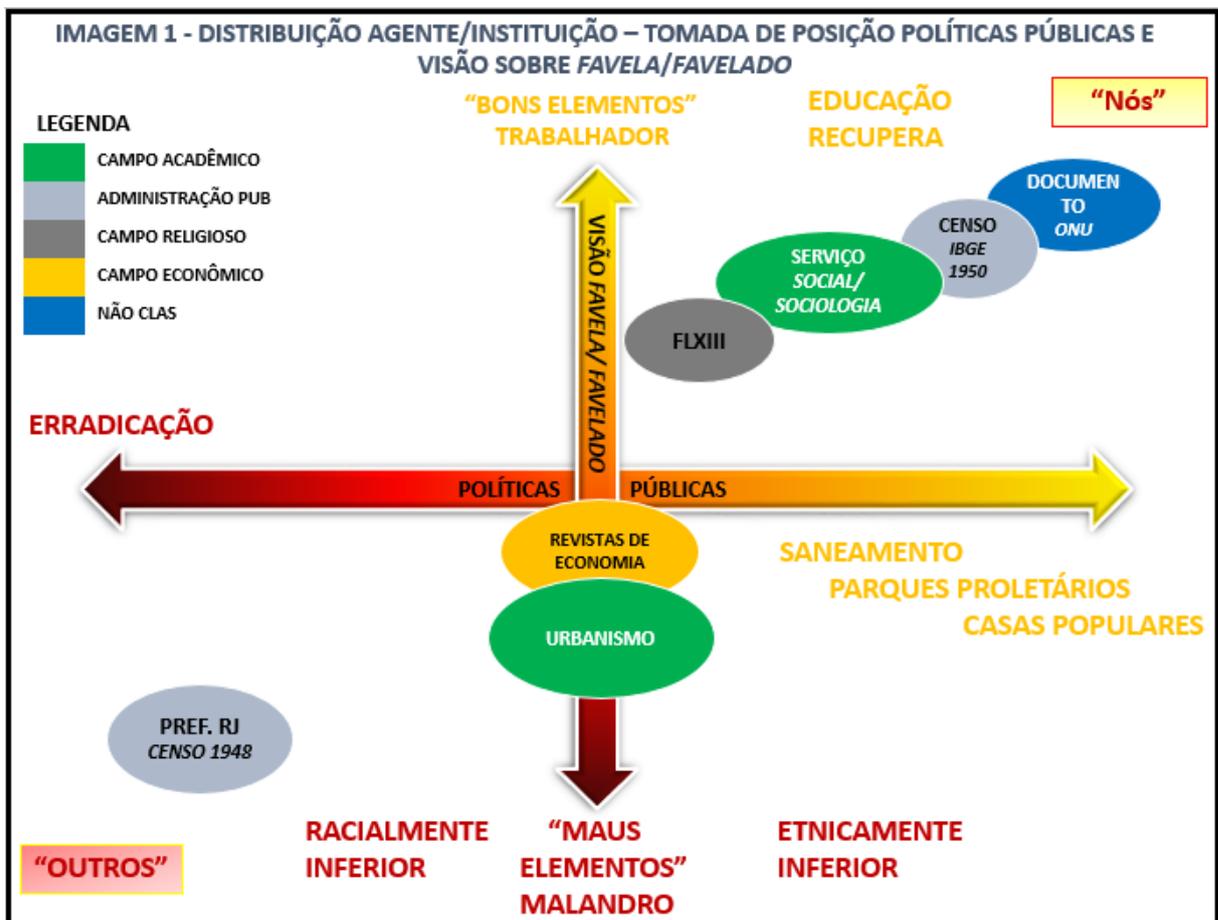
⁹⁸ “Estranho mundo dos Morros: Censo retrata as favelas”. *O Observador Econômico e Financeiro*. Rio de Janeiro, dezembro – nº191, 1951, p.68, reportagem, autor não identificado. Grifos da autora desta dissertação.

⁹⁹ O referido projeto surgiu na reunião na cidade de Florença, em maio de 1950. “O objetivo do estudo, segundo o texto da resolução aprovada pelo plenário, era conhecer, através da análise de uma situação nacional, os diversos fatores - econômicos, psicológicos, políticos, culturais - que influem no sentido da harmonia ou desarmonia nas relações de raça” (PINTO, 1952, p.9).

representações mais negativas sobre os moradores das *favelas* – como “maus elementos: malandros”, quanto mais se sobe nesse eixo mais positivas ficam as representações, chegando as que concebem os *favelados* como “bons elementos: trabalhadores”. Uma questão importante que ainda está colocada na parte inferior deste eixo é a divisão entre as representações que concebem os moradores dessas áreas habitacionais como racialmente inferiores e as que os consideram como etnicamente inferior, no primeiro caso encontram-se as construções que compreendem os *favelados* como irrecuperáveis, já no segundo, estão as representações que atestam ainda haver uma possibilidade de “salvação”, a partir da educação.

Por seu turno, o eixo horizontal se refere às políticas públicas. Assim, do lado esquerdo temos a defesa de políticas públicas pautadas na erradicação das *favelas*, já no lado direito as representações que concebem que as políticas públicas mais adequadas deveriam passar pelo saneamento, construção de casas populares ou parques proletários.

Por fim, tem-se dois polos, um localizado no canto superior direito, que denominei de “Nós” e outro no canto inferior esquerdo - o “Outros”. A partir do conjunto das representações podemos apreender as que concebem os *favelados* como “nós” ou como “outros”.



Fonte: Krilow (2018).

Dentro dessa perspectiva, temos o *campo acadêmico*, dividido em três *subcampos* - Serviço Social, Sociologia e Arquitetura/Urbanismo -, mas em decorrência da aproximação das representações do Serviço Social e da Sociologia estes puderam ser agrupados em um subcampo apenas. O *campo acadêmico*, como um todo, apresenta uma grande sintonia dos discursos com suas especificidades disciplinares: a área da Arquitetura/Urbanismo, preocupada em apontar os “inconvenientes higiênicos da favela” para os *favelados*, mas, especialmente para a cidade, não entra na questão das soluções por conceber que isso é tarefa da Sociologia. Assim, pela representação da *favela* como um “perigo sanitário” sua posição no *CPI* está mais no inferior do eixo vertical, e, como não se refere às possíveis soluções, encontra-se em uma posição neutra no eixo horizontal.

Por seu turno, as outras duas disciplinas convergem com a Arquitetura/Urbanismo por considerar os problemas higiênicos das *favelas*, mas buscam conhecer também outros aspectos para, então apontar as soluções. Neste sentido, há uma prática que envolve algum grau de saneamento dessas áreas, mas principalmente a construção da necessidade de “extinguir as favelas”, mas isso, a partir da construção de parques proletários. Identifica-se ainda a concepção da necessidade de uma maior intervenção dos assistentes sociais nessas áreas habitacionais no intuito de adequar os *favelados* aos padrões tidos como legítimos, ou seja, há uma preocupação com o *favelado*, a fim de melhorar as suas condições de vida, mesmo que se atribua a responsabilidade por esta situação à “cultura inferior” dos habitantes dessa área. Por isso ocorre a defesa de um projeto educacional para estas áreas. Em decorrência dessas representações o *subcampo* da Sociologia e Serviço Social ficou em posição mais no superior do eixo vertical e à direita no eixo horizontal, inclinando-se sensivelmente, embora não totalmente para o polo “nós”.

Posição semelhante do *campo religioso*, que, a partir de um discurso preocupado com a situação dos *favelados*, busca oferecer um “melhoramento material e moral”, o que deixa transparecer uma perspectiva de tutela, de cuidado, de guiar esses grupos sociais ao caminho concebido como correto, incluindo o aspecto político. Seu discurso envolve mais a possibilidade de melhoramentos habitacionais do que propriamente a “extinção das favelas” e a preocupação predominante é com o potencial de “subversão da ordem” que estas zonas, se deixadas sem assistência, podem proporcionar. Decorre daí um conflito, uma sobreposição com o trabalho do Serviço Social para definir quem tem autoridade legítima para fazer este papel.

Ainda temos o *campo da administração pública*, cuja preocupação central é “conhecer” as *favelas* e os *favelados*. Mas ao fazer isso, expõe que existem conflitos internos a esta área, na própria forma de conceber a *favela* e os seus moradores, o que interfere na decisão de quais

medidas devem ser tomadas. Impressiona o forte contraste do discurso eugenista e segregacionista do Censo da Prefeitura, com a visão mais integradora do Censo do IBGE, que concebe o morador destas áreas predominantemente como trabalhador. Por isso, o documento do Censo da Prefeitura ocupa uma posição no inferior do eixo vertical e bem à esquerda no eixo horizontal, chegando, assim, ao polo “outros”. Enquanto o documento elaborado pelo IBGE fica em posição superior no eixo vertical e à direita no eixo horizontal, chegando bem próximo ao polo “nós”.

Já o *campo econômico* dedicou-se mais em difundir a “realidade das favelas”, através dos trabalhos “técnicos” produzidos pelo poder público, embora seja notável a sua preocupação em marcar a diferença entre os “favelados” e os “não favelados”. Assim, fica em posição “neutra” no que se refere ao eixo horizontal das políticas públicas, mas em posição relativamente inferior no eixo vertical da concepção sobre os favelados.

Por fim, no grupo “Indefinidos”, tem-se a iniciativa de uma instituição de nível internacional como a UNESCO, cuja proposta resultou em um livro que apresenta os núcleos *favelados* como a expressão de segregação mascarada dos grupos de “cor” na estrutura da sociedade. Elemento que não pode ser desconsiderado, uma vez que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, diversas instituições de nível internacional foram criadas com o intuito de discutir a situação dos grupos menos favorecidos, além da UNESCO, em 1945, tem-se a ONU (Organização das Nações Unidas), também de 1945, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Enfim, existe um movimento amplo em prol da defesa e assistência dos grupos “pobres” da população em nível mundial. Em decorrência dessas concepções o livro de Costa Pinto ocupa posição superior no eixo vertical e fica bem à direita no eixo horizontal, chegando ao polo “nós”.

Importa ainda destacar que neste esboço do debate sobre a favela no *CPI*, o *campo político* não se encontra representado, isso não quer dizer que desconsideramos tal campo, pelo contrário, enriqueceria muito o debate. Entretanto, a impossibilidade de acessar os documentos da Câmara dos Deputados e da Câmara de Vereadores, durante o período do mestrado, inviabilizou que tais posicionamentos fossem incorporados neste trabalho. Assim, possuímos apenas a identificação do posicionamento de alguns atores como o Prefeito João Carlos Vital, com a criação da Comissão de Favelas e do Presidente da República com a criação da Comissão Nacional de Bem-estar Social, referidos no capítulo introdutório. O que certamente, não esgota, nem expõe adequadamente os debates no “campo político” acerca do assunto das *favelas*.

Nesse contexto, segue a questão: qual a posição frente à *favela* é expressa no *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*? Quais visões de mundo podemos encontrar? Como dialogam com o debate que ocorria em outras áreas de saber?

3. **FAVELA REPRESENTADA: AS ÁREAS HABITACIONAIS CHAMADAS FAVELAS NAS PÁGINAS DOS JORNAIS CARIOCAS**

Este capítulo será dedicado a analisar como os diários aqui estudados caracterizaram a *favela*. Tal recorte mostra-se extremamente relevante, pois, a partir da forma como esses três grandes jornais cariocas descreveram a *favela*, é possível compreender sua visão sobre: a) a população mais pobre, em grande maioria negra ou mestiça e de origem rural, que ocupava estes espaços; b) as possíveis consequências do aumento desses grupos nos centros urbanos; c) a possibilidade de incorporação sócio-política dos moradores das *favelas*; e, por fim, e) o pensamento social dos jornais estudados.

Dentre os 160 textos coletados e analisados, em 122 encontramos produções discursivas sobre o que seria a *favela* na opinião dos jornais em foco, destas existem: 40 editoriais (6 editoriais principais e 34 editoriais menores); 26 artigos; 4 colunas assinadas; 11 colunas não assinadas e 41 reportagens (dados disponíveis no anexo C). A partir de uma leitura flutuante desse material, seguida da unitarização e posterior categorização¹⁰⁰, pude estabelecer eixos centrais de construção desta caracterização: 1) a *favela* como o “outro”; 2) a relação *favela* e “civilização”; 3) a *favela* como lugar da miséria; 4) a *favela* e seus moradores; e 5) a *favela* como um “perigo”. Para identificar o número de textos por jornais segundo o tipo (editorial, artigo, etc.) em cada eixo de caracterização, ver anexo Q. Passaremos, agora, a ver com mais detalhes cada um desses eixos.

3.1 *Favela* como o “outro”

Quanto mais elementos dispersos em uma dada sociedade as representações sociais conseguirem mobilizar, mais legítimas estas tenderão a ser (Chartier 2002b, p.17). Nestes termos, importa questionar: quais elementos foram mobilizados para a construção da *favela* como o “outro”? Essa representação esteve presente em todos os jornais, da mesma forma?

Inicialmente, devemos definir o que estamos concebendo como o “outro”. Neste caso, compreendemos este conceito como sendo a construção discursiva empregada por um sujeito (ser individual ou coletivo) para referir-se a outro sujeito (podendo igualmente ser individual ou coletivo) como diferente daquele que fala, a partir da alteridade¹⁰¹. O “outro” então seria aquele que é caracterizado pelo enunciador do discurso como “diferente” com base em desvios

¹⁰⁰ Etapas próprias da Análise de Conteúdo.

¹⁰¹ Tomamos a concepção filosófica de alteridade. Alteridade vem do latim *alteritas*, significa “ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro” (ABBAGNANO, 2007, p. 34-35).

dos parâmetros que o próprio enunciador estabelece como “normalidade”.¹⁰² Neste caso, este desvio é construído como para “baixo” ou para “fora” do que é o “normal”, dando uma ideia de que o “diferente” no “outro” é também inferior ou, no mínimo, estranho.

Quando analisamos o *corpus* documental dos jornais estudados, percebe-se a tendência de considerar a “cidade” e a *favela* como objetos distintos, quando não opostos. Em muitos textos publicados pelo *Correio da Manhã*, por exemplo, isto fica claro. Em suas reportagens, lemos que os moradores das *favelas* sentem “mais do que nós que **moramos na cidade**”¹⁰³ os efeitos dos atos de “malandros”¹⁰⁴, bem como são “os **moradores da cidade**, notadamente os que residem próximo aos pontos em que se instalam esses aglomerados humanos”¹⁰⁵ que estão mais expostos aos constrangimentos causados por essas áreas de habitação.

Interessante, que, ao utilizar a expressão “NÓS que moramos na cidade”, esse texto está construindo o jornal - *Correio da Manhã* - e seus leitores como diferentes dos moradores das *favelas* e de tudo o que elas possam representar. Essa questão fica mais instigante quando nos damos conta que tal construção ocorre na seção considerada como uma das mais populares do jornal: as reportagens constantes na área editorial chamada de *Gerico*¹⁰⁶. Espaço através do qual o *Correio da Manhã* dizia prestar um serviço ao público, com “denúncia e cobrança de soluções por parte do poder público de questões urbanas de interesse da população do Rio de Janeiro” (AMOROSO, 2009, p.8).

Dessa forma, pode-se dizer que, a partir dessa seção, o *Correio* procura reforçar a imagem de que seria um jornal voltado às “causas populares”, como abordado anteriormente. Entretanto, como fica claro na fala que coloca a *favela* em oposição ao “nós que moramos na cidade”, as “causas populares” que o jornal diz defender não são propriamente as causas dos chamados

¹⁰² A diferença, do latim *differentia*, é “a determinação da alteridade. A alteridade não implica, em si, nenhuma determinação; p. ex., “a é outra coisa que não b”. A diferença implica uma determinação: a é diferente de b na cor ou na forma, etc. Isso significa: as coisas só podem diferir se têm em comum a coisa em que diferem: p. ex., a cor, a configuração, a forma, etc.” (ABBAGNANO, 2007, p. 276). Nesse sentido, o processo de diferenciação “é responsável por (re)construir/(re)produzir a alteridade, por definir quem é o “outro”, e torná-lo identificável, (in)visível, previsível. Ao dividir, separar, classificar, normalizar, a diferenciação resulta na hierarquização”. (PACHECO, 2004, p.3).

¹⁰³ Todas as marcações em negrito nos textos citados dos jornais foram feitas por mim, para destacar pontos importantes da minha análise do *corpus* documental.

¹⁰⁴ “Removidas algumas favelas da orla marítima”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1952, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁰⁵ “Multiplicam-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”, *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁰⁶ *Gerico* foi o termo com que os repórteres da equipe do *CM* batizaram o carro da reportagem, em alusão ao animal jerico (burro), utilizado no interior como meio de transporte em encostas ásperas ou caminhos intransitáveis. Tendo em vista a ideia de que o carro de reportagem percorria caminhos análogos, especialmente para cobrir as zonas íngremes e mais populares do Rio de Janeiro, o apelido acabou “pegando” e virou a “cartola”, ou seja, o termo genérico para se referir às reportagens publicadas nos domingos que visavam atender ao “chamado popular”. As reportagens do *Gerico* passaram a ser publicadas a partir de 15 de novembro de 1948.

favelados, mas sim dos grupos sociais que se sentem incomodados e até ameaçados com a presença dessas áreas de habitação no Rio de Janeiro. O que pode ser compreendido como uma forma deste jornal construir a sua posição – e, assim, a sua distinção – no interior do *campo jornalístico*, oferecendo uma visão de mundo que poderia agradar os grupos sociais melhor posicionados em termos de capital cultural e econômico, público alvo desta publicação, conforme as pesquisas tendem a nos informar¹⁰⁷.

De modo semelhante, no artigo semanal do colaborador assíduo Brasília Machado Neto¹⁰⁸ no *Jornal do Brasil*, encontra-se a afirmação de que “duas cidades se defrontam hoje, no Rio”¹⁰⁹, ou seja, as *favelas* não apenas diferem “da cidade”, mas chegam a formar outra “cidade” em oposição à “oficial”. Estes elementos levam ao questionamento: afinal, de qual cidade a *favela* é diferente? Questão que tentaremos responder nas próximas linhas.

Nas páginas do *Correio da Manhã*, constantemente podemos ler que as áreas denominadas *favelas* possuem características próprias¹¹⁰, cujo incremento nos últimos tempos teria ajudado a formar um “clima das favelas”, que já está se espalhando pela cidade:

Sente-se o **clima das favelas** por toda a parte. É a **cidade imunda e caótica** é a **grosseria das pessoas**, a **loucura** e as **taras** que se vislumbram no fácil embrutecido do trocador de ônibus, o acanalhamento que reina nos trens da Central e em qualquer transporte coletivo, **a desfaçatez com que trabalhadores andam seminus**, pelas **ruas mais aristocráticas da cidade**¹¹¹.

Um esforço de interpretação deve ser aqui empreendido para compreender a visão construída e difundida sobre a *favela* neste jornal: de um lado, a caracterização das pessoas que habitam este espaço urbano, cujos elementos, sustento, podem e até devem ser compreendidos por oposição ao “cidadão comum”, ao *nós*; e, de outro lado, a sua infiltração/difusão pelos demais espaços da urbe, emaranhando o *outro* e o *nós*. Assim, este *outro*, por ser “imundo”, difere da *cidade* higienizada, por ser “caótico”, difere da *urbe* organizada, gerada pelas remodelações urbanas, por ter a “grosseria”, a “loucura”, as “taras”, as “faces embrutecidas das camadas populares”, difere-se da polidez e do refinamento das classes mais abastadas, e, pela

¹⁰⁷ Conforme RIBEIRO (2007, p. 65), na década de 1950, o *Correio da Manhã* era um jornal voltado para a elite do Rio de Janeiro, sendo o mais “elitista” entre os diários cariocas, concentrando o seu público na “alta burguesia e classe média alta”.

¹⁰⁸ Brasília Machado Neto era empresário e político, tendo sido deputado e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo pelo PSD. Foi também diretor da Associação Comercial e da Confederação Nacional do Comércio e membro fundador do Senac e do Sesc, na capital paulista, tendo criado a revista de tom conservado “**Problemas Brasileiros**.” Em 1947, elegeu-se deputado pela legenda do Partido Social Democrático, à Assembleia constituinte de São Paulo. Iniciou a publicação de colunas no *Jornal do Brasil* em maio de 1953, já a partir de outubro passou ter seus artigos publicados nas quintas feiras, ao lado do artigo.

¹⁰⁹ “Favelas”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1954, p.5, 1º caderno, artigo de Brasília Machado Neto.

¹¹⁰ “A favela, o ‘estilo da miséria’”, *Correio da Manhã*, 01 de julho de 1951, p.4, 4º caderno, coluna não assinada sob a cartola *Arquitetura*.

¹¹¹ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

“desfaçatez com que trabalhadores andam pelos bairros aristocráticos”, difere e, ao mesmo tempo compromete, a cidade orgânica e hierarquizada, onde seus moradores sabem as posições que lhes cabem. Em suma, percebe-se que este “clima de favela” é construído como um *outro*, diferente, oposto ao “nós”, mas que o contamina, o perpassa.

Logo em seguida, neste mesmo escrito, podemos ler: “as favelas são uma imagem do Brasil. E o Rio de Janeiro, tornando-se cada vez mais próximo da realidade brasileira, é hoje dominando pelas favelas”¹¹². Em suma, identifica-se lamentos pelo que o Rio está se tornando, cabendo às áreas denominadas como *favelas* a culpa pela então capital federal estar deixando de ser a “Cidade Maravilhosa”, o cartão postal de um Brasil “civilizado”, que inspirava músicos e poetas.

Há nos textos difundidos pelo *JB* convergência com esta imagem identificada nos escritos publicados no *Correio*. No artigo semanal do General Pedro Cavalcanti,¹¹³ colaborador do jornal desde 1945, podemos ler que “as favelas são o *cavalo de Troia* dentro da Cidade antigamente e de fato maravilhosa”¹¹⁴. Em outro artigo, está escrito que a natureza exuberante e os bairros aristocráticos cariocas estão “tendo sua beleza ameaçada pelas favelas” e “os morros da **Cidade**, tão pitorescos outrora, se transformam em prateleiras de lata velha”¹¹⁵. Verifica-se, especialmente nos artigos, uma aura de pesar e um tom de nostalgia ao passado. Seria este o passado gerado pelas reformas de Pereira Passos (1902-1906)?

Retomando o artigo já citado de Brasília Machado Neto, no *Jornal do Brasil*, verifica-se o reforço da ideia de que a *favela* difere “da cidade” e se afirma

o Rio se compõe de duas cidades distintas e contrastantes. Na planície, contornando as praias, ocupando vales e subindo encostas, se desdobra a cidade múltipla, povoada de arranha-céus, com as suas artérias de circulação regurgitantes de automóveis, suas ruas sossegadas, a importância das suas mansões senhoriais. A outra cidade se dependura dos morros enxameados de favelas¹¹⁶.

Neste trecho, podemos identificar uma ideia que será bastante recorrente sobre a “cidade dividida”, segundo a qual a “Cidade”, com “C” maiúsculo, como encontramos no trecho anterior, seria o verdadeiro símbolo de um Rio de Janeiro caracterizado pela organização, pelo

¹¹² “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹¹³ General do Exército Brasileiro, responsável pela implantação do sistema de ensino em Geografia e História nos Colégios Militares (PEDRO CAVALCANTI no Dicionário Histórico-Biográfico Pós-1930 do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas). Foi durante muitos anos colaborador do *Jornal do Brasil*, segundo o mapeamento que efetuei seus artigos começaram a ser publicados em janeiro de 1945, sendo os últimos encontrados em fevereiro de 1953. Entre 1951 até fevereiro de 1953, seus textos eram publicados semanalmente, na quinta página do jornal.

¹¹⁴ “O Problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1951, p.5, 1º caderno, artigo do General Pedro Cavalcanti.

¹¹⁵ “Problemas do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1952, p.6, 1º caderno, artigo de L. S..

¹¹⁶ “Favelas”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1954, p.5, 1º caderno, artigo de Brasília Machado Neto.

respeito à natureza, pela sintonia com o moderno¹¹⁷, cuja origem e talvez até a existência diz respeito ao passado do Distrito Federal. Um Rio de Janeiro, porém, incompatível com as áreas denominadas *favelas*, mas cuja presença o transforma quando não o destrói. O mesmo encontramos em um editorial do *Correio da Manhã*¹¹⁸:

ao lado das edificações que ainda constituem uma compensadora expressão estética da capital do país, em face ou quase entestando com os próprios arranha-céus, superabundam as favelas, com aglomerados que impressionam pela promiscuidade e pelo total desconforto¹¹⁹.

Deve-se salientar, porém, que, apesar de nostálgica, esta percepção encontrada nas páginas dos jornais *JB* e *CM* não é de todo incompatível à transformação e modernização¹²⁰. Fica claro neste discurso que o Rio das “ruas sossegadas”, da “imponência das mansões” e das “edificações que ainda constituem expressão estética da capital” – mesmo sendo tributário de um passado positivado - está conseguindo se adaptar às ruas agitadas por milhares carros e aos novos aspectos estéticos dos arranha-céus – expressões do moderno -, sem perder o caráter de “Cidade Maravilhosa”. Entretanto, a dita *favela* - e a presença dos chamados *favelados* - vai à contramão deste processo, pois, “perturba o ambiente estético de arranha-céus novos”¹²¹, em oposição ao ideal de embelezamento urbano.

Esta mesma percepção aparece em outro articulista do *JB*, o engenheiro e urbanista Jerônimo Cavalcanti¹²², uma autoridade na área e defensor do “determinismo geográfico”, ao pregar a influência da topografia na formação da mentalidade das pessoas¹²³. Segundo ele, se, por um lado, no Rio de Janeiro existe Copacabana que possui

a praia, devidamente aproveitada, proporcionando a oportunidade do esporte, do banho de sol e de mar, concentrou grande densidade demográfica, criou o metrô quadrado astronômico e conseqüentemente o problema do espaço vital. Surgiu o arranha-céu. Uma arquitetura luxuosa define o bairro¹²⁴.

¹¹⁷ Moderno como aquilo que se identifica com as ideias de progresso e renovação, “um processo amplo de racionalização que atinge as esferas da economia, da política e da cultura” (SILVA, 2014, p.298).

¹¹⁸ Reforçando que tratamos os textos não assinados, especialmente, nas páginas de opinião do jornal, como a opinião do jornal.

¹¹⁹ “Sistema que falou”, *Correio da Manhã*, 12 de julho de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹²⁰ Compreende-se a modernização como: “processo de mudança econômica, social e política pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais (de base rural), criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento. Industrialização, urbanização, desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação de massa são fenômenos característicos do processo de modernização” (SANDRONI, 1999, p.403-404).

¹²¹ “Sistema que falou”, *Correio da Manhã*, 12 de julho de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹²² Jerônimo Cavalcanti foi engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal e professor de urbanismo da Universidade do Distrito Federal.

¹²³ O determinismo geográfico, também conhecida como “teoria dos meios” é a teoria que defende que o “meio” (clima, solo, localização espacial) possui influência sobre o homem, tendo como seu principal pilar os escritos de Friedrich Ratzel. (BERNARDES, 1982, p.394).

¹²⁴ “Marcha Morfológica urbana, frente à topografia adversa”, *Jornal do Brasil*, 01 de julho de 1951, p.1, 2º caderno, artigo de Jerônimo Cavalcanti.

Por outro, há o Morro da Providência, onde

o morro genésico escarpado, fator geográfico adverso de acesso penoso e difícil, amontoou uma população desfavorecida e descrente. Surgiu uma favela. Uma arquitetura maltrapilha define o bairro¹²⁵.

Há de se considerar que não podemos equivaler a opinião presente em um artigo assinado, como o do urbanista Jerônimo Cavalcanti, com o posicionamento do jornal no qual ele é publicado. Entretanto, o ponto de vista por ele apresentado é convergente com o que encontramos nos demais textos analisados do *JB*, sendo eles de autoria de outros articulistas ou da própria equipe de redação do jornal. Mas não se deve perder de vista que a divulgação do texto do urbanista, agente de prestígio e reconhecido entre os pares, é, segundo minha interpretação, extremamente útil para legitimar a perspectiva de que a *favela* difere “da cidade” ou, pelo menos, difere de um ideal de cidade projetado nos textos publicados por esse periódico, ligado ao modelo francês e baseado, ao que é possível perceber, no urbanismo sanitário,¹²⁶ voltado ao melhoramento e embelezamento e pouco preocupado com a funcionalidade. Ou seja, vemos aqui o jornal dar vazão a visão urbanista preocupada com saneamento e estética que identificamos na produção acadêmica do *subcampo da Arquitetura*.

Nesse sentido, levanta-se a hipótese de que, os textos publicados pelo *Correio da Manhã* e pelo *Jornal do Brasil*, ao construírem a *favela* como o *outro*, acabam construindo imageticamente, por oposição ou negação deste *outro*, uma cidade ideal próxima da perspectiva do urbanismo sanitário e do movimento das “Cidades Jardins” característicos da *Belle Époque*.

Interpretação que é reforçada quando se percebe que uma das grandes preocupações dos escritos difundidos por ambos jornais é com as consequências estéticas das *favelas* para o Rio de Janeiro, como podemos notar na avaliação presente em uma reportagem do *Gerico*, no *Correio da Manhã*, na qual se comparam duas *favelas*, Jacarezinho e Rocinha: a segunda é a que “causa maiores prejuízos à cidade, em face de sua localização”, já a primeira (Jacarezinho)

¹²⁵ “Marcha Morfológica urbana, frente à topografia adversa”, *Jornal do Brasil*, 01 de julho de 1951, p.1, 2º caderno, artigo de Jerônimo Cavalcanti.

¹²⁶ O urbanismo sanitário surge na Europa no final do século XVIII e início do XIX, a partir dos estudos realizados por médicos sanitários, que depois foram incorporados pelos engenheiros. Os princípios do urbanismo sanitário estão baseados na “teoria dos meios”, que relaciona as características do meio físico (clima, posição geográfica, qualidade da água) às condições de saúde das cidades. Assim, seu discurso, era pautado “no axioma de que um bom meio forma um bom cidadão” (MÜLLER, 2002, p.18). Nesse sentido, “a ideia de que as reformas urbanas – vale dizer, o saneamento e embelezamento das cidades – constituem a via pela qual é possível atingir a melhoria social, elevando-se o padrão moral das classes populares, surge como princípio comum tanto a higienistas sociais, quanto a sociólogos ou partidários da “ciência das cidades” (ANDRADE *apud* MÜLLER, 2002, p.18-19). Cabendo ao urbanismo a tarefa de “disciplinar os comportamentos sociais tanto nos espaços públicos quanto nos espaços privados”. Assim, “as cidades europeias foram sendo submetidas, “sob o manto civilizador da ciência” a uma série de reformas urbanas e sociais, visando ensinar às pessoas a viverem de forma civilizada” (MÜLLER, 2002, p.25-26).

“fica escondida. O morro, agora todo construído, de barracões, é visto de perto apenas por quem passa pela Rua Viúva Cláudio, quase sem movimento e despida de qualquer interesse para atrair visitantes, mesmo cariocas”¹²⁷. Mais adiante, nesta mesma reportagem, encontramos a preocupação de que na “Avenida Niemayer está surgindo outra favela, exatamente em frente à da Rocinha”¹²⁸, e que esta é “capaz de prejudicar a beleza da cidade”, gerando no impresso a curiosa confiança de que ela não irá progredir em função da “interferência das autoridades”¹²⁹.

A perspectiva de desordenamento decorrente da ausência de urbanismo¹³⁰, que diferiria as áreas chamadas *favela* da “cidade” idealizada pelos textos publicados pelo *JB* e *CM*, reaparece no artigo do arquiteto Benjamin Carvalho¹³¹, autor de tese e livro sobre o tema, quando encontramos a descrição das ruas e das casas dessas áreas habitacionais:

as subidas tortuosas e as escadas efêmeras esculpidas no terreno estão sujeitas a desaparecimentos súbitos nas ocasiões de chuvas. Pela própria forma de acesso acidentado, a construção dos barracos é executada sem cuidados de arruamento ou acesso, ao acaso, o que estabelece uma gênese de povoado enquadrada nos moldes de um atravancamento desordenado¹³².

Neste artigo difundido pelo *JB*, que é uma parte da tese publicada em livro do Benjamin Carvalho, observa-se a diferenciação da zona habitacional chamada *favela* em relação aos demais tipos de moradia, na medida em que as habitações na primeira são construídas ao “acaso”, sem preocupações maiores com as intempéries climáticas ou mesmo com a base estrutural das casas, sem o cuidado com a circulação tanto de pedestres quanto de carros, algo incompatível com a “cidade” de ruas largas, pavimentadas, onde as construções seguem normas e leis na sua edificação. Aqui, novamente percebe-se a estratégia do *Jornal do Brasil* de buscar a fala de um agente de prestígio em outro campo para legitimar as posições que o próprio jornal está construindo sobre o tema.

¹²⁷ “Crescem assustadoramente as favelas da cidade”, *Correio da Manhã*, 08 de novembro de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹²⁸ Para facilitar a localização das referidas favelas ver anexo R.

¹²⁹ “Crescem assustadoramente as favelas da cidade”, *Correio da Manhã*, 08 de novembro de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹³⁰ Alfred Agache atribui a si a criação do vocábulo Urbanismo, com o significado de ser “uma ciência e uma arte e, sobretudo uma filosofia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descuidar as soluções financeiras” (AGACHE, 1930, p.4).

¹³¹ Autor já trabalhado anteriormente, classificado como proveniente do campo acadêmico e, dentro deste do subcampo da Arquitetura e Urbanismo. Benjamin de A. Carvalho teve dois trabalhos publicados no *Jornal do Brasil*, sendo que o primeiro, “O problema higiênico das favelas”, fruto da tese de Livre-Docência em Higiene da Habitação – Saneamento das Cidades, Faculdade Nacional de Arquitetura, Universidade do Brasil, RJ, e que foi reproduzido pelo jornal, apenas um mês após ser publicado em livro.

¹³² “A favela, a sua topografia e a higiene”, *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1951, p.1, 2º caderno, artigo do Arquiteto Benjamin de A. Carvalho.

Por fim, um elemento importante na construção da *favela* como o “outro” encontra-se nas metáforas biológicas¹³³. É recorrente a utilização destas metáforas para se referir à cidade, ao seu funcionamento interno e à sua posição em relação ao restante do país, geralmente, frutos de uma visão organicista de mundo¹³⁴. No que se refere às áreas denominadas *favelas*, percebe-se nos jornais citados que estas áreas habitacionais seguidamente são representadas como uma “doença”, sendo esta “doença” em muitos casos comparada com um câncer. Estas imagens são muito presentes nos textos de opinião do *JB*, quer seja pelos seus títulos - “O nosso câncer social”¹³⁵ -, quer seja por algumas expressões - “câncer citadino”¹³⁶ -, quer seja, enfim, por frases mais contundentes nas quais o jornal defende que “as favelas são cancros que convém extirpar e não fazer proliferar”¹³⁷. Nesta mesma direção, em um escrito do *Correio da Manhã*, tem-se a constatação de que a zona de habitação classificada como *favela* é uma “calamidade citadina”¹³⁸, um “câncer que devora a ‘hinterland’ brasileira”¹³⁹.

A construção dessas áreas como uma doença é ainda detectada quando os jornais se referem a *favela* como uma chaga¹⁴⁰, uma lepra¹⁴¹. A chaga, uma ferida aberta, a lepra uma doença contagiosa que causa deformidades. Nesse sentido, a representação da *favela* como uma doença acaba mobilizando diversas figuras com forte presença no imaginário social (BACZKO, 1985) e grande poder interpelativo, na medida em que a simbolização ligada à doença remete à ideia de uma alteração, de algo nocivo, que prejudica o bom funcionamento de um corpo. Pior ainda, no caso do câncer, é algo que destrói, corrói por dentro, logo, é necessário que seja “extirpado”. Nestas representações, ao contrário do que vimos anteriormente, a região classificada como *favela* é concebida como parte da cidade, entretanto, ela é “a parte podre”,

¹³³ As metáforas biológicas são estratégias discursivas que buscam explicar os diversos aspectos da sociedade a partir do estabelecimento de relações entre a vida orgânica e a vida social.

¹³⁴ A teoria organicista faz uma analogia da sociedade com um organismo, onde as partes cooperam umas com as outras, formando um sistema. É uma concepção hierárquica de sociedade, onde as diferenças são consideradas naturais, por isso, cada parte tem uma função específica que deve ser desempenhada em prol do bom funcionamento do organismo. Segundo Radcliffe-Brown, é preciso cuidado, pois, assim como a sociedade, o “organismo não é em si a estrutura; é um acúmulo de unidades (células e moléculas) dispostas numa estrutura, isto é, numa série de relações; o organismo tem uma estrutura”. Por isso a “estrutura deve, pois, ser definida como uma série de relações entre entidades” (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p.221).

¹³⁵ “O nosso câncer social”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹³⁶ “As ‘favelas’ do Rio”, *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹³⁷ “A ‘Ordem do Dia’ da Câmara dos Vereadores”, *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1952, p.6, coluna “A ‘Ordem do Dia’ na Câmara dos Vereadores”, assinada por S.L.

¹³⁸ “A cidade das favelas”, *Correio da Manhã*, 21 de outubro de 1951, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹³⁹ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹⁴⁰ “Solidariedade Humana”, *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor; “Registro Literário”, *Jornal do Brasil*, 11 de março de 1953, p.6, 1º caderno, artigo de Joaquim Thomaz; “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, Coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

¹⁴¹ “Coquetel”, *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1952, p.8, 1º caderno, coluna *Notas Sociais*, assinada por Maria Eugênia Celso.

uma anomalia, um “outro” dentro do mesmo, um corpo estranho, incompatível e inviabilizador da “Cidade ideal” construída pelos textos difundidos pelos periódicos.

Em síntese desse primeiro eixo, constata-se que, ao construir as regiões nominadas de *favelas* como o “outro” que difere “da cidade”, os escritos publicados tanto pelo *Correio da Manhã* quanto pelo *Jornal do Brasil*, tomaram como parâmetro de comparação um Rio de Janeiro mais idealizado do que “real”. Esta idealização, por sua vez, parece remeter a uma visão de cidade pautada nos ideais do urbanismo sanitário que tem como objetivo a remodelação, a extensão e o embelezamento, isto é, está comprometida com elementos normativos que foram implementados no Rio no início do século XX, mas que tem suas raízes na Paris do século XIX. Aliando-se essa perspectiva com a representação da *favela* como “doença”, não se deve esquecer a capacidade hierarquizante e valorativa das representações, neste caso, fortemente negativas. Ou seja, nos termos de Bourdieu, os jornais estariam contribuindo fortemente para a formação de uma visão estigmatizante das áreas de habitação precárias classificadas com *favelas* o que é o mesmo que estigmatizar também seus moradores. Exercendo, assim, o que o sociólogo francês classifica como violência simbólica, ou seja, a violência da valoração negativa praticada por aqueles que controlam os meios de criação e difusão das representações sociais dominantes, o que se acrescenta à violência física decorrente das desvantagens materiais dos moradores pobres das periferias urbanas (BOURDIEU e PASSERON, 2014).

De qualquer maneira, devemos recordar que esta visão difundida por estes jornais não foge muito ao que era discutido no *CPI* sobre o tema. Notadamente, ela se aproxima muito do que encontramos no *campo acadêmico* e em parte do discurso do *campo da administração pública*, em especial no Relatório ligado ao Censo da Prefeitura. Embora, deva-se salientar, ela foge da análise apresentada pelo IBGE e do relatório da UNESCO, mais preocupados com a integração do que com a separação das áreas chamadas *favelas*. Em relação a esta última, aliás, há um significativo contraste, na medida em que o autor do relatório, Luís Aguiar da Costa Pinto, procurou denunciar como as proximidades entre moradores das ditas *favelas* e a cidade legal e branca estava amalgamando as diferenças raciais e sociais, o que, para ele, mascarava a “segregação”.

Vale destacar, por fim, nesta caracterização, a predominância no *Correio da Manhã* de textos editoriais e das reportagens do *Gerico* e, no caso do *Jornal do Brasil*, ressalta-se os artigos assinados por articulistas que compõe sua equipe fixa de redação e o recurso a autores externos, reconhecidos em outros campos. Essa situação pode ser um sintoma das posições que esses jornais tradicionalmente ocupam no interior do campo jornalístico. O *Correio* em uma posição dominante, reconhecido pelo público e por seus pares como o mais influente jornal

carioca. Reconhecimento construído e reforçado pela autorrepresentação do periódico como um “jornal de opinião”, mas sem vínculos partidários (RIBEIRO, 2007, p.66), tornando-se o produtor por excelência de suas falas. Já o *JB*, na década de 1950, está em uma trajetória descendente e, dessa forma, o apelo à publicação de textos de articulista prestigiados e mesmo de agentes provenientes de outros campos poderia ser uma estratégia que, visa buscar externamente a autoridade sobre um tema difícil que a sua fala própria não lhe pode mais permitir, a partir de uma transferência do capital de prestígio que os autores que assinam os textos para o jornal retiram da sua área de origem.

Também se tornou presente que não há referências a textos publicados pelo jornal *Última Hora*. Essa situação é decorrente da ausência da visão, neste periódico, de que a *favela* seria o “outro”, ou seja, não existe a mobilização de elementos que configurem essa perspectiva neste diário, silêncio que procuraremos interpretar no decorrer desta análise.

Por fim, voltando à construção dessas áreas como o “outro”, é pertinente indagar se não existe uma questão de fundo que permeia essa cidade idealizada pelos textos publicados pelo *CM* e pelo *JB*, ou seja, não é possível pensar em um elemento que gere uma amalgama entre a noção de embelezamento, organização, higiene, respeito à natureza, polidez, estética, hierarquia etc. que torne “a cidade”, em essência¹⁴², diferente da região chamada *favela*? Defendo que sim e essa amalgama pode estar na noção de “civilização”, o que nos leva ao próximo eixo de análise.

3.2 A relação *favela* e “civilização”

A palavra civilização é extremamente complexa, polissêmica e difusa, podendo ser “considerada como uma forma de cultura” (KING, 1986, p.189), um tipo de “sociedade” (JOHNSON, 1997, p.35), um “estado” de uma sociedade (ARCHÊRO e CONTE, 1949, p.47), ou ainda, designar “as formas mais elevadas de vida de um povo, isto é, a religião, a arte, a ciência etc., considerados como indicadores do grau de formação humana ou espiritual alcançada pelo povo” (ABBAGNANO, 1998, p.143). Desta maneira, a compreensão do sentido com que um jornal possa estar empregando esta palavra exige uma leitura atenta.

Quando observamos o nosso *corpus* documental, novamente percebemos que os diários *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* se aproximam ao tentar estabelecer oposição ou distinção entre o “mundo da favela” e a “civilização” ou o “civilizado”. Para alguns editoriais do *JB*, as

¹⁴² Tomando essência como um caráter necessário à definição de um objeto (ABBAGNANO, 2007, p. 358-362).

ditas *favelas* são um ambiente “que tanto depõe contra os nossos foros de cidade civilizada”¹⁴³, constituindo-se em “uma nota desprimorosa na grande *urbs* civilizada”¹⁴⁴, pois, “em certos casebres há, de fato, promiscuidade, que a moral e o grau de moralização de uma grande cidade não deveriam permitir”¹⁴⁵.

Nestes trechos, percebe-se que a oposição entre a *favela* e a *cidade civilizada* se dá fundamentalmente no âmbito moral: por este ângulo, a referida *favela* seria avessa à “civilização” em função da “promiscuidade” nela existente. Concepção também encontrada nos editoriais do *Correio*, onde se afirma que, se forem observadas as condições higiênica das “favelas, onde habitam cerca de quinhentas mil pessoas em **promiscuidade neolítica**, teremos uma visão quase apocalíptica de uma cidade moderna em aparência, **mas medieval no seu âmago**”¹⁴⁶.

Em outras palavras, vemos como, novamente, para estes jornais, a chamada *favela* não apenas difere “da cidade”, como está em oposição a esta, como a antítese do que é civilizacional, aqui definido, provavelmente, pelo padrão da família monogâmica católica.

Neste tema, porém, o *Correio da Manhã* foi bem mais contundente que o *JB*. Em um editorial deste primeiro jornal, encontra-se a afirmativa de que as chamadas *favelas* “estão criando um outro país, **bárbaro e primitivo**, dentro do nosso, e ameaçando estender a tudo o seu **primarismo**”¹⁴⁷, sendo por isso, um problema “dos mais importantes para uma Nação com foros de civilizada”¹⁴⁸. Neste trecho, há a retomada da representação da *favela* como “outro”, agora caracterizado como “bárbaro” e “primitivo” em oposição a uma cidade, ou melhor, a um país “civilizado”. Identifica-se, também, a ideia presente neste periódico e já salientada por nós sobre o “clima de favela”, ou seja, a concepção segundo a qual aquilo que a *favela* representa está ou pode se “estender a tudo” e, assim, destruir “o que ainda temos de civilização”¹⁴⁹.

Desta fala, merece destaque uma concepção que ainda não havia sido mencionada: o termo “primarismo” que irá aparecer com frequência nos textos desse periódico, até mesmo no título de um editorial chamado “O assalto de primarismo”. Neste texto, podemos ler que o Brasil é assolado pelo *primarismo* e que este se manifesta sob três formas: nos sertões com o

¹⁴³ “Solidariedade Humana”, *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁴⁴ “O Problema das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁴⁵ “Os cortiços”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁴⁶ “Água, lixo e esgotos”, *Correio da Manhã*, 12 de outubro de 1954, p.6, 1º caderno, editorial menor.

¹⁴⁷ “A campanha das favelas”, *Correio da Manhã*, 06 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁴⁸ “Surge mais uma favela na zona sul”, *Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1951, p.2, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁴⁹ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

primarismo sertanejo; o primarismo do “homem-massa” como denunciado por Ortega y Gasset; e

nos grandes centros urbanos, progride o **primarismo africano**, que **imperava nas favelas** e representa, em forma **concentrada e explosiva**, o resultado de toda **uma cultura que coexistiu com nossa cultura ocidental** sem que desta sofresse apenas modificações superficiais¹⁵⁰.

Observa-se, claramente, que este “primarismo” está associado a tipos específicos de cultura¹⁵¹, ou seja, aquela de “raízes africanas”. Assim, compreendendo-se o “primarismo” como resultante da “barbárie”¹⁵² e esta “barbárie” associada a aspectos da cultura “africana” que ainda estariam preservadas nestes espaços. Mais do que isto, segundo um artigo assinado por A.C. – possível pseudônimo -, estas *favelas* “africanizadas” – expressão minha – não apenas se oporiam à “civilização” – agora entendida como cultura “branca”, europeia, ocidental –, mas também impregnariam esta civilização com a sua futura destruição, uma vez que “a ‘civilização’ brasileira, se existe, existe nas cidades grandes do litoral e estas já têm no seu ventre a morte, sediada nas favelas e nos mocambos”¹⁵³.

Nestes textos, fica clara uma forma de oposição fundada na incompatibilidade de uma diferença cultural entre a *cidade civilizada* – branca, ocidental – e a *favela* – negra, africana, primitiva. Em outro texto de opinião do jornal, que visa explicar “o complexo problema das favelas”, essa questão é retomada, ao afirmar-se que estas áreas seriam o resultado de um triplo desajustamento – econômico, social e cultural:

[o] desajustamento social, mantendo à margem grande parcela das massas brasileiras, que **vive uma vida a parte**, de **estilo afro-brasileiro**, que tem apenas rêmoras ligações com os **padrões ocidentais** das parcelas ativas de nossa população. E desajustamento cultural conexo com o desajustamento social, decorrente do fato de as **concentrações mais ou menos espontâneas da população negra** terem provocado **um revigoramento das tradições africanas** divorciando o mundo espiritual desses agrupamentos dos valores que integram a vida do Brasil ocidental¹⁵⁴.

Nestas passagens - e no eixo de análise como um todo -, nota-se uma visão social extremamente conservadora, neste caso, contrária às manifestações culturais das classes populares, especialmente às de origem “afro-brasileira”, representando-as como um retorno à “barbárie”. Nas palavras do próprio jornal, a referida *favela* seria a expressão do “marginalismo

¹⁵⁰ “O assalto de primarismo”, *Correio da Manhã*, 22 de agosto de 1951, p.4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁵¹ Tomo o conceito amplo de cultura, segundo o qual “cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda a habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica” (SILVA, 2014, p.85).

¹⁵² “A campanha das favelas”, *Correio da Manhã*, 06 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁵³ “Os dois Brasis”, *Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1953, p.2, 1º caderno, artigo assinado por A.C.

¹⁵⁴ “As Favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

de certas parcelas da **massa** brasileira, cujos hábitos e padrões sofrem a influência crescente das tradições africanas, divorciando-se dos costumes e valores ocidentais”¹⁵⁵.

Além disto, a utilização do termo “civilização” para contrapor-se à *favela* reforça mais ainda a construção destas áreas de habitação como o *outro* dentro da cidade, na medida em “qualquer que seja o conceito de civilização, em geral ele é consideravelmente etnocêntrico”, carregando a crença “que a civilização é o último e melhor estágio cultural atingido por um povo ao longo de sua ‘evolução’” (SILVA, 2014, p.62). Nesse sentido,

o conceito de ‘civilizado’ é uma imagem construída por um povo, e implica também a construção de uma imagem oposta para povos com os quais haja contato, imagem esta que representa o ‘bárbaro’, de não civilizado (SILVA, 2014, p.62).

Por este ângulo, nota-se que, ao utilizarem conceitos complexos como “civilização”, tanto o *Correio* quanto o *JB* expõem, mesmo que indiretamente, a sua concepção de sociedade ideal, ligada aos valores e tradições europeias. Comparando, porém, com as posições identificadas no *CPI*, anteriormente analisado, entendemos que, no caso do *CM*, sua posição fica no meio termo entre o *preconceito*¹⁵⁶ propriamente “racial” do relatório da Prefeitura do Rio de Janeiro e o “preconceito cultural” encontrável na visão acadêmica do Serviço Social. Pois, mesmo destacando-se a predominância da população negra nas *favelas*, é o “revigoramento das tradições africanas” o sinônimo do primarismo. Hipótese reforçada quando se identifica que uma das bandeiras defendidas pelo *Correio* é justamente a educação como forma de corrigir este primarismo. Não é por acaso que em um de seus editoriais cujo título é “Educar para a vida” pode-se ler que “o primeiro e mais importante passo para salvar o país do primarismo, vale dizer para salvá-lo pura e simplesmente, é a reforma da educação”. Impõe-se, assim,

uma dupla exigência: abrir canais de acesso para as massas e educa-las para que fiquem à altura de exercer seus novos direitos e responsabilidades. Não fazer isso, e não fazê-lo no tempo e forma devidos, **é condenar à destruição** não apenas a democracia, mas **a própria cultura ocidental**”¹⁵⁷.

Nestes trechos, percebe-se o papel central da educação para regenerar o “primarismo das massas”. Mais do que isso, nota-se uma visão muito mais complexa do que a defesa da exclusão ou separação pura e simples de determinados grupos, mas sim a constatação da necessidade de integrar esses grupos. Só que esta integração deve ser controlada, dirigida, na

¹⁵⁵ “A campanha das favelas”, *Correio da Manhã*, 06 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

¹⁵⁶ Tratamos o preconceito como uma “opinião ou crença admitida sem ser discutida ou examinada, internalizada pelos indivíduos sem se darem conta disso, e influenciando seu modo de agir e de considerar as coisas. O preconceito é constituído assim por uma visão de mundo ingênua que se transmite culturalmente e reflete crenças, valores e interesses de uma sociedade ou grupo social” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.155).

¹⁵⁷ “Educar para a vida”, *Correio da Manhã*, 02 de agosto de 1951, p.4, editorial.

qual a parte *civilizada* deve absorver e impor seus valores morais e culturais à parte *primitiva*, *barbarizada*. Em outras palavras, a solução apresentada é a recuperação do *primarismo* via educação e não a sua eliminação pela eugenia ou pela segregação dos negros. Entretanto, esta perspectiva não deixa de ser discriminatória e hierárquica do mundo social através da hierarquização das “culturas” não entre as mais ou menos legítimas, mas entre “a” cultura propriamente dita e o “primitivismo – uma “negação da cultura”.

Sob essa perspectiva, compreende-se os fatores que levaram o *CM* a fazer uma campanha em prol das ações da Fundação Leão XIII – lembrando que uma das principais preocupações dessa instituição era a educação dos favelados, tanto formal quanto higiênica e moral -, publicando uma série de reportagens sob a cartola “Fundação Leão XIII”, no decorrer de três semanas consecutivas de março de 1952. Em uma das reportagens lê-se “os favelados assistidos pela Leão XIII estão mais aptos a entrar em casa novas, porque mais educados”¹⁵⁸. O que nos faz supor que há uma concordância de perspectivas ideológicas entre a Fundação e este jornal, ou seja, uma forte preocupação com os fatores ético-morais, isto é, com a cultura originária do modo de vida nas *favelas*. Ideia de alguma forma muito próxima também ao que os agentes dos subcampos do Serviço Social e Sociologia estavam difundindo em seus escritos.

Por seu turno, o *JB* também se aproxima de um mote de discurso da FLXIII, isso ocorre quando identificamos a presença de uma preocupação maior com os chamados *favelados*, nos textos difundidos pelo *JB*. Em alguns casos, inclusive, identifica-se neste periódico, a retirada da responsabilidade dos *favelados* pela situação em que se encontram e uma crítica à sociedade brasileira de modo geral, pois foi a “civilização brasileira” quem “não deu o direito” aos chamados *favelados* de habitarem “uma casa própria para seres humanos vivendo no século XX”¹⁵⁹. Esta crítica, porém, é mais diretamente voltada à administração pública que se preocupa excessivamente com a realização de “grandiosas obras públicas, muitas das quais adiáveis, se não indispensáveis”, deixando ao abandono “milhares de pessoas, condenando-as a uma **existência primitiva**”¹⁶⁰.

Nestes trechos, embora se mantenha a percepção de que na considerada *favela* não existe “civilização”, esta relação é colocada em outros termos, demonstrando uma preocupação maior do jornal com a situação dos chamados *favelados*. Como hipótese, esse posicionamento menos crítico poderia ser compreendido a partir da história institucional deste periódico e de sua forma

¹⁵⁸ “Na Fundação Leão XIII – Recuperação das Favelas”, *Correio da Manhã*, 16 de março de 1952, p.1, 2º caderno, reportagem.

¹⁵⁹ “Casas”, *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁶⁰ “O Homem das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

de inserção no *campo jornalístico*. Como já vimos, este jornal possui uma condição ambígua, pois, por um lado, era conhecido como “jornal das cozinheiras”, mas, de outro lado, como indicam os estudos especializados, a linguagem e a diagramação do jornal parecem voltados para a elite carioca conservadora, consumidora da opinião do jornal e não dos produtos que nele se anunciavam. De outra parte, não devemos esquecer a sua, já mencionada, ligação com a Igreja Católica e toda a sua visão de acolhimento e “salvação” dos pobres da condição de miserabilidade material e moral. Disto talvez resulte esta “dubiedade discursiva” do jornal frente ao tema da *favela*: condenatória, de um lado, mas, mais amena e condescendente, por outro.

Por fim, fazem-se necessários alguns apontamentos sobre a *Última Hora*, sub-representada nesta amostragem, na medida em que se encontrou no *corpus* documental apenas um texto deste jornal onde há a dissociação entre a chamada *favela* e “civilização”. Em uma reportagem, podemos ler que o “Esqueleto”, uma *favela* que está “dentro do lodo e do lixo, ao lado do Estádio Municipal, é um vil atentado aos foros de uma cidade civilizada”¹⁶¹. Entretanto, isto não desfaz a constatação de que não obtivemos uma participação efetiva da *Última Hora* na representação da chamada *favela* como incompatível com a “civilização”, algo compreensível se considerarmos que este periódico se constrói entre os pares e perante o público leitor como um “jornal do povo”, a serviço do “povo”, isto é, das classes populares, como vimos no capítulo II. Desta maneira, acredito que o posicionamento distinto deste periódico possa ser interpretado como resultante da posição que ele procura construir e ocupar no interior do *campo jornalístico* e, por extensão, no *Campo de Produção Ideológica* através de uma visão diferente das questões sociais, como veremos mais adiante.

Já em relação ao *Correio* e ao *JB*, identificou-se, nos textos difundidos por estes jornais, a representação da *favela* como incompatível com a “civilização”, inicialmente por se opor à “*urbes* civilizada”, quer dizer, embelezada e higienizada. Em um segundo momento, quando a “civilização” é tomada como sinônimo de “cultura”, a referida *favela* não é compatível com aquela, pois não possui a cultura eleita como legítima, isto é, a ocidental, branca e europeia, o que revela uma visão fortemente conservadora sobre a sociedade brasileira, ou seja, ligada a uma visão hierárquica do mundo, identificada na utilização do próprio termo “civilização” e na

¹⁶¹ “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel. A “Favela do Esqueleto” era localizada onde hoje encontra-se a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A referida *favela* surgiu no início da década de 1950, logo após a construção do Estádio do Maracanã e adquiriu esse nome pois as primeiras ocupações ocorreram no esqueleto do que seria um hospital do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), mas que teve suas obras paralisadas e nunca mais retomadas. A *favela* foi removida pelo então, governador da Guanabara Carlos Lacerda, no início da década de 1960. Para melhor localizar a referida *favela* ver anexo R.

presença do “preconceito cultural”, especialmente no *Correio da Manhã*. Visões, contudo, que não estavam tão distintas do que era igualmente difundida pelo *campo acadêmico, religioso* e parte da *administração pública*.

Por fim, detectou-se que ao mesmo tempo em que o *CM* representa pejorativamente a *favela*, este periódico, obtém um ganho simbólico decorrente da sua própria fala de condenação, em que constrói a si e o seu público como estando em oposição ao que a chamada *favela* representaria, afirmando sua posição em relação aos seus concorrentes dentro do *campo jornalístico*. Por seu turno, o *JB* mostra-se um pouco mais preocupado com a situação social dos ditos *favelados*, possivelmente em função de seu posicionamento dentro do debate público decorrente de sua condição ambígua que o leva à defesa de algumas pautas “mais populares”, mesmo que seu público leitor seja majoritariamente composto pelas camadas mais abastadas.

3.3 *Favela* lugar da carência

Um questionamento sobre o a existência de uma possível correlação entre o “progresso material” e o “progresso mental” nos textos publicados pelo *JB* e pela *CM*, advindo da perspectiva desses periódicos de que existem culturas mais desenvolvidas do que outras, passa pela pergunta: qual visão os jornais apresentam sobre as condições infraestruturais da *favela* como um todo? E das habitações em particular? Bem como, das condições de vida dos moradores dessas áreas?

Neste ponto, percebe-se certa convergência entre os textos difundidos pelos três jornais, na medida em que caracterizam essas áreas habitacionais como carentes, quando não como miseráveis, onde “falta tudo”. Entretanto, será que os textos por convergirem neste aspecto defendem o mesmo ponto de vista?

A perspectiva da ausência de elementos básicos dos bens de consumo coletivos nas chamadas *favelas* é evidente nos escritos divulgados pelo *Última Hora*, como podemos ver nesta reportagem: “falta tudo, água, esgoto, escolas, postos de puericulturas, creches e policiamento”¹⁶². Isto provoca “grandes sofrimentos de seus moradores. Não há escolas em número suficiente para as crianças” e estas “não dispõem [...]de médicos nem de assistência dentária”¹⁶³. É possível perceber que, dentre os elementos detectados como ausentes nas *favelas*, há a predominância de itens que necessitam de um suporte do Estado para serem ofertados à população, especialmente nos países que se propõe como *Welfare State*.

¹⁶² “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

¹⁶³ “Todo mundo é ‘Dono’ na Favela do Vintém”, *Última Hora*, 18 de março de 1953, p.1, 2ª seção, editorial principal.

Em textos publicados pelo *Correio da Manhã*, é possível notar uma visão semelhante em alguns pontos, como a falta de esgoto. Esta carência, segundo reportagem do *Gerico*, faz com que as “ruas das favelas tenham valas infectas, de aspecto e cheiro repugnantes”¹⁶⁴. Situação agravada diante da ausência de “sanitários e água encanada”¹⁶⁵, bem como “escoamento de águas servidas”¹⁶⁶.

Nestes trechos, identifica-se a ênfase nas condições sanitárias das *favelas*, especialmente na preocupação com os fluídos. Elemento sintomático, caso se aceite a hipótese de que a cidade ideal projetada pelos textos difundidos por este jornal é baseada no modelo do urbanismo sanitário. Assim como a “teoria dos meios”, a “teoria dos fluídos”¹⁶⁷ foi fundamental na formação dos princípios desse urbanismo, privilegiando a abertura ou o alargamento de ruas, sua canalização e o saneamento de pântanos para permitir a circulação adequada da água e do ar.

No que se refere à infraestrutura básica das *favelas*, a visão de um editorial do *Jornal do Brasil* não é destoante. Podemos ler, neste jornal, o seguinte: “[o que] choca a sensibilidade, é a infeliz condição humana dos favelados, obrigados a viver em localidades sem luz, sem calçamento, sem esgotos, sem vigilância, no maior abandono”¹⁶⁸. Aqui, porém, detecta-se novamente um discurso mais preocupado com a situação social dos *favelados* por parte do *JB*, buscando evidenciar as dificuldades que estes passam diariamente.

De modo geral, a perspectiva que predomina sobre a *favela* é a da ausência de elementos infraestruturais básicos, o que reflete na forma como concebem as moradias, ou nos termos dos periódicos, os “casebres” e “barracões” dessas áreas habitacionais.

Na importante e popular coluna *Fala o Povo na Última Hora* – que, como vimos, era uma “marca registrada” do jornal de Wainer onde se divulgava as queixas da população em geral e eram exigidas medidas que visassem solucionar os problemas trazidos para a pauta -, as

¹⁶⁴ “Duzentos mil brasileiros entregues à própria sorte...”, *Correio da Manhã*, 25 de novembro de 1951, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁶⁵ “Favela no Jardim de Allah”, *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1952, p. 3, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁶⁶ “Multiplicam-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”, *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁶⁷ Segundo Müller, a “teoria dos fluídos”, também conhecida como “teoria dos miasmas”, “foi desenvolvida no século XIX, na Europa e, ‘segundo ela, as febres e outras doenças tinham origem nas emanações dos gases produzidos pela matéria animal e vegetal em putrefação e pelas águas estagnadas’ (BUENO apud MÜLLER, 2002, p.19). Com o respaldo de sanear o meio, essa teoria incentivou grande parte das práticas sanitárias que, modificaram o espaço urbano. A ideia predominante era “fazer com que tudo o que impedisse a circulação desses elementos fosse eliminado, contribuiu para o surgimento de alguns princípios da engenharia sanitária. Dentre esses princípios podemos destacar a necessidade de destruição das barreiras naturais ou artificiais que impedissem a ventilação nas cidades, a canalização de rios e córregos de forma a permitir a circulação das águas e o saneamento dos pântanos, produtores de miasmas” (MÜLLER, 2002, p.20).

¹⁶⁸ “A Batalha das ‘Fabellas’”, *Jornal do Brasil*, 09 de março de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

habitações da chamada *favela* são caracterizadas como “casebres construídos em meios aos terrenos alagadiços do mangue, com os mesmos problemas, falta de luz, água, esgoto, de tudo enfim”¹⁶⁹. Essas construções são feitas “de pedaços de pau dissimétricos, caixotes, latas de querosene e cobertura parte em telha parte de folha”¹⁷⁰, formando um “intrincado sistema de casebres”¹⁷¹.

Visão bem próxima à encontrada em uma coluna não assinada sob a cartola *Arquitetura* no *Correio*, onde podemos ler que não existe “ali a eleição dos materiais construtivos da moradia em função de sua resistência, de seu aspecto, de sua utilidade ou de sua textura. Basta que satisfaça a condição de insolubilidade na água”.¹⁷² Além disto, “a total ausência de técnica construtiva, e a mão de obra improvisada dão àquelas habitações um aspecto irregularmente homogêneo. Aquele conjunto desengonçado, escuro, sinuoso e frágil, composto de uma multidão de unidade idênticas na essência e no espírito” pode ser, assim, chamado de “o estilo da miséria” que, segundo o jornal, “define a si próprio pelo **retrocesso da arquitetura em alguns milhares de anos**”¹⁷³.

Interessante observar o fato de o tema da *favela* ser tratado no *Correio* também num espaço editorial específico voltado para assuntos ligados a urbanização - *Arquitetura*¹⁷⁴. Isto parece indicar uma estratégia do jornal em procurar legitimar as suas posições dentro de um local especializado no tema, o que traz o efeito retórico de um tratamento mais “técnico” do que propriamente opinativo. Além disso, percebe-se o jornal querendo criar seu próprio discurso “técnico” sobre a questão em acréscimo ou mesmo substituição da fala oriunda de outras instituições. Discurso este que repete a estratégia de salientar, não propriamente a miséria decorrente da carência econômica, mas definir um “estilo da miséria” como um retrocesso habitacional e cultural, um retorno ao “primitivismo”. Perspectiva que perpassa a tessitura textual do jornal em várias instâncias e que associa a chamada *favela* ao “bárbaro”, ao

¹⁶⁹ “Estão agredindo mais uma favela”, *Última Hora*, 11 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

¹⁷⁰ “Disposto os favelados a resolver o seu problema”, *Última Hora*, 28 de agosto de 1953, p.1, 2ª seção”, reportagem *Patrulha de Última Hora*. Salientando que a *Patrulha de Última Hora*, que é formada por um grupo de repórteres da *Última Hora* que percorriam a cidade, investigando denúncias e queixas que chegavam ao jornal, através das urnas espalhadas pela cidade ou pelo relato direto à redação do periódico

¹⁷¹ “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

¹⁷² “A favela, o ‘estilo da miséria’”, *Correio da Manhã*, 01 de julho de 1951, p.4, 4º caderno, coluna não assinada sob a cartola *Arquitetura*.

¹⁷³ *Ibidem*

¹⁷⁴ Esta coluna é publicada na edição de domingo, nas páginas 2 ou 4 do 4º caderno, onde são tratados assuntos de arquitetura, como templos egípcios, catedrais, basílicas, havendo até um texto com o título “Le Courbusier, Higienista”, onde ocorre a exaltação das contribuições deste arquiteto higienista.

“primitivo”, simbolizando um “retrocesso”, possivelmente, em relação ao que se considerada “civilizado”.

Mas há ainda outro elemento a ser considerado no *CM*: a questão da ilegalidade das construções. Nos textos divulgados por este jornal seguidamente encontramos a referência que o “barraco anti-higiênico” não possui “licença, nem plantas, nem arruamento”¹⁷⁵, o que leva a indagar em um editorial:

No fim de contas, a lei é igual para todos. Se **um de nós** quiser construir uma residência em terreno de que é proprietário (...). Há regulamentos, há portarias, há decretos, há leis, e em nome de tudo isso desaba sobre o **nosso** telhado futuro o aguaceiro torrencial das formalidades, o granizo severo das multas e o esquecimento, o entorpecimento, o aborrecimento, que são o cimento burocrático da Prefeitura. Por que bulas e milagres poderão estar isentos de tudo isso os ‘construtores’ das favelas? Não há ali um só barraco que não seja visceralmente ilegal. O terreno é de outrem, não houve planta, não há esgotos¹⁷⁶.

Em outras palavras, percebemos aqui uma forte preocupação em salientar a questão da irregularidade, ou seja, ausência de plantas, de licenças, de atenção à regulamentação, expondo o caráter ilegal das construções, perspectiva não identificada nos textos de *Última Hora*. De qualquer sorte, ressalta-se a condição do morador da chamada *favela* como um “cidadão de segunda categoria” – expressão nossa – se é que pode ser considerado um “cidadão carioca”: além da precariedade material das suas formas de existência e de viver em um “estágio civilizacional” inferior ao morador das demais áreas da cidade, ele ainda reside na ilegalidade. Em resumo: na ótica do *Correio*, a *favela* se opõe à cidade não apenas pelo eixo “civilização” X “barbárie”, mas também pelo contraste entre “cidade legal” *versus* “cidade ilegal”.

Os textos publicados pelo *Jornal do Brasil* não destoam dos outros periódicos analisados, afirmando em um editorial que “o espetáculo daqueles casebres rudimentares é constrangedor. Construídos de tábuas mal conexas, há longos anos, nunca tiveram uma readaptação por parte dos seus moradores”¹⁷⁷. Ainda mais, em um artigo, afirma-se que sempre há, nas áreas classificadas como *favelas*, um “sistema de Barracões encostados com pouca ordem uns aos outros e como a se meter uns pelos outros”¹⁷⁸. Enquanto que o articulista General Pedro Cavalcanti salienta que estes “barracos” não possuem “a menor dose de comodidade ou higiene, feitos de zinco e tábuas de caixote, sem água, sem luz, sem esgotos, servem de moradia à **promiscuidade dos seres que neles se aglomeram, sem qualquer vigilância policial, sem**

¹⁷⁵ “A cidade das favelas”, *Correio da Manhã*, 21 de outubro de 1951, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹⁷⁶ “Favelas e regulamentos”, *Correio da Manhã*, 20 de março de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial menor.

¹⁷⁷ “Os cortiços”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁷⁸ “Males Sobre Males”, *Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1952, p.6, 1º caderno, artigo de D. do Rego Monteiro.

leis, em suma, a que obedecer¹⁷⁹. Embora a opinião do general Cavalcanti expresse uma preocupação com “vigilância” e “ordem” típica da área militar, é de se notar que, no geral, os artigos são convergentes com o ponto de vista do próprio do jornal, aproximando-se, igualmente, dos demais jornais ao salientar as mesmas carências infraestruturais, apesar de convergir mais com as perspectivas dos textos escritos e/ou difundidos pelo *Correio da Manhã* do que com os de *Última Hora* pela ênfase na ilegalidade.

Na fala acima de Cavalcanti percebe-se a ênfase também na crítica moral, isto é, as casas dos chamados *favelados* servem de “moradia à promiscuidade” em função de, em um mesmo cômodo, dormirem adultos e crianças. Este elemento, porém, não é exclusividade do pensamento do general, sendo encontrado em vários textos do *JB*, especialmente os de sua própria autoria. Em um editorial, esta folha destacou que a “vida na favela” é “uma vida miserável”, é “cortejo de miséria”¹⁸⁰, uma “lepra chocante de miséria e fealdade”¹⁸¹. E, dentre as causas do “baixíssimo nível de vida” que os homens *favelados* “dão às suas famílias”, cita “as bebidas alcoólicas – o jogo do bicho – o ‘gringo’ da prestação – o bilhar – as ‘gafieiras’ – as apostas em corridas de cavalos – os jogos proibidos e certos luxos incompatíveis com os seus salários”¹⁸². Neste momento, a semelhanças das diversas formas de produções discursivas centram-se na forte crítica ao que poderia se chamar de “estilo de vida” dos *favelados*, uma crítica moral que estaria associada à precariedade material e cultural¹⁸³. De qualquer maneira, é importante notar a ênfase na “degradação moral” da família, um tema recorrente no discurso conservador, especialmente de origem católica (CARVALHO & IAMAMOTO, 2004, p.285).

O *Correio da Manhã*, em um editorial, também foca neste aspecto, quando afirma que os ditos *favelados* moram em “pobreza extrema”¹⁸⁴, por isso, em outro editorial, as *favelas* são consideradas “o refúgio da pobreza”, “onde a miséria é absoluta, impressionam pelo total desconforto”¹⁸⁵. Elemento reforçado por Costa Rego, editor-chefe do *CM*, ao destacar que se “outrora o favelado podia ser um pioneiro, (...) hoje, a favela representa a última linha de resistência da pobreza em sua fuga da cidade. É o **depósito infernal das sobras humanas da metrópole, o refúgio dos vencidos**”¹⁸⁶.

¹⁷⁹ “O Problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1951, p.5, 1º caderno, artigo do General Pedro Cavalcanti.

¹⁸⁰ “O Problema das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁸¹ “Coquetel”, *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1952, p.8, 1º caderno, coluna *Notas Sociais*, assinada por Maria Eugênia Celso.

¹⁸² “Desorientação trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 27 de agosto de 1953, p.6, 1º caderno, artigo de Roberto Magno de Carvalho.

¹⁸³ “O nosso câncer social”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

¹⁸⁴ “Sistema que falou”, *Correio da Manhã*, 12 de julho de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹⁸⁵ “Sistema que falou”, *Correio da Manhã*, 12 de julho de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹⁸⁶ “O combate às favelas”, *Correio da Manhã*, 05 de março de 1952, p.4, 1º caderno, artigo de Costa Rego.

Já no que se refere ao *Última Hora*, podemos ler em uma reportagem que mais de 300.000 pessoas “vivem como porcos, trepadas como cabritos nas fraldas das montanhas, onde falta tudo”¹⁸⁷. Em outra reportagem, agora sobre a “Favela do Esqueleto”, lê-se que seus habitantes “vivem no lodo e no lixo”¹⁸⁸. Já outro texto de reportagem enfatiza a situação de “crianças paupérrimas, mulheres humildes, de pés descalços, trabalhando. Crianças e adultos com latas d’água na cabeça, e não é outro panorama”¹⁸⁹. Sendo assim, poderíamos concluir que o *Última Hora* compartilharia a mesma visão negativa de degradação material e, conseqüente, degradação moral dos habitantes das referidas *favelas*?

Na verdade, mesmo que não esconda a miséria material dos considerados *favelados*, a folha de Samuel Wainer, nas reportagens de sua equipe, procurou salientar outros aspectos dos moradores dessas regiões da cidade. Nestes textos identifica-se que as chamadas *favelas* não são apenas um lugar de miséria, pois, “nelas residem inúmeros elementos com capacidade econômica para melhorar seu padrão de vida”¹⁹⁰, sendo que os salários são os mais variados possíveis¹⁹¹ e

as condições econômicas dos seus habitantes não são tão precárias como afirmam apressadas estatísticas. A renda bruta mensal dos moradores da Praia do Pinto, em 1950 foi de 450 mil cruzeiros, o que demonstra, claramente, que as famílias podem pagar um aluguel de 200 a 250 cruzeiros por uma habitação de madeira higiênica e que não degrade o ser humano¹⁹².

Ainda mais, nas *favelas* vivem muitos pobres, mas também alguns abastados,

gente que ganha bem: na Praia do Pinto, por exemplo, morando naquelas palhoças imundas, existe uma quantidade enorme de segurados dos diversos Institutos, com exceção de bancários. Ganha daqui, ganha dali, acumulando diversos empregos humildes, seja na Legião, seja na prefeitura, seja no comércio ou nas indústrias, o pai de família tem um ordenado de 3 mil cruzeiros fora o que recebem as mulheres e as filhas como domésticas, acrescentando que estas têm casa e comida o que significa muito hoje em dia¹⁹³.

¹⁸⁷“Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

¹⁸⁸ “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

¹⁸⁹ “Cresce uma favela na ladeira do Ascurra”, *Última Hora*, 07 de maio de 1952, p.2, 2ª seção, reportagem.

¹⁹⁰ “Impõe-se uma definição do Ministério do trabalho sobre o premente problema das casas populares”, *Última Hora*, 07 de agosto de 1951, p.2, 1º caderno, reportagem.

¹⁹¹ “Os Ministérios da Fazenda e da Educação receberam alugueres de miseráveis casebres do ‘Esqueleto’”, *Última Hora*, 14 de setembro de 1951, p.3, 2º caderno, reportagem de Edmar Morel.

¹⁹² “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel. Para localização geográfica da “Favela da Praia do Pinto” ver anexo R. A “Favela da Praia do Pinto” estava na “agenda de remoções” do governo militar, então na madrugada de 11 de maio de 1969, enquanto se realizavam os preparativos para o início das remoções, um incêndio destruiu mais mil construções, o que acelerou a remoção da dita favela.

¹⁹³ “Falta Absoluta de assistência social nas favelas e nos parques proletários”, *Última Hora*, 07 de julho de 1952, reportagem de Carmem Nicias Lemoine.

Considerando a especificidade da produção de uma reportagem, pode-se afirmar que há um esforço de *UH* em construir a *favela* de forma mais dinâmica. Ponto que aproxima esse diário da perspectiva encontrada no relatório do Censo do IBGE de 1950, embora, curiosamente, não tenhamos encontrado referências a este documento em suas páginas.

Mas como podemos entender este destaque dado pela *UH* aos aspectos “positivos” da *favela* como um “lugar de renda” e não só de miséria? Como resposta, considero ser possível pensar que a exposição dos aspectos econômicos positivos dos moradores das ditas *favelas* teria um sentido de contrapor-se aos textos que pregam puramente a situação de miséria e carência dos classificados como *favelados*. Já o apontamento de que muitos dos moradores das *favelas* são segurados por diversos Institutos também não parece sem significado, podendo indicar uma forma de pressão deste periódico em relação aos Institutos, para que estes tomem providências em prol da questão habitacional de seus segurados. O que, em última instância, reforçaria o papel social que o próprio jornal se atribui.

De qualquer forma, chama a atenção o fato de que a fala da *UH* sobre o modo de vida dos chamados *favelados* visa não tanto combatê-los, mas, acima de tudo, defendê-los diante do poder público e da opinião negativa em geral, como indica o título de um dos textos do jornal: “Defender os Favelados”¹⁹⁴. É neste sentido que entendemos ser adequado interpretar a posição do *UH*: mesmo quando reporta a precariedade das condições de vida na chamada *favela*, não é para condenar os *favelados* e sua “miséria física” e “moral”, mas para denunciar a precariedade das suas condições de vida e, posteriormente, exigir que medidas sejam tomadas para sanar os problemas apontados. Fazendo isto, o jornal constrói discursivamente a si mesmo, através do exercício de um papel próprio no *campo jornalístico*, isto é, nas palavras que já citamos, de “um **procurador** eficiente e pontual que tanto defenda os interesses nacionais e coletivos, como atenda também às suas **relações** com a administração, para solução das questões aparentemente simples, mas na realidade sufocantes”¹⁹⁵. Ao se colocar a alcunha de procurador “do chefe de família, da dona de casa, do estudante, do funcionário, dos trabalhadores”, o jornal de Wainer está se representando como um mediador entre a sociedade e o Estado, levando as necessidades do primeiro ao conhecimento do segundo, para que este as resolva da melhor forma possível. Proposta identificada tanto nas pautas das reportagens, como nos assuntos abordados na coluna *Fala o Povo na Última Hora*, pois, como já abordado, nesta seção eram publicadas as queixas das camadas populares, fazendo crer que se dava “voz” a estes grupos sociais, isto é, o jornal

¹⁹⁴ “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

¹⁹⁵ “Banca do Leitor”, *Última Hora*, 12 de junho de 1951, p.2. 1ª seção, seção “Banca do Leitor”.

não estaria apenas falando pelos e dos chamados *favelados*, mas também, abriram espaço para que estes falem por si mesmos.

Assim, pode-se interpretar que o *Última Hora* estaria buscando uma posição própria no *campo jornalístico* e no próprio *Campo de Produção Ideológica* a partir de uma lacuna existente em ambos os espaços. Lacuna que se localizaria entre um jornalismo voltado às camadas populares, mas com um viés editorial sensacionalista - cujo maior representante seria futuramente o impresso *Luta Democrática*, de Tenório Cavalcanti - e um jornalismo mais preocupado com a qualidade tanto dos textos quanto do público leitor, como o *Correio da Manhã*. Nesse sentido, o *Última Hora* poderia ser compreendido como um jornal que se coloca como “porta-voz” não só das camadas populares, como das “excluídas” – defendendo-as, mas também ressignificando-as. Com isso, pode adquirir prestígio pela sua alta vendagem, mas também pela qualidade do produto que oferece, o que lhe permitia ganhos simbólicos e materiais tanto fora quanto dentro do *campo jornalístico*.

Em resumo deste subcapítulo, identificou-se que a representação da *favela* como lugar de carências, de miséria, perpassa os diferentes textos dos três periódicos. Entretanto, as relações de sentido são diferentes. O *Correio da Manhã* explicita as carências, enfatizando a falta de higiene e relacionando os problemas infraestruturais a um retrocesso arquitetônico, buscando legitimar o seu discurso a partir de editorias especializadas. Ainda mais, constrói a *favela* como ilegal e associa o discurso sobre a “miséria material” à “miséria moral”. Nos textos escritos e/ou difundidos pelo *Jornal do Brasil*, encontramos um discurso mais preocupado com a situação social dos chamados *favelados*, ao mesmo tempo em que ocorre o reforço de críticas e preocupações morais com o seu modo de vida. Note-se, porém, que diferentemente do *Correio*, que condenou genericamente a moralidade dos moradores da *favela* em estreita ligação com a precariedade material e cultural, o *JB* preocupou-se em dar vazão a textos que salientam os “vícios” que este espaço sem ordem, lei e obediência, podia dar lugar. Neste sentido, destacou o comportamento desregrado do homem adulto (jogo, álcool, prostituição) e seus efeitos sobre a degradação da família. Em outros termos, um tema próprio à visão religiosa – notadamente a Católica – sobre o problema social.

Por fim, o *Última Hora* aponta as carências para depois exigir medidas saneadoras dessas dificuldades, ressaltando, assim, o papel social que esse periódico se atribui, isto é, o de “procurador” das camadas menos favorecidas. Ainda mais, evidencia um aspecto econômico e social negligenciado pelos outros diários, posicionamento que pode ser compreendido como a busca de uma forma própria de inserção no *campo jornalístico*. De qualquer sorte, aproxima-se, no *CPI*, mais da visão difundida pela administração pública federal, via IBGE, do que da

visão católica representada pela Fundação Leão XIII e mesmo dos discursos acadêmicos do Serviço Social e da Arquitetura.

Contudo, com base nestes posicionamentos distintos sobre as áreas denominadas como *favelas*, torna-se pertinente indagar se essas distinções se mantêm quando os periódicos constroem o possível seu morador?

3.4 A *favela* e seus moradores

Assim como o termo *favela* está em disputa, também existe um conflito para estabelecer qual seria a melhor denominação de seus moradores. No material coletado, percebe-se nos três jornais a concepção de que nas *favelas* vivem tanto trabalhadores quanto *malandros*, entretanto podem-se identificar diferenças entre as concepções dos periódicos analisados.

Em reportagens do *Gerico*, lemos no *Correio* que, “ao lado dos malandros que habitam as favelas, não há como negar, existem famílias de trabalhadores modestos, mas gente de bem, cujos filhos estão sujeitos a perniciosos contágios”¹⁹⁶. Por isso, em outra matéria, encontra-se a afirmativa de que é difícil compreender “como as famílias modestas e trabalhadoras que residem no local possam tolerar o ambiente”¹⁹⁷. Entretanto, apelando para os dados do Censo de 1950, em um editorial, o impresso dos Bittencourt afirma que “a população das favelas é, simplesmente, parte do operariado (e até da pequena burguesia) que não encontra outros meios de habitação”¹⁹⁸. Elemento reforçado em um artigo que destaca que as favelas “abrigam em grande parte a mão de obra da construção civil e em maior parte a mão de obra doméstica”¹⁹⁹.

Todavia, apesar do reconhecimento de que existem trabalhadores vivendo nas *favelas*, o que sobressai nas reportagens do *Correio* é a perspectiva de que, “ao lado das modestas, mas decentes famílias que ali residem, vivem em grande número os malandros”, “meliantes”, “assaltantes [...] que infestam morros e favelas”²⁰⁰. Assim, se “malandros e mulheres de vida airada tem ali seu reduto, propiciando espetáculos deprimentes e que atentam contra a moral”,²⁰¹ os novos moradores das *favelas* “aprendem os hábitos e meios de vida dos malandros

¹⁹⁶ “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁹⁷ “Cresce a favela da Praia do Pinto”, *Correio da Manhã*, 30 de maio de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

¹⁹⁸ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 14 de março de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

¹⁹⁹ “Os dois Brasis”, *Correio da Manhã*, 20 de dezembro de 1953, p.2, 1º caderno, artigo assinado por A.C.

²⁰⁰ “Até nas favelas há crise de habitação”, *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem *Geriquinho*.

²⁰¹ “Surge mais uma favela em pleno coração da cidade”, *Correio da Manhã*, 24 de agosto de 1954, p.3, 1º caderno, reportagem *Gerico*.

que habitam esses núcleos residenciais – se é que merecem esse nome”²⁰². Ou seja, há o reconhecimento da existência de trabalhadores morando nas *favelas*, mas, devido à qualidade negativa do ambiente e da população de “malandros e de mulheres de vida airada”, os primeiros tendem a ser suplantados ou corrompidos pelos segundos, anulando-se neste “ambiente permissivo”. Ou seja, embora cite e conheça o documento oficial do IBGE – o que demonstra o grau de legitimidade que esta instituição está adquirindo sobre as questões demográficas -, o *Correio* não se sente obrigado a seguir as suas conclusões.

Com representações bem próximas, nos editoriais do *Jornal do Brasil* afirma-se que nas “‘favelas’ existentes em algumas ruas principais da cidade e nas quais vivem, numa promiscuidade anti-higiênica e antissocial, numerosas famílias de operários”²⁰³, “trabalhadores que ganham discretos salários”²⁰⁴. Num artigo assinado por D. do Rego Monteiro²⁰⁵, é salientado que “onde está a miséria estão não só maltas de malandros, isto é, de doentes de várias afecções, pela regra comum, como pequenos trabalhadores, mulheres que são mães e meninos”, muitos deles “deverão ser trabalhadores nossos, pequenos operários da categoria de serventes, aprendizes ou catequizadores, e nossos empregados e empregadas, cozinheiras e lavadeiras, etc.”. Porém, logo na sequência do texto ocorre uma indagação: “Mas o que será deles socialmente, tão afligidos e maltratados assim? E o que será em consequência, dos que reclamam os seus serviços?” Pois,

Criam-se pobres criaturas – tantas vezes tão bem-dotadas pela natureza – num clima de dor e de tormentos; sua preparação e a que pode chamar-se de preparação para o desespero, para as nevroses, para o ódio, para a revolta – ainda que inúmeros sejam pacíficos e resignados – e espera-se depois o que?... Que deem os melhores exemplos e os frutos mais sadios de bondade e educação!...²⁰⁶

Nestes trechos, percebe-se uma posição bem semelhante à encontrada nos textos difundidos pelo *Correio*, ou seja, um reconhecimento da existência de trabalhadores morando nas *favelas*, mas que estão sujeitos aos efeitos negativos das “características próprias” a este local. Como podemos ler em um texto da página de opinião do *JB*: “acredita-se que a maioria dos favelados são elementos turbulentos, vadios, criminosos”, mas

não se procura saber se foram eles que levaram para as ‘favelas’ os vícios, a malandragem, as tendências facinoras, ou foram as ‘favelas’ a esmiuçar nos espíritos de seu desconforto, se sua miséria física e moral, da consideração do medo e da repugnância de que se sentem circundados, tudo o que eles possuíam em suas almas²⁰⁷.

²⁰² “Multiplicam-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”, *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁰³ “Os cortiços”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

²⁰⁴ “A verdadeira solução”, *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

²⁰⁵ D. do Rego Monteiro clérigo ligado à igreja católica, infelizmente não obtive maiores informações sobre o autor

²⁰⁶ “Males Sobre Males”, *Jornal do Brasil*, 30 de outubro de 1952, p.6, 1º caderno, artigo de D. do Rego Monteiro.

²⁰⁷ “O nosso câncer social”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

Mais uma vez, reforça-se a ideia que, mesmo havendo “pessoas decentes” vivendo nas *favelas*, estas serão afetadas pelas “misérias” lá encontradas, “desvirtuando” a sua conduta. Nesse sentido, evidencia-se a associação entre pobreza e má conduta, como se “naturalmente” a primeira levasse à segunda. Reforçando a existência de uma relação entre o “progresso material” e o “progresso moral”, no sentido do primeiro conduzir ao segundo.

Já, nos textos de *Última Hora*, destaca-se que “a favela é habitada por maioria de trabalhadores braçais”²⁰⁸. Na coluna *Fala o Povo na Última Hora*, pode-se ler que os chamados *favelados* “são em geral trabalhadores como, soldados de polícia, serventes de pedreiro”²⁰⁹. Ainda mais, numa reportagem, temos que “é preciso ressaltar que quase todas as profissões estão representadas no ‘Esqueleto’, inclusive vinte e seis funcionários municipais”²¹⁰. Em outra reportagem, afirma-se que os classificados como *favelados* da Praia do Pinto acumulam diversos empregos humildes, seja na Prefeitura, no comércio ou na indústria²¹¹. Por isso, um repórter da *UH* considera que nas chamadas *favelas* existe uma “população variada e densa, pequenos auxiliares do comércio, ‘barnabés’ do serviço público, gente de profissão humilde, ‘choumeurs’²¹². Homens, mulheres e meninos que por vezes vivem de biscate e do indiscriminado comércio de bugigangas²¹³. Em outras palavras, mais uma vez um discurso afinado com os dados do IBGE, mas sem citar o instituto ou os seus documentos.

Assim, em outra reportagem, destaca-se que “os vadios, malandros, desordeiros e exploradores de mulheres” estão “em pequena porcentagem” em relação aos trabalhadores. Salienta-se, por fim, que aqueles “que exercem profissão ainda estão protegidos pela legislação trabalhista, como por exemplo as domesticas, os que tem a sua disposição assistência social”²¹⁴.

Nesse sentido, mesmo reconhecendo que existem “maus elementos”, que vivem “à margem das ‘agências de controle social’”²¹⁵, há um empenho, especialmente nos textos de reportagem de *UH* em deixar claro que os residentes nas *favelas* são em sua maioria

²⁰⁸ “Famílias enxotadas sem destino”, *Última Hora*, 26 de setembro de 1951, p.3 e 7, 2º caderno, reportagem *Patrulha de Última Hora*.

²⁰⁹ “Não se pode mais comprar gêneros na favela do Esqueleto”, *Última Hora*, 04 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²¹⁰ “Os Ministérios da Fazenda e da Educação receberam alugueres de miseráveis casebres do ‘Esqueleto’”, *Última Hora*, 14 de setembro de 1951, p.3, 2º caderno, reportagem de Edmar Morel.

²¹¹ “Falta Absoluta de assistência social nas favelas e nos parques proletários”, *Última Hora*, 07 de julho de 1952, reportagem de Carmem Nicias Lemoine.

²¹² Palavra francesa para desempregado.

²¹³ “Uma fatia colonial cortando ao meio a metrópole moderna”, *Última Hora*, 08 de julho de 1953, p.7, 2º seção, reportagem.

²¹⁴ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

²¹⁵ “Os Ministérios da Fazenda e da Educação receberam alugueres de miseráveis casebres do ‘Esqueleto’”, *Última Hora*, 14 de setembro de 1951, p.3, 2º caderno, reportagem de Edmar Morel.

trabalhadores, ou melhor, “o grosso de nossa mão de obra”. Esse elemento fica perceptível nas reportagens, onde se expõe a profissão de cada entrevistado, com referências a: garçom; padeiro; funcionário municipal; lustrador; operário; lavadeiras; vigia; soldado do exército; trabalhador do Jóquei Clube, além de todas as ocupações acima mencionadas.

Neste contexto, não é de se estranhar que em nossa pesquisa o *UH* seja o único jornal que publica denúncias de violência contra os *favelados*. Essas denúncias são veiculadas, principalmente, na coluna *Fala o Povo na Última Hora*, onde, em um dos casos expostos,

os moradores da favela do Esqueleto procuraram ULTIMA HORA para relatar que estão sendo vítimas de perseguição: seus pequenos depósitos tem sido fechados, sua existência coagida, suas festas – porque também há festas na Favela – censuradas pela polícia. Segundo nos relatam, tentam as autoridades criar na Favela um clima capaz de fazer com que a maior parte dos atuais moradores sejam compelidos a procurar outro teto²¹⁶.

No caso acima, a ação de “perseguição” foi interpretada como uma forma de “coagir o favelado porque ele é pobre”, sendo esta “uma política injusta e antissocial”²¹⁷. Poucos dias depois, nesta mesma coluna, encontra-se a descrição de que “mais uma favela clama amparo dos poderes públicos”, e, como palavra de ordem, é indagado no texto: “Resta saber até quando serão os favelados agredidos como se fossem inimigos, ao invés de amparados, por merecerem proteção?”²¹⁸. Outro texto desta mesma coluna considera um “absurdo entregar-se a uma repartição de polícia a solução do problema social. Dá sempre errado”²¹⁹. Constatando-se ainda, em uma reportagem, que “a população da favela está amedrontada”, porque “ninguém está procurando combater as favelas. Estão guerreando sim, os favelados, como se fossem combatentes de nação inimiga...”²²⁰.

Novamente interpretamos essa posição da *UH* em prol dos ditos *favelados* como uma forma de o jornal procurar construir sua inserção legítima no debate público e firmar seu posicionamento dentro do *campo jornalístico* por oposição às demais folhas aqui estudadas. Interpretação corroborada pelos discursos autorreferenciais do periódico que o caracterizam, não apenas como um jornal informativo, mas como um agente que intervém ativamente no mundo social, como um “jornal do povo”, que “será eco de sua aspiração, condenando o abuso, fiscalizando a assistência seguida do poder público, pressionando a autoridade pela adoção das

²¹⁶ “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ “Estão agredindo mais uma favela”, *Última Hora*, 11 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²¹⁹ “Desamparo”, *Última Hora*, 13 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²²⁰ “Os favelados não em par onde ir”, *Última Hora*, 24 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, reportagem *Patrulha de Última Hora*.

soluções imediatas e da execução dos planos de mais longo alcance”²²¹. Em suma, o *UH* seria, em suas próprias palavras, “um movimento de reivindicação popular – com o programa de encaminhar as necessidades de cada um e refletir os interesses do país”, do que decorre “a iniciativa de ULTIMA HORA de estabelecer uma correspondência diária e constante com o povo”²²².

Em conjunto, observa-se uma diferença importante entre o *UH* e o *Correio*, pois, enquanto o jornal de Wainer expõe em suas reportagens e na coluna *Fala o Povo na Última Hora* que os chamados *favelados* são vítimas de violência e afirma que vai defendê-los²²³, o *CM*, nas reportagens do *Gerico*, aponta que são os classificados como *favelados* quem ameaçam a cidade e seus “ordeiros” e “civilizados” moradores e destaca que irá livrar a cidade das mazelas que as chamadas *favelas* representariam²²⁴. A partir da dinâmica do *campo jornalístico* podemos entender que ambos os jornais procuraram formas distintas de autoconstrução do seu papel institucional, assim como, buscam públicos específicos para se colocar como representante na discussão pública.

O *Correio da Manhã*, como um jornal de alto prestígio e reconhecimento entre os pares, ocupando uma posição dominante no *campo*, deseja manter e reforçar sua posição a partir de *estratégias ortodoxas*, isto é, com a difusão de textos mais rebuscados e com maior profundidade analítica, elementos que indicam que seu público alvo eram grupos com capital cultural, social e econômico mais elevados. Já o *Última Hora*, recém-chegado ao *campo jornalístico* e buscando formas próprias de se inserir no debate público, apela para uma linha de ação que pode ser considerada *heterodoxa*²²⁵, com uma linguagem mais acessível e utilização de muitas imagens, evidenciando que busca atingir as camadas populares, os trabalhadores, mas também, pretendendo se construir como lugar de fala destes grupos.

Em resumo deste subcapítulo, percebe-se nos textos escritos e/ou difundidos pelos três periódicos a percepção de que nas chamadas *favelas* vivem tanto trabalhadores quanto “maus elementos”, “malandros”. Mas, enquanto o *UH* dá vazão à textos que buscam demonstrar que

²²¹ “Banca do leitor”, *Última Hora*, 12 de junho de 1951, p.2, 1ª seção. Texto explicativo sobre as urnas espalhadas pela cidade, onde deveriam ser depositadas as cartas com as reivindicações dos leitores que seriam publicadas na seção *Fala o Povo na Última Hora*.

²²² “Banca do leitor”, *Última Hora*, 12 de junho de 1951, p.2, 1ª seção.

²²³ “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²²⁴ “Libertando a cidade de mazelas”, *Correio da Manhã*, 05 de setembro de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem *Geriquinho*.

²²⁵ Vale recordar que “ortodoxia” e “heterodoxia” são termos empregados por Bourdieu para definir as diferentes estratégias adotadas pelos dominantes e dominados em um *campo social*, os primeiros interessados na manutenção da estrutura de poder e de oferta de bens (ortodoxia) e os segundos envolvidos na subversão desta “ordem” (heterodoxia).

os *favelados* são em maioria gente trabalhadora, pessoas das mais variadas profissões, e os *malandros* são mais vítimas do que causadores do seu “mal”, o *JB* e o *CM*, difundem os textos que destacam a predominância dos segundos e que constroem estes como perigosos para a cidade, sendo que mesmo a “gente boa” é afetada pelo convívio com estes *malandros*. Em decorrência, não se pode esperar dos *favelados* “que deem os melhores exemplos e os frutos mais sadios de bondade e educação”. Desta forma, pergunta-se: não seria a *favela* um perigo?

3.5 *Favela* como um perigo

A palavra perigo remete a ideia de um estado de risco à existência ou à integridade de algo ou alguém. Assim, ao representar alguma coisa como um perigo, é possível mobilizar diversos elementos dispersos na sociedade a fim de tornar tal construção mais persuasiva possível. Se perigo significa um estado de risco à existência e/ou integridade, e a *favela* é representada como um perigo, importa questionar: qual ou quais perigos ela poderia gerar? A quem ou o que ela estava colocando em estado risco?

Fazendo uma varredura de alguns termos, notamos que a palavra “promiscuidade” é muito presente nos três periódicos, apesar de ser mais expressiva no *CM* e *JB*. Para editoriais do *CM*, as *favelas* são “aglomerados que impressionam pela promiscuidade”²²⁶, onde “a expressão ‘4 pessoas por barraco’ significa, naturalmente, quatro pessoas em total promiscuidade, num só aposento pendurado em flanco no morro”²²⁷.

Por seu turno, no *JB*, a questão da promiscuidade é retomada, especialmente em artigos dos articulistas que fazem parte da equipe fixa do periódico, assim, considera-se que “tudo é promiscuidade viciosa” nas *favelas*²²⁸, que impressionam pela sua “sordidez”²²⁹, por isso outro articulista destaca que

não só sob o ponto de vista estético – um dos mais importantes aliás – é dolorosa e lamentável a permanência e multiplicação das favelas. Moral e socialmente, criam-se novos problemas a cada passo sob o influxo de uma vida promíscua, sem higiene, sem educação, sem controle das autoridades²³⁰.

Notamos aqui como os articulistas Adalzira Bittencourt, José Maria Bello e Porto da Silveira convergem ao identificarem a dita *favela* como um perigo moral, uma vez que é potencialmente geradora de novos e preocupantes problemas. Contudo, parece que a construção dessas áreas de habitação como perigo moral centra-se no fato destas, potencialmente

²²⁶ “Sistema que falou”, *Correio da Manhã*, 12 de julho de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

²²⁷ “Favelas e casas mágicas”, *Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

²²⁸ “Amparo ao menor transviado”, *Jornal do Brasil*, 22 de novembro de 1953, p.1 e 3, 2º caderno, artigo de Adalzira Bittencourt.

²²⁹ “Volta a Portugal”, *Jornal do Brasil*, 10 de abril de 1953, p.5, 1º caderno, artigo de José Maria Bello.

²³⁰ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

colocarem em risco, não apenas os ditos *favelados*, mas os demais moradores da então Capital Federal, sendo os habitantes das *favelas* os menos prejudicados, pois já estariam contaminados pela “promiscuidade viciosa”, restando “salvar” desse mal o restante da cidade.

O *Última Hora*, em suas reportagens, não deixa de ser menos crítico no que se refere à moral dos chamados *favelados*, expondo que existe um número reduzido de famílias legalmente constituídas, que há “promiscuidade”²³¹, “sordidez”²³² e que os moradores das *favelas* vivem em “completa podridão moral porque a miséria é má conselheira. Ninguém pode falar em respeito humano em decência, em dignidade em meio à promiscuidade de uma favela imunda”²³³. Nesses termos, porém, embora a *favela* seja o foco de perigo, quem corre o maior risco são os seus próprios moradores.

Mas não é apenas à moral que as chamadas *favelas* colocam em risco. Elas também oferecem um perigo sanitário. Segundo uma coluna não assinada do *CM*, em decorrência da falta de instalação de esgotos, os resíduos fecais que contém “uma infinidade de micro-organismos” (vírus, bactérias) quando jogados “morro a baixo” contaminam o restante da cidade e, quando são enterrados, penetram o solo até atingir o lençol de água subterrâneo²³⁴. Ainda mais, em certos bairros do Distrito Federal, “são comuns os surtos de febre tifoide na época das chuvas, em virtude da contaminação que tem lugar nos terrenos da favela e que é comunicada à cidade pela água que dali rola nessa época”, determinando a “contaminação e o aparecimento do surto epidêmico em um meio de alto nível sanitário”. Sendo, por isso, “triste e **perigosa** a relação que existe entre a favela e a cidade, na esfera complexa das doenças transmissíveis”²³⁵. Nesse sentido,

as favelas ameaçam de frente a saúde pública. (...) não importa se aquele congestionamento humano, em casebres de madeira, em regra construídos de fresco sobre o lixo do aterro, vive mesmo como gente. **O que ali se vê é uma grave ameaça à saúde pública**²³⁶.

Em decorrência dessa situação,

a mais elementar higiene citadina torna imperativo que **se suprimam, a bem de seus habitantes e a bem de todos os habitantes, esses focos de proliferação**

²³¹ “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

²³² “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

²³³ “Gente requintada”, *Última Hora*, 13 de janeiro de 1954, p.6, 1ª seção, coluna “coisas da vida e da morte”, assinada por L.C.

²³⁴ “Sistema de esgotos das favelas”, *Correio da Manhã*, 08 de julho de 1951, p.4, 4º caderno, coluna não assinada sob a cartola *Arquitetura*.

²³⁵ “A favela e a Cidade”, *Correio da Manhã*, 19 de agosto de 1951, p.4, 4º caderno, coluna não assinada sob a cartola *Arquitetura*.

²³⁶ “O favelismo da planície”, *Correio da Manhã*, 30 de abril de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

microbianas que nos desonram aos olhos de estrangeiros como aos nossos próprios. E onde se fala em higiene – incluímos a higiene moral”²³⁷.

A partir destas passagens, constata-se que há uma grande preocupação com as consequências negativas que as condições sanitárias das chamadas *favelas* podem trazer, mas, não tanto com os efeitos para os classificados como *favelados* em si mesmos, e sim para a “cidade sã”. Além disso, nesta construção da *favela* como um perigo sanitário para a cidade, identifica-se forte sintonia entre as opiniões expressas na editoria específica de arquitetura e nos textos da página de opinião do jornal, cujo efeito legitimador do próprio discurso já salientamos.

No *Jornal do Brasil* encontramos opinião convergente. Em um editorial deste jornal, lemos que o “lado sanitário” das *favelas* é o “que preocupa mais”²³⁸. A mesma ideia aparece em um artigo do já mencionado arquiteto Benjamin de A. Carvalho, publicado um dia depois do editorial acima referido. No artigo do arquiteto ocorre a defesa de que “dentre os fatores que mais concorrem para o baixíssimo nível sanitário das favelas existe um de importância fundamental que é a topografia”, pois “a favela se encontra ilhada no alto de um morro tendo a sua roda os edifícios de toda uma cidade” e

o solo onde se apoiam estes abrigos de baixíssimas condições higiênicas são, geralmente, meios de cultura de micróbios e insetos que descem na ocasião das chuvas numa perpétua transferência de nível para nível, apresentando o aspecto de uma cascata de patamares contaminados²³⁹.

Assim, Benjamin de A. Carvalho considera as *favelas* como

possíveis focos de intoxicações e de doenças transmissíveis, **doenças estas que pela manhã saem com os favelados para os mais variados recantos da cidade**. Este problema higiênico se reveste de suma gravidade pelo fato de poder comprometer diretamente não só a saúde do favelado como também **em poucas horas o estado sanitário da cidade**²⁴⁰.

Novamente, identifica-se que, mesmo que haja uma preocupação com a saúde dos chamados *favelados*, há um receio maior de que a precariedade sanitária das áreas classificadas como *favela* coloque em risco todo o “estado sanitário da cidade”, tornando estas áreas habitacionais um perigo principalmente para o Rio de Janeiro.

Nos textos do *Última Hora* também se encontra esta ideia de que a referida *favela* possa ser um perigo sanitário. Em um texto de reportagem sobre a “Favela do Esqueleto”, afirma-se esta é uma “favela sinistra com toda sorte de enfermidades, inclusive varíola, tuberculose e

²³⁷ “Favelas e regulamentos”, *Correio da Manhã*, 20 de março de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial menor.

²³⁸ “Os cortiços”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

²³⁹ “A favela, a sua topografia e a higiene”, *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1951, p.1, 2º caderno - Artigo do Arquiteto Benjamin de A. Carvalho.

²⁴⁰Ibidem.

doenças venéreas”, onde “cada barraco, alguns com dois metros quadrados, representa um foco de contaminação da peste branca²⁴¹”. Em outra reportagem encontramos a perspectiva semelhante, quando lemos que, “numa inspeção feita pelo Departamento de higiene da prefeitura, recentemente, foram confirmados casos suspeitos de varíola, cujos doentes recusavam a internação. Já ouve até lepra **dentro** do ‘Esqueleto’”. Bem como “a lama ali estagnada serve de cano de descarga para os 5.00 habitantes. Daí a fedentina insuportável e a erupção de epidemias, inclusive alastrim”²⁴².

Se, nesta passagem, fica explícita a preocupação deste jornal com os aspectos sanitários da referida *favela*, especialmente no tocante às diversas doenças lá existentes, nota-se que esta preocupação está restrita à “Favela do Esqueleto”, não existindo referência a alastramento e contágio para o restante da cidade, o que indicaria uma preocupação maior deste periódico com os *favelados* em si, com as suas condições de vida e sanitárias, e não o seu efeito deletério para o conjunto da urbes.

Observando em conjunto as representações da *favela* como um perigo moral e sanitário, não é de se estranhar que ela também simbolize um perigo para as crianças e jovens.

Encontramos em uma reportagem do *Última Hora*, a ideia que a *favela* oferece um risco para as crianças em função da precariedade das habitações que faz com que cresça o índice de mortalidade infantil²⁴³. Em outra reportagem, destaca-se que as casas cobertas por zinco também são causadoras do que foi nomeado de “crianças passadas a ferro”, que estão morrendo nos morros da cidade, sendo “magras, magríssimas, [...] reduzidas a um frágil esqueleto, com um leve, muito leve revestimento de pele. A impressão que causam aos médicos é a de que foram assadas em forno brando”²⁴⁴. Por fim, em uma terceira reportagem lê-se que além do prejuízo à saúde, no morro de Santo Antônio, mais de cem “crianças estão em completo abandono moral, educacional e material, cujo principal mister é carregar água”, ficando “envolvidos por montões de lixo e detritos que se acumulam nos cantos [...], brincam descalças, com as vestes em farrapos e sujas, expostas assim a todos os perigos e doenças”²⁴⁵.

²⁴¹ Tuberculose.

²⁴² “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

²⁴³ “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

²⁴⁴ “Martírio das favelas”, *Última Hora*, 06 de maio de 1953, p.12, 2ª seção, reportagem de Milton Pedrosa.

²⁴⁵ “Arrastados os meninos à delinquência pela miséria”, *Última Hora*, 16 de setembro de 1953, p. 1, 2ª seção, reportagem de Raulino Goulart.

Já na coluna *Fala o Povo na Última Hora* as *favelas* são, ainda, consideradas como um lugar “contra a educação da infância”²⁴⁶, pois, segundo outra coluna,

faltam escolas públicas onde os meninos e as meninas de nossos subúrbios aprendam a ler e a escrever, onde a criança se eduque para uma vida melhor e mais digna. Mas em compensação sobram vagas, estão abertas as escolas do vício e do crime, que são a promiscuidade das ruas e a miséria das favelas. Milhares de menores abandonados sem escolas aprendem todas as lições da degradação moral e da ruína física não só por culpa dos pais – coitados que mal podem cuidar do pão do corpo, cada dia mais amargo e difícil – mas, sobretudo culpa das autoridades diretamente responsáveis pelo problema do ensino público, nesta madrasta cidade de S. Sebastião²⁴⁷.

Percebe-se nos trechos citados duas grandes preocupações. A primeira, mais recorrente nas reportagens, se refere aos perigos à saúde dos menores decorrente da precariedade das habitações e da sujeira a que estão expostos. A segunda, constante nas colunas, destaca a educação, ou melhor, a falta de educação formal das crianças. Nesta última questão, ainda se faz uma intimação às autoridades municipais, para que estas tomem providências para resolver a situação dos menores residentes nas áreas classificadas como *favelas*.

A questão da saúde e da ausência de educação perpassa os textos dos demais periódicos estudados. Em artigos publicados pelo *JB*, tem-se a afirmativa de que as *favelas* são nocivas à formação moral da infância e da adolescência, pois a infância abandonada a si mesma, “explorada muitas vezes pelos próprios pais ou responsáveis, desce para as ruas de grande movimento solicitando esmolas, refugiando-se em lugares ermos para a iniciação no jogo, no vício ou no crime”, surgindo assim, diversos problemas correlatos às *favelas* entre eles a delinquência juvenil²⁴⁸.

Perspectiva reforçada por um editorial, onde lê-se que nas chamadas *favelas*, os pequeninos crescem “envolto com os porcos e outros animais, no meio da lama, como se também fossem animais, sem assistência de qualquer natureza, seguindo uma trajetória que os levará certamente ao caminho da perdição mais completa”²⁴⁹. Em suma, salienta-se a possível “iniciação no crime” a que as crianças das *favelas* estão expostas e, diferentemente dos textos encontrados em *Última Hora*, os do *JB* põe uma carga de culpa maior nos pais pela situação de seus filhos.

No caso do *Correio*, também é nítida a preocupação com os perigos que as *favelas* podem oferecer para as crianças e jovens, especialmente nos textos de reportagem, onde

²⁴⁶ “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²⁴⁷ “Há vagas nas escolas do crime...”, *Última Hora*, 09 de março de 1954, p.6, 1ª seção, coluna *Coisas da Vida e da Morte*”, assinada por L.C.

²⁴⁸ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

²⁴⁹ “Solidariedade Humana”, *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

podemos ler que, “entre os maiores prejuízos morais causados pelas favelas, avultam os danos às crianças, criadas como são naquele ambiente de perdição, escola do crime, na mais absoluta promiscuidade, sem qualquer assistência médica ou social”²⁵⁰. Estas crianças que são a “geração brasileira de amanhã”²⁵¹ estão saindo diplomadas pela escola do crime e, assim, “dentro de mais alguns anos, certamente, notaremos uma grande diferença para mais, no número de ocorrências policiais diárias, sem dúvida”²⁵², principalmente, pelo fato de as *favelas* estarem,

infestadas de verdadeiros indivíduos desclassificados, que vivem à **margem da lei**, são verdadeiras **escolas de crimes**, onde facadas, navalhadas e tiros não faltam. E é **nesse ambiente que vão crescendo os pequenos brasileiros**, moradores das favelas. Dessa forma, **no futuro, nada poderão produzir de útil para si e para a sociedade**. Se apenas aprendem o mal, o que poderá deles exigir a sociedade?²⁵³.

Mais do que nos demais jornais analisados, percebe-se a forte relação estabelecida entre os menores e sua possível entrada no crime, tornando-se um perigo não só para si, mas para a sociedade do futuro. Em outras palavras, a perspectiva de que a *favela* (“barbárie”, “primitivismo”) é um perigo para os demais (“cidade civilizada”), devendo-se agir em favor da primeira com vistas aos benefícios da segunda se mantém, mesmo quando a precariedade atinge as crianças. De qualquer maneira, saliente-se que, em todos os jornais, a visão sobre as áreas denominadas de *favelas* e o perigo à infância aproxima-se dos pontos de vista do Serviço Social e do pensamento católico, bem mais do que o pensamento de discriminação racial contido no Censo da Prefeitura do Rio, tendo em vista a ênfase no papel da educação e da recuperação dos jovens habitantes destas áreas.

Entretanto, não é apenas o perigo sanitário e para a infância que é salientado nos jornais. No *Correio* e no *Jornal do Brasil* encontramos a visão de que as chamadas favelas constituem, acima de tudo, “a matéria prima para a subversão e o crime”²⁵⁴, conforme afirma um editorial do impresso da família Bittencourt. O mesmo pode ser lido nas páginas do *JB*, onde, em um editorial, afirma-se que o qual os assaltos sistemáticos “vão aumentando na proporção que são permitidas novas favelas nas imediações”²⁵⁵.

²⁵⁰ “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁵¹ “Cresce a favela da Praia do Pinto”, *Correio da Manhã*, 30 de maio de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁵² “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁵³ “Duzentos mil brasileiros entregues à própria sorte...”, *Correio da Manhã*, 25 de novembro de 1951, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁵⁴ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

²⁵⁵ “Conto do vigário... policial”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

Já o articulista integrante da equipe fixa do *JB*, Martins Alonso²⁵⁶, irá afirmar que “em tempos anteriores não se associava que o crime nascia e evoluía dos morros. Contudo, agora se atribui a criminalidade ao convívio com as favelas”²⁵⁷, para, em outro, concluir:

se examinarmos as estatísticas criminais, havemos de verificar que o maior número de crimes é praticado por elementos que mais saíram da adolescência e todos eles provenientes das favelas, jamais sofreram qualquer embaraço ao iniciarem-se na escola do crime²⁵⁸.

Em suma, consta-se, tanto nos editoriais, quanto nos artigos assinados no *JB*, uma correlação entre o aumento das chamadas *favelas* e a ampliação da criminalidade, levando inclusive a articulista - Adalzira Bittencourt²⁵⁹ – a caracterizar essas áreas habitacionais como verdadeiras “escolas do crime”²⁶⁰.

Perspectivas bem semelhantes são encontradas nas reportagens do *Gerico* do *CM*, onde se lê o seguinte: “se as favelas são agora nocivas”,

dentro de mais alguns anos serão tremendos focos de perdição e promiscuidade, um reino de terror, **dominados por malandros dentro da própria cidade. Os moradores das favelas do futuro em sua grande maioria já nasceram e ali mesmo, naquele ambiente de degradação moral, receberam a educação do crime.** Será multiplicado o índice de criminalidade. Esse problema crescerá com o tempo, em proporção geométrica²⁶¹.

Assim, segundo outra reportagem do *Gerico*, “dentro de mais alguns anos a cidade estará cheia de homens desajustados, formados que foram na escola das **favelas, onde aprendem tudo, menos a forma de serem úteis à sociedade**”²⁶². Nestes trechos, fica novamente explícita a construção da *favela* como um perigo à “sociedade”, sendo ela associada diretamente ao aumento da criminalidade, além da perspectiva, já abordada, de que a *favela* é mais nociva para o restante da cidade do que para os seus próprios moradores²⁶³. Além disto,

²⁵⁶ Martins Alonso, integrante da equipe do *JB*, a partir de julho de 1952 passou a ter publicações semanais na quinta página do jornal, geralmente nas quartas-feiras.

²⁵⁷ “Menores abandonados e delinquentes”, *Jornal do Brasil*, 21 de outubro de 1953, p.5, artigo de Martins Alonso.

²⁵⁸ “Palavras e um novo Ministro”, *Jornal do Brasil*, 01 de julho de 1953, p.5, artigo de Martins Alonso.

²⁵⁹ Adalzira Bittencourt formou-se em Direito em 1927, sua área de interesse centrava-se em educação especialmente à ligada aos jovens abandonados, tanto que fundou uma escola para atender essas crianças. Empenhada, também, na difusão da poesia brasileira, foi membro-fundadora da Academia Feminina de Letras (RJ), sendo aclamada sua primeira presidente. Começou a publicar no *Jornal do Brasil* a partir de novembro de 1953, seus textos concentravam-se basicamente em questões relacionadas à crianças e jovens, chamados pela autora de “menores”. Teve seus artigos reproduzidos entre novembro de 1953 e dezembro de 1954, publicados semanalmente, geralmente, no caderno de domingo.

²⁶⁰ “150 mil!...”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1954, p.3, 2º caderno, artigo de Adalzira Bittencourt.

²⁶¹ “Removidas algumas favelas da orla marítima”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1952, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁶² “Surge mais uma favela na zona sul”, *Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1951, p.2, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁶³ Algo que fica mais evidente em outra reportagem do *Gerico* que destaca, num tom “profético” e ameaçador, que, em função do crescimento da “Favela da Praia do Pinto”, “dentro de pouco tempo os que moram na Avenida Epitácio Pessoa e adjacências terão queixas amargas contra o procedimento dos maus favelados” “Cresce a favela da Praia do Pinto”, *Correio da Manhã*, 30 de maio de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

em outra reportagem do *Gerico*, o jornal faz referência a si mesmo, lembrando que o CORREIO DA MANHÃ reclamou e por isso acabaram “com uma favela em estado inicial”, assim, “os moradores próximos ficaram satisfeitos. Com os favelados, desapareceram alguns problemas que estavam surgindo, como pequenos furtos, brigas de rua e outros”²⁶⁴. Já em outra matéria, evidencia-se que

de toda as partes da cidade recebe o ‘Gerico’ diariamente, numerosa correspondência sobre problemas decorrentes da existência das favelas, tais como abusos cometidos pelo elevado número de maus elementos que nelas residem e denúncias sobre a construção de novos barracos em outros pontos da cidade²⁶⁵.

Ainda utilizando as reportagens do *Correio*, agora, do *Geriquinho*, percebe-se que este diário construindo o seu papel social, visto que

foi assim, ante a aflição, verdadeiro desespero dos apelos recebidos, que nossa reportagem subiu vários morros da cidade, a fim de melhor observar e de bem sentir o grave problema, para mais uma vez, voltar a **apresenta-lo às autoridades responsáveis, numa tentativa de retirá-las do marasmo** em que se encontram e procurem fazer aquilo que, desde muito, deveriam ter já efetuado²⁶⁶.

A relevância destes trechos está basicamente em dois pontos. Primeiro, o reforço na representação da *favela* como um perigo à ordem social em função de sua associação à criminalidade. Segundo, pode-se observar a que público o *Correio* estaria se direcionando, pois, como já mencionado as reportagens do *Gerico*, no caso, as reclamações que atende são provenientes de uma seleção das cartas²⁶⁷ que chegam à redação do periódico. Assim, o “povo” ao qual o jornal procura se construir como porta-voz é o “incomodado” com as áreas classificadas como *favelas*, do que decorre que a “missão” que o jornal está pretendendo assumir é de combate ao processo de “enfavelamento” do Rio de Janeiro e a tudo que ele acarreta, em nome da “cidade civilizada”. Sintomaticamente, este tema da *favela* como um perigo à ordem legal não aparece no *Última Hora*.

Entretanto, o problema da relação entre *favela* e perigo à ordem social não se limita à questão do aumento da criminalidade. Lemos no texto do General Pedro Cavalcanti, publicado pelo *JB*, que as *favelas* são “motivo de ameaça à ordem e tranquilidade públicas”²⁶⁸ e outro

²⁶⁴“Sacrifício injustificável de uma população”, *Correio da Manhã*, 11 de julho de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁶⁵“Para resolver o problema das favelas”, *Correio da Manhã*, 12 de dezembro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁶⁶ “Terror nos morros cariocas”, *Correio da Manhã*, 15 de setembro de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem *Geriquinho*.

²⁶⁷ Não temos como saber acerca da veracidade destas cartas nem qual a representatividade daquelas que o *Correio* utiliza como temas para a sua reportagem sobre a série total. De qualquer maneira, é significativo do papel que o jornal quer assumir a iniciativa de mostrar que as suas reportagens partiram de “reclamações populares” às quais o jornal supostamente atenderia.

²⁶⁸ “O Problema das favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de abril de 1951, p.5, 1º caderno, artigo do General Pedro Cavalcanti.

articulista - Brasília Machado Neto – ainda vai afirmar que elas constituem “fonte de amargor e ressentimentos sociais, caldo de cultura propício à ação revolucionária”²⁶⁹, convergindo com a posição do próprio *JB* que, em editorial, já havia salientado que na “favela do Jacarezinho [...] já estavam os urubus das agitações comunistas”²⁷⁰.

Nestes trechos, evidencia-se a preocupação com o espaço para a “subversão” aberto pelas *favelas*, na medida em que os morros do Rio de Janeiro poderiam ser lugar não apenas da miséria, do vício e do crime, mas também da “infiltração comunista” e da “ação revolucionária”. Discurso extremamente convergente com a pregação da Fundação Leão XIII, evidenciando, mais uma vez, a proximidade do *JB* com o pensamento católico sobre o tema.

Algo semelhante pode ser lido no *Correio*, quando comenta, em um editorial, um estudo efetuado pela revista *Conjuntura Econômica* segundo o qual cerca de 150 mil pessoas ativas no Rio de Janeiro não estão trabalhando em atividade remunerada. Esta cifra era coincidente com a estimativa da população *favelada*, ocorrendo a constatação da

Impossibilidade de o Rio abrigar sua população atual. Não porque seja excessiva, em números absolutos. Mas porque se avoluma a proporção de **mão de obra condenada à inatividade. Quem sustentará essa multidão de desocupados?** Quem evitará que ela se transforme como na Roma dos Césares, numa **população insubordinada a revoltar-se** contra os governos que não lhes derem **o pão e o circo?** Quem poderá obstar ao aumento da criminalidade? **Quem impedirá a comunização dessas massas?**²⁷¹

Esse trecho é extremamente rico, pois mobiliza e articula diversas ideias fortemente arraigadas no imaginário social da época, principalmente, a valorização do trabalho, da ocupação regularmente remunerada e o conseqüente perigo da inatividade. Destacando que a positivação do “trabalho”²⁷² é uma construção moderna, produzida, especialmente, a partir do desenvolvimento industrial. Diante da construção da centralidade do trabalho, não é difícil imaginar as conseqüências negativas do não-trabalho, que se expressam pelo impedimento do homem em se realizar plenamente e como cidadão, afetando sua dignidade (VIANNA apud DRUMOND, 2002, p.4). Ademais, aqui o jornal faz eco às preocupações com que o *campo econômico* pensa o “problema das favelas”, notadamente pelo viés da produtividade.

Também não é aleatória a referência à política de “pão e circo”, pois esta resgata uma noção do senso comum que a concebe como uma estratégia de líderes políticos para agradar o grosso da população e assim mantê-lo fiel à ordem estabelecida e adquirir o seu apoio

²⁶⁹ “Favelas”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1954, p.5, 1º caderno, artigo de Brasília Machado Neto.

²⁷⁰ “A verdadeira solução”, *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

²⁷¹ “Cidade invadida”, *Correio da Manhã*, 04 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal

²⁷² O termo trabalho é extremamente complexo, adquirindo diversas significações ao longo do tempo. Do “latim *tripalium* que era uma ferreamente formada por três paus e utilizada na agricultura, bem como era um aparelho de tortura ao qual era atados os condenados” (KONRATH, 2006, p.18).

(FAVERSANI, 2000). De qualquer maneira, é possível interpretar esta referência ao “pão e circo”, nos anos 50, como uma crítica aos chamados governos “populistas”²⁷³, expressando uma visão contrária às propostas – ou ao menos, ao discurso - de redistribuição de renda. Por fim, tem-se alusão ao comunismo e às “massas”²⁷⁴, o que geralmente implica a mobilização de todo um ideário sobre o “perigo vermelho” que se formou no Brasil, principalmente após 1930, lembrando que a bandeira do anticomunismo foi o elemento legitimador do golpe civil-militar de 1964. Embora, deva-se salientar, o discurso do *Correio da Manhã* parece se aproximar mais do pensamento empresarial do que propriamente do católico ou da assistência social.

Para encerrar este capítulo, outro elemento precisa ser ressaltado e que traz novamente grandes diferenças entre os jornais, isto é, a representação do chamado *favelado* como “massa de manobra política”, especialmente dos comunistas. Segundo um pequeno editorial do *Jornal do Brasil*, referindo-se aos moradores do “Jacarezinho”, “é **necessário impedir que os ressentimentos daquela população sejam manobrados por agitadores insidiosos**”, dado que “já ontem surgiram bandeiras vermelhas, em sinal de revolta, sobre alguns dos casebres e dos barracões do Morro”. Entretanto, “**seria injusto acreditar que se trate de uma afirmação política**. É, todavia, uma afirmação, aliás uma explosão, de amargo desespero. E deve ser compreendida antes que assuma outros aspectos e orientações”²⁷⁵.

Neste trecho, observa-se uma preocupação que já foi apontada, isto é, a possibilidade de a chamada *favela* ser uma porta de entrada para o comunismo, em função das más condições de vida dos denominados como *favelados* que gerariam “ressentimentos sociais”, situação poderia ser aproveitada pelos comunistas para “exasperar os ânimos”, “provocar exaltações e violências de previsíveis consequências dolorosas”²⁷⁶.

Em um artigo assinado por Roberto Magno de Carvalho²⁷⁷, arquiteto e engenheiro modernista, podemos ler que a culpa é dos legisladores que não tem “conhecimento real da vida das diversas classes trabalhadoras” e assim criaram as leis trabalhistas em “uma época anormal, de inflacionismo e quando o Executivo era ao mesmo tempo Legislativo”. Entretanto, segundo o autor, o proletariado não estaria preparado “mentalmente” para as leis trabalhistas e mesmo

²⁷³ Apesar da polissemia do termo existem dois elementos intrínsecos ao “populismo”, isto é, a existência de um líder carismático e uma “política de massas”. Não cabe aqui discutir a validade ou não do termo populismo como um conceito analítico, vale destacar os elementos que ele mobiliza.

²⁷⁴ Segundo Charles Sidarta, citando Octávio Ianni, no Brasil, “essas ‘massas’ teriam sido formadas a partir da industrialização do país, processo que teve grande aceleração a partir do modelo de substituição de importações ou ‘modelo getuliano’ (IANNI, 1971, p.54) de desenvolvimento” (DOMINGOS, 2008, p.179).

²⁷⁵ “Jacarezinho”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

²⁷⁶ “Jacarezinho”, *Jornal do Brasil*, 07 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

²⁷⁷ Roberto Magno de Carvalho foi engenheiro arquiteto, chegou a ser presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil entre 1933 e 1934.

com as melhorias que lhes foram auferidos, acabaram vivendo na “penúria” e “acotovelados nas favelas”. Assim, os “demagogos oficiais e particularmente – os politiquinhos que se fazem de ‘bons moços’ para angariarem a simpatia da chamada classe trabalhadora, continuaram a fazer-lhe promessas ainda mais sedutoras”²⁷⁸. Nesse sentido, não interessa aos “demagogos” e “não interessa nunca que esses nossos irmãos se ajustem à vida, porque uma vez ajustados, não poderão mais servir-lhes para **manobras ‘políticas’**”²⁷⁹.

Encontramos nas páginas do *Correio da Manhã* a mesma perspectiva. Em um artigo assinado por Dr. Eduardo Morgado,²⁸⁰ lemos que “os próprios políticos, em troca de votos, sem analisar as consequências vivem alimentando esses antros nocivos à coletividade e aos próprios moradores desses meios pensando apenas nas suas conveniências eletivas”²⁸¹. Uma reportagem do *Gerico* apresenta a mesma ideia, quando se levanta a suspeita de que a criação da Favela da Estrada de Furnas, “ao que se deduz, tem objetivos políticos, e cresce em detrimento dos demais moradores do bairro”²⁸². Isto caracteriza algumas favelas como

redutos eleitorais de determinados políticos, onde a construção de barracos é permitida, apenas, com a sua autorização. Neste caso está a que fica na rua Macedo Sobrinho. É fartamente abastecida de água, recalçada a bombas poderosas, em canos de ...²⁸³ polegadas, enquanto os moradores da mesma rua Macedo Sobrinho, lutam com incrível falta d’água²⁸⁴.

Já em um artigo assinado apenas pela rubrica R.B. – provavelmente, um pseudônimo -, é retomada a denúncia de que um político estaria dando água para as *favelas* com fins eleitoreiros, sendo este mesmo político nada menos do que Lutero Vargas, filho de Getúlio Vargas²⁸⁵. Nesse sentido, após diversos textos difundidos pelo *CM* terem constatado que os chamados *favelados* constituem “massa de manobra política” e encontrarmos a afirmativa em um editorial que, agora “os favelados assumiram o controle das eleições”²⁸⁶, mostra-se

²⁷⁸ “Desorientação trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 27 de agosto de 1953, p.6, 1º caderno, artigo de Roberto Magno de Carvalho.

²⁷⁹ “Desorientação trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 27 de agosto de 1953, p.6, 1º caderno, artigo de Roberto Magno de Carvalho.

²⁸⁰ Dr. Eduardo Morgado era médico pediatra, na primeira metade da década de 1950, possuíam um espaço no caderno de domingo do *Correio* marcado com a cartola “Palestras Pediátricas”. Mas tal periodicidade foi interrompida, constado um ano e meio sem colaboração com o periódico. Seus textos retornaram em 1952, agora publicados com periodicidade irregular, variando de artigos semanais até mensais, mas todos sob a nova cartola “Crônica Pediátrica”, pelo menos até 1954.

²⁸¹ “As favelas e as crianças”, *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1953, p.10, 5º caderno, artigo de Dr. Eduardo Morgado.

²⁸² “Crescem duas novas favelas na Tijuca”, *Correio da Manhã*, 03 de janeiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁸³ Número da polegada ilegível.

²⁸⁴ “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

²⁸⁵ “Abraços”, *Correio da Manhã*, 16 de março de 1954, p.4, 1º caderno, artigo assinado por R.B.

²⁸⁶ “Volta”, *Correio da Manhã*, 02 de fevereiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial.

necessário maiores questionamentos sobre a percepção do *Correio* sobre a incorporação sócio-políticas desses grupos sociais.

Em resumo, com base nos trechos anteriores, observa-se uma associação da *favela* ao não trabalho, à “política de massas”, à “ação revolucionária”, o que traz diversas implicações, pois, como afirma o editor-chefe do *Correio*, “a favela além de recolher as sobras da cidade é sobrecarregada pelo êxodo rural”, o que a faz pôr em causa “toda a organização administrativa do Brasil (...), e não simplesmente a cidade”²⁸⁷.

Por fim, nos textos analisados do *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil*, é reforçada a representação do chamado *favelado* como “massa de manobra política” e de sua utilização eleitoral como elemento passivo no jogo político, os quais poderiam ser “manipulados” tanto por comunistas quanto por “demagogos”, quer dizer, pelos maiores perigos à política segundo a maior parte da imprensa carioca do período, haja visto, suas tomadas de posição em 1964. Sintomaticamente, não se identificou qualquer posicionamento, neste sentido, por parte dos textos veiculados pelo *UH*, elemento que não pode ser visto com estranheza, uma vez, que este periódico se coloca como porta-voz deste grupo, logo, deseja construí-lo como cidadão de direito.

Desta maneira, é aceitável supor que nos textos escritos e/ou difundidos pelo *Correio da Manhã* e do *Jornal do Brasil* é possível identificar considerável desconforto com a forma como esta população dita *favelada* está sendo incorporada sócio-politicamente. Ainda mais, ao considerarmos que ambos os periódicos fazem uma associação entre “progresso material” e “progresso moral”, no caso, o primeiro conduziria ao segundo, poder-se-ia questionar se, na concepção desses periódicos, as carências físicas e materiais dos chamados *favelados*, não levariam uma falta de preparo mental por parte deste para exercerem os seus novos direitos, especialmente os políticos?

Em síntese, constatou-se a difusão de representações sobre a *favela* como um perigo moral, sanitário, para os jovens e crianças e para a ordem. Contudo, diferenças fundamentais foram identificadas entre os jornais. Em termos gerais, poderia se dizer que para os textos difundidos pela *Última Hora* a *favela* é um perigo, contudo, é um perigo maior para os seus próprios moradores, que afinal são “o grosso da mão de obra”. Por seu turno, os textos criados e difundidos pelo *Correio da Manhã* e pelo *Jornal do Brasil*, ao construírem a *favela* como um perigo, enfatizam a periculosidade desta para o restante da cidade, até mesmo do país. Em termos de *CPI*, em linhas gerais, pode-se dizer que as posições encontradas nas páginas do

²⁸⁷ “O combate às favelas”, *Correio da Manhã*, 05 de março de 1952, p.4, 1º caderno, artigo de Costa Rego.

Correio se aproximam mais das ideias encontradas no *subcampo da Arquitetura* e no discurso empresarial, enquanto o *JB* também se aproxima do *subcampo da Arquitetura*, mas igualmente ao pensamento católico e ao Serviço Social. Por fim, os textos escritos e/ou difundidos pelo *UH* demonstram um pensamento em parte semelhante à assistência social, mas muito próximo aos técnicos do IBGE, embora não cite os seus estudos.

Por fim, deve se perguntar, sendo esta a visão sobre o incremento das populações moradoras de áreas de habitação precária no Rio de Janeiro e sobre aquilo que elas representam para a cidade, podemos perguntar: como estes jornais explicam este fenômeno? Quais as possíveis causas? E, através disto e indo além disto: que políticas eles defendem para solucionar a questão?

Estes são os temas do próximo capítulo.

4 FAVELA: QUAIS FATORES QUE AS CAUSAM E O QUE FAZER COM ELAS?

4.1 Fatores causadores das áreas habitacionais chamadas favelas, na perspectiva do CM, JB e UH

Este capítulo será dividido em duas partes. Inicialmente, analisamos os elementos que os jornais apresentam como as possíveis causas das áreas de habitação chamadas *favelas*. Posteriormente, estudaremos quais as medidas que os periódicos consideravam mais adequadas para resolver o “problema”. Tal análise mostra-se relevante, pois permite identificar: a) qual a percepção desses jornais sobre a intensificação das migrações internas, especialmente, as campo-cidade, b) e como percebiam as mudanças estruturais que ocorriam na sociedade brasileira da época, bem como, c) que sociedade estes periódicos estariam projetando.

Os elementos apontados como as possíveis causas das favelas são encontrados em 80, dos 160 textos publicados e que formam o *corpus* documental da pesquisa. Destes 80 textos: 31 são editoriais – divididos entre 7 principais do seu respectivo dia e 24 com menor destaque - 5 colunas não assinadas, 2 colunas assinadas, 16 artigos e 26 reportagens. Sendo que a distribuição pelos periódicos se dá da seguinte maneira: 34 pertencem ao *Correio da Manhã*; 29 ao *Jornal do Brasil* e apenas 17 ao *Última Hora*. Para identificar o número de textos por jornais segundo o tipo (editorial, artigo, etc.) em cada eixo de causa, ver anexo S.

Com estes dados iniciais, percebe-se que, em termos relativos, o *JB* é o periódico que mais se dedica a criar e difundir textos sobre o assunto²⁸⁸, seguido do *CM*, já os possíveis elementos causadores das *favelas* não são um tema que mereça muita atenção nas páginas do *Última Hora*. Seria este um indicativo das tomadas posição dos impressos?

A partir da leitura flutuante do material e posterior unitarização, podemos dividir essa temática em: 1) as causas da **origem** das chamadas *favelas*, 2) as causas de sua **manutenção** e 3) as causas do **aumento** destas. Mais ainda, em cada um desses três grupos, são apontados aquilo que chamei de “fatores internos” e “fatores externos” causadores das áreas identificadas como *favelas*. No primeiro grupo, pode-se reunir argumentos que apontam como os possíveis causadores das ditas *favelas* fatores relacionados às especificidades internas ao Rio de Janeiro, bem como à dinâmica geral das cidades. Já, no segundo caso, são detectados elementos de ordem externa à cidade e que geralmente fazem parte de um movimento mais amplo de mudanças sociais e econômicas, mas que possuem impacto na sua organização interna.

²⁸⁸ Essa afirmação é decorrente da comparação percentual entre o total de textos de cada periódico e o total de textos em que se encontra referências às causas. Assim o *CM* com 64 textos no total, tem 34 onde há menção sobre as causas, o que significa 53%. Já *JB* possui 52 textos no total e 29 em que aparecem as possíveis causa, isto é, 56%. Por fim, o *UH* com 44 textos no total e 17 em que há referências às causas, figura com 38%.

Dessa forma, esta primeira etapa deste capítulo será organizada a partir da análise dos dois últimos eixos: 1) as causas das *favelas* ligadas a fatores internos à cidade e 2) as causas das *favelas* ligadas a fatores externos. Essa divisão mostra-se adequada, pois evita demasiadas repetições, uma vez que muitos elementos apontados como causadores das chamadas *favelas* são construídos tanto como fatores de origem, quanto de manutenção e como de aumento dessas áreas habitacionais.

4.1.1 Causas das *favelas* ligadas a fatores internos à cidade

Quantitativamente, os fatores internos ao Rio de Janeiro aparecem em mais textos, ou seja, em 56 dos 80, enquanto os fatores externos são encontrados em 46 dos 80, o que indica que existem diversos textos nos quais são identificados os dois fatores. Dentre os jornais, o *Última Hora* e o *Jornal do Brasil* apresentam mais publicações com a perspectiva de que são elementos internos que causam as *favelas*. Já os textos do *Correio* atribuem a maioria das causas a fatores externos.

Um dos primeiros fatores que importa destacar são os argumentos que ligam as causas da origem, manutenção e aumento das zonas de habitação classificadas como *favela*, aos problemas relacionados às **condições de moradia** do Rio de Janeiro. No caso do *Última Hora*, esse tema é tratado principalmente nos textos de reportagem, isto é, pelos jornalistas que fazem parte da equipe fixa do periódico, e, considerando-se as especificidades deste espaço em um jornal, como vimos anteriormente, pode-se tomar estes textos como indícios da opinião do impresso. Vamos a eles, então.

O repórter Edmar Morel²⁸⁹, ao efetuar a investigação sobre o “Esqueleto”, aponta a escassez de casas como elemento que deu origem a esta *favela* entre 1949 e 1950²⁹⁰. Já em outra reportagem, argumenta-se que não é a escassez de qualquer tipo de moradia, mas sim, a falta de “casas populares”²⁹¹, de “habitações acessíveis ao bolso do trabalhador”²⁹², o grande fator

²⁸⁹ Nelson Werneck Sodré define Edmar Morel como grande repórter reconhecido por todos, que fez seu nome nos Diários Associados. “Em *Última Hora*, recrutado pela argúcia que Samuel Wainer possuía de escolher o melhor, exercia, na função específica que o distinguia, uma influência muito grande, porque a reportagem, e à reportagem realmente importante é que me refiro, é o centro de gravidade do jornal: em torno dela gira o resto, do noticiário ao editorial, quando o acontecimento que ela coloca em evidência é daquelas que merecem, sem dúvida, a atenção geral. Esse o tipo de reportagem que Edmar Morel fazia” (SODRÉ, 1999, p.11). SODRÉ, Nelson Werneck. Morel, o Repórter. In.: MOREL, Edmar. Histórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1999.

²⁹⁰ “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

²⁹¹ “Famílias enxotadas sem destino”, *Última Hora*, 26 de setembro de 1951, p.3 e 7, 2º caderno, reportagem *Patrulha de Última Hora*.

²⁹² “Uma cidade sem a visão humilhante das favelas”, *Última Hora*, 08 de março de 1952, p.4, reportagem de Fagundes Varela.

de origem das favelas. Elemento reforçado por outra reportagem quando se lê que, nas grandes cidades, há um grave problema de déficit habitacional que atinge principalmente as classes populares²⁹³. Por seu turno, um editorial do *UH* argumenta que esse déficit habitacional é decorrente da construção de residências não conseguir acompanhar o aumento da população, resultado do crescimento vegetativo e das migrações²⁹⁴.

Na coluna *Fala o Povo na Última Hora*, lemos, em um texto cujo título - “Defender os favelados” – é bastante sugestivo, que muitas dessas áreas habitacionais surgem e se mantêm em função do alto custo dos aluguéis em outros locais, custo que os assim chamados *favelados* não conseguem arcar com os salários que recebem²⁹⁵. Isto, segundo outra coluna do jornal – *Coluna da Cidade* -, leva aqueles que ganham pouco a viver nos “subúrbios” ou nas “favelas”²⁹⁶. Essa perspectiva também é encontrada em uma reportagem do dia 07 de agosto de 1951, onde se diz que muitos trabalhadores “ficaram na favela, contudo, por imperativo da vizinhança do próprio trabalho e porque nas imediações não encontram casas a preço suportáveis para sua receita”²⁹⁷.

Em outras reportagens do *UH*, identificamos mais dois fatores ligados à moradia que fazem com que surjam ou se mantenham as ditas *favelas*. Um deles é a forma de urbanização do Rio que ocorre em sentido vertical, o que produz a diminuição da quantidade de casas e, com isso, os prestadores de serviços não podem mais morar nas residências onde trabalham²⁹⁸. Outro seria a destruição dos “cabeças-de-porco”:

ocorre que os moradores das ‘cabeças-de-porco’ em sua maioria nelas residentes há vários anos pagam alugueis baratos havendo até quem pague Cr\$100.00 e Cr\$ 200.00 por um quarto. Jogados de repente na rua e acostumados a morar perto do local de trabalho sendo-lhes impossível obter moradia barata nos pontos centrais da cidade dificilmente procuram acomodar-se pelo subúrbio. E então, o recurso é o barraco no morro ou nos terrenos baldios²⁹⁹.

Em suma, nos trechos retirados de textos publicados pela *Última Hora*, percebe-se dois elementos centrais para existência das referidas *favelas*: a escassez de moradias a preços acessíveis às camadas populares e a proximidade dessas áreas habitacionais em relação ao local

²⁹³ “Oito mil casas em cinco anos foi tudo quanto fez a Fundação”, *Última Hora*, 23 de outubro de 1951, p.3, 2ª seção, reportagem de Homero Homem.

²⁹⁴ “O problema da habitação”, *Última Hora*, 27 de setembro de 1952, p.7, 1ª seção, editorial principal.

²⁹⁵ “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

²⁹⁶ “Exemplo de burocracia”, *Última Hora*, 06 de outubro de 1953, p.1, 2ª seção, *Coluna da Cidade*.

²⁹⁷ “Impõe-se uma definição do Ministério do trabalho sobre o premente problema das casas populares”, *Última Hora*, 07 de agosto de 1951, p.2, 1º caderno, reportagem.

²⁹⁸ “Uma cidade sem a visão humilhante das favelas”, *Última Hora*, 08 de março de 1952, p.4, reportagem de Fagundes Varela.

²⁹⁹ “Invasão dos morros e da planície pelos casebres e barracões”, *Última Hora*, 12 de março de 1952, p.5, 2ª seção, reportagem de Fagundes de Menezes.

de trabalho de seus moradores. Assim, pode-se dizer que a formação destas zonas de moradias precárias seria uma estratégia dos trabalhadores para maximizar tempo e recursos econômicos, dentro de um processo de diminuição, quando não extinção, das moradias populares. Neste sentido, encontra-se a perspectiva da “funcionalidade” das áreas habitacionais chamadas *favelas*, ou seja, como já salientado na introdução, elas seriam economicamente úteis à elite pois, nelas estariam vivendo grande parte da mão de obra barata do Rio de Janeiro (ABREU, 1987; COSTA, 2015).

No *Correio da Manhã*, questões como a escassez de moradias e os elevados aluguéis são retomadas pelas reportagens do *Gerico*, onde há a especificação de que “os morros, de modo geral, estão hoje pontilhados de barracos daqueles que não tem casa para morar”³⁰⁰. Segundo outra reportagem, o elevado custo dos alugueis em relação aos baixos salários de determinadas classes faz com que “multipliquem-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”³⁰¹. Nesse sentido, em outro texto do *Gerico* argumenta-se “a falta de um planejamento capaz de atender as necessidades de moradia para os menos afortunados vem determinando desde muito o aparecimento das favelas em todos os cantos da cidade”³⁰².

Este último trecho nos traz um elemento muito destacado no artigo publicado pelo *CM* de autoria de Armando Godoy Filho, isto é, a falta de planejamento urbanístico. Godoy Filho é reconhecido como figura central no debate sobre o urbanismo no Brasil, assim como, para a consolidação desta área como disciplina, não por acaso que atuou como consultor técnico da Fundação da Casa Popular³⁰³. Este urbanista, defensor de uma organização funcional do meio urbano, no qual os aspectos topográficos deveriam ser considerados, tem sua projeção de cidade ideal baseada na perspectiva do zoneamento, ou seja, da divisão da área urbana em seções integradas pelos meios de transporte. Em relação às áreas denominadas como *favelas*, destaca as “influencias relativas à desorganização interna da vida da cidade sobre a formação” destas, argumentando o seguinte:

se deixarmos de lado esse aspecto ideal, urbanístico, da organização funcional da cidade, para descermos ao plano do que na maioria delas realmente ocorre, isto é, crescimento desordenado e sem que os bairros residenciais (proletários) tenham sido projetados de modo a estarem próximos ou ligados por transportes fáceis (rápidos e baratos) às zonas de fábrica ou de maior concentração de trabalho – sem dúvida se torna compreensível que as favelas, em muitos casos, venham resultar,

³⁰⁰ “Surge mais uma favela na zona sul”, *Correio da Manhã*, 18 de novembro de 1951, p.2, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³⁰¹ “Multiplicam-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”, *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³⁰² “Surgem novas favelas em todos os cantos da cidade”, *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³⁰³ Não confundir com o seu pai, o Engenheiro Armando de Godoy, um dos responsáveis pelo planejamento urbano de Goiânia e morto em 1944.

principalmente, da reação natural dos que trabalham no sentido de residirem o mais perto possível dos respectivos serviços, visando economizar energia, tempo e dinheiro. A própria natureza, assim, leva-os a procurar corretivos para a má organização funcional da cidade³⁰⁴.

É importante destacar a presença do artigo de Godoy Filho, ainda no ano de 1951, uma vez que sua visão de cidade baseada no elemento funcional não é a que, como vimos, predomina no *Correio*, que enfatizava as questões estéticas. Nesse sentido, poderia se indagar se a posição do urbanista, agente oriundo do *subcampo da Arquitetura* e com vinculação com o poder público federal, não poderia estar auxiliando na formação da opinião do *Correio*? Possibilitando uma forma distinta de “ver” a cidade, mais atrelada à questão da funcionalidade, mesmo que haja a manutenção de princípios do embelezamento? Ou estaria o *Correio* dando espaço a uma opinião autorizada, mas contrária a sua, como forma de se construir perante o seu leitor como um “fórum” de livre discussão sobre o tema urbano? Questões que pretendemos responder ao longo da exposição.

Analisando os artigos publicados pelo *JB*, o articulista *assíduo* A. Porto da Silveira³⁰⁵ também defende a perspectiva da falta de casas ou apartamentos para a população com baixo nível de vida, bem como a ideia de que “o ritmo de construções não pode acompanhar *pari passu* a demanda de moradias”³⁰⁶. Já Martins Alonso afirma que a agravação do problema das habitações “implantou a superpopulação dos morros e forçou a improvisação de moradias” fazendo com que novas *favelas* fossem surgindo³⁰⁷.

Em síntese, é perceptível, nesse nível, certas convergências entre os diferentes textos encontrados em cada jornal, bem como, a aproximação entre os três jornais se refere à ligação das causas das áreas classificadas como *favela* com a questão habitacional, ou melhor, à escassez de habitações para as classes populares. Nesses termos, seria possível pensar que os textos identificados nos três periódicos poderiam legitimar políticas de construção de casas populares? Caso a resposta seja afirmativa, seriam as visões encontradas nos textos criados e/ou difundidos pelos impressos sobre estes temas convergentes? Questões complexas, ainda mais quando se identifica que, em muitos casos são os poderes públicos apontados como os responsáveis por causarem as chamadas *favelas*. Assim, entramos no segundo fator que mais

³⁰⁴ “Favelas e o problema da habitação”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1951, p.18, 1ª seção, artigo de Armando Godoy Filho.

³⁰⁵ O influente jornalista A. Porto da Silveira, segundo a pesquisa efetuada, teve seus textos publicados no *JB* desde pelo menos janeiro de 1934. São artigos semanais, geralmente, reproduzidos no caderno de domingo, na quinta página do jornal.

³⁰⁶ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

³⁰⁷ “Menores abandonados e delinquentes”, *Jornal do Brasil*, 21 de outubro de 1953, p.5, artigo de Martins Alonso.

se destaca entre os periódicos no que se se refere às causas dessas áreas habitacionais ligadas a elementos internos à cidade: a administração pública³⁰⁸.

Os poderes públicos são tomados em muitos casos como os grandes culpados pela existência das zonas de moradias com habitações precárias no Rio de Janeiro. Em reportagens do *Última Hora*, as causas da origem dessas áreas habitacionais são identificadas na negligência de governos anteriores ao de Getúlio Vargas, no desleixo de autoridades incapazes ou indiferentes³⁰⁹. Já em outra reportagem ocorre a culpabilização especialmente, da Fiscalização da Prefeitura, que, nos últimos tempos, “passou a tolerar a construção dos barracos nos morros e nos terrenos baldios, em áreas residenciais e até em esqueletos de edifícios que tiveram suas obras paralisadas”³¹⁰. Assim, “os poderes municipais, até hoje de braços cruzados em face ao problema, sem tomar providências objetivas e imediatas para solucioná-lo, não dispunham de forças para impedir que as favelas fossem crescendo e se multiplicando por toda a cidade”³¹¹. Por fim, ainda se faz uma constatação: “está provado que as mudanças violentas e drásticas, as tentativas de expulsão em massa das populações dos morros além de constituírem uma estupidez, não obterão o menor êxito e virão pelo contrário, agravar ainda mais a questão”³¹².

Nesse sentido, identifico que a reportagem, ao destacar que medidas de “mudanças violentas e drásticas” não são apenas inadequadas como agravam a situação, estaria reforçando o papel que o *Última Hora* pretende construir discursivamente, isto é, de instituição defensora das classes populares, estreitando seus laços com seu público leitor. Além disto, nestas passagens, identifica-se, também, a atribuição da responsabilidade pela origem, manutenção e aumento das *favelas* nos poderes públicos municipais, que “até hoje” ficaram de braços cruzados.

A campanha contra a Prefeitura, nesta questão, focou-se essencialmente entre o segundo semestre de 1951 e o fim do ano de 1952, período no qual o governo da cidade ficou a cargo do engenheiro João Carlos Vital (1951-1952). A *Coluna da Cidade* chegou mesmo a sugerir implicitamente a queda do prefeito, quando o jornal afirmou que Vital “é um grande funcionário, sem a menor sombra de dúvida. Mas a cidade pede também as qualidades de um

³⁰⁸ Os poderes públicos referem-se a todos os poderes que são próprios do Estado, isto é, o Legislativo; Judiciário e Executivo, tanto nos níveis municipais quanto federais. No caso da cidade do Rio de Janeiro, considerei os poderes públicos federais como elementos internos à cidade pelo fato desta ser a Capital Federal do país e como Capital os poderes públicos estaduais não tinham jurisdição em seu território.

³⁰⁹ “Falta Absoluta de assistência social nas favelas e nos parques proletários”, *Última Hora*, 07 de julho de 1952, reportagem de Carmem Nicias Lemoine.

³¹⁰ “Invasão dos morros e da planície pelos casebres e barracões”, *Última Hora*, 12 de março de 1952, p.5, 2ª seção, reportagem de Fagundes de Menezes.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*.

estadista. E aí reside toda a questão”³¹³, ou seja, a política deve ser feita por políticos e não por técnicos, lembrando que Vital pertencia ao segundo grupo.

A linha inicialmente defendida em muitas reportagens e colunas de *Última Hora* poderia ser compreendida a partir da ligação do jornal com o presidente Getúlio Vargas e, nesse sentido, culpar a administração municipal seria uma forma de desviar um pouco as críticas da gestão do Presidente. A importância de demarcar que até agora nada foi feito, ao contrário, indicaria a intenção de colocar o foco em Vargas como aquele que auxiliaria na resolução do “problema”, até então sem solução. Entretanto, devemos considerar o seguinte: o prefeito do Distrito Federal, no período estudado, não era eleito, mas indicado pelo presidente da República, ou seja, é uma pessoa de confiança do chefe do Executivo Federal³¹⁴. Logo, como explicar as críticas do *UH* exatamente contra um prefeito indicado por Vargas?

Como hipótese, interpreto as tomadas de posição da *UH* de forma semelhante ao que ocorreu com Danton Coelho, presidente do PTB à época, articulador da campanha eleitoral de Vargas e que foi o primeiro a ocupar a pasta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de seu governo (31 de janeiro a 05 de setembro de 1951). Samuel Wainer, utilizando as páginas de *Última Hora*, também fez pesada campanha contra Coelho quando este era ministro, porque, segundo narra Wainer em sua autobiografia, tanto o presidente, quanto o jornalista estavam profundamente insatisfeitos com a atuação do líder do PTB em um Ministério chave para as pretensões políticas de Getúlio. Assim, evitando a queda de um homem tão importante do partido por um ato do presidente, a opção escolhida – da qual Wainer assume a responsabilidade e iniciativa – foi o desgaste público do ministro, até a sua queda em setembro de 1951³¹⁵.

No que se refere ao então prefeito do Distrito Federal, João Carlos Vital, a informação que dispomos sobre o seu possível desgaste político está no projeto de lei tributária que

³¹³ “No cipóal”, *Última Hora*, 25 de setembro de 1951, p.2, 1º caderno, *Coluna da Cidade*.

³¹⁴ Durante o Segundo Governo Vargas, o Distrito Federal teve os seguintes prefeitos: Ângelo Mendes de Moraes, militar indicado pelo governo Dutra e que ficou no cargo até 24 de abril de 1951, João Carlos Vital (24 de abril de 1951 a 12 de dezembro de 1952), engenheiro e indicado por Vargas, e Dulcídio do Espírito Santo Cardoso (12 de dezembro de 1952 a 4 de setembro de 1954), militar igualmente indicado por Vargas e que saiu da Prefeitura logo após o suicídio de Getúlio.

³¹⁵ Vale à pena ler toda a narrativa de Wainer: “Em pouco tempo, eu me tornara mais importante junto a Getúlio do que qualquer ministro de Estado. Minha sintonia com Vargas era tão completa que nem precisávamos ser explícitos para nos entendermos a respeito de certos assuntos. Foi assim no episódio da queda do ministro do Trabalho, Danton Coelho. Era uma excelente figura, um homem de bem, mas ineficaz. Passava dias inteiros no Jockey Club, alheio ao que ocorria num ministério que era seguramente o mais importante de todo o governo. Decidi derrubá-lo, interessado em preservar a imagem do governo e também convencido de que seria muito melhor para Vargas substituir Danton. Procurei o presidente para dizer-lhe que o governo estava perdendo popularidade em consequência do mau desempenho do ministro do Trabalho. Getúlio apenas ouvia. Disse-lhe também que meu jornal tinha compromissos com a figura do presidente, mas não com todos os seus ministros. Comuniquei, enfim, que pretendia atacar duramente Danton Coelho. No fundo, ele desejava livrar-se de Danton. No dia seguinte, publiquei um editorial com o título “O Grande Irresponsável”, dizendo horrores do ministro do Trabalho. Poucas horas depois, Danton Coelho demitiu-se do cargo” (WAINER, 1993, p. 150-151).

apresentou ao Legislativo Municipal e que gerou um forte conflito com a Câmara, inclusive com os vereadores petebistas (DHBB, 2001, s/p). Sendo Vital um engenheiro de conhecida competência e auxiliar de Vargas de longa data, interpreto que a estratégia de Vargas/Wainer foi, novamente, a de promover o desgaste público do prefeito para, depois, substituí-lo. Deve-se considerar, porém, que se trata de uma conjectura, pois, não é possível, com as fontes disponíveis, ter maior certeza sobre este processo e mesmo determinar se, caso se aceite que esta estratégia foi adotada, a iniciativa foi de Getúlio ou de Wainer, como no caso de Coelho. Wainer não dá nenhuma informação sobre a sua relação com João Vital em sua autobiografia

De qualquer maneira, para o *Última Hora*, não são apenas os poderes públicos municipais os culpados pela existência das *favelas*. Como lemos no jornal, “várias autarquias, a própria União tem também, as suas sórdidas favelas”³¹⁶, pois, grileiros e Instituições “respeitáveis” como a Sana Casa de Misericórdia e a Venerável Terceira dos Mínimos de São Francisco são proprietários de casebres, na Capital Federal³¹⁷. Destes, muitos não recebem nada, mas “algumas organizações, todavia, como a secular Santa Casa de Misericórdia, passam recibo de 25 cruzeiros pelo aluguel de um barraco”³¹⁸. O texto de reportagem de Edmar Morel, com o título bem sugestivo “Dinheiro chorado das favelas”, ainda reforça que os domínios da Santa Casa de Misericórdia ficam no final da Rua Santa Alexandrina e as centenas e centenas de casebres “da Venerável Ordem dos Mínimos de São Francisco de Paula, uma das mais ricas entidades religiosas do Brasil” ficam em Catumbi, em terrenos atrás do cemitério³¹⁹.

Não deixa de ser interessante que o jornal *UH* divulgue que ordens religiosas e instituições ligadas à Igreja Católica estejam envolvidas com a manutenção de algumas *favelas* no Rio de Janeiro. Neste sentido, não é de se estranhar a constatação que dentre os três periódicos analisados, o jornal de Wainer é que menos dá visibilidade às ações da Fundação Leão XIII, praticamente não abre espaço em suas páginas para essa Instituição. Ainda mais, quando se refere a ela é de forma bastante crítica, acentuando os pontos negativos da atuação da FLXIII, indicando uma postura de deslegitimação das ações da referida Instituição³²⁰.

³¹⁶ “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

³¹⁷ “Os Ministérios da Fazenda e da Educação receberam alugueres de miseráveis casebres do ‘Esqueleto’”, *Última Hora*, 14 de setembro de 1951, p.3, 2º caderno, reportagem de Edmar Morel.

³¹⁸ “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

³¹⁹ *Ibidem*.

³²⁰ Ver: “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, reportagem Edmar Morel; “Está se vendo...”, *Ultima Hora*, 28 de julho de 1951, p.4; “Pânico das famílias com a derrubada do morro”, *Ultima Hora*, 09 de setembro de 1954, p.4 segundo caderno.

Como hipótese, pode-se pensar que os argumentos de *Última Hora* estão associados à posição que o jornal quer assumir, ou seja, colocando-se como protetor dos chamados *favelados*. Neste caso, poderia estar identificando na Igreja Católica, mais especificamente nas referidas instituições, agentes concorrentes, pois, tanto a proposta católica quanto a do jornal de Wainer era de buscar a condição de defensores deste “universo dos pobres”. Haveria, assim, nos termos de Bourdieu, um potencial conflito “estrutural” entre os dois agentes dos *campos* distintos, que se refletiria na luta pelo estabelecimento do discurso mais legítimo sobre e a favor dessa população “carente”. Por isso, o *Última Hora*, ao difundir que “as referidas organizações constroem arranha-céus em Copacabana e edifícios suntuosos em busca de melhores rendimentos para seus capitais, deixando centenas de favelados na miséria”, procura deslegitimar estes agentes e conseqüentemente a sua fala frente aos ditos *favelados*.

O tema da associação entre as chamadas *favelas* e o Estado não fica restrito às páginas de *Última Hora*. Essa perspectiva também é encontrada no *Correio*, especialmente em suas reportagens, onde um texto destaca que a origem e, principalmente, o aumento dessas áreas habitacionais são decorrentes da ausência de fiscalização³²¹, já outro texto enfatiza a falta de vigilância em terrenos devolutos e em construções paralisadas³²². Por isso, argumenta-se em outra reportagem que pela ausência de policiamento preventivo, “quem desejar construir um barraco basta comprar a madeira e transporta-la para o local desejado e trabalhar à vontade, a qualquer hora do dia ou da noite, que ninguém o impedirá”³²³. Sendo assim, salienta outro texto de reportagem: “por diversas vezes **temos, daqui**, lamentado o abandono a que a Prefeitura relegou o complexo problema das favelas e favelados”³²⁴. Perspectivas reforçadas nos textos editoriais, onde se destaca que “a complexidade do fenômeno do favelamento (...) se deve, sem dúvida, às demoras e hesitações das autoridades em enfrentá-lo”³²⁵.

Nestes trechos, além da construção da administração pública – implicitamente a municipal - como uma das grandes culpadas pelo intenso incremento das áreas denominadas *favelas*, observa-se o fortalecimento da posição que este jornal está procurando ocupar no debate público, isto é, como intermediador das demandas da sociedade diante do Estado. Mas, diferente de *Última Hora*, mais uma vez o *Correio* não se constrói como defensor dos chamados *favelados*, mas sim daqueles que podem se sentir prejudicados com o aumento dessas áreas.

³²¹ “Favela no Jardim de Allah”, *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1952, p. 3, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³²² “Novas favelas em perspectiva”, *Correio da Manhã*, 23 de maio de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³²³ “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³²⁴ “Surgem duas novas favelas no perímetro urbano da cidade”, *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1954, p.5, 1º caderno, reportagem de *Gerico*.

³²⁵ “A campanha das favelas”, *Correio da Manhã*, 06 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

Alguns textos do *JB*, por sua vez, apresentam muitas convergências com os outros dois periódicos, mas, outros não tanto. Em diversos editoriais, encontra-se uma visão muito crítica às diversas providências tomadas pelos poderes públicos tanto municipais, quanto federais que visavam resolver a questão. Para um editorial do *JB*, “o próprio remédio oficial contra as favelas” serviu para aumentá-las, pois se espalhou a notícia que o Governo Federal e o Governo Municipal “estavam empenhados em bem alojar os favelados”. Já haviam, inclusive, desapropriado “terrenos que passariam, de fato, senão de direito, aos donos dos casebres”, como, também, estariam “providenciando a construção de casas populares em grande número”. Todas estas medidas tiveram como consequência, segundo o jornal, “aumentar o número dos que demandam o Rio de Janeiro vindo de todas as regiões do país. E o resultado aí está: o aumento sensível das favelas”³²⁶.

Nesta linha de argumentação, outro editorial considera que a notícia da construção de “milhares e milhares” de casas populares e “apartamentos para favelados constitui como que um chamariz para que venham levas do interior, esperançosas de conseguir uma dessas habitações”. O que torna o problema praticamente insolúvel, pois “o número de favelados continuará sendo sempre o mesmo, senão maior”³²⁷. No fim das contas – conclui-se em outro editorial -, “o resultado aí está: em vez da diminuição das ‘favelas’, promessas oficiais, contendo em maior ou menor quantidade o tempero demagógico e as rodovias construídas estão concorrendo de maneira perigosa para que o problema se agrave”³²⁸.

Mais um elemento fortemente criticado - em novo editorial e já mencionado - são as desapropriações efetuadas pelo Governo Municipal e Federal, pois o “próprio Estado, usando dos dinheiros públicos, já chegou ou está chegando ao extremo de indenizar aos donos de terrenos, de posse garantida por sentença judiciária, para que os moradores de favelas não sejam incomodados”³²⁹. Assim, outro editorial exemplifica: ao ressarcir financeiramente o proprietário do morro do Jacarezinho, os poderes públicos contribuem para “animar os especuladores que constroem casebres”³³⁰. Assim, conclui-se em outro texto: sendo “o problema tratado mais **pelo sentimento** do que pela razão, aos poucos, sem os inquéritos e observações indispensáveis, está ficando cada vez mais complicado e, conseqüentemente, agravando-se de muito a respectiva solução”³³¹.

³²⁶ “O aumento das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³²⁷ “O problema das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 02 de setembro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³²⁸ “O Aumento das favelas...”, *Jornal do Brasil*, 05 de janeiro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³²⁹ “Assistência aos imigrantes nordestinos”, *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³³⁰ “As Favelas”, *Jornal do Brasil*, 05 de setembro de 1953, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³³¹ “O aumento das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 20 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

Desta forma, entre todas as posições dos periódicos analisados, o *Jornal do Brasil*, a partir de seus textos editoriais, é quem apresenta a visão mais crítica dos poderes públicos, não os culpando simplesmente por “ficarem de braços cruzados”, mas, defendendo que as medidas adotadas no intuito de solucionar a questão das áreas classificadas como *favelas* acabaram piorando a situação. Ainda mais, é bem contundente ao afirmar que até o momento a situação não foi resolvida, pois foi tratada “mais pelo sentimento do que pela razão”. Nesse sentido, percebe-se que o discurso mais preocupado com a situação dos chamados *favelados* começa a ser posto de lado, e a sua ligação com a Igreja Católica parece não ser forte o suficiente para impedir que o *JB* assuma e difunda essa posição tão severa. Ou seja, aqui surgem importantes dúvidas sobre esta tomada de posição do jornal, na qual o discurso mais “solidário” com os considerados *favelados* desaparece quase que totalmente. Essa questão explicaria a pouca visibilidade que o *Jornal do Brasil* dá as ações da Fundação Leão XIII, possivelmente por compreender que as intervenções desta instituição nas *favelas* mais agravariam a situação, isto é, poderiam servir de “chamariz” e aumentar essas áreas habitacionais.

Em síntese, existe uma convergência entre os três diários na eleição da questão do déficit habitacional, especialmente para as camadas populares, como uma das causas das chamadas *favelas* tanto de sua origem, quando manutenção e aumento. Outra sintonia encontra-se na identificação dos poderes públicos como culpados pela existência e proliferação destas áreas de habitação. Entretanto, percebe-se que as possíveis motivações que levaram os jornais a essa argumentação são distintas: o *UH* busca reforçar a sua posição de “defensor dos favelados”, bem como retirar a responsabilidade de Vargas, ao mesmo tempo em que o constrói como o agente que poderá tomar as providências para resolver a situação. Já o *CM* também reforça sua posição de intermediador entre sociedade e Estado, mas não em prol dos *favelados* e sim de todos que veem na *favela* um grande perigo. Por fim, com argumentos que impressionam pela dureza, o *JB* deixa de lado o discurso mais preocupado com os referidos *favelados* para assumir uma posição bem crítica, condenando muitas medidas dos poderes públicos por terem sido guiadas pelo “sentimentalismo” e não pela razão.

Por fim, percebe-se mais proximidades e afastamentos com os pontos de vista das demais áreas de saber que discutem e agem sobre o tema. Todos os jornais apresentam críticas e buscam distanciamento do poder público municipal, mesmo no caso do *UH*. Este impresso, por sinal, é o que mais se aproxima daquilo que era pregado, neste momento, pelo Serviço Social e entra diretamente em choque com as instituições ligadas à Igreja Católica. O *JB*, curiosamente, afasta-se muito do discurso católico e, fundamentalmente, da assistência social, ao condenar qualquer proposta de melhoria das condições de vida dos chamados *favelados*. O

CM, porém, parece manter uma linha de ação própria e até dá destaque às propostas de urbanistas ligados ao poder público federal, sem que se possa, contudo, afirmar que realmente endosse suas ideias.

4.1.2 Causas das *favelas* ligadas a fatores externos

Todos os jornais tiveram textos publicados em que se aborda a origem e/ou aumento das chamadas *favelas* a partir de causas externas à cidade e, neste caso, destaca-se o *Correio da Manhã*, impresso que mais destaque deu às razões externas do que para as internas no processo em discussão. Já no que se refere ao teor dos textos, um elemento se distingue: as migrações para o Rio de Janeiro, vistas como fator importante, especialmente para o aumento das referidas áreas de habitação.

Lemos em uma reportagem do *UH* que é “da cidade do interior, de onde sai o habitante da favela”³³². Mesma perspectiva da coluna *Fatos e Problemas no Mundo dos Negócios* que aponta as migrações do interior para as grandes cidades como elemento formador dessas áreas habitacionais³³³. Assim como, para a *Coluna da Cidade*, “dos Estados vem cada vez mais gente”, que, por não ter onde morar, “se instala pelos terrenos e morros, aumentando as favelas”³³⁴. Nesta coluna, aparece ainda a opinião de que são as migrações para o Rio que geram a escassez de moradias e, por consequência, o aumento das ditas *favelas*, “tornando cada dia mais difícil melhorar as condições de vida dos favelados”³³⁵. Continua a coluna, apontando que é

este o panorama. Dentro deles se debatem, tanto o prefeito Vital, quanto os seus governados. **O dever de um jornal que defende os interesses populares é numa hora dessas o de oferecer uma ajuda a ambos repetindo ao primeiro os maiores anseios de todos os outros**, - os maiores interessados na solução de todas as sérias questões em que a cidade se debate, tanto mais graves, quanto de natureza mais elementar na existência quotidiana³³⁶.

Torna-se oportuna a citação deste trecho, visto que existe o reforço do papel institucional que o *Última Hora* se apregoa, ou seja, de agente defensor dos interesses populares, numa posição de intermediador entre o Estado, representado aqui pela figura do prefeito Vital, e a sociedade, neste caso, a parte da sociedade que sofre com a escassez de moradias, especificamente os classificados como *favelados*. Entretanto, *UH* demonstra pouca ênfase nessa

³³² “Uma cidade sem a visão humilhante das favelas”, *Última Hora*, 08 de março de 1952, p.4, reportagem de Fagundes Varela.

³³³ “Os números falam: vale mais viver no interior que na cidade”, *Última Hora*, 15 de maio de 1954, p.4, 1ª seção, coluna “Fatos e Problemas no Mundo dos negócios”, por Daniel Caetano.

³³⁴ Sem título, *Última Hora*, 31 de julho de 1951, *Coluna da Cidade*.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ Sem título, *Última Hora*, 31 de julho de 1951, *Coluna da Cidade*.

análise das migrações como elemento formador e ampliador das *favelas*, aparecendo em apenas 3 textos do total de 44.

Posição distinta é assumida pela reportagem do *Gerico*, no *Correio*, onde se lê que as migrações ocorrem pelos “brasileiros atraídos pelas coisas fabulosas que se dizem das grandes cidades”, onde “ganhava-se ‘rios’ de dinheiro e tudo era fácil”³³⁷. Assim, constata-se em outra reportagem que, “a constante leva de retirantes que constantemente chegam ao Rio, **como temos repetidamente frisado**, é a causa do aumento ininterrupto das favelas existentes em todas as partes da cidade”³³⁸. Trechos importantes, pois, além de reforçarem a perspectiva de que as migrações internas ampliam as chamadas *favelas*, permite-nos perceber, pela utilização da expressão “como temos repetidamente frisado”, que esta é uma pauta recorrente nas páginas do *CM*.

Não é por acaso que tais ideias convergem com a posição assumida pelo diário em um editorial, onde se afirma que as migrações internas decorrem “principalmente, da estagnação econômica em que permanece a maior parte das unidades da Federação, cujas condições de trabalho e cujo volume de produção aumentam em proporção inferior ao aumento vegetativo das populações locais”³³⁹. Com isso, “forçados a abandonar sua terra de origem, as populações sofrem, imediatamente, a atração dos centros urbanos, e se dirigem para Rio ou São Paulo, na ilusão de encontrar vida fácil”. Entretanto, estas cidades “não aumentam sua capacidade econômica num ritmo correspondente ao da imigração. Surgem, então, o desemprego e a escassez de gêneros, habitações, utilidades”³⁴⁰ e, como consequência, o aumento das chamadas *favelas*. Explicação corroborada a partir da utilização de dados da Fundação Getúlio Vargas sobre o número de moradores classificados como *favelados* e de pessoas sem ocupação definida no Rio de Janeiro, que, segundo o editorial, seriam “mais ou menos igual ao número de pessoas que imigraram de outros Estados para esta cidade no último decênio”³⁴¹.

Observa-se nos textos de reportagem e no editorial do *Correio* uma análise mais profunda da questão, não se detendo apenas nas migrações em si e suas consequências, mas principalmente nos elementos que desencadeiam tais deslocamentos. Demonstra, assim, uma preocupação em apontar que as migrações também são causadas por fatores de repulsão e não

³³⁷ “Duzentos mil brasileiros entregues à própria sorte...”, *Correio da Manhã*, 25 de novembro de 1951, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³³⁸ “Surge nova favela em Copacabana, na Rua Rodolfo Dantas”, *Correio da Manhã*, 15 de novembro de 1953, p.5, 4º caderno, reportagem do *Gerico*.

³³⁹ “Migrações internas”, *Correio da Manhã*, 22 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ “Migrações internas”, *Correio da Manhã*, 22 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

apenas pelo fator atração³⁴². Ainda mais, o *CM* busca fundamentar sua argumentação em dados provenientes de uma instituição reconhecida, o que lhe daria maior legitimidade de fala. E, desta forma, com base nos números oficiais, identifica nas migrações um elemento negativo, tendo em vista a incapacidade econômica das grandes cidades em absorver tal contingente, o que em última análise acaba por gerar o aumento das zonas denominadas *favelas*. Cabe, por fim, salientar o foco em fatores estruturais para explicar o fenômeno, argumento que, em última instância, como se frisou, dirime o efeito das medidas mais pontuais defendidas pela assistência social e pelas instituições ligadas a Igreja Católica.

Os textos publicados pelo *Jornal do Brasil* não destoam dos escritos difundidos pelos outros dois periódicos. Em um artigo assinado por L.S. (possivelmente um pseudônimo), lê-se que “o grande mal do Distrito Federal está nas suas populações adventícias. Os trabalhadores que vêm, com suas famílias, dos Estados para a Capital da República, em busca de trabalho, criam problemas de difícil solução, e um deles é o da habitação”, sendo “por isso que as favelas se multiplicam”³⁴³.

Entretanto, encontra-se, tanto nos textos considerados propriamente de opinião como nos artigos, um fator novo que estimula os deslocamentos, isto é, a construção de rodovias, especialmente a Rio-Bahia, que está “funcionando como um magnífico funil da população do Norte”³⁴⁴. Assim, reforça outro editorial, “uma multidão de caminhões passou a explorar a ânsia cada vez maior das populações do interior do país”, onde chegam as notícias de que no Rio “há muito em que ganhar dinheiro e o Governo dá casa para morar”³⁴⁵. Nesse sentido, “a estrada Rio-Bahia apresenta o aspecto bíblico das migrações tão citadas e tão descritas nos livros sagrados, em busca da terra da promessa”³⁴⁶. Novamente, encontra-se a ideia de que as migrações ocorrem em função da busca de uma vida melhor por parte de quem se desloca, mas que acaba gerando um grande problema nos grandes centros urbanos. Mas diferente do *CM*, neste momento, nas páginas do *JB* é perceptível uma significativa preocupação em apontar os fatores de atração como elementos desencadeadores das migrações.

³⁴² Existem dois fatores básicos que leva a população migrar: os fatores de atração e de repulsão. “Os fatores de atração estão ligados ao potencial ou poder de atração exercido pelas características da localidade de destino, gerando no pensamento dos indivíduos a ideia de que a vida em tal localidade seria melhor, mais fácil ou de maior qualidade. São esses fatores que determinam a orientação desses fluxos e as áreas às quais eles se destinam”. Já “os fatores de repulsão estão relacionados ao local de origem e são formados por um grupo de acontecimentos ou características dominantes nesta localidade que tornam a vida mais difícil, repelindo a população, ou seja, conduzindo-a à decisão de migrar. Estes fatores definem as áreas de origem dos movimentos migratórios”. (LISBOA, 2008, p.89)

³⁴³ “Problemas do Distrito Federal”, *Jornal do Brasil*, 17 de outubro de 1952, p.6, 1º caderno, artigo de L. S..

³⁴⁴ “A situação do Brasil”, *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁴⁵ “O Aumento das favelas...”, *Jornal do Brasil*, 05 de janeiro de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁴⁶ *Ibidem*.

Mesmo com diferenças importantes, constata-se que nos textos criados e/ou difundidos pelos três jornais as migrações para o Rio de Janeiro são consideradas um elemento importante para a ampliação das áreas denominadas *favelas*. O que nos leva a questionar: será que todos os tipos de deslocamentos têm a mesma relevância no incremento dessas zonas? Não seria possível que algum tipo de transferência foi considerada como mais nociva do que os demais?

Questões que nos levam a outro ponto levantado como causador das chamadas *favelas*: o êxodo rural. Semelhante ao que acontece com o tema das migrações, a questão do êxodo rural recebe pouca ênfase do jornal de Samuel Wainer. Em reportagem de Fagundes de Menezes³⁴⁷, afirma-se que “a população das favelas se compõe de grupos que podem ser assim classificados: homens e mulheres procedentes das zonas rurais que se sentem desajustados na cidade e vão se abrigar nos morros”³⁴⁸. Bem como, em outra matéria, agora de Edmar Morel, identifica-se que

a sempre crescente **população operária** do Rio, e, sobretudo, a vinda **de populações que abandonam o campo em busca de um melhor salário na capital**, agrava dia a dia o **problema da favela**, cercado da contingência de extremo pauperismo e que força a proliferação de casebres por todos os recantos do Rio³⁴⁹.

No material coletado do *UH*, foram apenas essas duas referências encontradas sobre a visão da origem rural dos moradores das chamadas *favelas*. Mas, o mais sintomático, se comparado aos textos publicados pelos demais jornais, é que não se identifica a expressão “êxodo rural”. Silêncio que não podemos pensar como mero acaso e sim como uma espécie de autocensura sobre um tema complicado para o periódico de Wainer, como veremos depois.

Já o *Correio da Manhã* é bem mais explícito ao tratar do assunto. Em um editorial deste impresso, lê-se que “o favelamento tem a sua principal origem no êxodo rural”³⁵⁰. Para outro editorial, dizer que as referidas *favelas* crescem com o êxodo dos campos seria o mesmo que afirmar que “cada homem que abandona o campo e vem para a cidade duplica o problema, passa a ser um produtor a menos no campo e um consumidor a mais na cidade. E de um a um, com as respectivas famílias, vai crescendo a população das favelas”³⁵¹. Percebe-se um posicionamento bem negativo frente ao êxodo rural, pois este tem um duplo efeito: primeiro, retira a mão de obra do campo diminuindo a produção neste setor e, segundo, torna esse “não

³⁴⁷ Fagundes de Menezes colaborou no primeiro ano da Última Hora, entre agosto de 1951 e abril de 1952, publicou entorno de 20 reportagens exclusivas para este jornal.

³⁴⁸ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

³⁴⁹ “A 10 minutos da Avenida 5 mil pessoas vegetam num monturo de lixo”, *Última Hora*, 26 de junho de 1951, p.12, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

³⁵⁰ “O plano das favelas”, *Correio da Manhã*, 28 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

³⁵¹ “Urbanismo e favelas”, *Correio da Manhã*, 25 de janeiro de 1953, p.4, 1ª caderno, editorial menor.

produtor” de alimentos em consumidor na cidade, ampliando o custo de vida não apenas dele, mas da população em geral.

Essa postura crítica também é encontrada nos textos de reportagem do *Gerico*, onde se lê que “a favela é uma consequência dolorosa da época. As dificuldades que atravessamos, particularmente no interior do país, são os responsáveis diretos pelo movimento das pessoas menos favorecidas da fortuna que vem para a cidade na ilusão de uma vida melhor”³⁵². Como agravante, salienta outro texto, tem-se “a falta de assistência ao nosso trabalhador rural, o custo de vida a elevar-se dia a dia, aliados aos altos salários aparentemente pagos nas grandes cidades”, elementos que “trazem, diariamente, levas de trabalhadores”³⁵³ que passam a residir nas *favelas*.

Segundo outra reportagem do *Gerico*,

Tudo isso é consequência da situação de dificuldades que atravessa o país e que acarreta a retirada de **imensas levas de trabalhadores rurais** que se deslocam, em massa contínua, em direção aos grandes centros atraídos pela **miragem dos ordenados altos**. Deslocados, enganados, sem ter onde residir na cidade grande, desiludidos a respeito do fabuloso ordenado que receberiam, na realidade insuficiente para as suas necessidades mais imediatas, **os trabalhadores são levados a residir nas favelas**. Onde quer que possa construir um barraco para residir, quando tem família, ali eles se instalam. E, assim, as favelas atuais, do mesmo modo que as antigas vão progressivamente crescendo³⁵⁴.

Em suma, identifica-se nas reportagens do *Gerico* uma preocupação em evidenciar alguns dos motivos que levam ao êxodo rural, especialmente, as dificuldades por que passam os trabalhadores do campo. Assim, o processo de “favelização” é colocando em um movimento mais amplo, construindo a noção de que todo o país está passando por sérios problemas, sendo as referidas *favelas* um reflexo desta situação. Representação com graves implicações, uma vez que a formação de uma percepção de crise pode legitimar diversas ações que não seriam aceitas em períodos tranquilidade.

No *Jornal do Brasil*, a associação entre o êxodo rural e a ampliação das *favelas* é feita principalmente nos artigos. Para o articulista A. Porto da Silveira, o êxodo rural é causado pelas gritantes diferenças entre a vida no campo e a vida na cidade. Dessa forma, o sertanejo sem resguardo e ganhando diárias miseráveis “começou a ouvir falar em amparo e direitos dos trabalhadores urbanos”, motivando-o a migrar para a cidade em busca desses direitos e

³⁵² “Favela no Jardim de Allah”, *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1952, p. 3, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

³⁵³ “Favelado, esse pobre esquecido...”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1951, p.1, 3º caderno, reportagem de *Gerico*.

³⁵⁴ “Crescem assustadoramente as favelas da cidade”, *Correio da Manhã*, 08 de novembro de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

auxílios³⁵⁵. Até o crítico literário do *JB*, Joaquim Thomaz³⁵⁶, concorda que “o abandono dos campos pela cidade é sem dúvida um dos nossos mais graves problemas”, pois para o camponês “a cidade é o Eldorado. Daí esse êxodo constante da região natal, o descontentamento oriundo da desilusão e o surgimento das favelas”³⁵⁷.

A questão das diferenças entre campo e cidade, que já foi mencionada por texto no *Correio* é, novamente, retomada na coluna *Comentário* do *JB*, assinada por J. G. Salles³⁵⁸, onde se lê:

O problema das favelas é um problema de profundidade. Exige estudos acurados e estão intimamente ligados a situação nacional de tal forma que vamos encontrar **parte das suas raízes na falta de amparo ao homem dos campos, na falta de escolas, enfim, na falta de assistência médico-social à classe de homens desprotegidos dos interiores** que labutam de sol a sol sem vislumbrar possibilidades de melhora. Daí o êxodo³⁵⁹.

A perspectiva acima é compartilhada pelos editoriais do *JB* que destacam o “desnívelamento existente entre as cidades e o campo, onde a gente que trabalha não tem o mínimo indispensável para as necessidades mais prementes”, elemento que gera “a formação ininterrupta das ‘favelas’ por toda parte”³⁶⁰. Nessas circunstâncias, seria lícita a indagação do articulista Brasília Machado Neto: “se vivem abandonados, se lhes faltam recursos e estímulo, se os homens públicos se contentam com a administração de fachada, que fazer senão abandonar a roça, que só encerra doçuras nas loas dos poetas em férias?”³⁶¹.

Observa-se uma boa fluência de ideias entre os diversos textos publicados pelo *JB*, onde a principal preocupação encontra-se no “desnívelamento entre a vida no campo e na cidade”, especialmente nos diversos direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos se comparado ao “desamparo” em que se encontra o trabalhador rural. Dentre os três periódicos analisados, o *Jornal do Brasil* é o que mais difunde textos que demonstram preocupação com a situação dos trabalhadores do campo, não sendo exagero afirmar que este jornal tornou a questão da melhoria nas condições de trabalho e de vida no meio rural uma de suas bandeiras de luta. Resta tentar interpretar esta fala, de certa forma destoante na imprensa carioca, notadamente voltada para temas urbanos. Talvez seja uma aproximação com o discurso de solidariedade cristã, mas cuja

³⁵⁵ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

³⁵⁶ Joaquim Thomaz renomado crítico literário, assinava a coluna *Registro Literário* do *JB* desde 1948.

³⁵⁷ “Registro Literário”, *Jornal do Brasil*, 11 de março de 1953, p.6, 1º caderno, artigo de Joaquim Thomaz.

³⁵⁸ Coluna *Comentário* tratava de assuntos diversos, ocupava o canto superior direito da página 6, do 1º caderno, sempre em domingos, mas não possuía um colunista fixo.

³⁵⁹ “Desapropriação das favelas”, *Jornal do Brasil*, 09 de julho de 1954, p.6, 1º caderno, coluna *Comentário*, assinada por J. G. Salles.

³⁶⁰ “O Problema da Alimentação”, *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁶¹ “Emprego público e desruralização”, *Jornal do Brasil*, 30 de dezembro de 1954, p.5, 1º caderno artigo de Brasília Machado Neto.

veracidade não temos condições de verificar no escopo desta dissertação a partir da base de dados e da bibliografia disponível. Igualmente pode ser seja um “eco” da tradicional condição do *JB* como “O popularíssimo”. De qualquer maneira, destoa da dureza com a qual este mesmo impresso tratou as pessoas classificadas como *faveladas* que chegavam ao Rio de Janeiro, para quem não desejava nenhum auxílio.

O êxodo rural, porém, não pode ser considerado de forma isolada, sem estar associado a fatores mais estruturais que o provoquem, como os textos nos próprios jornais apontaram, ao falarem de desequilíbrio campo cidade. Mas qual seria a causa de tais desequilíbrios?

Em uma reportagem (“Uma cidade sem a visão humilhante das favelas”) no *Última Hora*, encontramos uma verdadeira síntese dos elementos que causam as *favelas*, na opinião deste periódico:

São vários os fatores determinantes das favelas no Distrito Federal. A **industrialização da cidade**, que se vem processando com incrível rapidez, é um dos principais fatores. O afluxo de pessoas de todos os Estados, que geralmente não dispõem da menor proteção e para aqui imigraram às cegas, é outro fator. Temos também que catalogar, dentre as causas que vem dando origem a proliferação de favelas o crescimento vertical de bairros inteiros, obrigando os que prestam serviços domésticos e que em grande parte não podem residir nas casas onde trabalham, a morar nas imediações dessas casas. E o único recurso é o morro. Não podemos esquecer que, de todos, o fator mais importante é a falta de habitação acessível à bolsa do trabalhador”³⁶².

Neste trecho síntese, tem-se “catalogado” quatro elementos determinantes das *favelas*, o que acaba por mostrar um importante diálogo entre os diversos textos do jornal. O primeiro elemento citado como causador das *favelas*: a industrialização. Os demais fatores já foram abordados - os deslocamentos internos onde, novamente, percebe-se que o jornal não utiliza a expressão êxodo rural; e a questão da habitação, tanto o crescimento vertical do Rio, como a falta de habitações acessíveis ao trabalhador, sendo este último considerado “o fator mais importante de todos”. Esta foi uma das únicas vezes em que se identificou a associação entre industrialização e formação e/ou aumento das zonas denominadas como *favelas* no *Última Hora*. Assim, observa-se, como em casos anteriores, o quase silêncio do jornal sobre este assunto, mas, novamente, é um silêncio que não pode ser negligenciado, pelo contrário deve ser considerado como um indício sobre a forma de pensar do periódico, como veremos mais além.

Nas páginas do *Jornal do Brasil* e do *Correio da Manhã* seguidamente associa-se favela, êxodo rural e industrialização. Segundo A. Porto da Silveira, articulista do *JB*, o êxodo rural é

³⁶² “Uma cidade sem a visão humilhante das favelas”, *Última Hora*, 08 de março de 1952, p.4, reportagem de Fagundes Varela.

um “fenômeno observado em todo o mundo denominado comumente de civilizado, com o advento da era da industrialização”, pois, “os maiores salários oferecidos pelas indústrias sempre seduziram poderosamente o homem do campo”. Assim, aumentou-se a “população dos grandes centros fabris para onde foram atraídas até mesmo mulheres e crianças”, considerando-se este processo “um fenômeno normal durante o século XX em vários dos grandes países considerados progressistas”³⁶³.

Perspectiva semelhante pode ser encontrada em um editorial do *Correio*. Baseando-se em dados estatísticos retirados de um estudo da revista *Conjuntura Econômica*, o jornal destacou que, no último decênio, a população urbana cresceu 49% e a rural 18%, mas a taxa de nascimento nos campos é superior à dos centros urbanos, números que seriam explicados pelo êxodo rural. Dessa forma, conclui o editorial: “estariamos, agora, no ponto em que outros países já se encontraram, quando, como nós, se industrializavam. Esvaziavam-se os campos em benefício da indústria”³⁶⁴.

A partir desses trechos, é plausível pensar que, apesar de todas as consequências nocivas do êxodo rural, entre elas a formação e/ou ampliação das ditas *favelas*, este movimento não é percebido de forma tão negativa, uma vez que este processo ocorreu nos países já industrializados?

Para responder, vejamos a sequência da análise do colunista A. Porto da Silveira. Este argumenta que, nos países considerados progressistas, o êxodo rural foi “em parte compensado pela mecanização crescente do trabalho agrícola”. Assim, “não chegou a produzir um desequilíbrio realmente perigoso”. Entretanto, continua o artigo, em nosso país, “os resíduos da mentalidade escravocrata, a permanência do coronelismo no sertão, o isolamento do campo, praticamente divorciado da cidade produziram os lamentáveis resultados que a nossa incúria e displicência coonestaram”, especialmente agravando o “perigoso” problema de moradia³⁶⁵. Em outro artigo, agora de José Maria Bello³⁶⁶, lê-se que “a concentração das indústrias fabris a lutarem contra a escassez da água e da energia hidrelétrica, trouxe os arranha-céus”, mas também “o subproduto inevitável das favelas”³⁶⁷.

³⁶³ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

³⁶⁴ “Êxodo Cego”, *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1951, p.4, 1º caderno, editorial.

³⁶⁵ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

³⁶⁶ José Maria Bello cursou Faculdade de Direito no Rio de Janeiro, ao longo do curso teve diversos cargos públicos, nesse período passou a frequentar círculos jornalísticos e literários, iniciando o trabalho em jornais. Eleito deputado federal por Pernambuco em 1927 e senador pelo mesmo estado em 1930. Passou a ser colaborador do *Jornal do Brasil* a partir do final do ano de 1952, mas seus textos ganharam periodicidade de 3 a 5 publicações semanais desde setembro de 1953, podendo ser considerado como um colaborador com grande relevância para o jornal a partir de então.

³⁶⁷ “Sobre a cidade”, *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1954, p.5, 1º caderno, artigo de José Maria Bello.

Além de agravar o “perigoso” problema de moradia, em um editorial no *JB*, afirma-se que “uma vez nas cidades é certa a marcha para a indústria, mas certa, também, a diminuição das atividades no campo. Diminui o trabalho na lavoura e diminui a produção, mas cresce, cresce sempre, o custo da vida”³⁶⁸. Como já mencionado anteriormente, o *JB* é o jornal que mais difunde textos que expõem preocupação para com os trabalhadores rurais, construindo sua argumentação sob a forma uma reação em cadeia. Nesse sentido, na década de 1950, mesmo ao empreender uma campanha contra a carestia de vida nas cidades, sua linha de argumentação acabava por levar em direção às dificuldades e ao abandono a que foi “relegado o homem do campo pelos poderes públicos”.

No *Correio da Manhã*, encontramos uma posição ainda mais contundente. Quando, num editorial intitulado “Êxodo Cego”, este jornal transpõe a análise da relação entre êxodo rural e industrialização para o Brasil deixa clara a sua crítica ao afirmar que, no país, “esvaziam-se os campos em benefício das favelas”, pois “a indústria nem de longe está absorvendo os contingentes maciços que escoam do Nordeste”³⁶⁹. Baseando sua argumentação nos estudos efetuados sobre a “Evolução da Mão de Obra no Distrito Federal” e publicados pela revista *Conjuntura Econômica*, o mesmo editorial expõe, aos “que tudo querem explicar pelo surto industrial brasileiro”, a “falta de capacidade da indústria para absorver o excedente da mão-de-obra”. Dessa forma, a capital do país “faveliza-se a olhos vistos”³⁷⁰. Entretanto, segundo outro editorial, “ninguém, poderá pretender hoje em dia abrir mão da industrialização”³⁷¹, mas o que importa considerar quando se fala no Rio de Janeiro

é que a imigração de braços para a cidade não corresponde à possibilidade de seu aproveitamento. Há quase um milhão de almas a mais no Rio de Janeiro. Uma coisa, portanto, é o afluxo da mão-de-obra solicitada pela expansão industrial da cidade e outra a invasão da cidade por milhares de homens que aqui não poderão encontrar o que fazer³⁷².

Ainda mais, “a estrutura econômica do Rio de Janeiro progride em ritmo inferior ao da migração da mão de obra. Hoje, há meio milhão de desocupados. E a cidade sucumbirá sob o peso dessas bocas improdutivas ou sob as convulsões sociais dessa população marginal”³⁷³.

Esta “crise de estrutura” e sua relação com as *favelas*, aliás, é tema de outro editorial do jornal, onde encontramos um “linguajar” bem particular: “as favelas expressam a profunda crise de estrutura que atravessa nosso país. São a visibilidade, em termos de concentração humana,

³⁶⁸ “O Problema da Alimentação”, *Jornal do Brasil*, 07 de dezembro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁶⁹ “Êxodo Cego”, *Correio da Manhã*, 29 de dezembro de 1951, p.4, 1º caderno, editorial principal.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ “Cidade invadida”, *Correio da Manhã*, 04 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

³⁷² *Ibidem*.

³⁷³ “Cidade invadida”, *Correio da Manhã*, 04 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

de nosso terrível estado de **subdesenvolvimento**³⁷⁴. Estes trechos são interessantes, não apenas para indicar como, neste editorial, se busca submeter o tema da *favela* a uma visão mais estrutural, mas também pelos próprios termos em que a questão é colocada. Não devemos esquecer, como salienta Reginaldo Moraes, que *subdesenvolvimento* é um conceito novo, que surge no pós-guerra, como forma diferente e oposta à teoria liberal de entender a condição de países com baixo índice de desenvolvimento socioeconômico. Contrário à visão etapista, progressista e linear defendida pela ortodoxia econômica, países subdesenvolvidos eram definidos como aqueles que não conseguiam sair das condições de pobreza espontaneamente pelas forças livres do mercado, havendo necessidade de alguma forma de intervenção do Estado. Ideias pregadas no Brasil e na América Latina pelo pensamento Cepalino³⁷⁵.

Em outro editorial, publicado mais de um ano depois dos acima citados, temos, porém, uma posição diferente. Neste, afirma-se: “queria-se que o Brasil deixasse de ser um país de plantações para ser industrial. Acabou não sendo nem uma coisa, nem outra: não tem alimentos, nem matéria-prima para as suas indústrias”³⁷⁶. Na sequência, encontra-se a afirmativa de que o sr. Wenceslau Braz, presidente do Brasil entre 1914 e 1918, logo após o fim da Primeira Guerra Mundial “aconselhou ‘rumo aos campos’ e não cogitou de industrialização. Os campos não se despovoariam e não surgiriam as favelas”³⁷⁷.

Nessa citação, verifica-se uma ligação direta entre a industrialização e o surgimento das áreas denominadas como *favelas*, mas a riqueza desse editorial não está aí esgotada. Na continuação do texto, encontra-se uma tomada de posição favorável ao liberalismo, quando se lê que se deve “produzir o que sabemos produzir bom e barato e os outros povos não sabem; comprar deles o que não sabemos produzir bom e barato, e eles sabem. Esse princípio econômico não é de hoje. É do tempo do velho Adam Smith”³⁷⁸. Entretanto, segundo o editorial, abandonou-se o que seria um “comércio natural” também chamado de “livre-cambismo” em prol do protecionismo e o resulta aí se encontra:

³⁷⁴ “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

³⁷⁵ Conforme o autor, o “pensamento cepalino encara o subdesenvolvimento como algo estrutural, como um sistema em que centro e periferia coexistem e se determinam mutuamente. E, portanto, o caminho para o desenvolvimento não poderia ser pensado como sequência linear de etapas pelas quais teriam passado diferentes sociedades” (MORAES, 1995, p. 23). Entretanto, Moraes lembra que essa ideia está no pensamento econômico de autores anteriores à Cepal, como Ragnar Nurkse, economista e assessor das Nações Unidas, que já afirmava, desde os anos 1930, que as diferentes etapas da estrutura da produção mundial deixam de ser fases cronológicas para constituírem segmentos simultâneos, localizados em diferentes países. A partir desses elementos, Nurkse elabora a tese do “círculo vicioso da pobreza” (MORAES, 1995, p. 24).

³⁷⁶ “Sabedoria antiga”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1953, p.4, 1º caderno, editorial principal.

³⁷⁷ *Ibidem*.

³⁷⁸ *Ibidem*. Aqui é necessário cuidado, pois primeiro é citada a teoria das vantagens comparativas, formulada por David Ricardo e posteriormente aparece o nome de Adam Smith, a teoria defendida por este último é da especialização do trabalho, mesmo em nível internacional.

O **protecionismo** desviou para as cidades os homens que cultivavam a terra. Os governos instigaram e alimentaram o êxodo. País que vive da terra é país colonizado – foi a **ilusão nacionalista**. Importemos alimentos, mas fabriquemos locomotivas e navios – era a política. Plantar era falta de patriotismo. Foram castigados os que não compreenderam a evolução. Não foi esse o objetivo das comissões de preços?

País que não se industrializa é país escravizado. Podemos fabricar tudo o que importamos no estrangeiro. Continuemos, porém, a exportar o nosso café, porque jamais o estrangeiro poderá ‘fabricá-lo’.

Realmente foi isso o que fizemos. Estamos reduzidos ao café e a uma indústria que não pode trabalhar por falta de matéria-prima e de energia³⁷⁹.

Esse editorial demonstra uma complexidade analítica muito grande. Expressa um posicionamento muito crítico à industrialização brasileira, mas, acima de tudo, ao intervencionismo estatal via protecionismo e o que é chamado de “ilusão nacionalista”. Além disso, a relação entre a industrialização, as dificuldades da agricultura, o êxodo rural e as *favelas* é direta. Estaríamos diante de uma grande contradição de opinião dos editoriais do jornal sobre o tema? Defenderia o “*Correio*”, em última instância, o recuo no processo de industrialização para barrar o êxodo rural e o crescimento das *favelas*? Questões que a análise daquilo que este impresso difunde como solução deve nos ajudar a entender.

Resumindo este tópico, percebe-se um silêncio nas páginas do *Última Hora* sobre a possível ligação entre a industrialização e a causa das *favelas*, o que não pode ser negligenciado. Por seu turno, no *JB* defende-se que as migrações, em especial o êxodo rural, são decorrentes do desnivelamento entre campo e cidade, prejudicando este tanto o meio rural quanto o urbano, gerando e aumentando das zonas classificadas como *favelas*. Por fim, tem-se o posicionamento no *Correio da Manhã*, com textos que ressaltam a incapacidade da indústria brasileira em absorver o contingente de mão de obra migrante como grande elemento de causador da ampliação das *favelas*.

Como podemos interpretar estes diferentes pontos de vista em relação à origem das *favelas* e à industrialização? Elas seriam resultado de uma forma diferente de compreensão posicionamento frente a este processo? Em outras palavras, quando se difunde possíveis formas de resolver o “problema”, estas passariam, em algum momento, pelo apoio ou pela rejeição da industrialização acelerada do Brasil? A busca de resposta a estas questões nos remete ao tópico seguinte.

4.2 “Soluções”? - O que fazer em relação às *favelas*?

Analisado como os jornais caracterizam as áreas de habitação precária classificadas como *favela* em suas páginas e investigado aquilo que consideravam as suas causas, resta-nos, agora,

³⁷⁹ “Sabedoria antiga”, *Correio da Manhã*, 18 de março de 1953, p.4, 1º caderno, editorial principal.

avaliar quais as medidas que eram consideradas mais adequadas para resolver o “problema”. Salientando que a questão das possíveis soluções para as *favelas* é encontrada em 82, dos 160 textos publicados e que formam o *corpus* documental da pesquisa. Destes 82 textos: 27 são editoriais – divididos entre 3 principais do seu respectivo dia e 24 com menor destaque - 9 colunas não assinadas, 4 colunas assinadas, 13 artigos e 29 reportagens. Sendo que a distribuição pelos periódicos se dá da seguinte maneira: 30 pertencem ao *Correio da Manhã*; 23 ao *Jornal do Brasil* e 29 ao *Última Hora*, o que evidencia que o jornal de Wainer é o que cria e difunde mais textos que se dedicam a aprontar as possíveis soluções para o “problema”³⁸⁰. Para identificar o número de textos por jornais segundo o tipo (editorial, artigo, etc.) em cada eixo de solução, ver anexo U.

4.2.1 Consensos

Pode-se dizer que existe um consenso nos três periódicos de que é preciso tomar medidas com urgência em relação a estas zonas. Entretanto, todos também concordam que, até o momento, as soluções adotadas não surtiram efeito, sendo essa percepção mais recorrente nos textos no *Última Hora*, que, segundo nossa interpretação, busca deslegitimar as políticas anteriores ao Segundo Governo de Getúlio Vargas – notadamente do governo Dutra - e as ações de instituição como a católica Fundação Leão XIII, bem como as do prefeito do Rio de Janeiro, João Carlos Vital. Já nos demais jornais, além de ser salientada a ineficácia das medidas dos poderes públicos, ainda ocorre a defesa de que muitas delas pioraram a situação.

Nos três periódicos igualmente enfatiza-se a inexistência por parte dos administradores públicos de um “plano para as favelas”. Na coluna *Fala o Povo na Última Hora*, lemos que “até agora, indaga-se sem ouvir resposta: Há algum plano para a favela?”³⁸¹. De modo semelhante, num editorial do *Correio*, afirma-se: “por falta de planos e de verbas, tudo ficou nas intenções”³⁸². Já, em um editorial do *Jornal do Brasil*, lê-se que na Câmara dos Deputados, ocorre a “batalha das favelas” e não “pelas favelas”, devido a um “vivaz e acalorado duelo oratório entre alguns parlamentares” para “estabelecer qual dos dois últimos prefeitos se

³⁸⁰ Em termos percentuais significa dizer que 65% dos textos encontrados nas páginas de *Última Hora* fazem referência a possíveis soluções para as favelas. Já o *Correio* possui 46% dos textos que abordam a questão das soluções e o *JB*, exatamente 50%.

³⁸¹ “Desamparo”, *Última Hora*, 13 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

³⁸² “As favelas”, *Correio da Manhã*, 30 de janeiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

interessara mais sinceramente pelo problema dos favelados cariocas”, o que caracterizaria uma verdadeira batalha das “*fabellas* (em latim: contos, historietas e conversas fiadas)”³⁸³.

Diante deste cenário oferecido pelos jornais, pergunta-se: será que os impressos estudados apontam alternativas para resolver o problema? E, se apontam, quais seriam elas?

Analisando o corpus documental da pesquisa, a resposta é positiva quanto à primeira questão. E, curiosamente, quanto à segunda, todas as medidas apontadas necessitam da intervenção dos poderes públicos, de uma forma ou de outra.

Nesse sentido, um dos primeiros pontos defendido nas páginas do *Correio*, *JB* e *ÚH* é a necessidade de se levantar dados sobre a população *favelada*, para que, a partir dessas informações, medidas pudessem ser tomadas. Essa posição é encontrada em textos da página de opinião do *JB*, onde se lê que os homens públicos e os jornalistas, ao se ocuparem do problema das *favelas* cariocas, deveriam “considerar seus aspectos atuais para tentar uma solução do problema”³⁸⁴. Também, o *Correio* expressa essa posição em editoriais e outros textos de sua “página de opinião”, afirmando ser necessária a renovação das informações sobre este tema, principalmente em relação à situação econômico-social, cabendo à Municipalidade a tarefa de “atualização dos dados e elementos estatísticos sobre as favelas”³⁸⁵. Em uma reportagem do *Última Hora*, também encontramos a constatação de que é tarefa da prefeitura providenciar um recenseamento, pois,

o essencial é recensear com todas as garantias de fidelidade, a população das favelas, não apenas nos seus grandes grupos, nas suas características coletivas nos seus relevos mais expressivos, porém mediante o exame individual de cada caso, apuração dos motivos determinantes da presença do indivíduo no ambiente à base de informações a que se possa emprestar absoluta segurança³⁸⁶.

Tarefa complexa, por isso esse serviço de cadastro individual “não poderá ser entregue a recenseadores mas às assistentes sociais”³⁸⁷. Dessa forma, vemos como, nos três periódicos analisados, há um clamor por uma ação técnica, de sondagem e produção de saberes sobre as *favelas*, os seus moradores e as suas características econômico-sociais. Posição que reflete, como vimos, aquilo que era discutido nas demais áreas do saber sobre o tema, especialmente a acadêmica e a administrativa, que estavam focando os seus esforços em levantar estes dados.

³⁸³ “A Batalha das ‘Fabellas’”, *Jornal do Brasil*, 09 de março de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor. No caso, dos dois prefeitos aludidos, o jornal está se referindo a Ângelo Mendes de Moraes, indicado por Dutra, e João Carlos Vital, indicado por Vargas.

³⁸⁴ “A Batalha das ‘Fabellas’”, *Jornal do Brasil*, 09 de março de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁸⁵ “A campanha das favelas”, *Correio da Manhã*, 06 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

³⁸⁶ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

³⁸⁷ *Ibidem*.

Curiosamente, porém, apenas o *Correio*, dos impressos investigados, busca repercutir e interpretar as informações disponibilizadas pelo “campo técnico”.

Do mesmo modo, a ideia de que se deve evitar a construção de novas *favelas* e a ampliação das existentes gera grande consenso entre os textos no *Correio*, no *JB* e no *Última Hora*. Tal medida já estava prevista por lei no Código de Obras de 1937, evidenciando que, na década de 1930, já existia uma grande preocupação com o crescimento dessas áreas de habitação precária (PANDOLFI e GRYNSZPAN, 2002, p.241). Para a coluna *Fala o Povo na Última Hora*, é preciso impedir a instalação de “novos faveleiros”³⁸⁸, assim como, para um editorial do *Correio*, o “primeiro passo é evitar a ampliação das antigas favelas e a construção de novas, pois se continuarem crescendo se tornará insolúvel o problema”³⁸⁹. Perspectiva compartilhada em um editorial do *JB* que defende a necessidade de se tomar medidas a fim de impedir a formação de novas *favelas*³⁹⁰.

Dentro dessa perspectiva, se é fundamental impedir a construção de novas *favelas* e a ampliação das antigas, deve-se indagar: qual a proposta encontrada nos jornais para se atingir esse objetivo?

Resposta que começa a ser formulada a partir dos elementos eleitos como as possíveis causas das chamadas *favelas*, na medida em que, identificados os fatores que geram o problema, as soluções devem necessariamente buscar a sua amenização/eliminação.

4.2.2 Questões: êxodo rural e industrialização

A partir desse momento, percebe-se que as divergências entre os posicionamentos nos periódicos passam a ser formuladas.

Sendo o êxodo rural apontado como um dos principais elementos que causariam as chamadas *favelas*, uma das questões incontornáveis é: como resolver o problema do êxodo rural?

Mesmo que os diversos textos no *Última Hora*, tenham dado pouca atenção para o tema das migrações campo-cidade, alguns editoriais concordam com a perspectiva do Governo Federal de que a questão precisa ser atacada “simultaneamente por todos os lados”. Assim, “não se pode resolver o problema das favelas cariocas sem deter os contínuos deslocamentos do homem do interior para a cidade”³⁹¹. Já em reportagem de Carmem Nicias Lemoine a

³⁸⁸ “Desamparo”, *Última Hora*, 13 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

³⁸⁹ “A cidade das favelas”, *Correio da Manhã*, 21 de outubro de 1951, p.4, 1º caderno, editorial menor.

³⁹⁰ “O problema das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 02 de setembro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁹¹ “O prefeito e o plano de cooperação intergovernamental para acabar com as favelas”, *Última Hora*, 07 de agosto de 1953, p.3, 1ª seção, editorial menor.

argumentação é mais enfática, destacando que se deveria impedir que avalanches de nordestinos venham para o Rio de Janeiro³⁹². Entretanto, assim como abordara pouco o êxodo rural como “problema”, em suas páginas, o *Última Hora*, foi igualmente lacônico em discutir possíveis soluções.

Já no *Jornal do Brasil*, que difunde textos enfatizando o êxodo rural como um dos maiores causadores das *favelas*, encontramos a perspectiva de ser urgente a tarefa de acabar com o “problema”, definido por um de seus articulistas como “um polvo gigantesco enlaçando o Brasil, consumindo-lhe as energias, diminuindo-lhe as fontes de produção”³⁹³. Mas como fazer isso?

A repostagem mais frequente no *JB* esteve novamente na defesa das melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais, o que nos indica como esta temática tornou-se uma bandeira de luta do jornal na busca de uma fala autorizada sobre a questão no *Campo de Produção Ideológica*. Assim, neste texto, lê-se que “**falamos frequentemente**, sobre a necessidade de facilitar que a agricultura recupere parte da mão-de-obra que as indústrias e as comodidades urbanas lhe subtraíram”³⁹⁴. Entretanto, até o momento, “não calculamos que boa parte da solução desse problema estaria em oferecer aos trabalhadores” rurais “a possibilidade de encontrarem eles, nos campos, um conforto higiênico superior ao que lhes é permitido nas favelas e nas cabeças-de-porco da grande metrópole”³⁹⁵.

Em sintonia com esse pensamento, a coluna assinada A ‘*Ordem do Dia na Câmara dos Vereadores*’ destaca que “a extinção de uma favela não significa impossibilidade de se construir uma nova no mesmo local ou alhures”. Sendo, por isso, “indispensável, antes de mais nada, que, pela garantia dos meios de subsistência dos trabalhadores do interior, não sejam eles obrigados, num gesto de legítima defesa, a procurar as capitais para não morrerem de fome...”³⁹⁶. Já o articulista Porto da Silveira concorda ser extremamente necessária a fixação do trabalhador rural e que esta deveria ocorrer a partir do “amparo fundamental do homem do campo com a necessária reforma agrária e a ampliação de nossa rede irrisória de estradas de ferro e rodagem”. Mas, argumenta o autor, como essas medidas exigiriam “do Governo um

³⁹² “Falta Absoluta de assistência social nas favelas e nos parques proletários”, *Última Hora*, 07 de julho de 1952, reportagem de Carmem Nicias Lemoine.

³⁹³ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

³⁹⁴ “Casas”, *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁹⁵ “Casas”, *Jornal do Brasil*, 24 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁹⁶ “A ‘Ordem do Dia’ da Câmara dos Vereadores”, *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1952, p.6, coluna “A ‘Ordem do Dia’ na Câmara dos Vereadores”, assinada por S.L.

esforço que ele evidentemente não pode dar”, a melhor alternativa é a criação de uma **“legislação trabalhista para o trabalhador rural”**³⁹⁷.

No trecho acima, Porto da Silveira menciona a “necessária reforma agrária” como saída para o problema. Assim, podemos perguntar: qual a posição no *JB* sobre a redistribuição de terras no Brasil na segunda metade da década de 50 como alternativa para o fim do êxodo rural e do incremento das áreas denominadas *favelas*?

A resposta a esta questão no *Jornal do Brasil* é, no mínimo, tímida. Encontramos apenas um pequeno editorial no qual é proposta a reforma agrária, mas nos seguintes termos: “a desapropriação e distribuição de terras das margens das rodovias desde que os respectivos proprietários não queiram aproveitá-las de qualquer maneira”³⁹⁸. Ou seja, a dita reforma agrária ocorreria apenas em terras devolutas, ou melhor, naquelas em que seus proprietários não queiram aproveitar de nenhum modo.

O *Correio* dedica bastante espaço ao tema das possíveis soluções para as *favelas*, colocado como um “problema estrutural” da economia brasileira, como vimos antes. Em um editorial bastante eloquente sobre a questão, enfatiza-se a necessidade de uma ação em conjunto das administrações federais e municipais para colocar em prática algumas soluções, dentre as quais o “encaminhamento dos favelados ao trabalho rural”. Além disto, afirma que “não se aplicando medidas capazes de fixar o homem no campo, não apenas será muito difícil recambiar para a agricultura a população marginal das favelas como será inútil extingui-las, porque elas ressurgirão em poucos anos”³⁹⁹. Neste sentido, observa-se que, mesmo havendo outras medidas que possam ser adotadas para resolver a questão das chamadas *favelas*, a ação mais importante a ser executada é acabar com o êxodo rural⁴⁰⁰.

Mas como isto seria viabilizado para o *Correio*?

Em um editorial com o título “Fronteiras”, o jornal da família Bittencourt apresenta uma solução semelhante à defendida no *JB*, ao afirmar a necessidade de fixar os “retirantes” nos terrenos ao longo da rodovia Rio-Bahia, bem com firmar o homem do interior no solo com a reforma agrária⁴⁰¹. Entretanto, diferentemente de “O popularíssimo”, o *Correio* não focará tanto a sua proposta na ampliação da legislação trabalhista para o homem do campo, enfatizando

³⁹⁷ “Um problema difícil”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, artigo de A. Porto da Silveira.

³⁹⁸ “A reforma agrária”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

³⁹⁹ “O plano das favelas”, *Correio da Manhã*, 28 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal. O mesmo tema aparece em “As Favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

⁴⁰⁰ Como pode ser perceptível na seguinte passagem de um editorial principal: “Não se aplicando medidas capazes de fixar o homem no campo, não apenas será muito difícil recambiar para a agricultura a população marginal das favelas como será inútil extingui-las, porque elas ressurgirão em poucos anos”. “O plano das favelas”, *Correio da Manhã*, 28 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

⁴⁰¹ “Fronteiras”, *Correio da Manhã*, 19 de fevereiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

mais a importância de se aprofundar a redistribuição de terras. E, neste caso, a sua proposta será diferente da oferecida pelo *Jornal do Brasil*.

A defesa da reforma agrária como solução para o problema do êxodo rural e, por extensão, das áreas nominadas como *favelas* foi bastante frequente no *Correio*, assumindo ares de “bandeira” do jornal⁴⁰². Como podemos entender esta ênfase? Que tipo de proposta encontramos nas páginas do *CM*?

Em busca de respostas, vamos analisar um editorial muito ilustrativo sobre o tema:

Corresponde ao latifúndio um determinado tipo de administração pública que conhecemos bem no Brasil: a que considera o país inteiro como uma grande fazenda; a que diz paternal ou patriarcal, mas também pergunta se a gente sabe *com quem está falando*. [...]

Por outro lado, **o regime latifundiário, conservador por natureza, não é o mais indicado para explorar regiões novas**, ainda de pouca densidade demográfica: porque **o latifúndio favorece fatalmente o êxodo rural e não atrai imigrantes**. Pois as esperanças legítimas dos imigrantes são incompatíveis com a condição que aquele regime outorga aos agregados, colonos e trabalhadores rurais. [...]

Hoje **quem está interessado em novas condições de trabalho é a indústria. Pois industrialização e latifúndio, economia dinâmica e economia estática, não podem coexistir**. (...)

Quem está, por todos esses motivos, diretamente interessado numa reforma agrária razoável, mas autêntica,⁴⁰³ é a indústria.

A posição que aparece neste editorial é bem frequente no jornal,⁴⁰⁴ indicando que não se trata de um caso isolado. Por ele podemos perceber que o grande problema em relação ao êxodo rural não está na industrialização do país, mas na presença do latifúndio, com todas as suas consequências políticas (coronelismo), sociais (desestímulo ao trabalhador rural) e econômicas (baixa produtividade agrícola) negativas. Sendo assim, a única solução para a questão seria uma reforma agrária bem mais profunda do que a defendida pelo *JB*, que abarcaria não só terras devolutas, mas também grandes propriedades improdutivas, em síntese: “consideramos, mesmo, que é no estabelecimento de uma agricultura de pequenos proprietários que se encontra (...) o caminho para a redenção do homem do interior”⁴⁰⁵.

⁴⁰² Apenas para se ter uma ideia, em um levantamento preliminar, encontramos a defesa da reforma agrária nos seguintes editoriais, em ordem cronológica decrescente: “A reforma agrária”, *Correio da Manhã*, 9 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4, “O início”, *Correio da Manhã*, 28 de agosto de 1951, Caderno 1, página 4, “Política rural”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, “O Cacau”, *Correio da Manhã*, 5 de abril de 1952, Caderno 1, página 4, “A fixação do homem ao solo”, *Correio da Manhã*, 11 de abril de 1952, Caderno 1, página 4, “Conquistas”, *Correio da Manhã*, 20 de junho de 1952, Caderno 1, página 4, “Latifúndio e indústria”, *Correio da Manhã*, 6 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4 e “Solução para os flagelados”, *Correio da Manhã*, 22 de fevereiro de 1953, Caderno 1, página 4.

⁴⁰³ “Latifúndio e indústria”, *Correio da Manhã*, 6 de agosto de 1952, Caderno 1, página 4.

⁴⁰⁴ Como, por exemplo, nestes outros textos de opinião. Ver também: “Política rural”, *Correio da Manhã*, 6 de janeiro de 1952, Caderno 1, página 4, e, na coluna não assinada *Tópico&Notícias*, “Contradições econômicas”, *Correio da Manhã*, 18 de abril de 1953, Caderno 1, página 4

⁴⁰⁵ “A reforma agrária”, *Correio da Manhã*, 6 de agosto de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor.

Creio que, com estes elementos, temos melhores condições de entender a visão dos jornais sobre a relação *favela*, êxodo rural e industrialização.

No que se refere ao *Última Hora*, a pouca visibilidade dada ao tema pode indicar a negligência a uma questão complicada para um impresso vinculado ao governo de Getúlio Vargas e a seu programa de desenvolvimento baseado na industrialização acelerada do país. Há de se recordar, conforme afirmam alguns autores, que o crescimento desordenado das áreas de habitação precária nas cidades brasileiras era um dos aspectos mais problemáticos da industrialização do país nos anos 1950/60 (ABREU, 1987; SANTOS, 1996; SINGER, 1973). Desta forma, a ênfase no caráter negativo das *favelas* e a associação do seu crescimento com a industrialização eram argumentos muito empregados pelos opositores do processo (SINGER, 1973). Isto nos permite entender melhor, não apenas a negligência do *UH* com o tema do êxodo rural, como também o seu esforço em construir discursivamente as áreas classificadas como *favela* não como o *outro*, mas como parte constituinte do Rio de Janeiro, e os seus moradores não como predominantemente nocivos, mas também como trabalhadores e sujeitos de direitos.

Entretanto, seria simplificar demais a questão identificar uma posição favorável do *Última Hora* com o projeto de industrialização acelerada do país apenas como uma missão a favor de Vargas. Mesmo que este jornal tenha sido criado para dar respaldo e visibilidade às ações de Getúlio, não foi, como vimos, uma publicação concebida no formato de um jornal partidário, mas como uma folha comercial, mesmo que tivesse função política. Desta maneira, até para cumprir esta “missão política”, o impresso de Wainer deveria construir o seu próprio espaço no *campo jornalístico* como defensor das causas populares, fator que, aliás, poderia lhe gerar – como, de fato, gerou - força simbólica para agir em favor das causas que defendia. Dessa maneira, as tomadas de posição do *Última Hora* devem ser compreendidas por aquilo que Bourdieu chama de “dupla determinação”. Ou seja, de um lado, os seus compromissos externos ao seu *campo de produção*, notadamente a dependência econômica e as vinculações políticas. E, de outro lado, a luta interna por busca de espaço e ascensão no *campo jornalístico*, que, como vimos anteriormente, levou a folha de Wainer a produzir um jornalismo de qualidade, mas voltado especialmente para as classes populares, aproveitando-se de um vácuo na imprensa elitizada dos anos de 1950. Assim, respaldar o projeto de industrialização acelerada nada mais seria do que uma forma de defender os interesses de, possivelmente, grande parte de seus leitores, beneficiados pelo aumento de empregos e de renda urbanas que o processo proporcionava.

Ainda mais, conforme a pesquisa de mestrado de Luis Martins, a “defesa da economia nacional” pregando o “desenvolvimento industrial brasileiro através do investimento do

Estado em setores estratégicos” (MARTINS, 2006, p.203) possibilitou a formação de novas redes e oportunidades financeiras para o *Última Hora*. Além de ser beneficiado com a venda de jornais, “grupos interessados na defesa da indústria nacional, através de medidas protecionistas, procuraram apoiar a *Última Hora* por ser este o periódico que mais se identificava com essa linha de conduta”. Por fim, ainda existia outro elemento importante apontado por Laurenza sobre o fato de o jornal de Wainer também retirar vantagens com a ampliação do mercado de varejo. Nas palavras da autora:

A **Última Hora** era um concorrente forte que, em pouco mais de dois anos, dobrava sua tiragem inicial. Veiculava publicidade oficial, embora não a monopolizasse, e anúncios de grandes lojas de departamento, sinal de que havia um consumo interno de produtos de bens duráveis (...). Iniciava-se, em maior escala, a procura de bens duráveis como eletrodomésticos. O vestuário também era um bem desejado pela população urbana. Esses produtos eram fornecidos pelas lojas de departamentos que compravam páginas inteiras de anúncios da **Última Hora** (LAURENZA, 1998, p. 120).

No caso do *Jornal do Brasil*, como poderíamos entender o cuidado em difundir e criar textos que demonstrem preocupação com as melhorias das condições de vida e de trabalho do meio rural como um pensamento “progressista”, dedicado ao aumento dos direitos sociais das camadas mais despossuídas da população brasileira?

Para compreendermos esta questão, devemos lembrar que, entre 1945 e 1964, vivenciou-se um período não só de abertura política, mas também de aumento gradual das mobilizações e reivindicações sociais no Brasil. Um desses grupos reivindicatórios foram as Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1945, sendo que sua principal bandeira de luta era a reforma agrária. Sua atuação inicial concentrava-se no Nordeste, mas, ao longo da década de 1950, atingiu repercussão nacional e internacional (MONTENEGRO, 2003, p.256). Assim, diante da mobilização e repercussão das ações das Ligas, a possibilidade de estender alguns benefícios para melhorar a vida do homem no campo pode ser considerada uma forma de enfrentar o problema, embora a contragosto das oligarquias rurais. Associando isto à modestíssima proposta de reforma agrária apresentada pelo impresso, não nos parece que o jornal fuja muito de uma visão conservadora do problema agrário, isto é, no estilo “reformular para conservar” defendido por Edmund Burke (BURKE, 2014).

Por outro lado, podemos compreender melhor esta linha de ação no *JB* se a associarmos ao posicionamento que este jornal teve frente à discussão entre industrialização acelerada X especialização agrária no Brasil dos anos 50. Como mostra a tese de doutorado de Luis Martins, neste período – ou seja, antes da reforma de 1956 que irá modificar a linha editorial do jornal sobre o tema do desenvolvimento -, o impresso de Pereira Carneiro apoiava a industrialização do país apenas se ela “não provocasse o desvio de recursos produtivos para a indústria em

detrimento da agricultura”. Como era exatamente isto que estava acontecendo, os textos no periódico passaram “a sustentar que a agricultura era, quando não uma garantia da riqueza de uma nação, ao menos a condição inicial da sua prosperidade” (MARTINS, 2016, p.252), assim, “a indústria só poderia se desenvolver depois da consolidação da agricultura” (MARTINS, 2016, p.253). Desta forma, fica mais clara a visão negativa sobre as *favelas*, a forte preocupação com o êxodo rural e a busca de saídas para o problema, mesmo que isto implicasse um freio à industrialização acelerada brasileira e extensão de direitos trabalhista ao campo⁴⁰⁶.

Por fim, com uma perspectiva um pouco diferente ao *JB*, encontramos os textos do *Correio*, especialmente, no que se refere à questão da reforma agrária. Nesse sentido, a já referida pesquisa de Luis Martins nos é novamente útil, porque mostra que nas páginas do jornal dos Bittencourt, tem-se a difusão de que o desequilíbrio entre agricultura e indústria “ocorria não porque está última fosse nociva à primeira, mas porque a estrutura agrária do país era arcaica, prejudicando o setor moderno e dinâmico da economia, ou seja, a manufatura” (MARTINS, 2016, p.260). Entretanto, para que a indústria pudesse superar o nosso “atraso econômico”, não bastava apenas fazer uma reforma agrária, mas mudar a estratégia adotada pelo país, promovendo uma industrialização mais “planejada”, com menos protecionismo e mais participação do capital estrangeiro (MARTINS, 2016, p.265-67). Em resumo, vemos como neste jornal há uma posição crítica ao projeto de industrialização varguista sem, contudo, sustentar uma opinião presa ao passado de especialização agrícola do país e ao liberalismo clássico, procurando adequar o seu discurso à dinâmica da realidade do momento.

Tendo em vista esta forma macroestrutural de enquadrar o problema, interessa agora questionar: diante da ineficácia ou mesmo dificuldades de tomar medidas capazes de anular as “causas” da *favela* e de seu incremento, quais ações mais concretas foram apresentadas pelos jornais?

Uma delas parece, à primeira vista, a mais “lógica”: não sendo possível combater as causas da *favela*, não seria mais fácil acabar com as *favelas*?

Pergunta que nos leva ao próximo tópico.

⁴⁰⁶ Como podemos ler neste editorial do jornal: É preciso não esquecer, entretanto, que o movimento intenso no sentido de ampliar nosso parque industrial **não deverá prejudicar o impulso inato do país para a agricultura, na qual se assenta a sua verdadeira riqueza econômica**. Os estadistas do império tiveram a antevisão de nossas forças evolutivas quando proclamaram a agricultura como a principal fonte de nossa riqueza. **Convém não esquecer a lição que nos veio dos homens que assentaram os alicerces da nacionalidade nesta hora em que a corrente industrializante procura preponderar na orientação geral, fazendo desviar as disponibilidades financeiras do país para o campo das atividades industriais**, relegando o trabalho do tamanho da terra e do fomento agrícola a plano secundário (“Binômio Energia e Transporte”, *Jornal do Brasil*, 22 janeiro de 1952, Caderno 1, página 5).

4.2.3 – “Extinção” ou “saneamento” das chamadas *favelas*?

Nas páginas do *JB*, o tema da eliminação das *favelas* é constante. Em um editorial, há a ideia explícita da “extirpação deste câncer citadino”, mesmo que, em função dos seus altos custos, “o problema deve ser resolvido por partes, paulatinamente”⁴⁰⁷. Na coluna *A ‘Ordem do Dia’ da Câmara dos Vereadores*, assinada por L.S, defende-se frequentemente a necessidade de se “extinguir”⁴⁰⁸ essas áreas, considerando que elas “são cancros que convém extirpar e não fazer proliferar”⁴⁰⁹. Ainda mais, advoga-se que “a extinção das favelas é dever do Estado e para tanto já tem ele na lei e nos seus órgãos centralizados os meios indispensáveis” para fazê-lo⁴¹⁰.

Em outro editorial, chega-se mesmo ao ponto de se apresentar um “plano” para esta “cirurgia”: a partir de uma atuação específica dos Poderes Públicos Municipais, estes deveriam, toda vez que dispusessem de meios, construir, em terrenos “nos arredores da cidade”, “um certo e relativo número de casas populares, com os requisitos essenciais de habitabilidade, para as quais” deveriam ser transferidos “os atuais habitantes da ‘favela’ escolhida” para ser removida⁴¹¹. Ainda mais,

os terrenos do morro ou dos morros, assim desocupados seriam imediatamente limpos e arroteados e, em seguida aproveitados para construções de embelezamento ou plantados de acordo com um plano de máximo aproveitamento de utilidades do gênero mais conveniente até mesmo **pelo plantio de essências florestais**. Não faltam à Prefeitura profissionais – engenheiros e agrônomos – com todos os requisitos que o tentame exige⁴¹².

Mais uma vez, notamos nestas citações o apelo às metáforas orgânicas. Se a *favela* é um “câncer”, a melhor saída para lidar com ela é sua “extirpação”. Mas, nota-se também duas ideias bastante recorrentes no *JB*. A primeira diz respeito a retirar as áreas denominadas de *favelas* do interior da cidade, possivelmente da cidade higienizada e embelezada, mesmo processo que vinha sendo desenvolvido pelas administrações públicas desde a virada do século XIX para o XX. A segunda refere-se à preocupação em embelezar e sanear as áreas onde se encontram as referidas *favelas* a partir de sua remoção. Mais uma vez, o intuito de resolver a questão dessas zonas de habitação precárias não se relaciona primeiramente com o bem-estar dos seus moradores, mas sim com o da “cidade”. O que reforça a perspectiva de que a chamada *favela* é construída como o “outro” dentro da *urbes* idealizada no *JB*.

⁴⁰⁷ “As ‘favelas’ do Rio”, *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

⁴⁰⁸ “A ‘Ordem do dia’ da Câmara dos Vereadores”, *Jornal do Brasil*, 27 de junho de 1952, p.6, 1º caderno, coluna assinada por L.S.

⁴⁰⁹ “A ‘Ordem do Dia’ da Câmara dos Vereadores”, *Jornal do Brasil*, 04 de junho de 1952, p.6, coluna “A ‘Ordem do Dia’ na Câmara dos Vereadores”, assinada por S.L.

⁴¹⁰ *Ibidem*.

⁴¹¹ “As ‘favelas’ do Rio”, *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

⁴¹² *Ibidem*.

Outra medida para “extinguir as favelas” é encontrada em um editorial menor, quando se questiona se não seria “aconselhável à Prefeitura promover a gradual loteação do morro do Jacarezinho para construções de bairros populares, destinando o produto da venda dos terrenos à localização em outra zona” dos moradores desta *favela*, “fazendo-lhes sentir os benefícios do contato com outras classes da população?”⁴¹³. Com essa medida, salienta-se, os gastos iniciais da prefeitura ainda seriam recuperados. Novamente, ao colocar a questão nestes termos, percebe-se o retorno da visão discriminatória em relação à população que reside nas chamadas *favelas*, ao enfatizar-se que o “contato com outras classes da população” poderia ser benéfico ao morador destas zonas. Ou seja, mais uma vez, a *favela* é incompatível com a “civilização”, daí a vantagem de seus moradores conviverem com “outras classes da população”, leia-se: com os “civilizados”.

O articulista Otto Prazeres⁴¹⁴, colaborador do *JB* desde os anos 1920, oferece mais uma alternativa para se “acabar” com as *favelas*, isto é, a transferência de seus moradores para outras regiões brasileiras. Assim, dever-se-ia “espalhar a parte dos habitantes dos morros merecedora de amparo, por diversos pontos do País, dando-lhes terras e meios de cultivo, e não tornando cada vez mais sedutora a permanência nas favelas”⁴¹⁵. Observamos neste trecho novamente a ligação entre a solução proposta e o campo, isto é, a solução passa por realocar os classificados como *favelados* no meio rural, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho e vida, para que não queiram mais sair da agricultura para as cidades, ou melhor, para as referidas *favelas*.

Da mesma forma, no *Correio da Manhã*, encontramos posicionamento favorável à “extinção” das zonas de habitação precárias nominadas como *favelas*, mas reforçando que é preciso agir progressivamente⁴¹⁶. Mesmo gradual, esta medida seria salutar: “que se suprimam, a bem de seus habitantes e a bem de todos os habitantes, esses focos de proliferações microbianas que nos desonram aos olhos de estrangeiros como aos nossos próprios”⁴¹⁷. Ou seja, a “supressão” das *favelas* seria uma ação necessária em prol não só de seus moradores, mas também em favor dos demais habitantes da cidade.

⁴¹³ “A verdadeira solução”, *Jornal do Brasil*, 12 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

⁴¹⁴ Otto Prazeres jornalista e político, secretário interino da Presidência da República no governo de Getúlio Vargas, de 17 de maio de 1935 a 15 de junho de 1936. Segundo pesquisa realizada, acredito ser um dos colaboradores mais antigos do *Jornal do Brasil*, pois identifiquei artigos de Otto Prazeres já em 1920, certamente foi um dos agentes envolvidos na construção da “ideologia” do *JB*. Entre os anos de 1951 e 1954 seus artigos eram publicados na página 5 do jornal.

⁴¹⁵ “As casas populares...”, *Jornal do Brasil*, 06 de junho de 1952, p.5, 1º caderno, artigo de Otto Prazeres.

⁴¹⁶ “Favelas e regulamentos”, *Correio da Manhã*, 20 de março de 1953, p. 4, 1º caderno, editorial menor.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

Nos editoriais, não encontramos maiores informações de como deveria se proceder tal extinção, mas, em um artigo do redator-chefe Costa Rego⁴¹⁸, identifica-se uma possível alternativa, quando o autor utiliza o exemplo de Troyes, na França, onde as *favelas* foram arrasadas. O processo se inicia com a prefeitura que constrói um determinado número de apartamentos provisórios para alojar os moradores da “favela escolhida”, após a destruição dos barracões antigos e a construção das novas habitações, os moradores retornam para as casas novas, onde serão lhes cobrado um aluguel. Costa Rego conclui o texto afirmando ser necessário um plano de longa duração, que perpassaria diversas administrações municipais, pois, “um só governo, isoladamente, não basta para afrontá-lo, mas pode abrir rumo a um trabalho de fôlego”⁴¹⁹. Percebe-se assim uma aproximação das ações defendidas pelos textos publicados no *Correio* e no *JB*.

Outra via para se “acabar com as favelas” é encontrada em uma reportagem do *Gerico*, na qual se elogia a remoção de algumas dessas áreas habitacionais na orla marítima, classificada como “um trabalho meritório da Municipalidade que precisa continuar, em que pesem os óbices em seu caminho”, pois “tal prática, antes do lado estético, representa passo seguro na defesa da moral e dos costumes de milhares e milhares de homens de amanhã”. Nesse sentido, continua o texto da reportagem, “a medida que ora está em execução visa, além do interesse do favelado que recebeu habitação condigna, melhorar o aspecto urbanístico da cidade, particularmente nos setores mais favorecidos pela natureza”. Assim, “não resta dúvida, o benefício social para a cidade de maneira particular, e para os brasileiros de forma geral, pois não apenas no Rio existem favelas, será imenso, e justifica qualquer medida para sua concretização”⁴²⁰.

Essas passagens, além de reforçar a representação da *favela* como um perigo para a moral e um ataque à estética do Rio de Janeiro, são a síntese da perspectiva de que a “extirpação” da *favela* é, antes de tudo, benéfica à cidade, aos brasileiros de modo geral, e não para as populações removidas.

Curiosamente, a ideia de “acabar com a favela” também é encontrada no *Última Hora*, jornal que apresentou a visão mais positiva destas áreas. A coluna *Fala o Povo na Última Hora* afirma que “cabe a todos nós, inclusive ao Estado, tomar todas as medidas possíveis para

⁴¹⁸ A figura de Costa Rego era fundamental na estrutura do *CM*, assim como, o seu cargo, pois este periódico na época seguia o modelo francês de jornalismo, então não havia divisão em editoriais, por isso, o redator-chefe tinha de ler todas as matérias importantes do jornal. Segundo Ana Ribeiro, no *Correio* “o redator-chefe tinha também o comando dos editoriais que influíam no jornal, que era feito sob sua inspiração”, ainda mais, os artigos quase que diários de Costa Rego eram considerados um dos mais importantes do jornal (RIBEIRO, 2007, p.66). Seus artigos eram praticamente diários e ocupavam o canto superior direito da página de opinião do *CM*.

⁴¹⁹ “Como substituir as favelas”, *Correio da Manhã*, 07 de março de 1952, p.4, 1º caderno, artigo de Costa Rego.

⁴²⁰ “Removidas algumas favelas da orla marítima”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1952, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

suprimir das nossas cidades esta chaga que tanto nos humilha, e confrange”. Entretanto, esclarece o jornal, “quando falamos suprimir – não falamos em demolir pronta e sumariamente os barracos da pobreza, deixando ao relento os moradores, os velhos, as mulheres e as crianças transformados em mendigos a esmolar pela cidade”⁴²¹. Já na *Coluna da Cidade*, ocorre a defesa do desmonte do Morro de Santo Antônio, desde que a prefeitura dê moradia condigna aos seus habitantes antes de começar a obra⁴²². Em uma reportagem de Gilberto Guimarães, afirma-se que se deve implantar uma lei suspendendo temporariamente os despejos nas favelas, para se implementar um amplo projeto que vise a “extinção das favelas”, isto é, com a construção de casas populares em terrenos da própria prefeitura⁴²³. Perspectiva também encontrada em editoriais menores, onde há a argumentação de que se deve extinguir as chamadas *favelas* através da construção de casas populares⁴²⁴.

Percebe-se, então, que os três periódicos são favoráveis à necessidade de se “acabar com as favelas”, quer pela “extinção”, “extirpação”, “supressão” ou transferência de seus moradores para áreas rurais. Entretanto, essa convergência é apenas superficial, pois os procedimentos e a destinação da população classificada como *favelada* são bem distintos em cada um deles. Deve-se salientar este aspecto porque, embora não se possa afirmar que esta fosse a intensão nos jornais pesquisados, uma forte campanha negativa contra as áreas de habitação chamada de *favelas* e a favor da sua “extirpação” traz o perigo potencial de legitimar políticas públicas mais rígidas que visassem atingir tal objetivo, como desapropriações forçadas, remoções e o deslocamento dos chamados *favelados*, através de ações policiais. Igualmente, a associação entre pobreza e má conduta, como se “naturalmente” a primeira levasse à segunda, acarreta o perigo da segregação dos pobres, incapazes de se adaptar espontaneamente à civilização⁴²⁵. Agindo assim, estes periódicos mais reforçam do que descontroem percepções preconceituosas existentes no período, uma vez que, somente a partir de 1980, é que começa a emergir “uma ação mais positiva do Estado nas favelas, no sentido de urbanizá-las, dotá-las de infraestrutura e de serviços públicos” (PANDOLFI e GRYNSZPAN, 2002, p.239).

A *Última Hora*, embora não totalmente isenta de contribuir com este “clima de opinião”, ao ressaltar o potencial econômico e político proporcionado por essas áreas de habitação,

⁴²¹ “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

⁴²² Sem título, *Última Hora*, janeiro de 1954, p.6, 1ª seção, *Coluna da Cidade*.

⁴²³ “Projeto de lei proibindo os despejos nas favelas”, *Última Hora*, 10 de julho de 1954, p.7, 1ª seção, reportagem de Gilberto Guimarães.

⁴²⁴ “Construção de casas populares e extinção das favelas”, *Última Hora*, 30 de julho de 1953, p.3, 1ª seção, editorial menor; “A marcha para a redenção dos municípios brasileiros”, *Última Hora*, 31 de julho de 1953, p.3, 1ª seção, editorial menor.

⁴²⁵ “O nosso câncer social”, *Jornal do Brasil*, 13 de outubro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

construindo-as como locais primordialmente de moradia dos trabalhadores do Rio, ameniza este aspecto ao representar os seus moradores como sujeitos de direitos, o que dá margem a uma reconstrução simbólica dos mesmos e abre brecha para pleitear-se medidas públicas menos drásticas.

Entretanto, nem todas as soluções propostas nos periódicos foram tão drásticas quanto à remoção. É o caso da sugestão de saneamento.

No *Correio da Manhã*, encontram-se três textos de reportagem que apontam ser a “extinção das favelas” a ação ideal para resolver a questão, mas, como os custos são elevados demais, a alternativa seria o saneamento dessas áreas, efetuando medidas para possibilitar o mínimo de conforto aos classificados como *favelados*⁴²⁶. O *Jornal do Brasil* também apresenta, em dois editoriais menores, perspectiva semelhante, ao criticar a construção de casas ou apartamentos populares para os habitantes das chamadas *favelas* e sugerir como alternativa levar melhoramentos para estas zonas, visando “atenuar o sofrimento de seus moradores”⁴²⁷.

O *Última Hora*, porém, é bem mais detalhista e atencioso com este tema. Além de defender a necessidade de melhoramentos das referidas zonas de habitação, apresenta um programa de como isso deveria ocorrer. Em um texto da coluna *Fala o Povo na Última Hora*, aparece uma crítica às tentativas de fechar os armazéns existentes nestas áreas por falta de higiene. Neste sentido, é argumentado que se deveria promover um plano de assistência social e, caso haja a real necessidade de fechar tais estabelecimentos, primeiro que se instale em “cada favela, pelo menos, cem armazéns do SAPS⁴²⁸, com organização e capacidade para abastecimento da população favelada”⁴²⁹. Além disso, ainda seria preciso minorar os sofrimentos que atingem os moradores destas áreas com a instalação de bicas d’água⁴³⁰.

Na *Coluna da Cidade*, a necessidade de se melhorar a vida dos chamados *favelados* é retomada. Assim, cabe

à Prefeitura melhorar as condições de habitabilidade, enviando às favelas assistentes sociais, incumbidos de ministrar noções de higiene e também engenheiros e mestres

⁴²⁶ “Aumentam as favelas no Rio”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem, *Gerico*. Ver também: “Saneamento para a rua Visconde de Niterói”, *Correio da Manhã*, 15 de fevereiro de 1953, p.1, 3º caderno, reportagem *Gerico*; “Até nas favelas há crise de habitação”, *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem *Geriquinho*.

⁴²⁷ “O problema das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 02 de setembro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor; Ver também: “O Homem das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1952, p.5, 1º caderno, editorial menor.

⁴²⁸ “Com a intenção de melhorar as condições de alimentação dos trabalhadores, o governo Vargas criou, em 5 de agosto de 1940, o Serviço de Alimentação da Previdência Social – o SAPS. Trata-se de restaurantes populares que ofereciam refeições aos trabalhadores por um preço bem modesto. Diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o SAPS fazia parte de um programa estatal de melhoria da situação de vida dos trabalhadores” (FOGAGNOLI, 2011, [s/p]).

⁴²⁹ “Desamparo”, *Última Hora*, 13 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*.

⁴³⁰ *Ibidem*.

de obras, capazes de dar conselhos e orientação técnica quanto à realização de melhorias provisórias⁴³¹.

Nos textos de reportagem, essa questão é retomada, como na matéria de Carmem Lemoine⁴³², quem afirma ser necessário fazer funcionar serviços médicos e sociais, escolas, artesanato, escolas para domésticas⁴³³. Já, em texto com o título “Bairros proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, o jornalista Fagundes de Menezes salienta a importância de medidas capazes de “resguardar a saúde dos favelados enquanto os mesmos não são retirados dos morros e dos terrenos baldios”⁴³⁴, o que não implica em “se fazer uma urbanização completa”, como pensam certos ‘urbanistas’ locais⁴³⁵. Fala interessante que pode nos indicar como a tentativa do jornal *Última Hora* em assumir a condição de porta-voz dos classificados como *favelados* coloca o periódico de Wainer em choque não apenas com os agentes do campo religioso, com os quais disputa a condição de intérprete mais legítimo dos “despossuídos”, mas também com o discurso predominante no campo urbanístico. Por fim, nota-se, neste tópico, a grande confluência das propostas no *UH* com o discurso encontrado nos *subcampos acadêmicos do Serviço Social e Sociologia*, indicando como uma perspectiva semelhante de como lidar com o problema, aproxima cada vez mais estas duas falas, sem necessariamente gerar contradições.

A proposta de saneamento das *favelas*, porém, não é consensual entre os jornais e nem dentro de um mesmo periódico. Por exemplo, no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*, apesar dos exemplos citados, predomina a ideia de que não se deve melhorar essas zonas de habitação. Os editoriais do *Correio* são claros neste ponto, afirmando que não se pode promover o saneamento dessas áreas porque isto agravaria o êxodo rural. Como a *favela* é fruto de um tríptico desajustamento - econômico, social e cultural -, soluções como a urbanização de certos morros e outras áreas congêneres mostrar-se-iam completamente insuficientes⁴³⁶. Mesma percepção encontrada no *JB* que destaca em um editorial: a solução da questão das *favelas* não pode passar pelo “empreendimento global do saneamento de todas essas providenciais

⁴³¹ “Relento”, *Última Hora*, 09 de janeiro de 1952, p.3, 1ª seção, *Coluna da Cidade*.

⁴³² Carmem Lemoine foi colaboradora assídua da *Última Hora* desde seu lançamento até o final do ano de 1952, neste período publicou mais de 50 textos, entre reportagens e comentários na seção “Rádio, cinema, teatro”.

⁴³³ “Falta Absoluta de assistência social nas favelas e nos parques proletários”, *Última Hora*, 07 de julho de 1952, reportagem de Carmem Nicias Lemoine.

⁴³⁴ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

⁴³⁵ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

⁴³⁶ “A campanha das favelas”, *Correio da Manhã*, 06 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal. Ver também: “As Favelas”, *Correio da Manhã*, 29 de fevereiro de 1952, p.4, 1º caderno, editorial menor; “O plano das favelas”, *Correio da Manhã*, 28 de março de 1952, p.4, 1º caderno, editorial principal.

elevações que nos circundam, posto que de impossível adimplemento, dado o volume das quantias necessárias à sua objetivação⁴³⁷. Assim, para editoriais do *JB*, além dos possíveis melhoramentos funcionarem como um “chamariz”, retirando os homens dos campos⁴³⁸, ainda aponta a questão dos altos custos como um empecilho a tal medida.

Por seu turno, na *Última Hora* não há oposições aos melhoramentos. Muito pelo contrário, na reportagem já citada de Fagundes de Menezes, identifica-se uma defesa a possíveis críticas a tais medidas,

o Prefeito poderá responder com a inadequada tese de que, assim, ninguém mais há de querer sair das favelas. Mas para sair de lá, prezadíssimo Doutor Vital, é preciso ter para onde ir e cabe à Prefeitura providenciar esse destino. O inadmissível é que a Prefeitura se descarte de seu dever – fugindo à questão – e lançando a responsabilidade sobre outros poderes⁴³⁹.

Neste trecho do *UH*, além da sustentação da necessidade de levar melhoramentos para as *favelas*, encontra-se mais uma dura crítica ao então prefeito João Carlos Vital. Mas também, levanta outra questão de extrema relevância sobre as alternativas para se resolver a questão: a construção de habitações populares alternativas e, com isto, o combate a um dos principais “causadores” das *favelas*, o déficit habitacional. Esta tornar-se ia uma “bandeira” no jornal de Wainer?

4.2.4 – Combate ao déficit habitacional: programa de ampliação da construção de habitações populares

Como vimos nos exemplos anteriores, a possibilidade de ampliar a construção de habitações populares foi aventada em todos os jornais quando trataram do tema, mas quem realmente dá ênfase a esta solução é o *Última Hora*. Suas reportagens são bem claras quanto a isto. Tratando as áreas denominadas como *favela* como decorrente de um grave problema habitacional, o jornalista Edmar Morel escreve que a Prefeitura, “Instituições ricas como a Santa Casa de Misericórdia, a Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula”, autarquias como o Instituto dos Industriários, o Banco do Brasil e a própria União deveriam fazer casas populares nos seus próprios terrenos. Assim, seria “possível chegar escolas, postos de puericultura, água e esgotos aos morros cariocas”⁴⁴⁰.

⁴³⁷ “As ‘favelas’ do Rio”, *Jornal do Brasil*, 08 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor. Ver também: “Conto do vigário... policial”, *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

⁴³⁸ “O problema das Favelas”, *Jornal do Brasil*, 02 de setembro de 1951, p.5, 1º caderno, editorial menor.

⁴³⁹ “Relento”, *Última Hora*, 09 de janeiro de 1952, p.3, 1ª seção, *Coluna da Cidade*.

⁴⁴⁰ “Dinheiro chorado das favelas”, *Última Hora*, 13 de junho de 1951, p.6, 1º caderno, reportagem de Edmar Morel.

Em uma das reportagens de Homero Homem⁴⁴¹, argumenta-se igualmente que a resolução da questão das *favelas* passaria pela construção de casas populares para os ditos *favelados* pela Fundação da Casa Popular, mas, a falta de recursos, decorrente da inadimplência da maioria dos Estados, impede que a Fundação atinja seus objetivos. Em consequência, o texto defende que as autarquias dos Institutos de previdência deveriam coordenar seus esforços e a

grande linha mestra de sua política residencial deve ser a do levantamento de novas residências para a construção de casas populares para serem vendidas. Porque a crise é de moradias, de falta de casas e, para resolvê-la, só há um caminho certo: a construção do maior número possível de novas residências⁴⁴².

Sendo assim, é apontada como necessária e imediata a “coordenação da política residencial no país, no sentido de que cada Instituto, trabalhando isoladamente dentro da linha de ação que a realidade lhe oferece, esteja contribuindo para a solução do problema nacional da falta de moradias”⁴⁴³. Proposta retomada em outra matéria, agora de Carmen Nicias Lemoine, que considera, por serem muitos os “favelados” segurados dos Institutos de previdência, que estes deveriam construir bairros proletários para os seus segurados⁴⁴⁴.

Dentro dessa perspectiva, a reportagem já citada de Fagundes de Menezes (“Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”) se destaca novamente por abrir um grande espaço às sugestões do urbanista Armando de Godoy Filho, consultor da Fundação da Casa Popular e, segundo a reportagem, “um dos nossos **mais conhecidos e autorizados estudiosos das questões de urbanismo**”. O primeiro elemento destacado é a opinião de Godoy sobre a possibilidade de se “resolver a questão em termos de zoneamento urbanístico”. Segundo esse projeto, “nas proximidades dos centros de maior concentração de habitantes dotados de poder aquisitivo elevado possam existir bairros proletários de serviços ou artífices que prestem assistência ou trabalhem para os moradores dessas zonas”⁴⁴⁵. E, no caso das *favelas* existentes, a proposta de Godoy é a mesma da apresentada em diversas páginas do *Última Hora*, isto é, dever-se-ia proceder ao censo das chamadas *favelas*, assim, se conseguiria examinar a posição dos locais de trabalho de cada um de seus moradores dentro da cidade e o salário que recebem. Depois desta etapa realizada, deve “ser estudada a construção

⁴⁴¹ Homem Homero Siqueira Cavalcanti, nasceu em Canguaretama, Rio Grande do Norte, em 5 de janeiro de 1921. Foi jornalista e escritor, mas ficou reconhecido especialmente como poeta, possuidor de “tom popular irônico”. Apresentava uma concepção política de esquerda, publicou seu primeiro livro em 1954.

⁴⁴² “Os números provam: pouco trabalho na Fundação e nos Institutos”, *Última Hora*, 25 de outubro de 1951, p.2, 2ª seção, reportagem de Homero Homem. Ver também: “Disposto os favelados a resolver o seu problema”, *Última Hora*, 28 de agosto de 1953, p.1, 2ª seção”, reportagem *Patrulha de Última Hora*.

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ “Falta Absoluta de assistência social nas favelas e nos parques proletários”, *Última Hora*, 07 de julho de 1952, reportagem de Carmem Nicias Lemoine.

⁴⁴⁵ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

de casas do tipo popular em locais os mais próximos possíveis de seus empregos”. Ao finalizar a reportagem, Fagundes de Menezes conclui que a questão não é tão simples e que “não se pode resolver através do sensacionalismo jornalístico nem é o caso de se forjar mais uma ‘batalha’, mais uma campanha em que se gastam muitos adjetivos sem qualquer resultado prático”⁴⁴⁶ – possível alusão à, já mencionada, “Batalha do Rio” contra as *favelas* encampada por Carlos Lacerda em 1948.

Assim, diferente da menção crítica a “certos urbanistas locais” que o mesmo repórter fez antes em seu texto, agora, “um dos mais conhecidos e autorizados estudiosos da questão do urbanismo” se torna um aliado da reportagem para contrapor os pares do *campo jornalísticos*, acusados de lidar com a questão através do “sensacionalismo” e de uma “batalha” inútil. Por outro lado, percebe-se que o jornal coloca a construção de moradias populares em substituição das ditas *favelas*, mas próximas às zonas de trabalho de seus moradores, o que difere do proposto em outros jornais como no *JB*, onde encontramos a defesa da retirada dos seus habitantes para fora do perímetro urbano. Por fim, percebe-se como o tema se torna uma verdadeira “campanha” no *UH*⁴⁴⁷, não sendo por acaso que o jornal de Wainer oferece amplo apoio ao decreto de Vargas, lançado em julho de 1953, que visava à construção de casas populares para combater o problema da habitação, segundo o editorial

esse decreto, cuja minuta já está pronta e que resultou de meticolosos estudos, tendo em vista a gravidade e a urgência do problema da habitação, estabelece um sistema de cooperação financeira entre os Institutos de Previdência Social, as Caixas Econômicas, a Fundação da Casa Popular e outros órgãos e os governos estaduais e municipais para a mobilização da maior soma possível de recursos em dinheiro, visando a construção de casas para as classes populares a preços acessíveis à bolsa do trabalhador, bem como a extinção das favelas⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ “Bairros Proletários nas proximidades das zonas residenciais e comerciais”, *Última Hora*, 15 de março de 1952, p.2, 1º caderno, reportagem Fagundes de Menezes.

⁴⁴⁷ Nesse sentido, já em 1951, em um editorial, encontramos a defesa da “elaboração de um programa bem estruturado de construção em larga escala de casas populares”, com a facilidade de financiamento e estímulo à construção. Assim, o texto coloca-se bem crítico “a atitude de supostos colaboradores do governo” que estão promovendo campanhas de cortes de gastos, causando pasmo “que, diante da manifesta crise de moradias que se verifica entre nós, se possam recomendar medidas que importem na restrição ao financiamento da construção de prédios, para a venda de suas unidades a longo prazo, possibilitando a aquisição de residência, pelos menos aquinhoados da fortuna. A proibição dos investimentos imobiliários por parte das companhias de seguro e de capitalização, que se tem preconizado, com tão suspeita insistência, consistirá um fator a mais para agravar a situação presente, sem a contrapartida de qualquer benefício” (“O problema da habitação”, *Última Hora*, 27 de setembro de 1952, p.7, 1ª seção, editorial principal). Ver também: “Defender os favelados”, *Última Hora*, 05 de julho de 1951, p.4, 1º caderno, coluna *Fala o Povo na Última Hora*; “Impõe-se uma definição do Ministério do trabalho sobre o premente problema das casas populares”, *Última Hora*, 07 de agosto de 1951, p.2, 1º caderno, reportagem; “Disposto os favelados a resolver o seu problema”, *Última Hora*, 28 de agosto de 1953, p.1, 2ª seção”, reportagem *Patrulha de Última Hora*

⁴⁴⁸ “Construção de casas populares e extinção das favelas”, *Última Hora*, 30 de julho de 1953, p.3, 1ª seção, editorial menor. Em outro editorial é afirmado que até o momento apenas planos e batalhas semelhantes às de Itararé foram travadas na tentativa de se resolver o problema das favelas, mas, no decreto que o Presidente Vargas assinou há poucos dias, “novos e mais auspiciosos rumos vem de ser dados à solução do problema habitacional no país, inclusive ao problema das favelas no Distrito Federal – objeto de preocupação especial do Chefe do Governo”

Embora, seja evidente a convergência e o apoio explícito do *Última Hora* à proposta de Vargas de construções de casas populares, não podemos resumir a posição do jornal como mero “servilismo” ao governo. Neste sentido, devemos notar que a maioria dos textos deste impresso defendendo tal proposta é anterior ao decreto do presidente, podendo-se aceitar que o periódico, no mínimo, trabalhou com antecipação o tema para criar um ambiente favorável à sua aceitação. Além disto, deve-se levar em conta que, ao defende esta proposta, o jornal de Wainer também estava atendendo aos seus interesses específicos. Sustentar uma política que, em princípio, seria benéfica às camadas populares residentes em áreas de moradia precária se constitui em poderoso instrumento para garantir ou firmar a condição de “porta-voz” destas camadas no debate público. Até porque, é bom salientar, esta campanha vinha ao encontro do que alguns autores têm nominado como “ideologia da casa própria” desenvolvida no Brasil a partir da década de 1940, que consolidou a ideia da propriedade como forma de acesso à moradia em detrimento do aluguel a baixo custo (MILANO, 2013, p.27-30). Por fim, é importante mencionar, ao menos como hipótese, os benefícios macroeconômicos que uma política de incentivo à construção civil de moradias populares poderia trazer no curto e no médio prazo: dinamização do mercado interno, aumento do emprego e da renda dos trabalhadores do setor, bem como provável incentivo à venda de móveis, eletrodoméstico e utensílios domésticos de baixo custo. Questões que poderiam impactar, como vimos anteriormente, no aumento das vendas do jornal e mesmo das suas verbas publicitárias vinda de anunciantes interessados neste potencial mercado.

O tema da construção de moradias populares foi praticamente negligenciado no *JB*, cujas páginas abordam esta proposta apenas nos curtos trechos que vimos acima. O *Correio*, porém, foi mais explícito, defendendo esta solução, como podemos ler na reportagem do *Gerico* intitulada “Favelado, esse pobre esquecido...”, onde se afirma: “esperamos que o problema dos favelados seja compreendido um dia pelos nossos governantes. Jamais sairemos da situação em que nos encontramos se nada fizermos pelos menos afortunados”, salientando-se que “deles em parte depende a situação do país do amanhã, pois que muitos filhos dos favelados serão os operários, os técnicos de amanhã”. Nesse sentido, uma das medidas sugeridas foi a “construção de parques proletários, pobres, mas decentes”. Seria “o mínimo que compete ao governo fornecer a esses desamparados brasileiros”⁴⁴⁹. Apesar de defender as moradias populares e

Ver também: “A marcha para a redenção dos municípios brasileiros”, *Última Hora*, 31 de julho de 1953, p.3, 1ª seção, editorial menor.; “Vasto programa de cooperação financeira e intergovernamental para das casas ao povo”, *Última Hora*, 01 de agosto de 1953, p.3, 1ª seção, editorial menor.

⁴⁴⁹ “Favelado, esse pobre esquecido...”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1951, p.1, 3º caderno, reportagem de *Gerico*.

apresentar uma preocupação social com “esses desamparados brasileiros”, o *Correio* não foge aqui a sua tradicional fórmula de abordar o tema: o “problema da favela” deve ser resolvido não tanto para o benefício do morador destas áreas de habitação precária, mas, especialmente, para o bem do resto da coletividade que, no amanhã, dependerá do trabalho dos “filhos dos favelados”.

Entretanto, a defesa dessa ação não é recorrente no *Correio*. Muito pelo contrário, encontramos mais críticas do que elogios às tentativas de se implementar essa política⁴⁵⁰. Na verdade, este impresso centrou sua atenção em outra solução que podemos considerar exclusiva deste jornal. Assim, chegamos ao último tópico de análise.

4.2.5 – “Favela única”

Em sua proposta própria, o *Correio da Manhã* defende – de forma um pouco surpreendente - que as *favelas* teriam se tornado a saída mais viável para resolver o problema da habitação de grande parte da população do Rio de Janeiro em decorrência do alto custo das demais alternativas de moradia. Desta maneira, em um editorial de abril de 1953, podemos ler: “admita-se que as favelas, que aumentam em vários pontos da cidade – até quase em seu coração, como é o Maracanã – são um flagelo por enquanto irremediável”; em consequência, “aceite-se mesmo que sejam autorizadas e tenham de ser toleradas”, pois, “repetimos, a miséria deve ser tolerada, mas sob a disciplina social a que todos são obrigados, ricos e pobres, para a defesa da saúde dos habitantes da cidade”⁴⁵¹. Em outras palavras, as *favelas* passam a ser consideradas como um “mal necessário”.

Essa perspectiva foi identificada pela primeira vez em uma reportagem em 13 de fevereiro de 1952, onde se afirma que “se de início a construção dos barracos obedecessem um plano delineado, a favela, poderíamos afirmar, seria um mal necessário”⁴⁵². Ao longo de 1953 e 1954, o *Correio* vai insistir neste tema, especialmente através das matérias do *Gerico*⁴⁵³. Neste espaço de informação, o jornal preocupou-se em demarcar que esta é uma opinião difundida na sociedade, questão identificada pela utilização de expressões como “aos poucos as favelas **estão**

⁴⁵⁰ Na mesma reportagem do *Gerico*, recorda-se que, no início, os “parques chamados ‘proletários’ espalhados pela cidade” mereciam atenção dos poderes públicos, “estava sempre limpo, haviam escolas, até mesmo um parque infantil, mas agora o parque é vítima do descaso que compromete até a saúde dos moradores”, não sendo raro o caso em que o próprio parque virou uma favela” (“Favelado, esse pobre esquecido...”, *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1951, p.1, 3º caderno, reportagem de *Gerico*).

⁴⁵¹ “O favelismo da planície”, *Correio da Manhã*, 30 de abril de 1953, p.4, 1º caderno, editorial menor.

⁴⁵² “Favela no Jardim de Allah”, *Correio da Manhã*, 13 de fevereiro de 1952, p. 3, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁵³ “Aumentam as favelas no Rio”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem, *Gerico*.

sendo compreendidas como um ‘mal necessário’⁴⁵⁴ e “a favela é tida e aceita como um mal necessário”⁴⁵⁵. Embora as reportagens do jornal não deixem de salientar o seguinte: mesmo como “mal necessário”, é preciso “que se impeça, por todos os meios, a progressão do mal”; e, só podem ser toleradas, se disciplinadas e controladas⁴⁵⁶.

A fórmula encontrada para dar conta destas demandas não deixa de ser curiosa. Principalmente nas reportagens do *Gerico*, será aberta uma campanha a favor de uma “favela única”, em cerca de 10 reportagens, entre novembro de 1951 e dezembro de 1954. Nestes textos, podemos ler, por exemplo, que “a construção de uma favela única seria o ideal para os favelados e a solução do problema”⁴⁵⁷, pois, nela podem ser agrupadas “todas as favelas em uma só” e ela ainda poderá servir de local previamente organizado para receber a população migrante que deseje construir um *barraco* e estabelecer residência no Rio de Janeiro⁴⁵⁸.

Inicialmente, esta proposta deveria contar com grande intervenção dos Poderes Públicos, especialmente da Prefeitura, que

poderia determinar a construção dos barracões, pelo menos os novos, em determinado terreno, da sua propriedade, previamente preparado, com canalização de água e esgotos, onde os barracões seriam feitos embora de maneira modesta, mas em ordem. Efetuando no local um policiamento preventivo, com postos e guardas de serviço permanente, escolas, posto de saúde e assistência social⁴⁵⁹.

Assim, além da construção dos “barracos” dos “novos favelados”, “paulatinamente, as favelas existentes poderiam ser mudadas para o mesmo local”⁴⁶⁰ e “os barracos seriam construídos pelos próprios favelados, isso desobrigaria a municipalidade de uma grande despesa, possibilitando aos moradores do conjunto uma assistência que hoje não tem”⁴⁶¹. Por fim, a escolha do terreno deve considerar o “fator transporte barato e fácil”, por isso, o local mais indicado seria um terreno municipal de grande extensão localizado à margem da via férrea

⁴⁵⁴ “Surgem novas favelas em todos os cantos da cidade”, *Correio da Manhã*, 29 de agosto de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁵⁵ “Para resolver o problema das favelas”, *Correio da Manhã*, 12 de dezembro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁵⁶ “Surgem duas novas favelas no perímetro urbano da cidade”, *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1954, p.5, 1º caderno, reportagem de *Gerico*.

⁴⁵⁷ “Duzentos mil brasileiros entregues à própria sorte...”, *Correio da Manhã*, 25 de novembro de 1951, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁵⁸ “Surgem duas novas favelas no perímetro urbano da cidade”, *Correio da Manhã*, 31 de janeiro de 1954, p.5, 1º caderno, reportagem de *Gerico*.

⁴⁵⁹ “Multiplicam-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”, *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ *Ibidem*.

da Central do Brasil⁴⁶², preferencialmente na Linha Auxiliar⁴⁶³, sendo esta área, no Distrito Federal, a zona ainda menos povoada.

Nessa linha de argumentação, em outra reportagem do *Gerico*, encontra-se a descrição de todas as vantagens que tal empreendimento oferece,

na favela única, em ponto de fácil e barata condução, os favelados podem ter assistência médico-social, policial e outros serviços urbanos em terreno previamente preparado com ruas abertas, serviços de água e esgoto. Além disso a construção da favela sob fiscalização direta poderia ser feita de forma mais conveniente para os próprios favelados. De forma mais estética, com madeira levada pelo favelado ou fornecida a preço de custo pelas serrarias que a municipalidade mandaria colocar à disposição dos mesmos. O controle policial evitaria a ação dos malandros. As escolas, de madeira que fossem, livrariam os menores do analfabetismo. Tudo seria mais fácil e, sobretudo, mais humano. Para isso é preciso, apenas um terreno localizado à margem da via férrea⁴⁶⁴.

Inicialmente, esta nova proposta parece demonstrar maior preocupação com os *favelados* do que a alternativa de se “acabar com as favelas”, além de aceitar que a “favela única”, embora constitua de fato uma remoção para uma área específica, não fique localizada fora da cidade. De qualquer maneira, a “solução” apresentava a qualidade de resolver os principais elementos negativos associados pelos textos, criados e/ou difundidos pelo *Correio*, às *favelas* já constituídas.

Em primeiro lugar, o aspecto sanitário, especialmente a questão dos fluídos, estaria resolvida com a adequada instalação de sistema de esgotos e a obrigatoriedade de sanitários⁴⁶⁵, assim, o solo e o ar não seriam contaminados pelas “águas servidas”. O processo de higiene corporal, das roupas e das casas estaria assegurado pela canalização da água, o que evitaria boa parte das “moléstias” e “contaminações microbianas”. Em suma, a “favela única” não consistiria em um “perigo sanitário” para a *cidade*.

Em segundo, temos a organização, pois, os “barracos” seriam modestos, como afirma a reportagem, mas seguiriam uma ordem prévia, sendo construídos em lotes demarcados, separados adequadamente por ruas de fácil acesso, pavimentadas e com meio-fio⁴⁶⁶. Oferecendo, assim, o mínimo de organização que uma cidade com “foros de civilizada” apresenta.

⁴⁶² “Multiplicam-se assustadoramente as favelas da Zona Norte da Cidade”, *Correio da Manhã*, 23 de agosto de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁶³ Para identificar a localização da referida Linha Auxiliar ver anexo V.

⁴⁶⁴ “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁶⁵ “Crescem assustadoramente as favelas da cidade”, *Correio da Manhã*, 08 de novembro de 1953, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁶⁶ “Removidas algumas favelas da orla marítima”, *Correio da Manhã*, 15 de junho de 1952, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

Terceiro, a questão policial, no caso, a falta de policiamento que permite a ação e a permanência dos “malandros”, estaria resolvida com a instalação de um posto policial permanente, bem como com as casas separadas por ruas mais largas permitiriam o “fácil acesso às viaturas, que sem dúvida afugentam os maus elementos”⁴⁶⁷. Ainda mais: “a reunião de todos os favelados em uma só, tornaria possível maior vigilância policial, evitando-se a consumação dos crimes, bem como maior repressão ao porte de armas”⁴⁶⁸. Nessas passagens, observa-se que a preocupação com o policiamento não se relaciona tanto com a segurança dos moradores dessa “favela única”, mas principalmente com a manutenção da ordem, ou seja, da possibilidade de controle policial dessa área e conseqüentemente de seus moradores, algo que, segundo o periódico, não é possível nos morros.

Quarto, a questão estética, que seria resolvida de duas formas: a primeira, pela própria construção das moradias, uma vez que as obras ocorreriam sob fiscalização direta, sendo até sugerido em uma reportagem que a estética deveria ser “uma das cláusulas incluídas no acordo para a construção do barraco”⁴⁶⁹. A segunda forma está na própria escolha da localização da “favela única”, isto é, distante dos bairros aristocráticos e das “belezas naturais” do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as *favelas* não mais ameaçariam a estética da *cidade*.

Por fim, a questão dos custos: em uma reportagem, argumenta-se que, se “dinheiro suficiente para a construção de habitações condignas e barata através dos cofres públicos, jamais será possível”, a construção da “favela única” não teria esse problema, pois “as despesas dessa solução estão ao alcance dos cofres municipais”, uma vez que seriam os próprios moradores desta *favela* quem construiriam os “barracos”, ficando a cargo da prefeitura conseguir o terreno e providenciar a infraestrutura básica.

Contrastando com as ideias sobre o tema que circulavam em outros espaços que refletiram sobre o mesmo, pode-se notar que no *Correio* há uma verdadeira amálgama de propostas. Salienta-se que preserva a grande preocupação com a questão estética e sanitária, que vimos ainda estar presente no discurso urbanístico do período. Igualmente faz eco ao discurso higienista preocupado com os fluidos e, especialmente, de como a configuração do espaço pode e deve ser usada em prol da segurança, do controle, da manutenção da ordem. O que, de certa forma, atendia também às expectativas de seus leitores de classe média e alta urbanas incomodados com a proximidade das *favelas*. Entretanto, avança em direção àquilo que

⁴⁶⁷ “Até nas favelas há crise de habitação”, *Correio da Manhã*, 24 de setembro de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem *Geriquinho*.

⁴⁶⁸ “Duzentos mil brasileiros entregues à própria sorte...”, *Correio da Manhã*, 25 de novembro de 1951, p.1, 4º caderno, reportagem *Gerico*.

⁴⁶⁹ “Aumentam as favelas no Rio”, *Correio da Manhã*, 17 de abril de 1953, p.3, 1º caderno, reportagem, *Gerico*.

o IBGE defendia em termos da inevitabilidade da *favela*, tendo em vista a sua importância econômica e a incapacidade de se resolver os problemas de fundo que a originam, estudos que o jornal bem conhecia. Mas, distancia-se daquilo que seria proposto pelo governo Vargas, através do urbanista Godoy Filho, ou seja, grandes investimentos públicos na construção de moradias populares, de preferência perto da zona de trabalho de seus habitantes.

Desta maneira, interpretamos esta fórmula original como uma estratégia do *Correio* em dialogar – com aproximações e afastamentos - com os diferentes discursos que circulavam sobre o difícil tema da *favela* e seus moradores. Era, igualmente, uma maneira de marcar uma posição própria com a oferta, no *Campo de Produção Ideológica*, de uma proposta diferente. Isto fica mais claro quando o jornal, três anos após apresentar pela primeira vez este “projeto”, volta ao tema, em fevereiro de 1954, afirmando que, “dada à insistência dos leitores, voltamos a solicitar às autoridades que pensem e meditem um pouco na construção de uma favela única, pelo menos para a construção dos novos barracos, proibindo-se o aparecimento de favelas em qualquer outro canto da cidade”⁴⁷⁰. Fala que indica como o jornal procura repercutir junto ao seu público de leitores a aceitação de uma proposta que tomou a iniciativa de oferecer à discussão, mostrando, assim, a sua importância como legítimo porta-voz da comunidade. Desta forma, voltamos ao tema: mesmo que o projeto seja voltado às populações moradoras de áreas de habitações precárias, o público a que o jornal parece querer representar é aquele que mais se incomoda do que propriamente habita nestas zonas.

Entretanto, apesar de avançar em relação à extinção pura e simples, esta proposta do jornal não deixa de indicar toda a visão hierárquica e segregacionista de cidade desenvolvida no *Correio da Manhã*, especialmente quando se opõe ao projeto do urbanista Godoy Filho e do decreto assinado por Vargas que previam casas destinadas aos classificados como *favelados* próximas dos locais de trabalho, isto é, das áreas com habitantes dotados de elevado poder aquisitivo. Na proposta da “favela única”, há uma clara perspectiva de limitar o local onde a população pobre pode ou não residir, isto é, ainda na cidade, mas em um lugar periférico da mesma. Construindo um bairro apenas para os chamados *favelados*, onde possam encontrar tudo que precisam e, assim, saiam deste local apenas para trabalhar, as hierarquias são mantidas sem violência física e com o consentimento dos “dominados”, que ainda contribuiriam como mão de obra barata para os “dominantes”. Mesmo que nesta “favela única” os seus moradores possam dispor de policiamento - mais para vigiá-los do que para protegê-los -, escolas, assistência médica e social, sua condição social inferiorizada passa a ser demarcada, espacial e

⁴⁷⁰ “Salvemos as crianças faveladas”, *Correio da Manhã*, 14 de fevereiro de 1954, p.1, 4º caderno, reportagem Gerico.

simbolicamente, por esta delimitação geográfica. Ou seja, sofrendo os efeitos da *violência simbólica* que vem associar o estigma social à inferioridade material que os dominados já experimentam a partir das suas condições objetivas de existência.

4.2.6 – Síntese do capítulo

Em síntese interpretativa, percebemos melhor agora porque o *Última Hora* foi lacunoso em apontar não apenas a *favela* como um *problema*, mas, especialmente, no quase silêncio sobre o tema do êxodo rural e do desequilíbrio campo cidade que, em parte, davam-lhe origem. Além disso, o empenho desta folha em evidenciar que a *favela* é um “lugar de renda” e não só de “miséria”, ou seja, que seus moradores são trabalhadores e que recebem e geram renda, contribui para legitimar sua presença na cidade. Mas também sinaliza que o processo que motivou a sua instalação na *favela* – a industrialização acelerada – é positivo e traz benefícios, mesmo no delicado tema do “enfavelamento” da Capital Federal. Da mesma maneira, pode justificar uma política de construção de casas populares, na medida em que se percebe o habitante destas áreas com capacidade financeira para adquirir uma habitação financiada a baixas mensalidades e a longo prazo, legitimando políticas públicas neste sentido. Bem como, a exposição ao grande público de que muitos classificados como *favelados* são segurados de Institutos de Previdência, chama a responsabilidade dessas autarquias para com seus segurados, novamente legitimando políticas públicas que apelam para a intervenção dessas Instituições.

Chama atenção, porém, a falta de referências diretas aos estudos do Censo de 1950, do IBGE, nem mesmo depois de sua publicação, em 1953, muito embora haja grande confluência da visão no *UH* com o que consta neste documento. Da mesma forma, embora também sem aparecer referências diretas, percebe-se a semelhança do discurso do impresso de Wainer com as ideias desenvolvidas academicamente no Serviço Social e na Sociologia. Já no que diz respeito ao urbanista Godoy Filho, diretor da Fundação da Casa Popular, envolvido nas políticas públicas do governo federal para o setor de moradia, as referências são diretas. O que podemos entender por duas formas: primeiro, o discurso do urbanista é o que melhor corresponde às propostas de construção de casas populares endossadas, por Vargas; e, segundo, o diário de Wainer está buscando legitimar suas tomadas de posição a partir da fala de um agente reconhecido em outro campo. Em última instância, seu discurso atendia aos interesses políticos de Getúlio, mas igualmente aos seus interesses no interior do *campo jornalístico*, ganhando

capital de prestígio frente ao público leitor e rendimentos econômicos, com aumento das tiragens e da publicidade.

Já no caso do *Correio da Manhã*, segundo nossa interpretação, sua linha de ação também pode ser compreendida a partir a posição que este assume dentro do *campo jornalístico* e da composição de seu público leitor. Frente a leitores com maior volume de capital cultural e econômico, o jornal assume principalmente a defesa das parcelas da população que se incomodam com as *favelas*, o morador da *cidade civilizada* assustado frente o avanço da *barbárie* e do *primarismo*. Da mesma maneira, procura apresentar explicações complexas sobre o fenômeno, apelando para fatores estruturais, bem ao gosto de um leitor intelectualmente mais sofisticado. Nesta visão, embora tenha localizado na industrialização acelerada do período parte do problema que levava ao “enfavelamento” da Capital Federal, não assumiu a defesa pura e simples do recuo do processo. Ao contrário, defendia uma industrialização mais equilibrada e menos intervencionista e localizou a origem do êxodo rural mais no “problema do latifúndio” do que nesta industrialização. Assim, sua principal bandeira era a reforma agrária, que atingia diretamente a oligarquia rural e não a elite urbana.

No que se refere às soluções paliativas, procuram dar conta destas questões: o “problema da favela” tem que ser solucionado, mas ela é um “mal inevitável”; assim, a melhor opção se torna a construção de uma “favela única”: lá as dificuldades com saneamento, feiura e criminalidade destas áreas poderiam ser resolvidas e o *favelado* continuaria prestando serviços baratos para as classes abastadas, mas morando longe dos olhos sensíveis dos “grã-finos” da Zona Sul, ou melhor, nas palavras do *Correio*, da “cidade civilizada”. Sendo uma espécie de “fórmula síntese” das demandas e visões sobre o problema oriundo dos mais diferentes campos dedicados ao estudo das *favelas*, a proposta do *CM* deve ser vista como uma estratégia para que o jornal tome uma posição particular, buscando o seu *desvio diferencial*, em um tema tão intrincado.

Por se turno, no caso do *Jornal do Brasil*, sua dubiedade de um impresso consumido pelas camadas populares urbanas, mas com textos voltados para a elite econômica e social lhe acarreta uma série de constrangimentos nas suas tomadas de posição. O jornal, assim, oscila entre a preocupação com a condição de vida do *favelado* – especialmente com o aspecto moral e a “degradação da família” - e o incômodo que o crescimento das chamadas *favelas* pode trazer para a *urbes* e para a agricultura. Sua postura passa a ser a defesa da extensão dos direitos trabalhistas ao campo, não tanto para beneficiar o trabalhador rural, mas para garantir a sua fixação ao solo e, com isso, conter o fluxo migratório para as cidades e garantir a mão de obra agrícola, sustentáculo econômico do país, na sua percepção. Para resolver o problema das ditas

favelas existentes, passa a defender as políticas de “extinção” e combater com veemência as propostas de melhoramento dessas áreas, tendo em vista o poder atrativo que isto pode exercer sobre o homem do campo. Todos esses elementos deixam transparecer a crença no *JB* de que ainda é possível “acabar com as favelas” e, no caso das remoções com construções de casas populares, estas que se elevem, mas longe da cidade. No lugar das *favelas* “extirpadas”, o reflorestamento do Distrito Federal, devolvendo-lhe a beleza natural de outrora passa a ser a principal alternativa.

Por tudo isto, o jornal se distanciou dos demais periódicos ao tratar do tema com “olhos mais voltados para o passado do que para o futuro”, ao sustentar posições mais drástica e negativa frente à *favela*, os *favelados* e as alternativas para resolver a questão. Mas igualmente se distinguiu do discurso de solidariedade cristã sobre os “pobres da cidade”, do qual manteve apenas os aspectos morais – e negativos. Aproximou-se, por fim, das ideias higienistas e sanitaristas que ainda perpassavam, ao menos em parte, o discurso urbanístico, para cujos portavozes deu visibilidade em suas páginas.

Por fim, a partir das representações criadas e difundidas pelos periódicos analisados, podemos estabelecer graficamente as posições de cada jornal no *CPI* referente ao debate sobre as *favelas*. Tais posições podem ser identificadas na imagem 2.



Fonte: Krilow (2018).

Utilizando a mesma representação gráfica apresentada anteriormente (capítulo II), podemos identificar as disposições dos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, a partir de suas tomadas de posição sobre as *favelas*.

Com isso, podemos observar como o *Última Hora* pode ser posicionado na parte superior do eixo vertical - por possuir uma visão mais positivada da *favela/favelado* - e à direita no eixo horizontal - em decorrência da defesa de políticas públicas de construção de casas populares -, ficando bem próximo ao polo “nós”. Percebe-se ainda, como este periódico se aproxima das posições do Censo realizado pelo IBGE e dos estudos elaborados para a ONU - publicados em livro -, ao mesmo tempo em que se opõe ao Censo da Prefeitura. Bem como, fica próximo das posições de parte do *campo acadêmico* (Serviço Social e Sociologia) e *campo religioso*, mas lembrando que em competição com estes *campos*. Por fim, fica mais afastado da outra parte do *campo acadêmico* (Arquitetura/Urbanismo) e do *campo econômico* (revistas de economia).

Já o *Correio da Manhã* por apresentar um projeto, digamos “próprio” - “favela única” - de solução para as *favelas*, mas sem acreditar na possibilidade de erradicação dessas áreas habitacionais ficou mais à direita no eixo horizontal, assim como, por difundir textos que enfatizam os aspectos negativos das *favelas/favelados* está mais a baixo no eixo vertical. Elementos que o aproximam de parte do *campo acadêmico* (Arquitetura/Urbanismo) e do *campo econômico* (revistas de economia). Ainda, por indicar que as *favelas/favelados* se constituíram em um “mal necessário” e que é possível salvá-los da “barbárie” e do “primarismo” via educação ficou no meio termo entre o polo que considera os *favelados* como “nós” e o polo que considera o favelado “outros”.

Por fim, *Jornal do Brasil*, por enfatizar a necessidade de erradicação das *favelas*, ocupa posição bem à esquerda no eixo horizontal e por difundir visões que exploram mais os aspectos negativos da *favela/favelado* fica mais no inferior do eixo vertical. Embora, muitas representações no *JB* convirjam com algumas encontradas em parte do *campo acadêmico* (Serviço Social e Sociologia) e do *campo religioso*, em decorrência da ênfase na necessidade de “extinção” das *favelas* pela transferência dos seus moradores para o meio rural ou outras regiões do país, fica em posição mais distante, quase isolado, podendo este elemento ser uma possível limitação deste esquema. Por fim, em decorrência da forte representação negativa sobre a *favela/favelado* acaba se aproximado da outra parte do *campo acadêmico* (Arquitetura/Urbanismo) e do *campo econômico* (revistas de economia), assim como, de uma parcela do *campo da administração pública* (Censo Prefeitura), mesmo que não tenhamos

encontrado referências aos *favelados* como racialmente inferiores, nesta questão o *JB* ficaria em posição neutra. Elementos que em seu conjunto aproximam este periódico do polo “outros”.

CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, vimos que, desde a sua origem, o termo *favela* é repleto de significações, havendo, assim, diversas possibilidades para a sua apropriação em um discurso. Como realidade dinâmica e mesmo surpreendente para os homens e mulheres que acompanharam o surgimento, crescimento e transformação demográfica dessas áreas de habitação ao longo do século XX, a *favela* também é fruto de diversas e constantes reconfigurações discursivas. Reconfigurações estas que estão longe de serem apenas disputas de eruditos para compor um dicionário da língua portuguesa, mas envolvem toda uma percepção de mundo e consequentes formas de agir sobre ele.

Neste sentido, identificou-se, na década de 1950, um período ímpar para o estudo das *representações sociais* sobre essas áreas habitacionais, condição provavelmente associada às impactantes transformações pelas quais as zonas classificadas como *favelas* estavam passando. Mas não só por isto, na medida em que a riqueza deste trabalho semântico não pode ser compreendida se não levarmos em conta a dinâmica que os espaços produtores de discursos e saberes sobre o social (*campos de produção simbólica*) igualmente apresentam. Assim, pudemos constatar a existência de diferentes agentes provenientes de *campos* distintos se posicionando sobre as chamadas *favelas* no debate público, o que permitiu que se montasse um esboço da discussão sobre o tema no *Campo de Produção Ideológica*, embora limitado às fontes impressas disponíveis. Neste universo, os jornais exerceram um papel muito relevante. A partir da sua área específica de produção de bens simbólicos, o *campo jornalístico*, os diários difundiram, mas também produziram visões e saberes sobre o tema em discussão, quer em oposição, quer em convergência com os demais *campos* e agentes que se preocupavam com o mesmo tópico.

Nesta pesquisa, foi possível encontrar alguns pontos de convergências entre os jornais estudados, *Correio da Manhã*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*. A construção discursiva das chamadas *favelas* como lugares da carência pela ausência de elementos infraestruturais básicos e a divisão de seus moradores entre “bons elementos” (trabalhadores) e “maus elementos” (malandros, criminosos etc.) estiveram presentes, de alguma forma, em todas as falas. Assim como a representação dessas áreas como um perigo tanto sanitário, quanto moral, especialmente para jovens e crianças. As aproximações entre textos nos periódicos também são identificadas quando os jornais procuram explicar as causas do “fenômeno”: a) a escassez de habitações para as classes populares, b) a responsabilização dos poderes públicos e c) as migrações para o Distrito Federal. Preponderam, assim, fatores que chamei de internos e externos à cidade - econômicos e administrativos tanto em nível local quanto nacional - e não a própria

responsabilização dos moradores, os classificados como *favelados*. Entretanto, embora haja uma convergência na eleição das causas, os fatores que levaram cada jornal a tomar suas posições são de ordens diferentes.

Por fim, ainda existem convergências quando se fala sobre algumas alternativas que deveriam ser adotadas para resolver o “problema das favelas”, a começar pela constatação da necessidade de se tomar medidas urgentes em relação a estas zonas, sendo a primeira delas o levantamento de dados sobre a população chamada *favelada* para, depois, decidir sobre as medidas a serem adotadas. O que indica a sintonia dos impressos com o “espírito científico” do pós-guerra e sua ênfase no levantamento de dados e no planejamento das ações dos “poderes públicos”. Entretanto, não faltou proximidade nas páginas dos impressos no que se refere às críticas à ação desses poderes em relação às *favelas*, quer seja porque as soluções até então adotadas não surtiram efeito ou pioraram a situação; quer seja pela inexistência de planos por parte da administração pública.

Com base no conceito de *campo jornalístico*, é possível afirmar que estes pontos de convergência oferecem indícios do que poderíamos chamar de *visão jornalística* do período sobre as áreas denominadas *favelas*, onde prepondera uma representação das mesmas pela ótica da carência e da precariedade, da vida “indigna” e nociva existência, tanto do ponto de vista material, quanto moral. Mas também temos um olhar de preocupação que exige cuidado e ação do poder público para que o “problema” seja solucionado, com uma forte prevalência da crítica sobre o elogio. Ponto que provavelmente é efeito da tentativa dos agentes jornalísticos de ocupar um papel intermediário de defesa do “interesse popular” frente à administração pública. Esta tentativa, no geral, tendeu a se materializar numa visão crítica da imprensa sobre os poderes públicos, salientando a sua ineficácia e inoperância, com algumas notáveis nuances. Ela também se refletiu discursivamente na fala autoreferencial dos impressos, onde estes se citam e procuram se colocar como agentes ativos do processo para demonstrar o quanto estariam empenhados na defesa dos seus leitores diante das ações do Estado.

Entretanto, os jornais não representaram as *favelas* num vazio discursivo. Ao contrário disto, sua fala emergiu - afastando-se, algumas vezes, aproximando-se, em outras - diante de outras falas provenientes de distintas áreas de produção simbólica que se dedicavam ao mesmo tema no debate público, que procuramos entender pelo conceito bourdiano de *Campo de Produção Ideológica*. Desta maneira, tópicos como a necessidade de se tomar medidas urgentes e a de conhecer e estudar o problema eram igualmente compartilhados por todos os discursos estudados sobre a questão, mostrando que, sobre a *favela*, se poderiam dizer muitas coisas, menos que ela não era uma questão que merecia urgente e dedicada atenção.

Entretanto, as divergências entre esses espaços de produção simbólica são igualmente substantivas. Não encontramos nos jornais, por exemplo, a análise idêntica aos textos acadêmicos do Serviço Social, nos quais as interpretações macroestruturais foram abandonadas e a ênfase na explicação do “fenômeno” era transferida para a responsabilização cultural do assim chamado “favelado”, na medida em que era “a ignorância do pobre” o principal fator que o impedia de “adquirir terreno próprio”, (BARCELOS, 1951, p.12). Igualmente não encontramos a visão presente em parte da *administração pública* que transparece no Censo da Prefeitura do Distrito Federal, no qual se lê que a *favela* é fruto da condição racial de seus moradores negros, cuja herança biológica não os permitia aproveitar a liberdade que o fim da escravidão lhes concedera. Opiniões que não deixam de espantar ao leitor de hoje, mas que provavelmente não eram totalmente estranhas aos homens do pós-guerra. Como entendê-las em produções mais elaboradas e supostamente técnicas? No primeiro caso, parece refletir a tentativa do Serviço Social em valorizar o seu trabalho possivelmente ressocializador do *favelado*. E, no segundo caso, parece reapropriar uma posição tradicional de quem apenas vê a *favela* como um estranho irrecuperável que deve ser, por isto, extirpada, legitimando as políticas públicas de remoção que se desejava empreender.

Divergências e aproximações também havia entre os impressos. no *Jornal do Brasil* e no *Correio da Manhã*, por exemplo, encontramos a representação das áreas chamadas *favelas* como “outro”, tomando como parâmetro de comparação um Rio de Janeiro mais idealizado do que “real”, construindo imageticamente uma cidade ideal muito próxima das concebidas pelo urbanismo sanitaria, que enfatiza o embelezamento em detrimento da funcionalidade. Isto transparece com força quando estes jornais representam essas áreas habitacionais como opostas à “civilização”, inicialmente por se contrapor à “*urbes* civilizada”, quer dizer, embelezada e higienizada. Em um segundo momento, quando a “civilização” é tomada como sinônimo de “cultura” - “branca”, europeia e ocidental – oposta à *favela* - negra, africana, primitiva. Representações que não estão distantes das percepções do *campo acadêmico*, quando seus agentes enfatizam a questão cultural como o grande problema a ser tratado na adequação do *favelado* ao mundo urbano pela sua (re)educação, formal, sanitária e moral. Mas tendem a se afastar das produções da administração pública, tanto daquela que vê a “favela negra” como irrecuperável (relatório sobre o Censo da Prefeitura), quanto Censo do IBGE, que valoriza a *favela* como moradia dos operários, local de renda e trabalho.

Mas, mesmo neste tópico, *Correio* e *JB* também se distanciam. Neste trabalho de ressignificação, é no jornal dos Bittencourt que encontramos mais ênfase na condição da chamada *favela* como oposta aos valores culturais ocidentais (ou seja, como *primitiva*, *africana*,

bárbara), construindo esta área e seus moradores como contrários a um “nós” representado pelo próprio jornal e o público leitor cujos interesses diz defender. Assim, por oposição ao “outro” da *favela*, jornal e leitores são construídos discursivamente como civilizados, ocidentais, em suma, a “cidade”. No *Jornal do Brasil*, encontramos um discurso mais preocupado com a situação social dos chamados *favelados*, ao mesmo tempo em que ocorre o reforço de críticas e preocupações morais com o seu modo de vida, com “vícios”, uma postura própria à visão religiosa – notadamente a Católica – sobre o problema social. Postura compreendida como decorrente da sua condição ambígua dentro do *campo jornalístico*, que o leva à defesa de algumas pautas “mais populares”, mesmo que seu público leitor seja majoritariamente composto pelas camadas mais abastadas, bem como decorrente de sua aproximação com a Igreja Católica.

Outro ponto de divergência está na forma de esboçar estas opiniões, sendo que, no *Correio*, há a predominância de textos editoriais e das reportagens do *Gerico*, enquanto no *JB*, a maioria dos escritos é de articulistas que compõe a equipe fixa do periódico e de autores externos, o que interpretado como um sintoma das posições que tradicionalmente estes periódicos ocupam no *campo jornalístico*. O *Correio*, que construiu o seu capital de prestígio como um “jornal de opinião”, mas sem vínculos partidários, e que ocupa uma posição dominante entre seus pares, coloca-se como produtor por excelência de suas falas, apelando topicamente para dados e relatórios oficiais que submete à sua própria interpretação. Para tanto, até dispõe de um espaço editorial específico voltado para temas urbanos – *Arquitetura* – cuja abordagem das *favelas* gera um efeito retórico de tratamento mais “técnico” do que opinativo sobre o assunto feito pelo próprio jornal. Já o *JB*, historicamente procurando salientar a sua “neutralidade” e em trajetória descente no período, apela mais para a responsabilização de seus jornalistas e pelo apoio da fala autorizada de outros campos, em especial o urbanista, com o qual parece ter mais afinidades.

Quando investigamos o jornal *Última Hora*, contudo, identificamos menos a construção da *favela* como “outro” e mais como um “nós”, definido a partir da identidade do chamado *favelado* com os demais moradores da *urbes* pela condição de trabalhador e produtor de renda. O que, segundo nossa interpretação, deriva da posição que este impresso procura construir no interior do *campo jornalístico*, isto é, como um “jornal do povo”, a serviço do “povo”, especialmente das camadas populares, ofertando, assim, visões diferentes, por vezes até opostas, sobre questões sociais, do que as difundidas pelos demais jornais da “grande imprensa” brasileira. Em consequência, nas páginas do *UH* há uma predominância dos “trabalhadores” em relação aos “malandros” na composição da população dita *favelada*, enquanto no *JB* e no

CM ocorre a prevalência dos segundos e construção destes como perigosos mais para “a cidade” do que propriamente para os “favelados”.

A “favela como um perigo” é outro ponto de divergência entre os jornais. De modo amplo, constou-se que, nas páginas de *Última Hora*, a *favela* é um perigo, contudo, é um perigo maior para os seus próprios moradores do que à ordem legal e moral da “cidade civilizada”. Por seu turno, no *Correio da Manhã* e no *Jornal do Brasil*, ao construírem a *favela* como um perigo, ocorre a ênfase na periculosidade desta para o restante da cidade, até mesmo do país. Desta forma, nos parâmetros encontrados no *Campo de Produção Ideológica*, pode-se dizer que as perspectivas identificadas em ambos os jornais se aproximam de um discurso hegemônico encontrado em diversos outros *campos*, como o *acadêmico* (Arquitetura e Serviço Social e Sociologia), o *empresarial* e o *religioso* (Fundação FLXIII), especialmente no que se refere à necessidade e possibilidade de recuperar o “favelado” pela educação. Enquanto na *UH* detecta-se um pensamento em parte semelhante à assistência social, mas muito próximo, mais uma vez, aos técnicos do IBGE.

Por fim, devemos salientar que, ao representar as chamadas *favelas* como lugar de carências como os demais impressos fizeram, o jornal de Samuel Wainer busca evidenciar esta situação, não em um tom de condenação, mas sim de denúncia. Isto é, faz a queixa pública das precariedades das condições de vida dos chamados *favelados*, para, então, exigir medidas corretivas, sanadoras. Neste sentido, há de se salientar que, embora todos os impressos analisados esmerem-se em apontar o poder público como responsáveis pelo “problema da favela”, não o fazem da mesma forma. Visivelmente, na *Última Hora* o forte de suas críticas é destinado à Prefeitura Municipal, colocando o governo federal liderado pelo presidente Vargas como o agente que poderá tomar as providências para resolver a situação, enquanto nas páginas dos demais jornais ocorre o ataque a ambas as instâncias, sem privilegiar uma ou outra. Diferenças que são explicadas pelo compromisso político do jornal de Wainer com Getúlio, o que não se verifica nos outros jornais – os quais, no geral, eram hostis a Vargas.

Mas a postura de vigilância sobre os poderes públicos também deve ser compreendida de outra maneira. Ao fazer isto, mesmo contra um prefeito indicado por Vargas, o *UH* reforça o papel que pretende construir discursivamente para si, ou seja, de “procurador eficiente e pontual” dos “necessitados”, assim, um mediador entre a sociedade e o Estado. Para tanto, procura “se vender” como o jornal que dá “voz” ao povo, não apenas falando pelos e dos chamados *favelados*, mas, também, abrindo espaço para que estes falassem por si mesmos. Isto permitiria ao jornal de Wainer uma forma própria de se inserir no *campo jornalístico*, por um “jornalismo de qualidade”, mas “porta-voz” não só das camadas populares, como das

“excluídas”, obtendo, com isto, ganhos simbólicos e materiais tanto fora quanto dentro do *campo jornalístico*. Desta maneira, não estranha a omissão e a crítica do jornal de Wainer com as ações da Fundação Leão XIII, com quem disputa a mesma condição de representante dos “mais necessitados” no *Campo de Produção Ideológica*.

De outra parte, ao colocar-se como “porta-voz” do povo na discussão pública o *Última Hora* coloca-se igualmente em oposição a outro agente do *campo jornalístico*, o *Correio*. Entretanto, a partir dos textos da seção *Fala o Povo na Última Hora* e do *Gerico*, do *CM*, pode-se constatar que os periódicos não se referem ao mesmo “povo”, pois, para o jornal de Wainer, este “povo” seria identificado com as classes populares, notadamente os mais despossuídos, como os *favelados*, enquanto, no *Correio da Manhã*, o “povo” seria exatamente o cidadão das classes médias e altas incomodado com o *favelado* supostamente defendido pelo jornal de Wainer. Diferenças que, novamente, expressariam as estratégias distintas de inserção no debate público de cada jornal a partir da sua destinação à diferentes públicos.

Todas estas distâncias e aproximações, porém, ficariam sem sentido se fossem apenas evidenciadas isoladamente, sem elementos mais gerais, mais estruturais, que as alinhavassem. Ao contrário disto, defendo que elas oferecem indícios das visões de mundo que preponderam nos periódicos.

Percebemos o grande silêncio na *Última Hora* em relação à possibilidade de o êxodo rural e, através dele, a industrialização acelerada do Brasil serem os causadores das nomeadas *favelas*, o que interpretamos como forma de desviar críticas ao processo de industrialização posto em prática por Vargas, haja vista a sua ligação com o presidente. Além disso, como vimos, a defesa deste projeto era igualmente benéfica a este jornal no que se refere à aproximação com partes de seus anunciantes – indústria nacional voltada ao varejo – e com seu público preferencial, os trabalhadores urbanos, muitos dos quais, provavelmente, eram moradores das chamadas *favelas*. Dessa forma, a partir da noção de “dupla determinação de Bourdieu”, compreendeu-se que, ao defender a industrialização acelerada, o periódico de Wainer atendia ao mesmo tempo os compromissos externos – dependência econômica e vinculações políticas – e seus interesses internos ao *campo jornalístico* de reforçar o seu capital de prestígio junto aos leitores preferenciais, provavelmente beneficiados pelo aumento dos empregos e da renda urbana decorrentes do processo.

Já nos textos difundidos pelo *Correio* encontramos, contudo, uma forte correlação entre o êxodo rural, a industrialização e a existência e ampliação das ditas *favelas*, mas o jornal busca ver essa situação como a expressão de dificuldades decorrentes de processos estruturais. O *JB*, porém, é mais contundente, sendo o periódico que mais difunde textos críticos em relação à

migração campo cidade derivada da industrialização como causa das áreas de habitação classificadas como *favela*. Seriam então ambos os jornais igualmente contrários a este processo?

Verificamos na dissertação o contrário. Percebe-se como no *JB* tem-se a ênfase na responsabilidade do êxodo rural como causador e ampliador das chamadas *favelas* e, assim, torna-se o impresso que mais se dedica a abordar as possíveis medidas pra cessar o esvaziamento dos campos, fixando o homem na terra. Assim, a defesa das melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais torna-se uma das bandeiras de luta do jornal, com a defesa até de uma “legislação trabalhista para o trabalhador rural”. Argumentação em primeira vista pode parecer “progressista”, próxima às futuras demandas dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais, no país. Interpretou-se, porém, esta postura como uma posição conservadora, no sentido do lema “reformular para conservar”. Interpretação reforçada quando notamos que a proposta de reforma agrária no jornal é muito tímida, sem ameaçar a estrutura fundiária altamente concentradora de terras do país.

Esta interpretação é igualmente encorpada quando inserimos na análise outras pesquisas que identificam no *Jornal do Brasil* a defesa da especialização agrária como o projeto mais viável de “desenvolvimento” para o país em detrimento da industrialização acelerada. Isto, porém, sem ser possível equivaler a linha de ação do impresso com a defesa dos interesses agroexportadores – os quais repudiavam a extensão de direitos trabalhistas ao campo – e mesmo a uma postura antiindustrialista, tendo em vista que o periódico de Pereira Carneiro defendia a industrialização do Brasil, mas em equilíbrio com o desenvolvimento agrícola. Acima de tudo, a posição no jornal refletiria uma opinião liberal *ortodoxa*, guiada pelo conceito clássico da lei das vantagens comparativas ricardiano. Neste sentido, é interessante perceber quanto o discurso do jornal o afasta aqui das ações da Igreja Católica através da Fundação Leão XIII, a qual ganha pouca visibilidade no *JB*, na medida em que a ação paliativa desta Fundação nas *favelas* tendia a atrair mais do que repudiar os colonos migrantes para estas áreas.

Já o *Correio*, ao apontar, em suas páginas, o êxodo rural como uma das principais causas das chamadas *favelas*, coloca a reforma agrária como necessária à fixação do homem ao campo e, assim, combater o problema do incremento destas áreas nas grandes cidades. Mas a visão de mundo que molda essa perspectiva é muito distinta da visão no *JB*, pois, para o *CM*, a indústria seria a propulsora da superação do “atraso econômico” do país, na medida em que fosse promovida de forma “planejada”, com menor protecionismo e mais participação de capital estrangeiro. Dessa forma, mesmo que por caminhos bem distintos do *JB*, no *CM* não se identifica crítica a industrialização em si mesma, mas como o processo era conduzido pelo

Segundo Governo Vargas. Mas isto sem ser necessariamente um baluarte do liberalismo, doutrina incompatível com o conceito de planejamento, e mais próxima a corrente classificada como desenvolvimentismo não-nacionalista.

Após estes pontos analisados, chegamos ao que poderia ser identificado como os projetos presentes em cada periódico para resolver a questão das *favelas*. Na *Última Hora*, tendo em vista a sua visão sobre a funcionalidade da *favela* como local de trabalho e renda, não causa estranheza a defesa de um projeto de ampliação na construção de moradias populares, proposta sustentada desde a fundação do jornal, mas que ganhou mais ênfase depois de Vargas lança uma proposta no mesmo sentido. Desta forma, tal “bandeira” poderia lhe garantir um duplo e interligado ganho: aproximação com o programa de Getúlio para o setor e capital de prestígio junto ao seu público leitor preferencial, possivelmente beneficiado com a construção das casas populares, sem contar os rendimentos econômicos que tal programa poderia lhe gerar no médio prazo. Nesse sentido, considerando as propostas em voga no *CPI*, as posições da *Última Hora* se aproximam das proposições do *campo acadêmico*, dialogando com parte do *campo da administração pública*, especialmente o relatório de Durval de Magalhães Coelho.

No caso do *Jornal do Brasil*, sua ligação com a Igreja Católica mais preocupada com a situação social do chamado *favelado*, não o impede de defender abertamente a “extinção” das chamadas *favelas* e criticar projetos de intervenção que visem o melhoramento e saneamento dessas áreas habitacionais, quase que retomando a “Batalha do Rio” encampada por Carlos Lacerda em 1948. Assim, sua argumentação aproximava-se das ideias higienistas e sanitaristas que ainda permeavam, ao menos em parte, o discurso urbanístico, ao qual o jornal dava visibilidade. Posicionamento que compreendemos a partir de uma visão de mundo mais voltada ao passado agroexportador e “urbano-sanitarista” e do que propriamente ao futuro industrializado e de cidades funcionais. Ainda mais, expunha a perspectiva de que as ditas *favelas* eram uma questão transitória e por isso ainda poderiam ser solucionadas via eliminação.

Com uma visão bem distinta, já reconhecendo a possibilidade de que as ditas *favelas* não poderiam ser apenas uma situação transitória, o *Correio da Manhã* difundiu uma proposta original que visava à construção de uma “favela única”, que reuniria num só terreno, de propriedade da Prefeitura, nos arredores da cidade, preferencialmente na Linha Auxiliar da Central do Brasil, todas as chamadas *favelas* do Distrito Federal. Fórmula, sem dúvida, original, que entendemos como uma fórmula *estratégica*, no sentido de Bourdieu, ou seja, que procurava atender a uma série de demandas: ela combatia todos os pontos negativos que essas áreas habitacionais representavam para este periódico, satisfazendo, assim, os apelos de seu público leitor para uma solução do “incômodo”; ela, de alguma forma, incorporava a visão da época,

presente notadamente nos documentos do IBGE, que concebia a *favela* como um “mal necessário” devido a sua funcionalidade econômica; igualmente satisfazia os anseios urbanistas por saneamento e embelezamento da cidade, ao construir a “favela única” longe dos bairros “aristocráticos”; por fim, aproximava-se do discurso do Serviço Social e da FLXIII por um projeto de recuperação educacional do *favelado*. Mas, dotada de “barracos” e localizada na periferia da cidade, a proposta da “favela única” se afastava, quando não se opunha, ao que era proposto pelo governo Vargas – construção de casas populares - e a argumentos de alguns documentos oficiais, como o próprio Censo do IBGE, que defendiam a manutenção dos moradores das chamadas *favelas* próximos ao seu local de trabalho. Por fim, ela reforçava a sua posição no *campo jornalístico* como um “jornal de opinião” e sua ligação do jornal com a elite carioca, ao consolidar, mais do que combater, uma visão socialmente hierárquica e espacialmente segregacionista do “favelado”.

Concluindo-se, a partir do aporte teórico bourdiano, vimos como a representação da *favela* foi alvo de diversos discursos, que se aproximaram e se dispersaram no *Campo de Produção Ideológica*, onde se debateu o que ela seria, quais seriam as suas possíveis origens e que medidas deveriam ser tomadas para solucionar o “problema”, medidas estas que iam desde a sua extinção pura e simples, até a sua incorporação à urbes como um “mal necessário”, que deveria ser tolerada, saneada ou reconstruída.

Sendo assim, diversas vozes falaram sobre a *favela* e sobre os *favelados* no *campo de produção ideológica*. Entretanto, tiveram voz os ditos “favelados” neste processo?

Pergunta instigante, uma vez que possuímos um jornal que se constrói como aquele que irá dar “voz” às camadas populares, mas será que isso realmente ocorre?

Difícilmente, pois não podemos esquecer que, ao fim, é uma elite intelectual – os jornalistas - que está escrevendo sobre as *favelas*, a qual está ainda buscando formas de distinção e reconhecimento social sobre a fala mais autorizada acerca do tema em questão. Desta maneira, ao falar sobre a *favela*, os jornalistas empregam as suas formas de ver e descrever a realidade, as quais, por mais diferentes que sejam, são gestadas e incorporadas como *habitus* a partir da sua condição de classe (média e alta), as quais não são as mesmas dos classificados como *favelados*. Ainda mais, mesmo quando as origens sociais dos jornalistas e mesmo donos de jornal sejam mais próximos aos grupos mais desprovidos de capital - como no caso de Wainer -, o seu *habitus* secundário, isto é, formado na academia ou na profissão, auxiliam a moldar sua forma de ver o mundo e a se distar destes grupos, por mais que ainda quieram se identificar com eles.

Como bem salienta Bourdieu, o *Campo de Produção Ideológica*, ao se constituir mediante o monopólio sobre as falas legítimas acerca do mundo social - falas “sábias”, “bem elaboradas”, quer sejam políticas, científicas ou jornalísticas -, implica necessariamente na existência dos “despossuídos do discurso”. Ou seja, dos grupos de baixo volume de capital econômico, cultural e mesmo simbólicos que, diante da *autoridade* verborrágica daqueles que se colocam como seus representantes no debate público, acabam sendo falados por eles, consentindo nisto ou não.

Neste sentido, não nos surpreender que os termos *favela* e *favelado* continuasse a ser usados por todos os agentes letrados desta disputa, impregnados com uma carga negativa construída historicamente, sendo cada vez mais verdadeira a frase de Valladares “as representações da favela, dominantes, na segunda metade do século XX, são amplamente tributárias daquelas desenvolvidas durante as décadas iniciais do referido século, que podem ser consideradas organizadoras de um mito fundador da representação social da favela” (VALLADARES, 2005, p.22). Assim, pode-se afirmar que, mesmo pelos discursos que queriam lhe dar voz, a *favela* e os *favelados* continuaram sendo um lugar de miséria material e moral, de doenças e de criminalidades. De uma forma de outra, pela palavra de seus detratores ou de seus defensores, o estigma sobre a *favela* permanece e se reforça e a *violência simbólica* veio a se duplicar sobre a violência material que os dominados já sofreriam em virtude do baixo volume de capital econômico e cultural de que dispunham.

FONTES

AGACHE, A. Rio de Janeiro: **Extensão, remodelação, embelezamento**. Tradução de: Francesca de Souza. Paris: Foyer Brésilien Editor, 1930.

BARCELOS, Fernanda A. V. F. **As Favelas: estudo sociológico**. Niterói: Livraria Universitária, 1951. 128p.

CARVALHO, Benjamin de Araújo. **O Problema Higiênico das Favelas**. 1951. 40f. Tese (Livre-Docência em Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades) - Faculdade Nacional de Arquitetura, Universidade do Brasil, Rio de Janeiro, 1951.

COELHO, Durval de Magalhães. **Contribuição para a Campanha de Extinção das Favelas**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, 1949. 15p.

COSTA PINTO, L.A. Prefácio. In.: COSTA PINTO, L.A. **O Negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE - Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Documentos Censitários. Série C – Número 9. 1953. 54p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamentos Geral do Brasil** (1º de setembro de 1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1950.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro Conselho Nacional de Estatística - Serviço Nacional de Recenseamento, 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico de 1960**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Departamento de Estatística de População.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA GERAL DO INTERIOR E SEGURANÇA. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo das Favelas: aspectos gerais**. Departamento de Geografia e Estatística/Secretaria Geral do Interior e Segurança, Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1949.

A face dramática da cidade. **O Observador Econômico e Financeiro**. Rio de Janeiro, n. 161, junho. 1949.

Estranho mundo dos Morros: Censo retrata as favelas. **O Observador Econômico e Financeiro**, Rio de Janeiro, n. 191, dezembro. 1951.

A população das Favelas Cariocas. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 5, maio. 1952.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ABREU, Alzira Alves de (coord). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.
- ABREU, Alzira Alves de; LETMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- _____. **A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ABREU, Maurício de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.
- _____. **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transporte, 1992.
- AGUIAR, Rafe. **Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões**. Coisas de Jornalista, 2016.
- AMOROSO, Mauro. A favela faltou na foto: a cobertura do desmonte do Santo Antônio pelas lentes do Correio da Manhã. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 1, n. 1, 2009.
- ALMEIDA, A. G.; NAJAR, A. L. Cidade Maravilhosa e Cidade Partida. Notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. **Revista Rua**, Campinas, v. 1, n. 18, jun. 2012.
- ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva; RENNEN Marra. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista da Política Agrícola**, Brasília, ano XX, n. 2, abr./jun. 2011.
- ARCHÊRO Jr., Achilles; CONTE, Alberto. **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Edições e Publicações Brasil. 1949.
- AYDOS, Mariana Recena. Migrações Internas no Brasil Contemporâneo: reflexões teóricas e analíticas dos principais fluxos interestaduais 1930-2008. In.: SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DO IPPUR/UFRJ, 15., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BAER, Werner. **A economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.
- BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.44, n. 3, jul./set. 1982.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. A política habitacional no Brasil (1930-1990). **Revela FALS**, São Paulo, ano I, n. 02, mar. 2008.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuições para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2015a.

_____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2015b.

_____. **A Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Três estados do campo. In.: BOURDIEU, P. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. Trad. de: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. O campo intelectual: um mundo à parte. In.: BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: brasiliense, 1990.

_____. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Perspectiva, 1989.

_____. O mercado de Bens simbólicos. In.: MICELI, Sérgio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____; PASSERON, Jean-Claude. **Os Herdeiros**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução Francesa**. São Paulo: Edipro, 2014.

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo à Favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. **Revista Economia e Política**, São Paulo, vol. 9, n. 1, jan./mar. 1989.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 16. ed. São Paulo: CELATS, 2004.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). **Media & Jornalismo**, Coimbra, v.1, n.3, 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002a.

_____. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002b.

CONNIFF, Michael L. **Política Urbana do Brasil**: A ascensão do populismo (1925 - 1945). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

CORRÊA, Maria, L. Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954). In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**. 2015. 350f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Comp. De Bolso, 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOMINGOS, Charles Sidarta M. D. Será o Populismo um conceito operacional? Notas para o debate. **AEDOS**, Porto Alegre, v.1 n.1, 2008.

DRUMOND, Valéria Abritta Teixeira. **O Princípio da Integração do Trabalhador na Empresa no Sistema Jurídico - Constitucional Brasileiro**. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho) - Faculdade Mineira de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.

FAVERSANI, Fábio. Panem et Ciercenses: breve Análise de uma Perspectiva de Incompreensão da Pobreza no Mundo Romano. **Revistas Varia História**, Belo Horizonte, n. 22, jan. 2000.

FOGAGNOLI, Marcela. O SAPS e a boa alimentação: O Serviço de Alimentação da Previdência Social e os trabalhadores (1940-1950). In.: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

FERREIRA, Jorge. De volta ao Catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954). In: BAUM, Ana (Org.). **Vargas, agosto de 1954**: a história contada pelas ondas do rádio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Maurício de Almeida Abreu: Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32.ed. São Paulo: Editora Nacional, 2003.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O Campo das Produções Simbólicas e o Campo Científico em Bourdieu. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 97, mai. 1996.

GOLDENSTEIN, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

KING, Arden R. Verbete civilização. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

KONRATH, Magale. **As representações sociais do trabalho entre um grupo de praticantes de ginástica laboral**: um estudo de caso no Centro Universitário FEEVALE. 2006. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

LAURENZA, Ana M. A. **Lacerda X Wainer**: o Corvo e o Bessarabiano. 2 ed., São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado.** São Paulo: Paz e Terra: 2000.

LISBOA, Severina Sarah. Os fatores determinantes dos novos movimentos migratórios. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, v.5, 2008.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização.** Editora Alfa Omega, São Paulo, 1978.

MARTINS, Luis C. P. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

_____. **O processo de criação da Petrobrás: imprensa e política no segundo governo Vargas.** 2006. 243f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MERRICK, Thomas. A População Brasileira a Partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa; KLEIN, Herbert S. **A Transição Incompleta: Brasil desde 1945.** v. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MILANO, Jorge Zettoni. **Um lugar para chamar de seu? O Programa Minha Casa Minha Vida e a ideologia da casa própria.** 2013. 154f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

MONTAGNER, Miguel Ângelo; MONTAGNER, Maria Inez. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v.5, n. 2, 2011.

MONTENEGRO, A.T., Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In.: Ferreira, J.; Delgado, L.A.N (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (1945-1964).** v. 3, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Ambiguidades da Modernização Urbano-industrial no Brasil Republicano (fins do século XIX – início do século XX). In.: REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de Moraes. **Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal.** Rio de Janeiro: Ática, 1995.

MÜLLER, Gláucia Regina Ramos. **A influência do Urbanismo Sanitarista na transformação do espaço urbano em Florianópolis.** 2002. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade cultural e alteridade: problematizações necessárias. **Revistas Spartacus**, Santa Cruz do Sul, 2004.

PANDOLFI, Dulce; GRYSZPAN Mario. Poder Público e Favelas: uma relação delicada. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). **Cidades: história e desafios.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PATARRA, Neide L. **Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços**. Rio de Janeiro Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003.

OLIVEIRA, Samuel Silva R. de. “**Trabalhadores Favelados**”: identificação das favelas e movimentos sociais no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte. 2014, 331f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2014.

ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In.: ORTIZ, R. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

REZENDE, Vera F. Planos e Regulação Urbanística: A dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

_____. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1 n. 31, 2003.

_____. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? **Ciberlegenda**, Niterói, n. 8, 2002.

RIBEIRO, Lavina M. **Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Diferentes conflitos, poderes e disputas territoriais: o papel da Igreja Católica no espaço das favelas na cidade do Rio de Janeiro (1947-1962)**. **Escripta Nova**. Barcelona, v. 16, n.418, nov. 2012.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: EdUSP, 1996.

SILVA, Gerardo. ReFavela (notas sobre a definição de favela). **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 39, jan./abr. 2013.

SILVA, Hélio. 1954: **Um tiro no coração**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

_____. Morel, o Repórter. In.: MOREL, Edmar. **Histórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo I.** 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

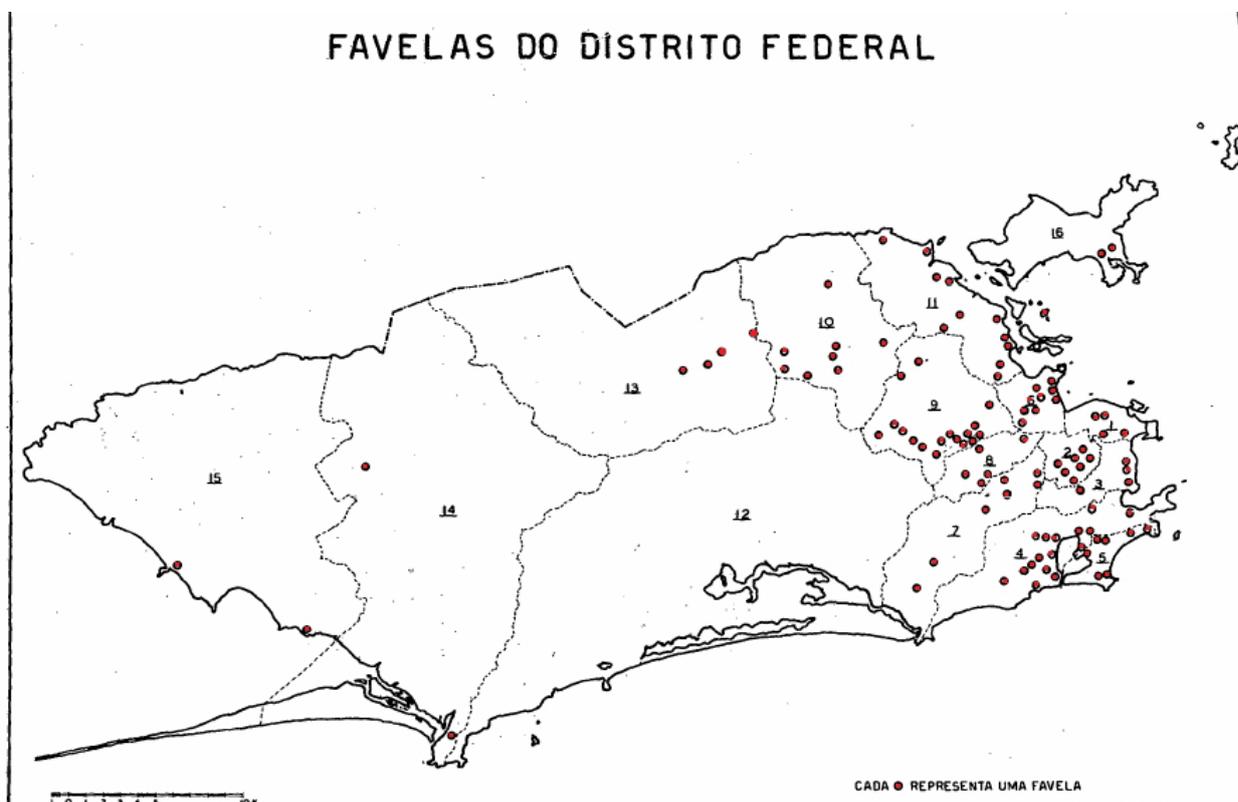
VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado; MEDEIROS, Lidia. **Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906 – 2000: uma bibliografia analítica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003.

WAINER, S. **Minha Razão de Viver.** Rio de Janeiro. Record. 1993.

ANEXOS

ANEXO A – Mapa do Rio de Janeiro, onde estão marcadas as favelas do Distrito Federal recenseadas em 1947-1948



Fonte: PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA GERAL DO INTERIOR E SEGURANÇA. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo das Favelas: aspectos gerais. Departamento de Geografia e Estatística/Secretaria Geral do Interior e Segurança, Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1949, p.7.

ANEXO B – Tabulação de dados com o número total de textos analisados, número de textos analisados por tipo em cada jornal e, com o número de tipos por semestre em cada jornal.

Tabulação dados – Número total de textos analisados e número de textos analisados por tipo em cada jornal				
Total de textos = 160				
Tipos	Total tipos	CM	JB	UH
Editorial principal	9	7	-	2
Editorial menor	49	19	26	4
Coluna Não Assinada	17	4	-	13
Coluna Assinada	7	-	4	4
Artigo	31	8	22	-
Reportagem	47	26	-	21
Total	160	64	52	44

Tabulação de dados – Número de tipos por semestre no <i>Correio da Manhã</i>								
Tipos	1951/2	1952/1	1952/2	1953/1	1953/2	1954/1	1954/2	Total
Editorial principal	2	4	-	1	-	-	-	7
Editorial menor	1	6	1	7	3	-	1	19
Coluna Não Assinada	3	-	-	-	-	1	-	4
Coluna Assinada	-	-	-	-	-	-	-	-
Artigo	1	3	-	1	2	1	-	8
Reportagem	3	2	-	3	7	5	6	26
Total semestral	10	15	1	12	12	7	7	
Total anual	10	16		24		14		64

Tabulação de dados – Número de tipos por semestre no <i>Jornal do Brasil</i>								
Tipos	1951/2	1952/1	1952/2	1953/1	1953/2	1954/1	1954/2	Total
Editorial principal	-	-	-	-	-	-	-	-
Editorial menor	11	5	3	1	4	-	2	26
Coluna Não Assinada	-	-	-	-	-	-	-	-
Coluna Assinada	-	3	-	-	-	-	1	4
Artigo	4	3	2	3	6	3	1	22
Reportagem	-	-	-	-	-	-	-	-
Total semestral	15	11	5	4	10	3	4	
Total anual	15	16		14		7		52

Tabulação de dados – Número de tipos por semestre no <i>Última Hora</i>								
Tipos	1951/2	1952/1	1952/2	1953/1	1953/2	1954/1	1954/2	Total
Editorial	-	-	1	1	-	-	-	2
Editorial menor	-	-	-	-	4	-	-	4
Coluna Não Assinada	8	3	-	-	1	1	-	13
Coluna Assinada	-	-	-	-	-	4	-	4
Artigo	-	-	-	-	-	-	-	-
Reportagem	9	4	1	1	3	1	2	21
Total semestral	17	7	2	2	8	6	2	
Total anual	17	9		10		8		44

ANEXO C – Tabulações dos textos por unidades de análise do jornal *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*.

Tabulação Dados – Número de textos por unidade de análise em cada jornal				
Unidade análise (UA)	Total (UA)	CM	JB	UH
Caracterização	122	55	40	27
Causa	80	34	29	17
Solução	82	30	23	29

Tabulação dados – Número de tipos por unidade de análise			
Tipos	Unidades de análise		
	Caracterização	Causa	Solução
Editorial principal	6	7	3
Editorial menor	34	24	24
Coluna Não Assinada	11	5	9
Coluna Assinada	4	2	4
Artigo	26	16	13
Reportagem	41	26	29
Total	122	80	82

Tabulação Dados – Número de tipos por unidade de análise em cada jornal									
Tipos	Descrição			Causa			Solução		
	CM	JB	UH	CM	JB	UH	CM	JB	UH
Editorial principal	4	-	2	6	-	1	2	-	1
Editorial menor	16	18	-	8	16	-	9	11	4
Coluna Não Assinada	4	-	7	1	-	4	-	-	9
Coluna Assinada	-	2	2	-	1	1	-	3	1
Artigo	6	20	-	4	12	-	4	9	-
Reportagem	25	-	16	15	-	11	15	-	14
Total	55	40	27	34	29	17	30	23	29

ANEXO D – Descrição das unidades encontradas na “leitura flutuante” do corpus documental

CAUSA
[C-OF] – Causa – Origem Favela
[C-OF=FIC] – Causa – Origem Favelas – Fatores Internos à Cidade
[C-OF=FIC-DRJ] – ligada ao desenvolvimento do RJ
[C-OF=FIC-PP] – ligada aos poderes públicos
[C-OF=FIC-PT] – ligada a proximidade do trabalho
[C-OF=FIC-H] – ligada à habitação
[C-OF=FEC-MA] – Causa – Origem Favelas – Fatores Externos à Cidade – ligados a um Movimento mais Amplo
[C-OF=FEC-M] – ligada às migrações
[C-OF=FEC-ER] – ligada ao êxodo rural
[C-OF=FEC-MA-BNV] - ligada ao baixo nível de vida da população
[C-OF=FEC-MA-I] – ligada à - industrialização
[C-OF=FEC-MA-Des] - desajustamento
[C-OF=FEC-MA-ÑPB] - não é um problema só do Brasil
[C-OF=FEC-MA-ES] – a favela é a expressão do subdesenvolvimento
[C-MF] – Causa Manutenção Favelas
[C-MF=FIC] – Causa – Manutenção Favelas – Fatores Internos à Cidade
[C-MF=FIC-PP-M] – ligada ao Poder Público Municipal
[C-MF=FIC-PP-F] – ligada ao Poder Público Federal
[C-MF=FIC-IP] – ligada aos Institutos de Previdência
[C-MF=FIC-H] – ligada à habitação
[C-AF] – Causa Aumento Favelas
[C-AF=FIC] – Causa – Aumento Favelas – Fatores Internos à Cidade
[C-AF=FIC-H] – ligada à habitação
[C-AF=FIC-RU] – ligada às reformas urbanas
[C-AF=FIC-PP] – ligada aos poderes públicos
[C-AF=FIC-PP-M] - ligada ao poder público municipal
[C-AF=FIC-PP-F] – ligada ao poder público federal
[C-AF=FIC-EI] – ligada à Especulação imobiliária
[C-AF=FEC-MA] – Causa – Aumento Favelas – Fatores Externos à Cidade – ligados a um Movimento mais Amplo
[C-AF=FEC-M] – ligada às migrações
[C-AF=FEC-ER] – ligada ao Êxodo Rural
[C-AF=FEC-FA-I] – ligada à industrialização
[CF] – CARACTERIZAÇÃO
[CF=CP] – possui características próprias
[CF=AIE] – Aspectos Infraestruturais
[CF=M] – Ligada à miséria
[CF=AE] – Aspectos econômicas
[CF=RFC] - Descrição da favela em relação ao restante da cidade
[CF=AF] – Aumento das favelas
[CF=AM] – Aspectos morais
[CF=AS] – Aspectos sanitários
[CF=Ant-S] - Antissocial
[CF=SCA] – sem controle das autoridades
[CF=AO] – Ameaça à ordem
[CF=Cr] – Favela e criminalidade
[CF=PCJ] – Perigo para crianças e jovens
[CF=D] – como uma Doença
[CF=D/DS] – desajustamento/desordem social
[CF=IC] – Favela incompatível com civilização

[CF=MN] - favela como um mal necessário	
[CFD] – Caracterização Favelado	
[CFD=H] – Hábitos	
[CFD=VV] – são vítimas de violência	
[CFD=Exp] – são explorados	
[CFD=T] – Trabalhadores	
[CFD=NG] – necessidade de ser guiado	
[CFD=V, C, M] – vadios, criminosos, malandros	
[CFD=MMP] – Favelado como massa de manobra política	
[CFD+Pol] – favelado e a política	
[SF] – Solução Favelas	
[SF=NCF] – Necessidade de conhecer as favelas	
[SF=IPP] – Solução para as favelas passa pela intervenção dos Poderes Públicos	
[SF=IPP-M] - Intervenção dos Poderes Públicos Municipais	
[SF=IPP=M-FU]- Intervenção dos Poderes Públicos Municipais para a construção da Favela Única	
[SF=IPP-F] – Solução para as favelas passa pela intervenção dos Poderes Públicos Federais	
[SF=IP] - Solução para as favelas passa pelos Institutos de Previdência	
[SF=AF] – Acabar com a favela	[SF=AF-DF] - deslocar as favelas/favelados
	[SF=AF-S] - Suprimir
	[SF=AF-P] – Solução Paulatina
	[SF=AF-Ex] – Extirpar
[SF=AER] – Acabar com o êxodo rural	
[SF=SE] – Medidas sem efeito	
[SF=SP] – Sem plano para solucionar a Questão	
[SF=ENF] – Evitar a construção de novas favelas e/ou ampliação das antigas	
[SF=MF] – Melhorar as favelas existentes	
[SF=DMF] – Desconfiança na perspectiva de que a solução estaria em melhorar as favelas existentes	
[SF=ÑS] – Solução não é sanear (melhorar; urbanizar)	

Produção e transportes

Novo apelo acaba de fazer o chefe do Governo no sentido de ser aumentada a produção agrícola no País...

As dificuldades de toda ordem, porém, têm entravado o desenvolvimento agrícola, porque ele não está dependente de...

Além de tudo a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção. Todavia, o contraponto a isto é...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

Para que a preferência nos comparemos pelo lado da eficiência, temos de dar ao problema em apreço conteúdo capaz de ser resolvido pela sua própria produtividade...

Se a vida civil para a terra e para a indústria, para a agricultura, a vida urbana, os pontos de destino, dando origem a um planejamento que seja para sobreviver diante da crise...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

MENOS E MELHORES

De acordo com o Sr. Jacelino Kubitschek, governador do Estado de Minas Gerais, destruído que consideramos a tardia e discutida sobre a reforma constitucional...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

Para que a preferência nos comparemos pelo lado da eficiência, temos de dar ao problema em apreço conteúdo capaz de ser resolvido pela sua própria produtividade...

Se a vida civil para a terra e para a indústria, para a agricultura, a vida urbana, os pontos de destino, dando origem a um planejamento que seja para sobreviver diante da crise...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

AS CLASSES MÉDIAS

De acordo com o Sr. Jacelino Kubitschek, governador do Estado de Minas Gerais, destruído que consideramos a tardia e discutida sobre a reforma constitucional...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

Para que a preferência nos comparemos pelo lado da eficiência, temos de dar ao problema em apreço conteúdo capaz de ser resolvido pela sua própria produtividade...

Se a vida civil para a terra e para a indústria, para a agricultura, a vida urbana, os pontos de destino, dando origem a um planejamento que seja para sobreviver diante da crise...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

O PROBLEMA DAS FAVELAS

O problema das favelas, que se trata de um problema social e econômico, tem sido tratado de diversas maneiras...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

Para que a preferência nos comparemos pelo lado da eficiência, temos de dar ao problema em apreço conteúdo capaz de ser resolvido pela sua própria produtividade...

Se a vida civil para a terra e para a indústria, para a agricultura, a vida urbana, os pontos de destino, dando origem a um planejamento que seja para sobreviver diante da crise...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

DILIGITE JUSTITIAM

O Poder Judiciário, que é o órgão responsável pela aplicação da lei, tem sido alvo de diversas críticas...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

Para que a preferência nos comparemos pelo lado da eficiência, temos de dar ao problema em apreço conteúdo capaz de ser resolvido pela sua própria produtividade...

Se a vida civil para a terra e para a indústria, para a agricultura, a vida urbana, os pontos de destino, dando origem a um planejamento que seja para sobreviver diante da crise...

Além disso, a experiência vem importante fator de engrandecimento da economia nacional, como sabe ser o volume da produção...

Subordinada às deficiências que apresenta atualmente a colheita em suas condições de produção...

Que seja o destino das produções, agora estimadas como normalmente pelo chefe do Governo, o planejamento geral dos que amaria por uma vida melhor...

EDITORIAL

Texto não assinado

Editorial menor

TEXTOS NÃO ASSINADOS

Editoriais menores

Editoriais menores

Diversas Notícias
O Presidente da República...

A REFORMA E A UDN
Conclusões parciais da comissão partidária que estuda a reforma

Aprovado o trabalho pela bancada da UDN na Câmara - Redução do número de ministérios propostos - Unificação dos institutos - A UDN contra a criação do Conselho de Planejamento - Outros pontos importantes da reforma focalizados pelo documento

Um resumo da bancada da UDN na Câmara, ontem realizada, fez o relato do trabalho do Partido...

PRELIMINARES
A fruição do dia 7 de fevereiro...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

Na verdade, em novo tratado, o projeto de lei de criação do Conselho de Planejamento...

A renovação da Aeronáutica
PALHESTA DO MINISTRO NERU...

O Brigadeiro Nery de Moura...

COISAS DA POLITICA
ENTREGA, HOJE, DO PARECER DA U.D.N. SOBRE A REFORMA

Reunião da Comissão Interpartidária - Provável que seja conhecido o relatório do sr. Gustavo Caparera na próxima segunda-feira

A U.D.N. entregará hoje a Comissão Interpartidária...

COMBATE AS PRAGAS DOS CAUACUIS
Comitê formado entre o ministério da Agricultura e o Instituto do Cacau para o combate às doenças - Verba global de 6 milhões de cruzeiros

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

Um convenio celebrado a respeito do combate às pragas dos cauacuis...

DECRETOS NA PASTA DA MARINHA

O Presidente da República assinou...

Tornar a Marinha mais conhecida dos brasileiros

O Fundo Naval e o Ministério da Fazenda com títulos preponderantes do programa de futuras construções, declara o titular da Marinha

O ministro Renato Albuquerque...

Decretos assinados na pasta da Justiça

O Presidente da República assinou...

TRIBUTOS DE CONTAS
SERVIDOR DE CONTAS

O ministro Renato Albuquerque...

A nova direção da Central

O "Jornal do Brasil" teve o diretor da via férrea, engenheiro Jair de Oliveira, assinando 300 novos carros - Dentro de dois meses já estará em funcionamento o serviço suburbano de passageiros

Companhia de Petróleo...

ALVO DE EXPRESSAS HOMENAGENS O VICE-PRESIDENTE DA BOLIVIA

COMPARECERÁ HOJE AO JOCKEY CLUB E REGRESSARÁ A LA PAZ

O ministro Renato Albuquerque...

COISAS DA CIDADE

PROFESSOR CONVULSÃO COM...

O preito visitou o Hospital de Eréritri

O preito visitou o Hospital de Eréritri...

REUNÃO DE PARECERES DA U.D.N. SOBRE A REFORMA

Reunião da Comissão Interpartidária - Provável que seja conhecido o relatório do sr. Gustavo Caparera na próxima segunda-feira

Reunião da Comissão Interpartidária...

ANEXO M - Capa da Última Hora, 07 de fevereiro de 1953

Hóspedes do Rio as Maiores Fortunas do Estado do Texas

Benqueritos, Industriais, Magnatas do Petróleo e Casadores Interessados em Inverter Capitais no Brasil - Cooperação, em Largo Escala, Com os "Businessmen" Petróleo - Interesse no Tabu do Triângulo Mineiro e Nas Nossas Áreas de Agricultura - Em Contato Com o Reportagem de ULTIMA HORA os Milionários do Meio-Oeste Americano (Leia Texto na Quarta Página Deste Caderno)



O escritor Louis Bromfield, que há se achava no Rio, foi ao Galão receber os seus confrades. - Beto (à esquerda) - Sr. S. J. Perry, Sr. J. C. Wright e Sr. D. D. Dillon, elementos do "set" social de Dallas (Texas)

Por Iniciativa de ULTIMA HORA e "Flan" (Na 7.ª Página) Ecoarão os Tamborins na Tarde de Amanhã na Batalha de Confete de Vila Isabel!

VARGAS, DIANTE DA CONCENTRAÇÃO OBREIRA:

PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS TRABALHADORES NO GOVERNO

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 77.220 EXEMPLARES



Ano III * Rio, Sábado, 7 de Fevereiro de 1953 * N. 510

"É Preciso Que se Organizem. Ativados de Seus Sindicatos, Para Que Elejam Candidatos Próprios Filiares", Conclama o Presidente da República - Necessidade da União Das Classes Trabalhadoras Para a Consequência Dos Seus Objetivos - Confiança Recíproca Entre os Operários e o Chefe do Governo - (Leia o Texto na "Dia do Trabalhador", na Terceira Página Deste Caderno).



Ladando por vários lados do apartamento da cidade carioca, o Presidente Vargas, mais uma vez, disse sua satisfação em receber os trabalhadores e encorajou e solto de suas sentidas reivindicações



Os barões fizeram guerra às homensprias, a patronagem de escravos, a "patronagem" de B. Hill, que também é do Texas e dirige a empresa aérea que tem o seu nome

GOUTHIER VAI SER PUNIDO

Mas o Itamarati Não Está de Todo Inocente no Incidente do Irã. Esta a Imprensa Dos Senadores, Membros da Comissão de Investigações (Leia na Coluna de ULTIMA HORA, de Francisco de Assis Barbosa, no 3.ª Página Deste Caderno)

EM PANICO OS LABORATÓRIOS COM A ESCASSEZ DE ENERGIA (Leia na Quarta-Página Deste Caderno)



Propõe o P. S. D.: Criação Imediata do Ministério da Saúde Longo e Trabalho Estado, Aceitando a Exposição da Reforma, Mas Alterando Profundamente o Anteprojeto - Não Basta a Remoção do Ministério Administrativo - Diretrizes Para os Representantes Possedistas na Comissão Interpartidária e no Congresso - Até o Ano Vindouro Não Estará Realizado o Trabalho Proposto Pelo Partido Social Democrático - Humberto Alencar, ex-líder de ULTIMA HORA - (LEIA NA 3.ª PAG. DESTE CADERNO)

AFIRMA CORIOLANO DE GOIS: "Não Há Política na CEXIM"

Portas Abertas Para a Comissão Parlamentar de Inquérito - Apenas Quatro Casos de Operações Vinculadas - A Contrapartida de Automóveis na Questão do F. U. m. - A Comissão Parlamentar de Inquérito encontrará as portas da CEXIM abertas de par em par - declarou a ULTIMA HORA o Sr. Coriolano de Góis, Diretor daquela, "Carteira", Poder vacilar tudo o que se refira às atividades do órgão sob a minha direção - continuou. Concedi apenas quatro ou cinco casos de operações compensadas, na maioria das quais com bens de produção (tais como tratores, máquinas agrícolas, motores, chapas de aço, moinho de trigo, uma parte de automóveis e outros de cantonistas).

O Sr. Coriolano de Góis esclarece: A concessão de uma dessas licenças para operação compreendida decorreu da série crítica em que se encontrava a produção de fumo na Bahia. Recebi apelos de toda parte no sentido de que liberasse o pedido. As solicitações foram do Governador do Estado, da Câmara Legislativa Estadual, da representação no Congresso sem distinção de partidos, da Comissão Econômica do Estado, do Instituto do Fumo, da Associação Comercial e de diversos produtores O encerramento do fumo brasileiro, para desfruto daquele Estado que atravessava então, sérias dificuldades. A contrapartida dessa operação eram automóveis. De uma outra licença concedida constava 1 m e m em uma parte de caminhonetes. Mas as restantes foram compensadas com bens de produção essenciais à economia do país. Vale acrescentar, porém, que em nenhum dos casos houve qualquer espécie de interferência política.

Concurso "Rainha da Praia" - Está cada vez mais animado o Concurso instituído por ULTIMA HORA. Hoje termina a publicação dos cupons referentes à 4.ª semana (2 e 7 de fevereiro) e já na edição de amanhã começa a seleção das concorrentes no título de Rainha da Praia da 5.ª Semana, publicação e vencedora do 4.ª Semana. Leia: recorte o cupão publicado neste caderno, anote o número de sua história e deposte seu selo na urna existente na entrada da redação de ULTIMA HORA



Filho de um ex-Presidente da República, o atual vice-boliviano é um antigo, cético militar, que se firmou no aristocrático Colégio Americano de La Paz. Depois de falar com o repórter despediu-se das filhas que o acompanharam na sua visita ao Brasil.

A Extensão das Medidas Contra a China SERIA A GUERRA COM A RUSSIA Violenta Opinião Seria Provocada Nas Nações Unidas Com a Medida do Governo Naval Americano - A Inglaterra Não Acredita na Sua Eficiência e Diversos Estados Perder Hong-Kong

NAÇÕES UNIDAS. Nova York, 7 (U. P.) - Nas reuniões diplomáticas das Nações Unidas a opinião predominante é a de que o bloqueio naval da China por parte dos Estados Unidos provocará violenta oposição no organismo internacional. Na verdade, a decisão de impor tal bloqueio completa exclusivamente ao Comando Unificado - que é o Governo dos Estados Unidos - porém as repercussões dessa medida são de tal alcance que inevitavelmente produzirá um debate geral sobre o assunto. Os observadores são de opinião que a Grã-Bretanha se oporá enfaticamente ao bloqueio naval da China, não só pelo receio de perder seus interesses comerciais em Hong-Kong, mas também, porque o Governo britânico não acredita na eficiência de tal bloqueio. No círculo britânico se mantém a opinião de que um bloqueio de tal natureza teria que incluir o porto siberiano de Vladivostok, que pode facilmente fornecer à China os materiais vitais de outros países. Entretanto, se dita opinião fosse bloqueada, a Rússia não teria outra alternativa senão ir à guerra.

Foi dos mais expressos a homenagem prestada pelos trabalhadores ao Presidente Vargas. O flagrante, acima, por si só, dá ideia da grandiosidade da manifestação, iniciada por milhares de operários, estudantes e numerosos jovens, que se foram ao mar, em uma bela tarde de domingo, para comemorar o aniversário do proletariado petropolitano do Brasil durante horas seguidas, no Palácio Rio Negro

3.ª "RAINHA DA PRAIA DA SEMANA" Bancária e Fã de Stewart Granger Dulce da Silva Pequenha Adora a Praia - Gusta de Festas e é Uma Autêntica "Fla-Flu" - Ela é a Iniciativa de ULTIMA HORA - A "Rainha" Receber Seus Prêmios



Dulce da Silva Pequenha, a terceira Rainha da Praia da Semana, usando o "triflúor" que recebeu como brinde da "Galeria Carioca" (Leia na 7.ª Pag. Deste Caderno)

O Vice-Presidente da Bolívia, em Entrevista a ULTIMA HORA

ESTA É A HORA DO DESPERTAR DOS POVOS!



Vice-Presidente da Bolívia, Herman Siles Zuazo, em meio de fazer palpitações de coração exultante à reportagem de ULTIMA HORA sobre as consequências imediatas do movimento revolucionário que levou ao poder Pas Estensson.

"Não Somos Contra os Estados Unidos, Afirma, Categórico, Herman Siles Zuazo Somos, Sim, Contra os Maus Capitalistas Que Procuram Refúgio Indócil Sob o Bandeira Norte-Americana" - "Depois de Era dos "Barões do Estanho" Entramos Agora no Regime de Democracia Popular" - "Nunca Recobemos Nenhum Ajuda do Estrangeiro!" - Exclama o Líder do Novo Regime Boliviano - "Ohamos o Brasil Como Vocês Olham os Estados Unidos" - A Largo Visão de Vargas, Propovendo a Crescente União Brasileiro-Boliviana - (Leia no 7.º Página Deste Caderno)

A PROVA BUENOS AIRES-RIO AMEAÇADO O "VENDAVAL" DE ABANDONAR A REGATA Quebrados o s Garruchos da Vela Grande Depois de vencer mais da metade do percurso da estocada, o "vendaval" foi abandonado, o que importa em dizer, nesse caso, que o "vendaval" será forçado a abandonar a prova. Caso, porém os tripulantes do mestre nada tenham sofrido, resta aos tripulantes do belo veleiro a vela - no que perdido pelo tempo - a prosseguir na marcha vitoriosa grande quebrada, o mást.



A Maria de Lourdes Pereira, a suicida

Lourdinha Atirou-se Pela Janela e Morreu Frustrada Quando Procurou se Jogar Pela Varanda ou Lançar-se Sob um Auto, Tomou Veneno, Semelha Salva Pelos Médicos - De Regresso ao Apartamento Libertou-se Das Mãos Das Amigas e Projeteou-se do Quarto Andar ao Solo - (Leia na Quinta Página)

FORÇA JOEL SILVEIRA BATATAS

ASSISTINDO a uma daquelas aldearas... (text continues)

PÁGINA 2 * Rio de Janeiro, Sábado, 7 de Fevereiro de 1953 * ULTIMA HORA

MIGUEL TEIXEIRA RESPONDE A VITORINO

ATÉ AGORA NÃO APARECERAM AS ENTIDADES BENEFICIDAS

O Presidente da Comissão de Inquérito Rebate os Ateques do Senador Maranhense e Reafirma os Conclusões do Seu Relatório - Mais Terde Analisar Item Per Item, o Discurso Entem Pronunciado no Senado

— A Comissão de Inquérito por mim presidida agiu com a mais completa lealdade de ânimo, tribuna do Senado, Sr. Miguel Teixeira, Sr. Vitorino Freire — declarou, inicialmente, o Sr. Miguel Teixeira.

— Não tive a menor intenção de denunciar a quem quer que seja. Apenas cumpei a missão que me foi dada de apurar os fatos e apresentar o relatório. Não fui obrigado a fazer o que fiz. Não fui obrigado a fazer o que fiz. Não fui obrigado a fazer o que fiz.

MEMÓRIAS

Marques Rebelo

Estão abrindo a urna das Memórias... (text continues)

CERIMONIAL AS AVESSAS

Com a presença de autoridades locais... (text continues)

FOCALIZADAS NA CÂMARA AS ATIVIDADES DO I. A. P. C.

Discursos do Deputado Ari Pinheiro Exaltando a Administração do Sr. Henrique La Rocque em Alagoas

Na sessão de ontem da Câmara, a atuação do Sr. Henrique La Rocque a frente do IAPC voltou a ser focalizada em plenário pelo Deputado Ari Pinheiro.

Reafirmando as atividades do Instituto nos Estados pernambucanos, o parlamentar tratou de assuntos que poderia ser desenvolvido pelo IAPC em Alagoas, sob a direção do Sr. Henrique La Rocque, onde o Sr. Pinheiro, desde há muito, vem desenvolvendo um trabalho que culmine, como fruto do IAPC, em Alagoas, a passagem do Sr. Henrique La Rocque no IAPC. Segundo o orador, o Sr. Pinheiro, dentro de pouco tempo será constituído em Alagoas, como representante do IAPC em Alagoas, com o Sr. Henrique La Rocque como representante do IAPC em Pernambuco.

COM O PRESIDENTE VARGAS A NOVA REDAÇÃO DO ART. 40

Na Exposição do Prefeito Dulcivaldo Cardoso, o "Artigo Das Equiparações" Passa a Ser Teia Paralela... (text continues)

BATISTA PEREIRA ROMPE COM ZAMPARI

Segundo se informa extensamente em São Paulo, Edgard Batista Pereira deixou a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, demitindo-se do cargo de Vice-Presidente. O motivo mais corrente é a divergência de ideias entre o Sr. Batista Pereira e o Sr. Zampari, presidente da Companhia. Batista Pereira parece que não quer ser apenas uma figura decorativa na Companhia. E renuncia ao cargo.

DEIXOU AS CRIANÇAS PRESSAS MORRENDO À FOME

Dois crianças estavam morrendo de fome... (text continues)

500 Metros de Cais em Paranaguá Pronto Ainda Este Ano

CURITIBA, 7 (Do correspondente) — Os engenheiros da firma Christian Nielsen, que está construindo quinhentos metros de cais, no porto de Paranaguá, informam que os trabalhos já estão em andamento e que a obra será concluída em breve.

LOUIS BRONFIELD (Escritor e Poeta)

NAVIOS PARA A LINHA INGLÊSA AMAZONAS

Um navio misto para o serviço entre a Grã-Bretanha e a Amazônia, encalçou no porto de Recife do Brasil, sob o nome de "Amazonas". O navio é de propriedade da Companhia de Navegação Britânica.

CRESCER O ELETRICIDADE POTIGUARA

Está subindo o número de eletrobras do Rio Grande do Sul... (text continues)

Revis de Ademar

O resultado final das eleições municipais... (text continues)

RECORTE E GUARDE POR SEMANA

Recorte aqui

PREVENÇÃO DE UM CARNAVAL ANIMADO

Não há calor, falta de vento, muitas vezes de chuva, que mancha e carrega a margem da sua mais característica festa... (text continues)

Decorções para o Carnaval

10 MÁSCARAS
2 PALHAÇOS
4 FORMATOS

110 x 73 cm
31 x 22 cm

Consultem-nos pelo Telefone 22-5140

CONCURSO SEMANAL DA RÁDIO CLUBE DO BRASIL

em combinação com o concurso de ULTIMA HORA

CINCO PRÊMIOS POR SEMANA

Sorteio de 2 a 7 de Fevereiro de 1953

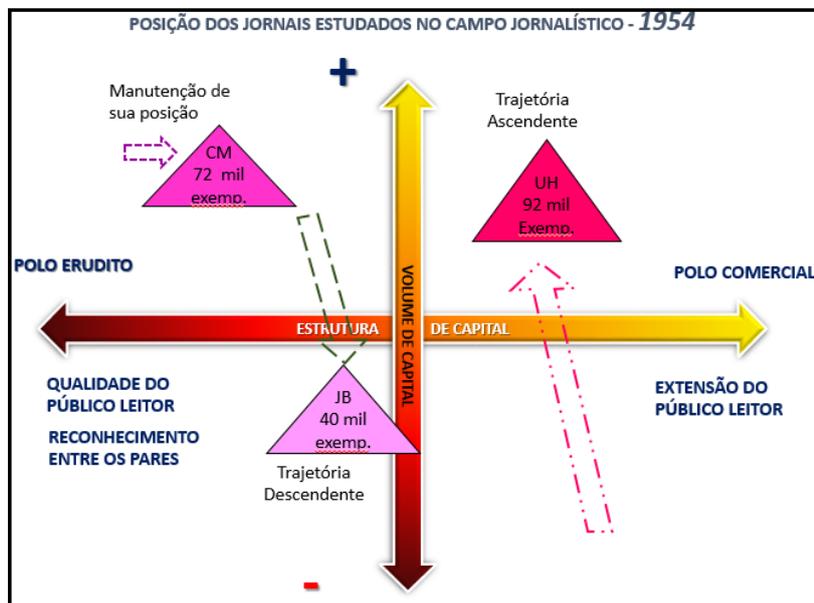
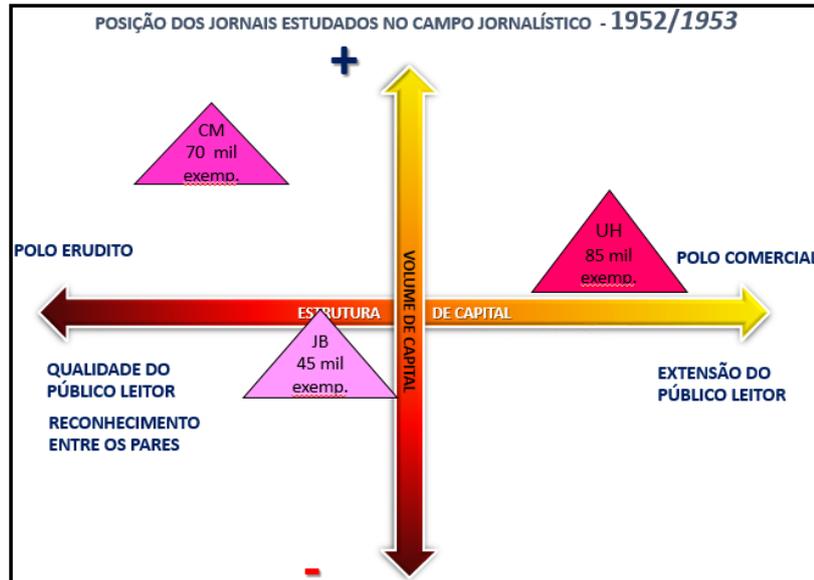
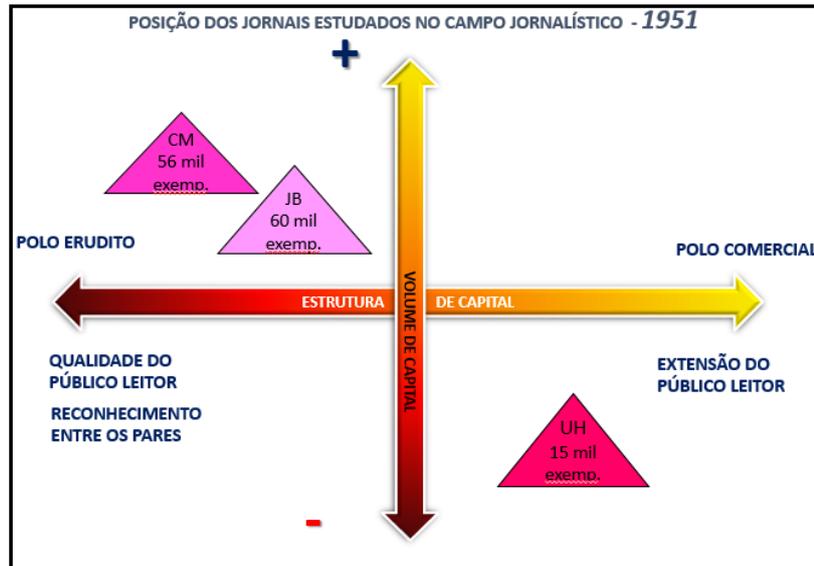
"GAPARI" DRÁGEAS

GEIGY DO BRASIL S. A., PRODUTOS QUÍMICOS, tem o prazer de comunicar à distinta classe médica e ao comércio de produtos farmacêuticos em geral, que acabam de chegar as drágeas do preparado anti-reumático IRGAPIRIN, que já se encontra à venda, juntamente com as ampólas e supositórios.

MOULIN

OLSET-GRAFICA SERRA S. A.

ANEXO O – Posição e trajetória dos jornais estudando no *campo jornalístico* 1951 - 1954



Este anexo foi elaborado com o intuito de ilustrar quais seriam as posições dos jornais estudados e suas respectivas trajetórias dentro do *campo jornalístico*. Nas imagens, pode-se visualizar que o campo jornalístico está dividido por uma linha horizontal que marca a estrutura de capital de cada periódico e por uma linha vertical que representa o volume geral de capital dos jornais.

A linha horizontal – estrutura de capital - separa o “polo erudito” do “polo comercial”. O “polo erudito” é definido pela “qualidade do público leitor”, estabelecida a partir dos dados sobre o público de cada jornal publicados por Ana Ribeiro (2007)⁴⁷¹ e pelo “reconhecimento entre os pares” definido com base em depoimentos e interpretação da historiografia (RIBEIRO, 2007; MARTINS, 2010; MARTINS 2016). Já o “polo comercial” foi definido a partir dos dados da tiragem publicados por Ana Ribeiro (2007). Por seu turno, a linha vertical – volume de capital – demarca o volume geral de capital de cada periódico.

Entretanto, uma ressalva faz-se necessária, como foi apontado na dissertação, essa separação entre “polo erudito” e “polo comercial”, no caso brasileiro é distinta do francês. Primeiro, na chamada “grande imprensa”, o “polo comercial” sempre teve peso relevante para a aquisição de prestígio. Em decorrência dessa característica, é difícil a separação rígida dos jornais brasileiros nesses polos. O que, vejo não como um limite, mas sim como elemento importante das especificidades dos diários no Brasil

Assim, os esquemas aqui apresentados não devem ser compreendidos como uma forma de “engessar” os jornais e sim uma tentativa de compreender algumas dessas especificidades.

Então, sendo a partir desta estrutura – relação volume de capital e estrutura de capital - que a posição dos jornais é definida, pode-se perceber que o *Correio da Manhã* possui alto volume geral de capital o que lhe permite ficar posicionado na parte superior do esquema e, pelo reconhecimento entre os pares e qualidade do público leitor sua posição fica à esquerda dessa estrutura, isso é, próxima ao polo erudito. Sendo de que 1951 a 1954, o jornal dos Bittencourt conseguiu - como vimos na dissertação -, a partir de estratégias ortodoxas, manter essa posição no interior do campo jornalístico, inclinando-se levemente em direção ao “polo comercial” em função da ampliação de sua tiragem, o que não prejudicou seu volume geral de capital, permitindo, assim, que se mantivesse na posição superior e, nem gerou sua deslegitimação perante os pares, o que permitiu sua conservação próxima ao “polo erudito”.

Já o *Jornal do Brasil* inicialmente (1951) possuía um relativo volume geral de capital, por isso ficou um pouco abaixo do *Correio* no eixo vertical e, no eixo horizontal por possuir

⁴⁷¹ A autora retirou os dados do Anuário de Publicidade, 1950 e Anuário Brasileiro de Imprensa 1950-1957

menor reconhecimento entre os pares, se comparado ao CM, ficou mais distante do “polo erudito”. Mas sua gradual perda de legitimidade entre os pares e considerável diminuição nas tiragens resultou na redução do seu volume geral de capital, fazendo com que sua posição passasse para a parte inferior da estrutura e se afastasse mais do “polo erudito”. Conjunto de fatores, que marcaram sua trajetória descendente, o que impactou negativamente em sua legitimidade, conseqüentemente no seu “poder de fala”.

Por fim, o *Última Hora* como recém-chegado ao *campo* iniciou com um mínimo de volume geral de capital, o que lhe gerou uma posição inferior no eixo vertical. Bem como por ainda não possuir significativo reconhecimento entre os pares e, seu público ser predominantemente as classes populares, sua posição no eixo horizontal era bem afastada do “polo erudito”. Entretanto, logo o jornal tornou-se um sucesso de vendas e, pela qualidade do jornalismo que oferecia passou a ser reconhecido entre os pares, o que aumentou o seu volume geral de capital, possibilitando que atingisse uma posição mais elevada no eixo vertical. Mas como, recém-chegado utilizou estratégias heterodoxas com isso, no *UH* era produzido um jornal de qualidade, mas voltado principalmente para grupos populares, não chegou a se aproximar do “polo erudito”, elemento que não impediu que o diário de Wainer adquirisse legitimidade, prestígio e “poder de fala” no debate público. Sendo este periódico caracterizado por uma grande trajetória ascendente no *campo*.

ANEXO P - Campo de Produção ideológica: Campos

<p>Campo acadêmico</p> <p>6 publicações</p>	<p align="center">Subcampo Serviço Social</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ BARCELOS, Fernanda A. V. F. As populações das “Favelas”. Monografia de Conclusão de Curso de Serviço Social, na Faculdade Nacional de Filosofia/Instituto Social, 1945. ➤ PORTUGAL, Isaura. Favelas: problema administrativo. Monografia de Conclusão de Curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social do Instituto Social, PUC-Rio, 1952. ➤ TÔRRES, Laura Bogado. Parque Proletário Provisório nº1: planejamento de um serviço social. Monografia de Conclusão de Curso de Serviço Social na Escola de Serviço Social do Instituto Social, PUC-Rio. 1953.
	<p align="center">Subcampo Sociologia</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ BARCELOS, Fernanda A. V. F. As Favelas: estudo sociológico. Tese de Livre-Docência em Sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, 1951. ➤ BARCELOS, Fernanda A. V. F. As Favelas: estudo sociológico. Niterói: Livraria Universitária, 1951.
	<p align="center">Subcampo da Arquitetura e Urbanismo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ CARVALHO, Benjamin de Araújo. O Problema Higiénico das Favelas. Tese de Livre-Docência em Higiene da Habitação e Saneamento das Cidades na Faculdade Nacional de Arquitetura, Universidade do Brasil, RJ, 1951.
	<p align="center">Municipal</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA GERAL DO INTERIOR E SEGURANÇA. DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo das Favelas: aspectos gerais. Departamento de Geografia e Estatística/Secretaria Geral do Interior e Segurança, Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro, 1949. ➤ COELHO, Durval de Magalhães. Contribuição para a Campanha de Extinção das Favelas. Prefeitura do Distrito Federal, Secretaria Geral do Interior e Segurança, Departamento de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1949.
<p>Campo da Administração Pública</p> <p>4 publicações</p>	<p align="center">Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950. IBGE - Conselho Nacional de Estatística Serviço Nacional de Recenseamento. Documentos Censitários. Série C – Número 9. Rio de Janeiro, 1953. ➤ GUIMARÃES, Alberto Passos. As favelas do Distrito Federal e o Recenseamento de 1950. <i>Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, Ano 14, n.55, jul/set., 1953.</i>
<p>Campo Econômico</p> <p>3 publicações</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “A face dramática da cidade”, <i>O Observador Econômico e Financeiro</i>. Rio de Janeiro, junho – nº161, 1949 – reportagem, autor não identificado. ➤ “Estranho mundo dos Morros: Censo retrata as favelas”. <i>O Observador Econômico e Financeiro</i>. Rio de Janeiro, dezembro – nº191, 1951, reportagem, autor não identificado. ➤ “A população das Favelas Cariocas”, <i>Conjuntura Econômica</i>. Rio de Janeiro. Maio. Ano IV, Nº5, 1952.
<p>Campo Religioso</p> <p>1 publicação</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Morros e Favelas: como trabalha a Fundação Leão XII – notas e relatórios de 1947 a 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.
<p>Indefinidos</p> <p>5 publicações</p>	<p align="center">Área de conhecimento: Serviço Social</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ARAGÃO, Maria L. Favela – vivem ou vegetam as 1.111 famílias da Barreira do Vasco? <i>Serviço Social</i>, São Paulo, Ano 19, n.54, 1949. ➤ LOPES, Valdecir F. Duas Favelas do Distrito Federal. <i>Revista Brasileira dos Municípios</i>, Rio de Janeiro, Ano 8, n.32, out./dez., 1955.
	<p align="center">Área de conhecimento: Sociologia</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ COSTA PINTO, L.A. O Negro no Rio de Janeiro – relações de raça numa sociedade em mudança. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
	<p align="center">Área de conhecimento: Arquitetura e Urbanismo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Resposta ao Temerário Apresentado para o Caso do Distrito Federal. <i>Semana de Estudos: “Favelas”</i>, CHENPHA, Rio de Janeiro, 1952. ➤ SZILARD, Adalberto. Urbanismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: O Construtor, 1950.

ANEXO Q – Número de textos por jornais segundo o tipo em cada categoria de caracterização, que formam os grandes eixos.

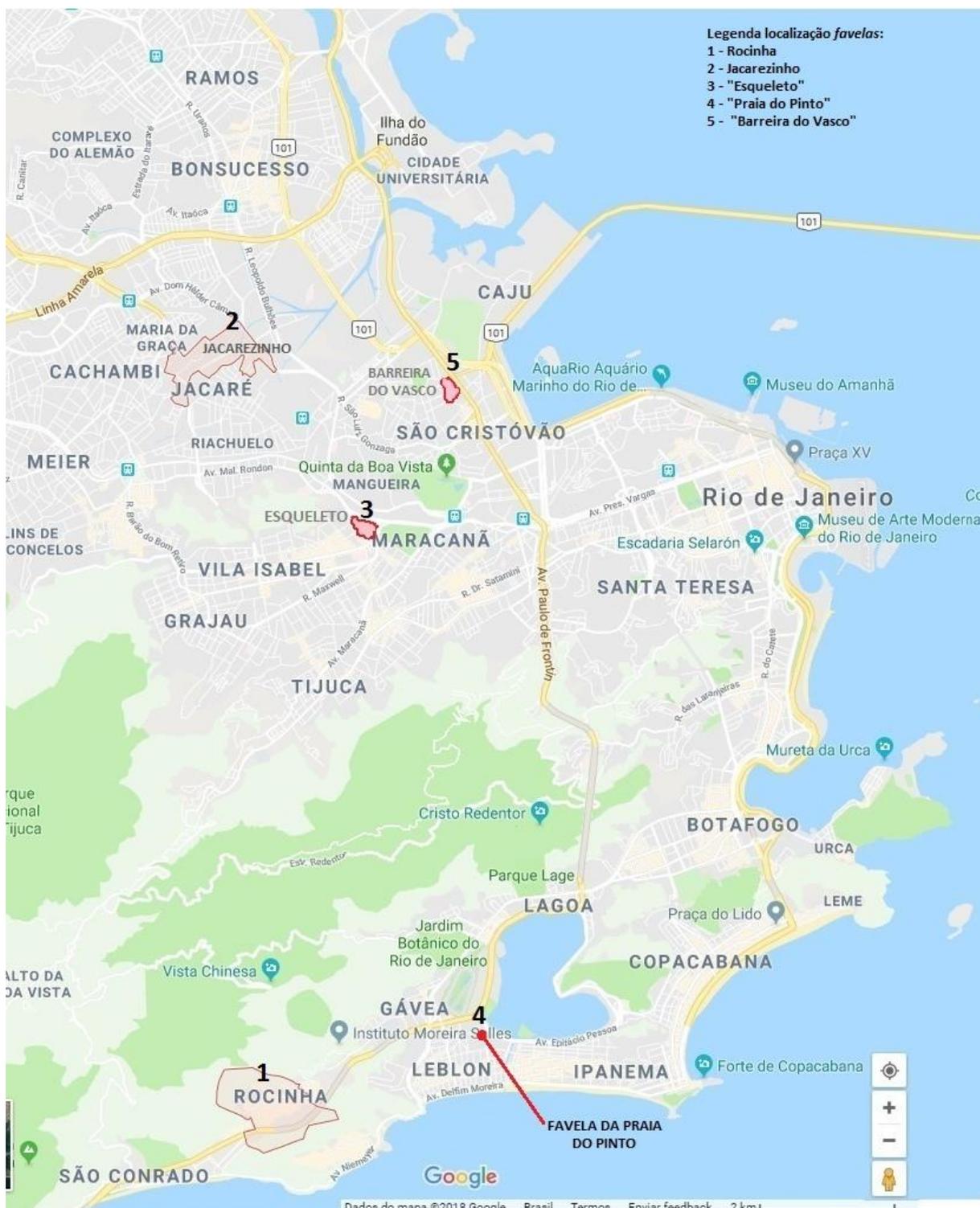
Eixos	[CF] – CARACTERIZAÇÃO FAVELA			
		CM	JB	UH
1) a <i>favela</i> como o “outro”	[CF=CP] - possui Características Próprias	1 – Editorial menor 1 - Coluna Não Assinada	3 – Editoriais menores	--
	[CF=RFC] - Descrição da Favela em Relação ao Restante da Cidade	4 - Editoriais menores 8 - Reportagens	3 - Editoriais menores 1 - Coluna Assinada 3 - Artigos	1 – Editorial menor 2 - Reportagens
	[CF=D] – como uma Doença	1 – Editorial principal 3 – Editoriais menores 1 - Reportagem	3 - Editoriais menores 2 - Colunas Assinadas 2 - Artigos	1 - Coluna Não Assinada
	[CF=AF] - Aumento das Favelas	1 – Editorial principal 2 – Editoriais menores 14 - Reportagens	4 – Editoriais menores 2 - Artigos	2 - Reportagens
2) a <i>relação favela e “civilização”</i>	[CF=RFC] – Relação Favela e Civilização	2 - Editoriais principais 5 – Editoriais menores 2 - Artigos 2 - Reportagens	6 - Editoriais menores 1 - Artigo	1 - Reportagem
3) a <i>favela</i> como lugar da <i>miséria</i>	[CF=M] - Ligada à Miséria	3 – Editoriais menores 1 - Artigo 2 - Reportagens	4 – Editoriais menores 1 - Coluna Assinada 4 - Artigos	2 - Colunas Não Assinadas 5 - Reportagens
	[CF=AIE] - Aspectos Infraestruturais	1 – Editorial menor 1 - Coluna Não Assinada 5 - Reportagens	3 – Editoriais menores 4 - Artigos	1 – Editorial principal 1 - Coluna Não Assinada 4 - Reportagens
	[CF=AE] - Aspectos Econômicas	1 – Editorial menor 1 - Reportagem	--	1 - Coluna Não Assinada 4 - Reportagens

Eixos	[CF] – CARACTERIZAÇÃO FAVELA			
		CM	JB	UH
4) a favela e seus moradores	[CFD=H] – Hábitos	--	1 – Editorial menor 2 - Artigos	1 - Reportagem
	[CFD=VV] – são Vítimas de Violência	--	--	6 - Colunas Não Assinadas 3 - Reportagens
	[CFD=Exp] – são Explorados	2 - Reportagens	--	3 - Reportagens
	[CFD=T] – Trabalhadores	3 - Editoriais menores 2 - Artigos 7 - Reportagens	3 - Editoriais menores 1 - Artigo	4 - Colunas Não Assinadas 1 – Editorial principal 10 - Reportagens
	[CF=MN] - Mal Necessário	1 – Editorial menor 1 - Artigo 6 - Reportagens	--	--
	[CFD=V, C, M] – Vadios, Criminosos, Malandros	1 - Artigo 7 - Reportagens	2 - Editoriais menores 2 - Artigos	3 - Reportagens
5) a favela como um “perigo”.	[CF=AM] - Aspectos Morais	3 - Editoriais menores 2 - Colunas Não Assinadas 1 - Artigo 6 - Reportagens	1 – Editorial menor 5 - Artigos	1 - Coluna Não Assinada 1 - Coluna Assinada 2 - Reportagens
	[CF=AS] - Aspectos Sanitários	5 - Editoriais menores 4 - Colunas Não Assinadas 1 - Artigo 9 - Reportagens	2 - Editoriais menores 5 - Artigos	2 - Reportagens 1 - Coluna Não Assinada
	[CF=Ant-S] - Antissocial	3 - Artigos 3 - Reportagens	1 – Editorial menor 1 - Artigo	--
	[CF=SCA] - Sem Controle das Autoridades	2 - Editoriais menores 5 - Reportagens	1 - Coluna Assinada 3 - Artigos	--
	[CF=AO] - Ameaça a Ordem	1 – Editorial menor 3 - Reportagens	1 - Coluna Assinada 2 - Artigos	--

	[CF=Cr] – Favela e Criminalidade	1 – Editorial principal 1 – Editorial menor 1 - Artigos 10 - Reportagens	2 - Editorias menores 4 - Artigos	1 - Coluna Assinada 1 - Reportagem
	[CF=PCJ] – Perigo para Crianças e Jovens	1 – Editorial menor 1 - Artigo 8 - Reportagens	1 – Editorial menor 3 - Artigos	1 - Coluna Não Assinada 3 - Reportagens
	[CF=D/DS] – Desajustamento/Desordem Social	1 – Editorial principal 1 – Editorial menor	1 - Artigo	--
	CFD=MMP] – Massa de Manobra Política	1 – Editorial menor	1 – Editorial menor 3 - Artigos	--
	[CFD=NG] – Necessidade de ser Guiado	1 - Editorial menor	1 - Editorial menor 2 - Artigos	--
	[CFD+Pol] – Favelado e a Política	1 - Editorial 2 - Artigos 2 - Reportagens	1 - Editorial menor	--

ANEXO R – Localização das favelas “Rocinha”, Jacarezinho”, “Esqueleto”, “Praia do Pinto” e Barreira do Vasco”, na década de 1950

OBS.: Imagem atual retirada do GoogleMaps, possui caráter meramente ilustrativo sobre a localização das referidas favelas na década de 1950.



ANEXO S - Número de textos por jornais segundo o tipo em cada categoria de causa

CAUSA			
[C-OF] – Causa – Origem Favelas			
[C-OF=FIC] – Causa – Origem Favelas – Fatores Internos à Cidade			
	CM	JB	UH
[C-OF=FIC-DRJ] ligada ao Desenvolvimento do RJ	2 - Artigos 1 - Reportagem	2 - Artigos	2 - Reportagens
[C-OF=FIC-PP] - ligada ao Poderes Públicos	1 - Reportagem	1 - Artigo	1 - Reportagem
[C-OF=FIC-PT] – ligada à Proximidade ao Trabalho	1 - Artigo	1 - Artigo	--
[C-OF=FIC-H] – ligada à questões de Habitação	1 – Editorial principal 1 - Coluna Não Assinada 1 - Reportagem	1 - Artigo	4 - Reportagens
[C-OF=FEC-MA] – Causa – Origem Favelas – Fatores Externos à Cidade – ligados a um Movimento mais Amplo			
[C-OF=FEC-MA-M] - ligada às Migrações	1 – Artigo 2 – Reportagens	--	1 - Reportagem 1 - Coluna Assinada
[C-OF=FEC-MA-ER] - ligada ao Êxodo Rural	2 – Editorial principal 1 – Reportagem	2 - Artigos 1 - Coluna Assinada	2 - Reportagens
[C-OF=FEC-MA-BNV] Baixo Nível de Vida da população	2 - Artigo	1 - Artigo	--
[C-OF=FEC-MA-I] – ligada à Industrialização	--	2 - Artigos	1 - Reportagem
[C-OF=FEC-MA-Des] – resultado de um Desajustamento	2 – Editoriais principais 2 – Editoriais menores	--	--
[C-OF=FEC-MA-ÑPB] - Não é um Problema só do Brasil	2 – Editoriais menores 1 – Coluna Não Assinada 2 - Artigos 1 - Reportagem	--	--
[C-OF=FEC-MA-ES] - Expressão do Subdesenvolvimento	1 – Editorial menor 1 - Artigo	--	--
[C-MF] – Causa - Manutenção Favelas			
[C-MF=FIC] – Causa – Manutenção Favelas – Fatores Internos à Cidade			
[C-MF=FIC-PP-M] – ligada ao Poder Público Municipal	1 – Coluna Não Assinada	--	1 - Reportagem
[C-MF=FIC-PP-F] – ligada ao Poder Público Federal	--	--	1 - Reportagem

[C-MF=FIC-IP] – Instituições de Previdência Social	1 – Coluna Não Assinada	--	2 - Reportagens
[C-MF=FIC-H] – ligada à questões de Habitação	--	--	2 – Colunas Não Assinadas 2 - Reportagens
[C-OF=FEC-MA] – Causa – Manutenção Favelas – Fatores Externos à Cidade – ligados a um Movimento mais Ampla			
--	--	--	--
[C-AF] – Causa Aumento Favelas			
[C-AF=FIC] – Causa – Aumento Favelas – Fatores Internos à Cidade			
[C-AF=FIC-H] - ligada à questões de Habitação	2 - Reportagens	2 – Editoriais menores 2 - Artigos	1 – Editorial principal 1 – Coluna Não Assinada
[C-AF=FIC-RU] - ligada às Reformas Urbanas	--	2 – Editoriais menores 2 - Artigos	--
[C-AF=FIC-PP] - ligada aos Poderes Públicos	1 – Editorial principal 1 – Editorial menor	3 – Editoriais menores 1 – Coluna Assinada 2 - Artigos	--
[C-AF=FIC-PP-M] - ligada ao Poder Público Municipal	5 - Reportagens	4 – Editoriais menores 2 - Artigos	1 - Reportagem
[C-AF=FIC-PP-F] - ligada ao Poder Público Federal	1 – Editorial menor	5 – Editoriais menores 1 - Artigo	--
[C-AF=FIC-EI] - ligada à Especulação Imobiliária	--	2 – Editoriais menores 1 - Artigo	--
[C-AF=FEC-MA] – Causa – Aumento Favelas – Fatores Externos à Cidade – ligados a um Movimento mais Ampla			
[C-AF=FEC-MA-M] – ligada às Migrações	1 – Editorial principal 1 – Editorial menor 1 - Artigo 3 - Reportagens	2 – Editoriais menores 2 - Artigos	1 - Coluna Não Assinada
[C-AF=FEC-MA-ER] - ligada ao Êxodo Rural	3 – Editorial principal 3 – Editoriais menores 1 - Artigos 3 - Reportagens	3 – Editoriais menores 2 - Artigos	1 – Reportagem
[C-AF=FEC-MA-I] - ligada à Industrialização	2 – Editoriais principais	--	--

	1 – Editorial menor		
--	---------------------	--	--

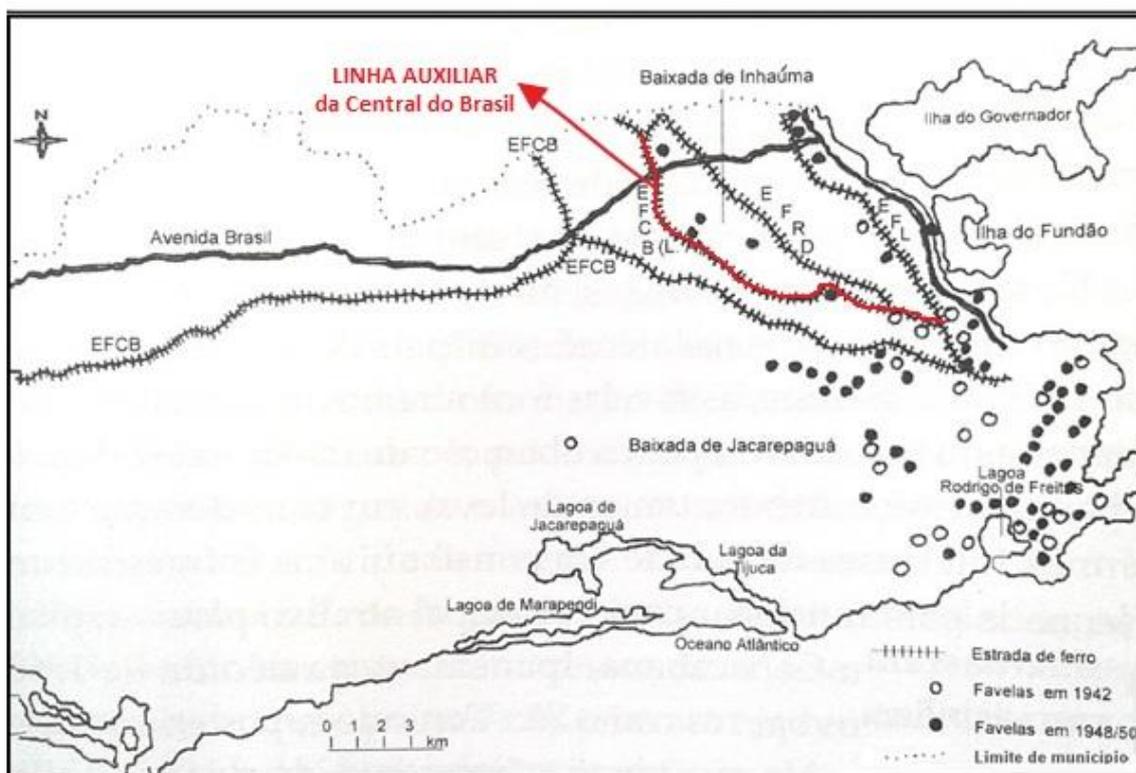
ANEXO U - número de textos por jornais segundo o tipo (editorial, artigo, etc.) em cada eixo de solução.

[SF] – Solução Favelas				
		CM	JB	UH
[SF=NCF] – Necessidade de Conhecer as Favelas		2 – Editoriais principais 3 – Editoriais menores	2 - Artigos	1 - Reportagem
[SF=IPP] - Intervenção dos Poderes Públicos		3 - Editoriais menores 1 - Artigo 3 - Reportagens	3 - Editoriais menores 2 - Artigos	1 – Editorial menor 2 - Colunas Não Assinadas 1 - Coluna Assinada 2 - Reportagens
[SF=IPP-F] – Intervenção dos Poderes Públicos Federais		2 – Editoriais principais 1 - Editorial menor 1 - Reportagem	2 - Colunas Assinadas 1 - Artigo	3 - Editoriais menores 3 - Colunas Não Assinadas 4 - Reportagens
[SF=IPP-M] - Intervenção dos Poderes Públicos Municipais		2 – Editoriais principais 2 - Editoriais menores 2 - Artigos 2 - Reportagens	4 – Editoriais menores 3 - Colunas Assinadas 1 - Artigo	3 - Colunas Não Assinadas 7 - Reportagens
[SF=IPP=M-FU]- Intervenção dos Poderes Públicos Municipais para a construção da Favela Única		9 - Reportagens	--	--
[SF=IP] – Intervenção dos Institutos de Previdência		--	1 - Artigo	1 - Editorial menor 3 - Reportagens
[SF=AF] – Acabar com a favela	[SF=AF-DF] – deslocar as favelas/favelados	1 - Editorial principal	2 - Artigos	--
	[SF=AF-S] - Suprimir	1 - Editorial menor 1 - Reportagem	--	1 - Coluna Não Assinada
	SF=AF-P] – Solução Paulatina	1 - Editorial menor 1 - Reportagem	2 – Editoriais menores 1 - Coluna Assinada	1 - Reportagem
	[SF=AF-Ex] – Extirpar	--	3 - Editoriais menores 2 - Coluna Assinada 2 - Artigos	2 - Editoriais menores
[SF=AER] – Acabar com o êxodo rural		1 – Editorial principal 2 - Editoriais menores	2 - Editoriais menores 1 - Artigo 2 - Colunas Assinadas	1 - Editorial menor 1 - Reportagem

[SF=SE] – Medidas Sem Efeito	2 - Reportagens	2 – Editoriais menores 1 - Artigo	1 – Editorial menor 3 - Colunas Não Assinadas 4 - Reportagens
[SF=SP] – Sem Plano para Solucionar a Questão	2 - Editoriais menores 1 - Artigo 1 - Reportagem	2 - Editoriais menores 1 - Artigo	1 - Coluna Não Assinada
[SF=ENF] – Evitar a Construção de Novas favelas e/ou Ampliação das Antigas	2 - Editoriais menores 1 - Artigo 4 - Reportagens	1 - Editorial menor 1 - Coluna Assinada	1 - Coluna Não Assinada 1 - Reportagem
[SF=MF] – Melhorar as Favelas Existentes	3 - Reportagens	2 – Editoriais menores	2 - Colunas Não Assinadas 2 - Reportagens
[SF=DMF] – Desconfiança na perspectiva de que a solução estaria em melhorar as favelas existentes	--	1 - Editorial menor	--
[SF=ÑS] – Solução não é sanear (melhorar; urbanizar)	2 – Editoriais principais 2 - Editoriais menores	1 - Editorial menor	--

ANEXO V – Mapa ilustrativo da localização da Linha Auxiliar da Central do Brasil

Mapa 1 – Município do Rio de Janeiro: distribuição das favelas em 1948/1950



Fonte: ABREU *apud* CAMPOS, 2012, p. 75.

OBS.: Este mapa foi criado por Maurício de Abreu com o intuito de evidenciar o quanto as chamadas *favelas* aumentaram numericamente entre 1942 e 1948/50. Para mapear as áreas habitacionais ditas *favelas*, entre 1948/50, o autor utilizou os recenseamentos da Prefeitura e do IBGE, entretanto, para marcar as *favelas* existentes em 1942 não se sabe a procedências dos dados, haja visto que Abreu não especificou a origem e sabe-se que para 1942 não houve uma produção de informações que pudessem oferecer o número de favelas existentes no Rio de Janeiro no início dos anos 1940. Nesse sentido, preferi não o utilizar na argumentação sobre a ampliação dessas áreas habitacionais. Por outro lado, foi extremamente útil para marcar o percurso da referida Linha Auxiliar da Central do Brasil e as demais vias férreas.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br